

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Humanas

Departamento de Sociologia

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

O PROGRAMA CATAFORTE E O TRABALHO DOS CATADORES DE  
RECICLÁVEIS: AS AMBIVALÊNCIAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO LIMIAR DA  
PRECARIZAÇÃO

MARCONI TABOSA DE ANDRADE

São Carlos – SP  
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
Centro de Ciências Humanas  
Departamento de Sociologia  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

O PROGRAMA CATAFORTE E O TRABALHO DOS CATADORES DE  
RECICLÁVEIS: AS AMBIVALÊNCIAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO LIMIAR DA  
PRECARIZAÇÃO

MARCONI TABOSA DE ANDRADE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de doutor em Sociologia.

Orientador:  
Prof. Dr. Jacob Carlos Lima

São Carlos – SP  
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Marconi Tabosa de Andrade, realizada em 13/06/2017:



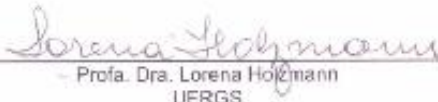
---

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima  
UFSCar



---

Profa. Dra. Magda Maria Bello de Almeida Neves  
PUCMinas



---

Profa. Dra. Lorena Holzmann  
UFRGS



---

Prof. Dr. Fabio José Bechara Sanchez  
UFSCar



---

Profa. Dra. Aline Suelen Pires  
UFSCar

À Gabriela Morena e Ana Bela.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, às minhas filhas, que tiveram paciência comigo, no período de dedicação ao trabalho que resultou nesta tese. Minha companheira, Beatriz Medeiros, teve mais do que paciência, participando com dicas importantes no seu desenvolvimento. Agradeço à minha mãe, que sempre me apoiou e soube relevar minha ausência. Agradeço aos amigos telúricos Luciano Felipe dos Santos, Marcos de Abreu Neri e Cleiton Boson, que ajudaram a organizar as ideias, nos momentos em que o mundo parecia estar acabando do lado de fora da minha tese. E nos anos finais desta pesquisa, o mundo pareceu que acabaria algumas vezes. Agradeço aos meus amigos da praia do Francês, ainda que não soubessem o que eu fazia, quando dizia que estava “trabalhando na tese”, pois compartilharam momentos de descontração fundamentais à execução da pesquisa. Agradeço aos meus colegas de trabalho, Sabrina França, Marcelo Karloni, Ester Ferreira, Carley Alves e Madalena Zambi, que assumiram minhas atividades da Universidade Federal de Alagoas, para que pudesse me dedicar ao doutorado. Sem este apoio, seria imensamente mais difícil concluí-lo. Agradeço a leitura atenta e as dicas e sugestões das professoras Maria Zanin e Aline Pires. Agradeço ao Jacob, pela orientação sem a qual este trabalho não teria sido realizado. Tenho gratidão especial pelos trabalhadores e trabalhadoras que conheci neste percurso e que se dispuseram a contar um pouco do que vivem e do que sabem. Por fim, agradeço à Universidade Federal de Alagoas, pelo apoio no desenvolvimento da pesquisa.

## RESUMO

### O PROGRAMA CATAFORTE E O TRABALHO DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS: AS AMBIVALÊNCIAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO LIMIAR DA PRECARIZAÇÃO

O objeto desta tese é o trabalho do catador de materiais recicláveis, no contexto das mudanças institucionais que tiveram como marco a aprovação da Lei de Resíduos Sólidos (12.305/2010). As experiências de organização coletiva dos catadores, inseridas no movimento mais amplo da Economia Solidária, foram abarcadas por políticas públicas que visaram a sua consolidação, como estratégia de geração de trabalho e renda. No conjunto destas políticas, o programa CATAFORTE objetivou estruturar materialmente e capacitar profissionalmente catadores organizados em cooperativas e em redes de produção para que fossem inseridos nos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, como previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Acompanhamos a ação do CATAFORTE, observando duas redes de cooperativas, uma em Maceió e outra em Campinas, em perspectiva comparativa. Tratava-se de verificar se, neste processo, a inserção dos catadores dar-se-ia na configuração do trabalho precário ou se cumpriria os objetivos da Economia Solidária, quanto à inserção positiva em regimes de trabalho capazes de proporcionar renda e condições dignas. Concentramos atenção na renda, no acesso aos direitos vinculados ao trabalho e na gestão dos empreendimentos. O impacto do CATAFORTE deu-se de forma distinta nos casos observados, resultando em consolidação da sustentabilidade econômica e acesso aos direitos vinculados ao trabalho em um caso, e na ausência destes elementos, em outro. A experiência bem-sucedida aponta para a possibilidade de que as cooperativas de catadores sejam capazes de gerar renda suficiente para retirar os cooperados da situação de pobreza. Quanto à gestão, ambas as experiências demonstram hibridismo entre elementos de hetero e de autogestão, com organização hierárquica baseada no consenso. Outro traço que as distingue de empresas capitalistas típicas é a participação na esfera política municipal, com expressão das demandas no campo do trabalho.

Palavras-chave: Catadores de recicláveis. Economia solidária. Cooperativismo. Autogestão. Cataforte.

## ABSTRACT

### THE CATAFORTE PROJECT AND THE WORK OF COLLECTORS OF RECYCLABLE MATERIALS: THE AMBIVALENCE OF THE SOLIDARY ECONOMY ON THE THRESHOLD OF PRECARISATION

The object of this thesis is the work of the collector of recyclable materials, in the context of the institutional changes that had as a milestone the approval of the Solid Waste Law (12.305/2010). The experiences of collective organization of the collectors, inserted in the broader movement of the Solidary Economy, were covered by public policies that aimed at its consolidation, as a strategy of creation of work and income. Within the framework of these public policies, the CATAFORTE program aimed to materially structure and professionally train collectors organized in cooperatives and production networks to be included in the Municipal Plans for Integrated Solid Waste Management, as provided for in the National Policy on Solid Waste. We follow the action of CATAFORTE, observing two networks of cooperatives, one in Maceió and another in Campinas, in a comparative perspective. The intention was to verify if, in this process, the insertion of the collectors would take place in the configuration of precarious work or if the objectives of the Solidary Economy would be fulfilled, of positive insertion in work regimes capable of providing income and dignified conditions. We focus attention on income, access to rights linked to the world of work and management of enterprises. The impact of CATAFORTE was different in the cases observed, resulting in the consolidation of economic sustainability and access to labor rights in one case, and in the absence of these elements, in another. Successful experience points to the possibility that collector cooperatives may be able to generate sufficient income to remove its co-workers from the poverty situation. Regarding management, both experiences demonstrate hybridity between elements of hetero-management and self-management, with hierarchical organization based on consensus. Another aspect that distinguishes them from typical capitalist enterprises is their participation in the municipal political sphere, with expression of the demands in the field of labor.

**Keywords:** collectors of recyclable materials. Solidary Economy. Cooperativism. Self-management. Cataforte.

## RESUMEN

### EL PROGRAMA CATAFORTE Y EL TRABAJO DE LOS RECICLADORES: AMBIVALENCIAS DE LA ECONOMÍA SOLIDÁRIA EN EL UMBRAL DE LA PRECARIZACIÓN

El objeto de esta tesis es el trabajo de los recolectores de materiales reciclables en el contexto de los cambios institucionales que han tenido como marco la aprobación de la Ley de Residuos Sólidos (12.305 / 2010). Las experiencias de organización colectiva de los recicladores, dentro del más amplio movimiento de la Economía Solidaria, fueron abarcadas por las políticas públicas dirigidas a su consolidación como una estrategia para generar empleo e ingresos. En el conjunto de estas políticas, el programa CATAFORTE tuvo el objetivo de estructurar materialmente y capacitar profesionalmente recicladores organizados en cooperativas y redes de producción, para así se les insertar en los planes municipales de Residuos Sólidos Gestión Integrada tal como se establece en la Política Nacional de Residuos Sólidos. Acompañamos la acción de CATAFORTE, incidiendo en el análisis de dos redes de cooperación, una en Maceió y otra en Campinas, en perspectiva comparada. La investigación consistió en verificar si, en este proceso, la inclusión de los recicladores se desarrollaría en el ámbito del trabajo precario o alcanzaría los objetivos de la Economía Solidaria, como la inserción positiva en regímenes de trabajo capaces de proporcionar ingresos y condiciones dignas. Nos centramos la atención en los ingresos, en el acceso a los derechos vinculado al trabajo y en la gestión de las empresas. El impacto de CATAFORTE fue distinto en los dos casos observados, resultando en la consolidación de la sostenibilidad económica y el acceso a los derechos relacionados con el trabajo en un caso, y en ausencia de estos elementos, en otro. La exitosa experiencia apunta a la posibilidad de que las cooperativas de recicladores sean capaces de generar ingresos suficientes para sacar a los cooperados de la situación de pobreza. En cuanto a la gestión, ambas experiencias demuestran híbrido entre elementos de hetero y de autogestión, con organización jerárquica basada en el consenso. Otro rasgo que las distingue de las empresas capitalistas típicas es la participación en la esfera política municipal, con expresión de las demandas en el ámbito del trabajo.

Palabras clave: recolectores de reciclables. Economía Solidaria. Cooperativismo. Autogestión. Cataforte.



## LISTA DE SIGLAS

ANCAT - Associação Nacional dos Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis  
ASCARA - Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis da Cidade de Arapiraca  
ASMARE - Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável  
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social  
CBO - Código Brasileiro de Ocupações  
CCQ - Círculos de Controle de Qualidade  
CEMPRE - Compromisso Empresarial para a Reciclagem  
CIISC - Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis  
CRCA - Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo  
EES - Empreendimentos Econômicos Solidários  
ES - Economia Solidária  
FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária  
FNLC - Fórum Nacional Lixo e Cidadania  
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IR - Indústria de Recicláveis  
MEC - Ministério da Educação e Cultura  
MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis  
ONG - Organização não Governamental  
OSCIPS - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
PET - Poli Tereftalato de Etileno  
PMGIRS - Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos  
PNRS - Plano Nacional de Resíduos Sólidos  
PPA - Plano Plurianual  
PRONAREP - Programa Nacional de Investimento na Reciclagem Popular  
PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários  
PSA - Pagamento por Serviço Ambiental

PSAR - Programa Estadual de Pagamentos por Serviços Ambientais de Reciclagem

RSR - Resíduos Sólidos Recicláveis

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SESCOOP- Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SIES - Sistema Nacional de Informação sobre a Economia Solidária

SLUM - Superintendência de Limpeza Urbana de Maceió

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- REFORMA DO GALPÃO DA COOPLUM.....	94
FIGURA 2- BAIAS DE ARMAZENAGEM DO MATERIAL TRIADO: GALPÃO DA COOPREL BENEDITO BENTES.....	96
FIGURA 3 - CAMINHÃO DA COLETA SELETIVA TERCEIRIZADA DE MACEIÓ, ENTREGANDO MATERIAL NA COOPREL BENEDITO BENTES.....	100
FIGURA 4– MESAS DE TRIAGEM, NA COOPERATIVA RECICLAR.....	104
FIGURA 5– GALPÃO, PRENSA E EMPILHADEIRA NOVOS, FORNECIDOS PELA RENOVA À COOPERATIVA SÃO BERNARDO. ....	105
FIGURA 6 – MATERIAL UTILIZADO NOS CURSOS DE KAIZEN, NA COOPERATIVA ANTÔNIO DA COSTA SANTOS, 2013. ....	107
FIGURA 7– MATERIAL UTILIZADO NOS CURSOS DE KANBAN, NA COOPERATIVA ANTÔNIO DA COSTA SANTOS, 2013. ....	108
FIGURA 8 – CAMINHÃO GAIOLA, DA REDE RECICLAMP.....	112
FIGURA 9– CAMINHÃO ROLL ON ROLL OFF, RECICLAMP, 2014. ....	121
FIGURA 10– CAMINHÕES DA REDE DE COOPERATIVAS DE MACEIÓ, 2016.....	124
FIGURA 11– CAMINHÕES DA REDE DE COOPERATIVAS DE MACEIÓ, 2016.....	125
FIGURA 12 – EXEMPLO DE FOLHA DE REGISTRO DA PRODUÇÃO SEMANAL DOS COOPERADOS DO KIT DE COORDENAÇÃO DA RECICLAMP. ....	162
FIGURA 13- EXEMPLO DE FOLHA DE REGISTRO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DO KIT DE TESOURARIA DA RECICLAMP. ....	163
FIGURA14 - QUADRO COM SÍNTESE DO KANBAN, APLICADO NA COOPERATIVA ANTÔNIO DA COSTA SANTOS, CAMPINAS, 2014. ....	165

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
1 AMBIVALÊNCIAS E AMBIGUIDADES NO MUNDO DO TRABALHO .....	26
1.1 Ambivalências do fordismo: a grande empresa e os direitos do operário-massa .....	26
1.2 Ambivalências do regime de acumulação flexível: a empresa em rede e o trabalho “participativo” precarizado.....	31
1.2.1 As ambiguidades decorrentes do regime de acumulação flexível, como resposta às críticas ao fordismo.....	37
2 AMBIVALÊNCIAS E AMBIGUIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DA FLEXIBILIZAÇÃO.....	45
2.1 Entre entusiastas e críticos: perspectivas da Economia Solidária no debate teórico.....	47
2.2 Empreendedorismo “brando”: as sobreposições dos sentidos do trabalho na Economia Solidária.....	52
2.3 Os dilemas do trabalho nos Empreendimentos Econômicos Solidários de recuperação de valor de materiais recicláveis.....	58
2.3.1 A pobreza como marca do trabalho de recuperação de valor dos materiais recicláveis .....	58
2.3.2 A organização coletiva do trabalho dos catadores: possibilidade de superação da pobreza e da precariedade.....	64
3 POLÍTICA SOCIAL E A POSSIBILIDADE DE RECONFIGURAÇÃO DO TRABALHO DOS CATADORES .....	77
3.1 A inflexão das políticas sociais no contexto neoliberal .....	77
3.2 A Economia Solidária como política pública .....	80
3.3 A política social voltada aos catadores: o CATAFORTE e a mediação do terceiro setor.....	84
3.4 O terceiro setor na organização do trabalho dos catadores .....	90

4 O CAMPO DE PESQUISA .....	93
4.1 Perfil das cooperativas observadas em Maceió.....	93
4.2 Perfil das cooperativas observadas em Campinas .....	102
5 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE CATADORES .....	113
5.1 Trabalho e renda na base do circuito da reciclagem .....	114
5.2 O CATAFORTE e a estruturação das cooperativas .....	118
5.2.1 O CATAFORTE e a dinamização da coleta seletiva pela RECICLAMP..	119
5.2.2 As cooperativas de Maceió e o subaproveitamento dos recursos do CATAFORTE .....	122
5.3 A renda dos catadores da RECICLAMP e a possibilidade de superação da pobreza.....	126
5.4 A renda dos catadores de Maceió e a manutenção da pobreza.....	131
5.5 O impacto do desempenho econômico sobre o acesso aos direitos vinculados ao trabalho.....	135
5.6 As possibilidades de consolidação da sustentabilidade econômica das cooperativas .....	139
5.6.1 A contratação piloto de uma cooperativa da RECICLAMP e a ampliação dos ganhos com os recicláveis .....	141
5.6.2 A contratação das cooperativas de Maceió.....	144
6 A GESTÃO DAS COOPERATIVAS: UM HÍBRIDO ENTRE AUTO E HETEROGESTÃO? .....	151
6.1 Entre a perspectiva histórica de mudança social e a geração de emprego e renda .....	151
6.2 Autogestão como resposta à crise do trabalho.....	154
6.3 Autogestão como adequação às demandas da lógica capitalista de produção .....	157
6.4. As cooperativas de catadores e os dilemas da autogestão .....	159

6.5 Gestão da produção e do trabalho nas cooperativas de Campinas e Maceió .....	160
6.6 Moldura jurídica autogestionária e práticas de heterogestão.....	166
6.7 Hierarquia autoritária e hierarquia sob consenso .....	169
6.8 Cultura do trabalho heterônomo e gestão coletiva .....	174
6.9 O CATAFORTE e a gestão dos empreendimentos .....	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	180
REFERÊNCIAS.....	188

## INTRODUÇÃO

O primeiro contato com o tema desta pesquisa ocorreu em 2009, quando realizamos, junto com uma equipe multidisciplinar de estudantes<sup>1</sup>, uma sondagem no aterro sanitário da cidade de Arapiraca-AL, onde atuo como professor em um dos *campi* interiorizados da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Naquele momento, estávamos explorando as possibilidades para o desenvolvimento de um projeto de extensão universitária. Realizamos uma série de visitas ao aterro, para aplicação de questionários que permitiram o conhecimento do perfil social e da situação econômica dos catadores que trabalhavam ali (ANDRADE, 2012), ficando evidente a precariedade que marcava o seu cotidiano. Com base nestes dados, elaboramos um projeto contemplado, em 2010, com o Prêmio Real/Santander (12º Concurso Banco Real/Santander - Universidade Solidária), que disponibilizou recursos para estruturarmos uma ação na comunidade de Mangabeiras, que vivia no entorno do aterro sanitário e cuja renda era obtida, quase invariavelmente, com o trabalho de catação e venda de recicláveis retirados do lixo.

A ação focalizou um grupo de aproximadamente 20 catadores, com o objetivo de criarmos uma associação. Tomamos a organização de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) como modelo. Articulamo-nos com a UNITRABALHO da UFAL e, em 2011, foi criada a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis da Cidade de Arapiraca (ASCARA), como resultado desta primeira etapa do processo de incubação. Ainda em 2011, renovamos nosso projeto com o Banco Santander, que realizou novo aporte de recursos e, concomitantemente, aprovamos mais um projeto no edital nº4 do Programa de Extensão Universitária da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, tendo o fortalecimento da ASCARA como objetivo. Com os aportes de recursos do Banco Santander e do Ministério da Educação e Cultura, equipamos a ASCARA com prensa hidráulica, balança eletrônica, material de escritório (computador e impressora), material para limpeza e enfardamento dos recicláveis, mesas e cadeiras para a realização de reuniões e uma cozinha com fogão e bebedouro. A prefeitura cedeu o espaço do galpão para o funcionamento da associação.

---

<sup>1</sup> A equipe contou com estudantes de graduação em Enfermagem, Agronomia, Administração, Arquitetura, Ciência da Computação e Licenciatura em Biologia.

As metas do projeto eram a ampliação da renda dos catadores e a melhoria das condições de trabalho. O pressuposto da nossa ação era o de que a pobreza que caracterizava a vida daqueles trabalhadores poderia ser superada na medida em que eles se reposicionassem na cadeia de produção dos recicláveis, com a aquisição de equipamentos para o seu processamento e a organização coletiva do processo de trabalho. Este pressuposto partia do diagnóstico de que os rendimentos insuficientes derivavam de três fatores principais: a baixa produtividade do trabalho; a dificuldade de ampliar o volume do material para venda e a dependência em relação aos atravessadores. Em 2012, a ASCARA articulou-se com seis associações, formando uma rede, que foi contemplada com recursos do CATAFORTE II<sup>2</sup> (quatro caminhões utilizados para a logística de coleta do material reciclável e um conjunto de cursos, capacitações e assessorias).

Desta experiência de extensão universitária, surgiram as questões que estimularam nossa pesquisa. Em primeiro lugar, interessava-nos saber se os EES voltados à recuperação de valor dos recicláveis alcançariam viabilidade econômica capaz de garantir aos cooperados a superação da pobreza, que marcava de forma evidente a vida daqueles trabalhadores. Em segundo lugar, tratava-se de verificar se o trabalho organizado coletivamente, segundo os princípios da Economia Solidária, proporcionaria uma experiência transformadora, do ponto de vista da resistência à ofensiva neoliberal contra os trabalhadores. Por fim, era intrigante o apoio dado por um banco (Santander, no caso do primeiro financiamento que tivemos) para a construção de uma experiência que se pretendia alternativa à lógica dominante de exploração do trabalho.

A nossa participação em eventos locais e nacionais dedicados ao tema da Economia Solidária associada ao trabalho de recuperação de recicláveis, decorrente da função de coordenação do projeto de extensão acima mencionado, aprofundou a curiosidade em torno desta confluência entre projetos de transformação social e o apoio de bancos e fundações internacionais. O que permitia este encontro de interesses? Por que o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (representando o polo trabalho) e diversos grupos

---

<sup>2</sup> O CATAFORTE é um programa do governo federal, que visa a criação e fortalecimento de cooperativas de catadores, com vistas à integração em redes de cooperação, para prestação de serviços de coleta seletiva às prefeituras. Foram lançadas três edições do programa, entre 2009 e 2013.



empresariais que lidavam com a produção e/ou consumo de recicláveis (representando o capital) se coadunavam em torno do esforço de organização do trabalho dos catadores em moldes coletivos? Afinal, pelo menos do ponto de vista teórico, o movimento em torno da Economia Solidária preconiza a organização dos trabalhadores contra a ordem que precariza e restringe os direitos do trabalho. E o desafio do nosso projeto de extensão era, justamente, encontrar uma forma de organização do trabalho que proporcionasse àqueles catadores uma condição de vida melhor do que aquela dentro do “lixão”.

Os *bags*<sup>3</sup> com materiais recicláveis eram vendidos, diariamente, para garantir a alimentação e o custeio de outras poucas despesas. Os catadores habitavam o entorno do “lixão”, em barracões precários ou casas cedidas por programas de habitação popular. A comunidade de Mangabeiras contava com uma escola municipal e uma creche de tempo integral, mantida pela organização Lions, proporcionando para as crianças atividades educacionais durante todo o dia (antes eram levadas pelos pais para o trabalho no “lixão”). A criação da ASCARA significou o reconhecimento do trabalho destes catadores, deslocando-os de dentro do lixão para um galpão equipado para o processo de triagem e venda do material reciclável. O deslocamento também foi social, aproximando-os de outras políticas públicas centradas no trabalho, articuladas com a política de renda mínima (Bolsa Família) e a habitacional (Minha Casa, Minha Vida).

No período em que acompanhamos estes catadores, não foi possível, contudo, constatar aumento de renda derivado do trabalho no galpão, pois eles ainda catavam alguns dias no aterro. O trabalho no galpão não funcionava com base na venda diária do material. Ele deveria ser acumulado por 15 ou 30 dias, para vendas em volumes maiores. Mas os catadores não podiam aguardar estas vendas acontecerem, pois necessitavam do recurso diário para sobreviver, o que os levava para o “lixão” novamente. As condições de trabalho no galpão eram melhores, quando comparadas com o trabalho no aterro, pois estavam abrigados do sol e da chuva e lidavam com material limpo, recolhido nas casas que separavam os recicláveis para a coleta porta-a-porta, realizada com carrinhos puxados manualmente. Terminada a fase de transição, os catadores passaram a atuar

---

<sup>3</sup> Grandes sacos feitos de lona ou nylon, com volume que varia entre 300 e 500 litros, nos quais os catadores depositam os materiais recicláveis.

somente no galpão, recebendo material de coleta seletiva realizada pela prefeitura, com caminhões próprios, o que aumentou o volume de material triado e vendido pela ASCARA.

No decorrer da realização dos projetos de extensão que desenvolvemos na comunidade Mangabeiras, foi aprovada a Lei dos Resíduos Sólidos, em 2010, instituindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos<sup>4</sup>, que preconizava a inserção das cooperativas de catadores nos planos municipais de gestão de resíduos sólidos. Associada à articulação do CATAFORTE, cuja primeira edição ocorrera em 2009, nos pareceu plausível supor que haveria alteração no cenário do cooperativismo de catadores, com a possível indução à formação e fortalecimento de EES voltados à coleta de recicláveis. O cenário parecia trazer novidades, estimulando a averiguação do sentido, para os trabalhadores, deste movimento de consolidação das políticas sociais voltadas aos catadores. Em síntese, interessava saber em que consistiria esta política pública de fomento ao cooperativismo de catadores, do ponto de vista da configuração do trabalho.

O projeto de extensão que deu origem a esta pesquisa esteve orientado pelos princípios da Economia Solidária. A perspectiva teórica da Economia Solidária preconiza a emancipação do trabalhador em relação à exploração do capital, configurando um modelo produtivo contra hegemônico. Embora não haja, como salienta Leite (2009a), unanimidade em relação à conceituação da Economia Solidária, a organização coletiva do processo de trabalho (associado ou cooperado), a autogestão e a posse coletiva dos meios de produção, no âmbito do empreendimento em torno do qual estão articulados os trabalhadores, são elementos recorrentes nos debates sobre o tema<sup>5</sup>. Em torno destes elementos os trabalhadores desenvolveriam formas solidárias de produção e distribuição dos bens, engendrando nova sociabilidade dentro e fora dos espaços de produção. Uma

---

<sup>4</sup> Após 21 anos de discussão no Congresso Nacional, o poder executivo federal sancionou a Lei nº 12.305, em agosto de 2010, tratando da política de resíduos sólidos recicláveis no país. Segundo a nova Lei, os municípios brasileiros deveriam apresentar seus planos de gestão de resíduos sólidos até o final de 2012 e implantá-los até o final de 2014. Em julho de 2015, o Senado aprovou um Projeto de Lei prorrogando o prazo para o cumprimento da Lei nº 12.305, no que diz respeito ao fechamento dos “lixões”. Os prazos foram escalonados: capitais e municípios de região metropolitana terão até julho de 2018 para fechar os “lixões”. Municípios de fronteira e os que contam com mais de 100 mil habitantes terão até julho de 2019. Cidades que têm entre 50 e 100 mil habitantes terão prazo até julho de 2020. Municípios com menos de 50 mil habitantes terão até julho de 2021.

<sup>5</sup> Muito embora, mesmo este núcleo mínimo de elementos não possa ser seguramente tomado como caracterizador da Economia Solidária, uma vez que outras atividades não necessariamente vinculadas ao cooperativismo e ao associativismo podem compor este leque de possibilidades.

sociabilidade marcada pela autonomia, liberdade, democracia participativa e pela igualdade.

Em síntese, a Economia Solidária representaria um movimento contra hegemônico em relação ao modo capitalista de produção, caracterizado por relações de mando, controle, expropriação, exploração e desigualdade. Neste ponto, recai uma das principais controvérsias no campo de debate sobre a Economia Solidária, qual seja, o de seus limites e potencialidades enquanto modelo de organização do trabalho capaz de transformar substantivamente a realidade dos trabalhadores e da sociedade, na direção da igualdade e da justiça social (LEITE, 2009a).

A Economia Solidária sedimentaria, assim, as bases para um novo modelo de desenvolvimento. Se esta transformação seria radical ou não, revolucionária ou conciliatória com o sistema capitalista, é uma questão ambígua nos textos de Singer (2004) e Gaiger (2006; 2008), para citar dois teóricos importantes no contexto brasileiro. Laville (2006) e Coraggio (2000) consideram a possibilidade de articulação dos empreendimentos econômicos solidários com o entorno marcado por relações mercantis. Neste caso, a Economia Solidária seria capaz de mobilizar, ao mesmo tempo, recursos monetários e de reciprocidade, religando o econômico ao social, caracterizando-a como atividade híbrida, que não implica exclusão mútua entre os mecanismos econômicos do mercado (que não seria necessariamente capitalista) e o exercício da solidariedade.

Este tema retoma um dilema clássico entre os teóricos que discutiram o cooperativismo desde o final do século XIX. A crise da sociedade salarial, marcada pela transição entre o modelo fordista de produção e o modelo de acumulação flexível (HARVEY, 2009), faz ressurgir a polêmica, em um cenário renovado, mas que repõe os termos essenciais da discussão (LIMA, 2004).

Tomando como referência a análise realizada por Leite (2009a), entendemos que os teóricos da Economia Solidária apresentam uma perspectiva mais conciliatória com o sistema capitalista do que propriamente de embate. Lima (2009a) apresenta perspectiva semelhante após analisar os paradoxos do trabalho associado no Brasil, concluindo que a organização associada do processo de trabalho tende mais a tornar-se uma forma de gestão em consonância com o mercado, do que uma alternativa a ele.

Para os seus críticos (BARBOSA, 2007; WELLEN, 2009), a Economia Solidária não só sofre de insuficiência com relação à capacidade de transformação

social, como também é pouco eficaz no enfrentamento do desemprego e da precarização do trabalho, ainda que seja em uma perspectiva reformista.

O tema desta pesquisa está centrado, portanto, nas ambivalências da Economia Solidária, quanto ao seu potencial e os seus limites em dirimir o avanço da precarização do trabalho. O objeto da pesquisa são as organizações coletivas (cooperadas ou associadas) de trabalhadores que atuam na recuperação de valor dos materiais recicláveis (executando a coleta, a triagem, o enfardamento e a sua comercialização), constituindo parte da base da indústria brasileira de recicláveis (BURGOS, 2014). Misturado ao lixo ou disperso em pequenas quantidades na imensa diversidade de espaços de habitação e produção das cidades, estes materiais perdem, após o consumo, seu valor de uso e, em decorrência disso, seu valor de troca. Apesar disso, os materiais descartados como lixo podem ser revalorizados pela reinserção, como matéria prima, na Indústria de Recicláveis. Esta possibilidade de recuperação de valor de uso confere aos recicláveis o valor de troca suficiente para ativar um amplo mercado<sup>6</sup>.

O Brasil produz mensalmente, em média, 6.548.617 toneladas de lixo (ABRELPE, 2015). Cerca de 30% deste material são potencialmente recicláveis (CEMPRE, 2015a). Como ainda não desenvolvemos sistemas eficazes de logística reversa, nem temos uma cobertura significativa de coleta seletiva, os Resíduos Sólidos Recicláveis (RSR) são depositados de forma inadequada em lixões e aterros sanitários das cidades (quando não tem destino ainda pior nos rios, lagoas e mares)<sup>7</sup>. Além do problema ambiental que deriva desta gestão equivocada dos RSR, perdem-se bilhões de reais anualmente ao ser negligenciada a reciclabilidade deste material (IPEA, 2010)<sup>8</sup>. Dito de outro modo, o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta que os RSR guardam grande potencial de

---

<sup>6</sup> Em 2012, o Brasil recuperou 27% dos materiais recicláveis coletados nas cidades. Para as embalagens, isoladamente, a recuperação foi de 65,3% (CEMPRE, 2015a).

<sup>7</sup> Segundo levantamento do CEMPRE (2015a), em 2014, apenas 17% dos municípios brasileiros ofereciam serviço de coleta seletiva, o que correspondia a 927 municípios. No entanto, dados divulgados pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais-ABRELPE (2015) informam que 65% dos municípios brasileiros praticavam a coleta seletiva, em 2014. De qualquer modo, mesmo se considerarmos o maior percentual, a coleta seletiva ainda tem abrangência limitada, pois cobre parte ainda ínfima da população dos municípios.

<sup>8</sup> Segundo o IPEA, em relatório publicado em 2010, se o material reciclável destinado inadequadamente aos aterros sanitários fosse reciclado, economizar-se-ia cerca de R\$8 bilhões de reais anualmente.

geração de valor. Em 2012, o setor industrial da reciclagem, em conjunto com o sistema de coleta e separação, movimentou R\$10 bilhões de reais (CEMPRE, 2015a), o que permite perceber a dimensão deste potencial, ainda pouco ativado no país.

Apesar da incipiência do setor de reciclagem brasileiro e da baixa cobertura de coleta seletiva, o país alcança resultados significativos. Em 2010, o Brasil reciclou 98% das latas de alumínio produzidas, ocupando o primeiro lugar entre os recicladores mundiais. O segundo lugar foi do Japão (CEMPRE, 2012a). Esta operação movimentou R\$ 1,8 bilhão na economia nacional. Em 2009, o Brasil reciclou 56% do Poli Tereftalato de Etileno (PET) produzidos, ocupando o segundo lugar entre os recicladores mundiais de PET. O primeiro lugar foi do Japão, que reciclou 72,1% (CEMPRE, 2012b). Em 2010, o Brasil reciclou 70% do papel ondulado (utilizado na fabricação de caixas de papelão) produzidos (CEMPRE, 2012c).

Estes resultados e a geração da riqueza associada a eles, contudo, resultam de uma base produtiva profundamente desigual, pois se ancora na exploração do trabalho informal de cerca de 600.000<sup>9</sup> catadores, que atuam sob condições precárias nos aterros sanitários e ruas das cidades brasileiras<sup>10</sup>, em um sistema que reproduz a pobreza de forma aguda.

Dado o reduzido desenvolvimento da coleta seletiva no Brasil e a ainda pequena organização do trabalho em cooperativas e associações, é, predominantemente, o trabalho do catador avulso (informal), que recupera os valores de uso e de troca do material reciclável, transformando-o em capital circulante (na forma de mercadoria), para posterior transformação em capital constante (na forma de matéria prima), incorporado pela Indústria da Reciclagem.

Neste circuito, a maior parte da riqueza produzida é acumulada no setor industrial, enquanto a que é retida pelos catadores caracteriza uma remuneração do trabalho extremamente baixa (BOSI, 2008). Segundo Burgos (2014) a condição de trabalhadores sobretantes impõe a execução de um trabalho

---

<sup>9</sup> Segundo levantamento do IPEA (2012), haveria no Brasil entre 400.000 e 600.000 catadores de materiais recicláveis, contingente compatível com a estimativa do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável.

<sup>10</sup> Segundo estimativas do IPEA (2013a), apenas cerca de 30 mil catadores estariam organizados em cooperativas ou associações.

absolutamente não pago. A autora demarca que o valor que os catadores recebem pelo material que acumulam seria relativo, tão somente, ao valor das matérias primas comercializadas por eles e não ao trabalho que executam. A característica oligopsônica do mercado de recicláveis permite à Indústria dos Recicláveis determinar preços muito baixos para os materiais que compra. Esta condição poderia ser alterada por meio da organização coletiva do trabalho dos catadores?

Os catadores não estão, propriamente, excluídos do processo produtivo capitalista, mas inseridos nele de forma precária e desvantajosa (ZANETTI, 2006). Bursztyn (2000) argumenta que os catadores de latinhas de alumínio, por exemplo, estão na ponta de um processo que se inicia nas ruas, em um “lixão” ou aterro sanitário e termina na linha de processamento de uma multinacional. Neste sentido, é válido lembrar que a reciclagem de latas de alumínio movimentou R\$1,8 bilhão, em 2012, no Brasil (CEMPRE, 2012a).

Embora traga, teoricamente, a possibilidade de superação da pobreza e das condições fisicamente degradantes de trabalho e de fomentar uma transformação no sentido de maior igualdade social e econômica (LEITE, 2009; SANTOS, 1995; SINGER, 2003), a organização coletiva dos catadores nos moldes da Economia Solidária traz também um amplo conjunto de paradoxos e ambiguidades, que configuram possibilidades de inserção positiva dos trabalhadores nos circuitos de produção do valor, mas que implicam o risco de coadunar-se com formatos perversos de exploração do trabalho. A perspectiva adotada nesta pesquisa prioriza as tensões entre os aspectos positivos e os negativos enfeixados em torno das propostas de organização do trabalho nos moldes da Economia Solidária. Estas ambiguidades orientam nossas questões. Interessa observar em que medida as experiências no campo da Economia Solidária perfazem um caminho rumo à emancipação dos trabalhadores ou em que medida elas apenas os insere no circuito de acumulação do capital, de forma submissa. Desta questão teórica ampla, derivam duas outras específicas.

A primeira é relativa à renda dos catadores. Trata-se de verificar qual é o patamar de renda que os EES são capazes de garantir aos catadores e se ele indica a possibilidade de elevá-los acima da linha da pobreza. A segunda é relativa às formas de gestão do trabalho nos EES. Neste ponto, nosso interesse é verificar quais são as possibilidades de (re)criação de formas de gestão do trabalho que prezem pela autonomia e pela autogestão. Estas duas questões incorporam a

observação das condições de trabalho e dos direitos a ele associados, pois, em conjunto, podem fundamentar critérios para um balanço dos ganhos e/ou das perdas que esta configuração do trabalho apresenta aos catadores.

Nossa hipótese fundamenta-se na ideia de que a aprovação da Lei de Resíduos Sólidos (12.305), em 2010, pode ter alterado o quadro de fomento ao cooperativismo de catadores, amalgamando atores e instituições que já vinham se constituindo como agentes importantes neste cenário. Assim, na esfera estatal, a criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) sinalizaram este novo ambiente, que responde, por sua vez, às articulações no campo privado empresarial (com associações, ONGs - Organizações não Governamentais e OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) e dos movimentos sociais (particularmente com a criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR). Partimos, portanto, da hipótese de que a aprovação da Lei de Resíduos Sólidos teve efeito sinérgico sobre este conjunto de atores sociais, ativando recursos financeiros e humanos no campo do cooperativismo de catadores, alterando a configuração do seu trabalho, no sentido de uma inserção mais vantajosa no circuito da reciclagem.

Magera (2005) aponta os fatores que determinavam o fracasso econômico das cooperativas e, por consequência, os baixos rendimentos dos cooperados: baixa produtividade e pequena escala de comercialização, decorrente da ausência de articulação das cooperativas em rede. Ausência de uma articulação política dos trabalhadores em nível nacional e de uma legislação que amparasse a atividade da reciclagem no Brasil. Por fim, não havia ações de financiamento das cooperativas e das suas redes. Nossa hipótese é a de que este cenário foi alterado, com a aprovação da Lei de Resíduos Sólidos, criando um amparo mais consistente para o funcionamento das atividades de reciclagem, inclusive com fomento financeiro. O surgimento do MNCR também introduziu modificações, induzindo a articulação das cooperativas em rede. Por fim, o CATAFORTE constituiu um programa de financiamento, permitindo a aquisição de maquinário e a construção dos espaços de produção (bens de capital). A conjunção destas mudanças, concentradas em um período de uma década, teria alterado os fatores estruturais observados por Magera, tornando o cenário atual do cooperativismo de catadores significativamente diferente daquele no qual o autor desenvolvera sua pesquisa?

Em resumo, nossa pesquisa leva em conta os fatores estruturais apontados por Magera (2005) como limitantes do sucesso econômico dos EES de catadores, considerando que a confluência da Lei de Resíduos Sólidos e do CATAFORTE pode tê-los alterado, configurando um novo cenário para o trabalho dos catadores.

Para averiguar isso, estabelecemos o impacto do programa CATAFORTE nas cooperativas como ponto de observação, por constituir a ação mais importante voltada ao fomento de EES de catadores, no campo das políticas públicas de caráter social (em termos de volume de recurso e de visibilidade). Associado à aprovação da Lei de Resíduos Sólidos, o CATAFORTE organiza, por meio de editais públicos, a distribuição de recursos financeiros e humanos (na forma de consultorias e capacitações) às cooperativas e redes de cooperativas de catadores.

Nossa metodologia esteve baseada no estudo comparativo do impacto do CATAFORTE em duas redes de cooperativas de catadores, localizadas nas cidades de Campinas-SP e de Maceió-AL. A escolha destas redes levou em consideração a semelhança entre os tempos de existência das cooperativas que as compõem (13 anos, aproximadamente), tendo sido formadas e impactadas pelo mesmo contexto de mudanças institucionais mencionadas acima. Apesar disto, as duas redes apresentavam características muito distintas, com relação à organização do trabalho e à renda que proporcionavam aos cooperados. Como estes fatores tinham relação com os nossos interesses iniciais de investigação, o estudo comparativo permitiria destacar semelhanças e diferenças entre experiências de cooperativismo assistidas pelo mesmo conjunto de políticas públicas, mas com resultados distintos.

A primeira inserção em campo ocorreu setembro de 2012, na ASMARE (Belo Horizonte) e na REICLAMP (Campinas), que é uma cooperativa de segundo grau, criada em 2008, agrupando seis cooperativas<sup>11</sup>, nas quais trabalham cerca de 150 catadores. Com uma média de tempo de formação de 13 anos, estas seis cooperativas constituíram-se na convergência da luta política dos movimentos sociais de base (notadamente eclesiais) com os programas governamentais (especificamente de âmbito municipal) de fomento ao cooperativismo e ao

---

<sup>11</sup> Antonio da Costa Santos, REICLAR, Divipaz, São Bernardo, Unidos na Vitória e Recoopera.



associativismo, implementados em Campinas, no governo petista de Antônio da Costa Santos (NÓBREGA, 2006).

Na primeira visita, realizada em 2012, aplicamos 20 questionários, entre os cooperados que trabalhavam na triagem do material reciclável. Realizamos, também, quatro entrevistas com cooperados que trabalhavam na administração dos empreendimentos. Estávamos na fase exploratória. A entrada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar (PPGS-UFSCar) ocorreu em março de 2013, quando o projeto de pesquisa foi definitivamente elaborado.

Em setembro de 2014, realizamos nova inserção na REICLAMP, gravando 10 entrevistas e participando de duas reuniões entre os cooperados. As entrevistas seguiam um roteiro contendo quatro pontos centrais: (1) a renda dos cooperados, (2) o contrato de prestação de serviço ambiental para a prefeitura de Campinas, (3) a gestão do trabalho e (4) o impacto do CATAFORTE na estruturação e consolidação da rede. Foram aplicados 50 questionários entre os cooperados de três cooperativas da rede.

O coordenador do Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo (CRCA), que abriga a REICLAMP, nos forneceu as planilhas de balanço da produção e da comercialização dos recicláveis da rede, que contemplam toda a movimentação dos anos de 2013 e 2014, permitindo uma avaliação dos rendimentos médios dos cooperados. Os dados foram cruzados com as informações colhidas nas entrevistas.

Entre 10 de outubro e 01 de dezembro de 2016, realizamos a pesquisa de campo em Maceió, observando três cooperativas que compõem uma rede formada por sete empreendimentos (três na capital e outros quatro em cidades do interior de Alagoas: Arapiraca, Penedo, Delmiro Gouveia e Palmeira dos Índios). Foram realizadas sete entrevistas, incluindo as coordenadoras das cooperativas, cooperados e uma técnica da Unitrabalho-UFAL, que participou do processo que as incubou. As entrevistas seguiram o mesmo roteiro aplicado nas cooperativas de Campinas. Foram aplicados também 52 questionários entre os cooperados.

Seguimos o método da entrevista compreensiva (KAUFMANN, 2013), no qual o pesquisador entabula uma “conversa” com o entrevistado, partindo de um tema específico, relacionado às questões que se quer averiguar e, no decorrer do diálogo, “provoca” as respostas de acordo com o roteiro pré-definido. O método

privilegia o fluxo de interação, que segue uma intencionalidade, balizada pelo roteiro de questões.

Além das entrevistas, analisamos os documentos (editais e materiais utilizados nas formações) produzidos no âmbito do CATAFORTE, para tentar identificar suas linhas de ação. Neste caso, o material utilizado nos cursos de formação foi analisado em conjunto com as entrevistas.

A observação do cotidiano das cooperativas também forneceu elementos para a análise da gestão, pois permitiu avaliar o que “acontece” no dia-a-dia do empreendimento e que nem sempre condiz com o que é dito pelos cooperados, que, muitas vezes, acionam discursos “prontos”, ou seja, modulados de acordo com o ouvinte. A participação em reuniões e assembleias, a presença no galpão, o diálogo livre e o perambular pelo espaço de trabalho também trouxeram informações para a pesquisa, permitindo observar as relações entre os cooperados na divisão de tarefas, o estabelecimento de posições hierárquicas ou horizontais, as formas de resolução dos conflitos e os processos de gestão do trabalho.

No primeiro capítulo, discutiremos as ambiguidades e ambivalências que marcam os regimes de acumulação fordista e toyotista. Desta discussão, interessa destacar a formação das empresas em rede, como decorrência da transição entre os regimes de acumulação, bem como as principais consequências para a configuração do trabalho.

No segundo capítulo, destacamos as repercussões dos traços gerais desta transição no âmbito da Economia Solidária. Não pretendemos esgotar todos os dilemas, paradoxos, ambivalências e ambiguidades verificados no debate acerca do trabalho na Economia Solidária e sim estabelecer um recorte específico voltado à análise dos catadores de materiais recicláveis. Ao final do capítulo, recuperamos o debate sobre as perspectivas do trabalho organizado coletivamente, quanto aos limites e potenciais para a superação da pobreza e da precariedade, que marcam o trabalho dos catadores.

No terceiro capítulo, abordaremos as políticas sociais voltadas aos catadores de materiais recicláveis, que decorrem de um novo ambiente institucional induzido pela criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC), da SENAES, da aprovação da lei que instituiu a Política Nacional dos Resíduos Sólidos Recicláveis e da ativação do programa

CATAFORTE. A presença do Terceiro Setor, na operacionalização destas políticas, também será abordada neste capítulo.

No quarto capítulo, apresentaremos panoramicamente o campo da pesquisa, com breve histórico da formação das cooperativas estudadas e uma síntese das condições de trabalho e renda dos catadores.

No quinto capítulo, discutiremos a sustentabilidade econômica das cooperativas pesquisadas e sua relação com a renda, o acesso aos direitos vinculados ao trabalho e as possibilidades abertas com a contratação para integrarem os planos municipais de gestão dos resíduos sólidos, nas suas respectivas cidades. Neste capítulo, concentraremos atenção no impacto do CATAFORTE na estruturação material e consolidação da competência das cooperativas de catadores para a prestação do serviço de coleta seletiva, triagem e comercialização dos recicláveis.

No sexto capítulo, discutiremos a relação entre a gestão dos empreendimentos e o aproveitamento dos recursos do CATAFORTE. A bibliografia aponta que as cooperativas de catadores tendem a desenvolver formas de gestão que reproduzem relações típicas de empresas heterogeridas (RIZEK, 2009) ou que mantêm elementos da cultura do trabalho heterônimo no seu cotidiano (LIMA, 2010). Nossa intenção é discutir estas noções e verificar como o modelo de gestão adotado nas cooperativas se relaciona com a ação do CATAFORTE, em termos de aproveitamento dos recursos materiais aportados e capacitações técnicas oferecidas.

## 1 AMBIVALÊNCIAS E AMBIGUIDADES NO MUNDO DO TRABALHO

As configurações que a relação capital/trabalho assume na contemporaneidade dizem respeito, segundo Harvey (2009), à transição entre o regime de acumulação fordista e o regime de acumulação flexível. A conformação do regime de acumulação depende de uma determinada articulação entre Estado, trabalho e capital, no sentido de garantir a reprodução deste último. Ao final da Segunda Guerra Mundial, esta articulação ganhou contornos identificados como pacto, acordo ou consenso keynesiano (HARVEY, 2009, p. 125; HOBBSAWM, 1996, p. 264), ao qual correspondeu o regime de acumulação fordista. A transição do Estado keynesiano para o Estado neoliberal foi acompanhada pela transição entre o regime de acumulação fordista e o regime de acumulação flexível, redefinindo a relação entre Estado, trabalho e capital. Embora o processo tenha implicado claro avanço do capital sobre o trabalho, como veremos a seguir, ele se deu em meio a ambivalências e ambiguidades<sup>12</sup> que dificultaram o posicionamento diante das transformações em curso (BOLTANSKI; CHIAPELO, 2009). As propostas de organização do trabalho nos moldes da Economia Solidária surgem neste contexto de transição. Em que medida elas são impactadas por ele e como isso se processa? Considerando a conflitualidade do capital e do trabalho, como posicionar a Economia Solidária neste contexto de ambivalências e ambiguidades? Estas são algumas questões, dentre outras, que pretendemos explorar a seguir.

### 1.1 Ambivalências do fordismo: a grande empresa e os direitos do operário-massa

O regime de acumulação fordista, cujo período aproximado de vigência foi entre 1945 e 1973, tem sua origem nas experiências de aplicação dos princípios tayloristas de organização do trabalho nas fábricas de Henry Ford, a partir de 1914. Mas as condições necessárias para a expansão e maturação deste regime só se apresentariam depois da crise de 1930, quando a articulação com um Estado de tipo keynesiano e a necessidade de produção e consumo em massa o consolidariam

---

<sup>12</sup> É importante lembrar que **ambiguidade** significa confusão, equívoco, engano e incerteza, enquanto **ambivalência** significa simultaneidade de contrários, coexistência de termos antagônicos em um mesmo objeto, contexto ou fator.

como modelo coeso de reprodução do capital (PINTO, 2010). A recuperação das economias capitalistas centrais, ao término da Segunda Guerra Mundial, acentuaria estas tendências e expandiria o modelo, a partir dos Estados Unidos, para a Europa, por meio do Plano Marshall (HOBBSAWM, 1995, p.270). Forma-se, assim, mais do que um regime de acumulação, pois o pacto fordista-keynesiano fundamentaria o desenvolvimento de um novo tipo de comportamento social, identificado por Gramsci (2001) como americanismo, com impactos não só na economia, mas no próprio modo de vida e de consumo, conformando uma maneira particular de apreciação estética e de valores<sup>13</sup>.

O Estado keynesiano ou Estado de bem-estar social passa a regular a relação capital/trabalho, no sentido de garantir aos trabalhadores rendimentos capazes de sustentar o consumo em massa, compatível com a produção em grande escala. Esta regulação objetivava estabelecer algum equilíbrio entre produção e consumo, prevenindo crises de superprodução, como a que ocorreu nos anos 30. Adicionalmente, o Estado de bem-estar social caracteriza-se pela redistribuição de recursos da riqueza socialmente produzida (e acumulada na forma de imposto sobre a renda do capital e do trabalho), oferecendo aos trabalhadores serviços públicos de saúde, educação e moradia, compondo um salário social que tem impacto direto sobre as condições de vida da classe trabalhadora.

Hobsbawm (1995) demarca que o período pós-guerra, até 1973, entrou para a história como a Era de Ouro do capitalismo. As taxas de crescimento dos PIBs das economias capitalistas centrais (exceto a dos EUA) foram ineditamente altas. As economias do então bloco comunista também cresciam, embora na década de 60 já diminuíssem o ritmo, pelo menos para os padrões capitalistas. Para os países da periferia do sistema, a Era de Ouro não teve o mesmo impacto, mas reduziu a quase zero o problema da fome e da miséria extrema. De todo modo, a Era de Ouro foi um fenômeno mundial, muito embora com maior relevância para as economias capitalistas centrais, que concentravam, neste período, “três quartos da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações manufaturadas (OCDE *Impact*, pp. 18-9)” (HOBBSAWM, 1995, p. 255).

---

<sup>13</sup> Harvey (2009) desenvolve essa ideia ao tratar do modernismo como elemento cultural do fordismo, em comparação com o pós-modernismo, que seria o padrão cultural condizente com a “flexibilidade” da era pós-fordista.

Neste cenário, a elevação do nível de vida da classe trabalhadora, sob o entusiasmo do estado keynesiano, incluía a situação de pleno emprego e o aumento constante dos salários, cada vez mais livres<sup>14</sup> para o consumo de bens até então inacessíveis ao trabalhador médio (viagens internacionais, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e automóveis).

O estabelecimento deste regime de acumulação, contudo, foi formado em meio aos conflitos de classe inerentes ao capitalismo:

O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder, tenso mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado [sindicalmente], o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançado por acaso – resultou de anos de luta. (HARVEY, 2009, p.125)

Harvey (2009, p.129) e Hobsbawm (1995, p. 277) destacam a centralidade das organizações sindicais no amadurecimento do regime de acumulação fordista, evidenciando as ambiguidades com as quais os trabalhadores organizados precisavam lidar na sua relação com o capital. Se, por um lado, o tipo de mediação entre capital e trabalho apontava para a limitação da exploração do trabalho, como forma de garantir poder aquisitivo aos trabalhadores compatível com a produção em grande escala, por outro, impunha um regime de produção austero e extenuante nas linhas de montagem. No chão de fábrica, as relações hierárquicas, determinadas pela separação entre planejamento e execução das etapas de produção dariam origem ao homem-boi fordista, embrutecido e limitado em suas capacidades humanas de criação e inventividade (PINTO, 2010). A alienação do trabalho, levada ao paroxismo pela pressão do ritmo de produção exercida sobre os trabalhadores marcaria o imaginário dos “tempos modernos”, como bem registrou Chaplin.

Embora os sindicatos tenham adquirido poder de mobilização suficiente para interferir na constituição do fordismo, notadamente pelo acolhimento das suas

---

<sup>14</sup> No fim da década de 70, todos os Estados capitalistas avançados haviam se tornado “Estados de Bem-estar social”, dentre os quais Austrália, Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália e Países Baixos gastavam mais de 60% dos seus orçamentos com a seguridade social. Este perfil de organização estatal provia a classe trabalhadora com todos os bens sociais fundamentais, liberando seus salários para o consumo daquilo que ia muito além das necessidades básicas (HOBBSAWM, 1995, p. 279).

reivindicações, proporcionado pela mediação do Estado e pela própria configuração das plantas de produção verticalizadas e que agrupavam grande número de trabalhadores sob as mesmas regras de produção, seus pendores de mudança mais favorável ao trabalhador arrefeciam diante das conquistas de direitos, de ajustes salariais vantajosos e do acesso aos bens sociais capazes de garantir elevação significativa do seu nível de vida. De modo que o fordismo contou com uma postura colaborativa por parte dos trabalhadores organizados nos sindicatos, principalmente quanto à adequação da disciplina do trabalho às exigências da linha fordista de produção (HARVEY, 2009, p.128).

Essa colaboração, evidentemente, não era absoluta ou livre de reversão. O consenso em torno do fordismo nunca foi total, guardando o conflito latente entre capital e trabalho, que eclodia em greves sem determinação de tempo, paralisações programadas, piquetes e ocupações de fábricas, abundantes na Europa nos anos 60 (HARVEY, 2009, p. 135).

Se o operário-massa foi a base social para a expansão do “compromisso” social-democrático anterior, ele foi também seu principal elemento de transbordamento, ruptura e confrontação, da qual foram forte expressão os movimentos pelo controle social da produção ocorridos no final dos anos 60. O processo de proletarização e massificação ocorrido durante a vigência do taylorismo/fordismo mostrou-se, portanto, fortemente contraditório. (ANTUNES, 2003, p.41).

Enquanto a postura dos trabalhadores oscilava entre a colaboração e a rebeldia, a dos intelectuais de esquerda e de direita não era menos vacilante, principalmente nos anos 30, quando o fordismo ainda estava se desenhando em meio aos esforços de recuperação da crise. Harvey lembra que Lênin esteve entre os que louvaram a produção taylorista e fordista, como modelo a ser adotado na ampliação da produtividade do trabalho (2009, p.123). E depois de consolidar-se, o regime fordista não escapou da crítica à esquerda, que o percebia como uma forma de passivização das lutas tradicionais da classe trabalhadora. No entanto, alimentando a controvérsia em torno das ambiguidades que marcam estas aparentes conciliações entre capital e trabalho, os autores da Escola da Regulação investem na possibilidade de substituição do conflito de classe pela regulação da relação salarial, típica do fordismo, como via de estabilização das contradições inerentes ao capitalismo (BRAGA, 2003).

Os movimentos de contestação, notadamente os que se organizavam à revelia dos sindicatos (por isso caracterizados como “greves selvagens”), traziam a

pauta do controle dos meios de produção, denunciando a alienação e a agudez da exploração contidas no regime fordista. Radicalizavam, assim, a luta operária e prenunciavam o esgotamento do modelo (ANTUNES, 2003, p.43-4). A acentuação dos conflitos, neste período, revela as ambivalências do regime fordista e os seus limites no que diz respeito ao pacto ou conciliação entre capital e trabalho.

A desaceleração das economias capitalistas centrais<sup>15</sup> foi, no entanto, o sinal mais evidente dos limites do fordismo e uma das causas estruturais de maior relevância para a determinação da transição deste regime para o regime de acumulação flexível. Neste cenário, a queda das taxas de lucro do capital implicava a redução do poder de operação do Estado de bem-estar social, em função das quedas correspondentes na arrecadação. O problema fiscal, decorrente da desaceleração da economia, aumentava a pressão sobre os Estados, que deveriam não só manter, mas ampliar os benefícios aos trabalhadores, como forma de conter as insatisfações que se generalizavam dentro e fora da Europa. O recurso ao controle monetário, com emissão de mais moeda, não foi suficiente, desencadeando um processo inflacionário que corroía o poder aquisitivo dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que dificultava ainda mais a recuperação fiscal dos Estados (HARVEY, 2009, p.174). Instaurou-se um quadro crítico que colocou em risco a estabilidade do pacto fordista-keynesiano.

O ciclo de crescimento econômico que o capitalismo havia experimentado na Era de Ouro esgotou-se. A paralisia do sistema demandou a reorganização daqueles elementos que estruturam, na proposição de Harvey, a reprodução do capital, ou, nos termos de Antunes (2003), permitem o funcionamento do seu metabolismo. Desta forma, Estado, capital e trabalho reagrupam-se sob um novo regime de acumulação. O regime de acumulação flexível constituiu-se, portanto, como uma resposta do capital à crise do regime fordista. Tratava-se de recuperar as taxas de lucro, perdidas sob a rigidez fordista.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços

---

<sup>15</sup> Entre 1960 e 1985, a taxa anual de crescimento do PIB dos Estados Unidos declinou de 4,4% para 2,5%. No mesmo período, a taxa anual de crescimento do PIB do Japão declinou de 10,4% para 4%. A da então Alemanha Ocidental caiu de 4,1% para 1,3%. A média de redução da taxa anual de crescimento do PIB, para o conjunto de países da OCDE, neste período, foi de 5,1%, para 2,2%. (HARVEY, 2009, p.126).



financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). (HARVEY, 2009, p.140)

## **1.2 Ambivalências do regime de acumulação flexível: a empresa em rede e o trabalho “participativo” precarizado**

Com relação ao trabalho, a principal característica do regime de acumulação flexível foi a sua intensificação, por meio da ampliação da jornada e/ou da inovação tecnológica. Esta última trouxe para o processo produtivo máquinas e sistemas de automação, associadas a novos modelos de gestão poupadores de mão-de-obra, acarretando desemprego estrutural e a ampliação do exército industrial de reserva. A substituição dos contratos de trabalho por tempo indeterminado, por contratos temporários ou por tempo parcial, bem como as subcontratações e terceirizações de serviços e mão-de-obra espalharam-se pela Europa e pelos Estados Unidos, configurando um novo mercado de trabalho, muito mais instável, competitivo e fluido.

A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins. Na Inglaterra os “trabalhadores flexíveis” aumentaram em 16 por cento, alcançando 8,1 milhões entre 1981 e 1985, enquanto os empregos permanentes caíram em 6 por cento, ficando em 15,6 milhões (Financial Times, 27 de fevereiro de 1987). Mais ou menos no mesmo período, cerca de um terço dos dez milhões de novos empregos criados nos EUA estavam na categoria “temporário” (New York Times, 17 de março de 1988). (HARVEY, 2009, p. 144)

Além destas relações contratuais precárias, que na maior parte das vezes destituí direitos vinculados ao trabalho, ressurgem ou reforçam-se formas ainda mais precárias de trabalho, como o informal e o familiar. Harvey lembra que estas formas precárias de trabalho sempre conviveram com o trabalho de tipo fordista, mas de maneira marginal. Agora, elas estariam ocupando lugar central (2009, p. 145).

As grandes empresas programaram processos de reestruturação produtiva, que visavam a redução do número de trabalhadores em seus núcleos centrais, engrossando a massa de desempregados. Neste cenário, o poder de

organização dos trabalhadores, que havia sido um dos pilares do fordismo, sofreu retração. A dessindicalização crescente foi um dos indicadores deste refluxo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 309).

Em um contexto de desemprego estrutural crescente e sem o amparo da organização sindical, a força de trabalho ficou mais vulnerável às novas formas de intensificação da exploração. A perda de direitos e garantias associadas ao trabalho, concomitante com a redução salarial, implicou o avanço do capital sobre o trabalho, facilitando a retomada das suas taxas de lucro (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 239)<sup>16</sup>.

No conjunto das mudanças trazidas pela acumulação flexível, o modelo de organização em rede, implementado a partir da reestruturação produtiva, combinou núcleos empresariais nos quais predomina o trabalho qualificado, estável e bem remunerado, com pequenas e numerosas empresas que passaram a disponibilizar trabalho precário, a um custo baixo (HARVEY, 2009, p.150).

Assim, concomitante ao movimento de redução dos empregos, ocorreu o movimento de alteração da modalidade de execução do trabalho, proporcionado pela estrutura de produção em rede. Seguindo a análise de Boltanski e Chiapello (2009), que trata este processo sob o termo reestruturação do tecido produtivo<sup>17</sup>, a grande fábrica fordista com sua organização verticalizada (quase todas as etapas de produção, bem como as peças e partes que a compunham, estavam dispostas em uma mesma planta industrial) cede lugar à núcleos de produção “independentes”, organizados de forma horizontal. As aspas no termo “independente” são importantes, pois a estrutura em rede horizontaliza a produção e/ou a articula a partir de laços complexos, mas sempre em função destes núcleos centrais ou empresas líderes (para usar o termo de Boltanski e Chiapello), que determinam as demandas por produtos, serviços e mão-de-obra às empresas da rede. O ritmo, a qualidade e o volume da produção e dos serviços requeridos pelas empresas líderes balizam o funcionamento de todas as empresas que compõem a rede (2009, p. 245). Assim, a independência é meramente formal e cumpre, justamente, a função de suprir as

---

<sup>16</sup> A relação entre capital e Estado também pendeu para o lado do capital, notadamente o financeiro (HARVEY, 2009, p. 156).

<sup>17</sup> Os autores distinguem a flexibilidade no mundo do trabalho em **interna** (relativa à organização do trabalho no processo produtivo: polivalência, autocontrole, autonomia etc.) e **externa** (relativa à organização das empresas em rede).

atividades das empresas líderes com produtos e serviços, sem que recaia sobre elas os custos e as dificuldades de gestão do trabalho.

Muitas vezes dedicados inteiramente à montadora-cliente próxima, esses estabelecimentos, embora pertencentes a grupos jurídica e financeiramente independentes, na verdade são anexos das montadoras. Nascidos por ocasião do movimento de terceirização (as compras representam a partir de então 65% a 75% do custo de produção de um veículo), eles possibilitaram que as montadoras reduzissem o número de empregos não qualificados em suas dependências, terceirizando-os (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 251).

Em síntese, o enxugamento das empresas líderes, que passam a recorrer à mão-de-obra terceirizada, transfere seus empregos para o conjunto das empresas menores organizadas em rede. Os empregos antes vinculados ao um número menor de entidades jurídicas, agora pulverizam-se em uma miríade de entidades.

O número de grupos [empresas], assim, passou de 1300 no fim de 1980 para 6700 no fim 1995; o número de empresas controladas passou de 9200 para 44.700, o que representa apenas 2% dos 2 milhões de empresas, porém metade dos assalariados, mas de 60% do valor agregado, três quartos do mobilizado físico e 87% dos capitais próprios. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 245)

A importância crescente destas empresas menores quanto à participação na geração total de empregos no mercado de trabalho francês aponta para o espraiamento das relações precárias de trabalho, já que superam as grandes empresas em número absoluto de contratações (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 244): “A empresa de trabalho temporário Adecco tornou-se em 1997 o primeiro empregador privado da França” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 248).

O sentido geral deste processo, captado por Boltanski e Chiapello, é a ocultação do uso de trabalho precário por parte das grandes empresas, que, de forma flexível, dispõem dele (usam e descartam) sem qualquer custo. As tecnologias de comunicação e informação permitiram a desconcentração das atividades produtivas, sem que as empresas líderes percam o controle sobre os processos produtivos geridos pela cadeia de empresas terceirizadas que se acoplam a elas. O caso da Benetton é exemplar. A empresa apenas administra o setor de marketing, gerindo uma marca, e subcontrata todas as outras etapas produtivas necessárias à elaboração do produto, afinal:

Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles. O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo da “Terceira Itália”, por

exploradores em Nova Iorque e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong. (HARVEY, 2009, p.175)

No mesmo espaço fabril, também podem conviver trabalhadores contratados por diversas empresas, com status diferentes de trabalho, dificultando a articulação sindical, uma vez que estão vinculados a categorias distintas. Com isso, a expansão do regime de contratação precário também tem efeito sobre os trabalhadores ainda mantidos sob regime de contratação por tempo indeterminado, com as garantias que daí decorrem, pois esta condição está cada vez mais ameaçada, o que permite o avanço do capital também sobre este regime de trabalho, podendo implicar a ampliação da jornada de trabalho e a redução dos salários. A generalização dos contratos precários nivela por baixo as condições de contratação não precária. A desarticulação sindical completa este cenário de dificuldades de organização por parte dos trabalhadores, deixando o capital mais livre para avançar na sua reorganização.

Isso não significou o espraiamento homogêneo e definitivo do regime de acumulação flexível. As tendências apontadas não excluíram definitivamente o fordismo, bem como ambos (fordismo e acumulação flexível) não suprimem por completo a “acumulação primitiva de capital”. O processo foi gradativo, provocando sobreposições e intersecções entre diversas modalidades de organização do trabalho (LIMA, 2010, p.178). Enfim, se o regime de acumulação flexível desponta como modelo hegemônico no capitalismo contemporâneo, notadamente na maneira como as grandes corporações organizam suas redes de produção e fazem a gestão do trabalho, isso não implica o completo desaparecimento do regime fordista, que foi expandido, por exemplo, para os países capitalistas mais pobres, formando o fordismo periférico (HARVEY, 2009, p. 174). O resultado, contudo, foi o predomínio do regime de acumulação flexível, que provocou inequívocas perdas para os trabalhadores.

[...] similarmente ao fordismo vigente ao longo do século XX, mas seguindo um receituário diferenciado, o toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta de extração da mais-valia. Se lembrarmos que a proposta do governo japonês, recentemente elaborada, conforme já indicamos, “é de aumentar o limite da jornada de trabalho (de 9 para 10 horas) e a jornada semanal de trabalho (de 48 para 52 horas)”, teremos um claro exemplo do que acima mencionamos (Japan Press Weekly, op. cit). (ANTUNES, 2003, p. 56).

Boltanski e Chiapello (2009) chegam à mesma conclusão, após analisar a configuração do trabalho, no novo espírito do capitalismo. Os novos arranjos favoreceram o capital na distribuição entre salários e lucros, aprofundando a desigualdade relativa à distribuição funcional da renda (proporção entre renda na forma de capital e renda na forma de salário, na composição da riqueza total).

O conjunto dessas transformações, como vimos, possibilitou que as empresas recuperassem um nível de organização que fora comprometido no início dos anos 70, gerando grandes ganhos de produtividade, de tal modo que as empresas francesas que enfrentam os mercados estrangeiros hoje estão bastante competitivas. Não se pode em caso algum considerar que esse resultado não tem valor. No entanto, parece que os assalariados pagaram caro demais por essas transformações, pois, simplesmente para manterem seu nível de vida, tudo parece indicar que eles precisam trabalhar mais; ao mesmo tempo, aqueles que são considerados "inadaptáveis", incapazes de acompanhar essa tendência, são relegados a empregos de menor qualidade, até mesmo fora do mercado do trabalho. *Assim, uma parcela atual da falta de empregos deve ser claramente atribuída às práticas que alijaram do tempo trabalhado e pago todos os momentos de folga, assim como parte dos lucros das empresas deve ser atribuída à obtenção de maior valor agregado do trabalho humano em troca de um salário que não muda.* (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 279, destaque dos autores).

Os autores caracterizam o terceiro espírito, desta forma, como aquele que garantiu a reorientação do capital, no sentido da maior exploração do trabalho. A intensificação do trabalho permitiu ganhos de produtividade, associados à redução dos salários, compondo um cenário de deterioração do trabalho. Em síntese, demarcam a perda de direitos antes vinculados ao trabalho, a maior exploração e o empobrecimento da classe trabalhadora, configurando um retrocesso social.

Independente da magnitude da mudança ou do mapa preciso da sua extensão, o importante é que estas transformações foram suficientemente profundas, para legitimar novas formas de organização do trabalho e dos direitos sociais a ele vinculados. Legitimidade que, evidentemente, também não é absoluta, mas que adquiriu força capaz de inseri-la na disputa por novas formas de justificação (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Apesar das inequívocas perdas para os trabalhadores, estas formas de organização do trabalho trazem novo conjunto de ambivalências e ambiguidades. Para Boltanski e Chiapello, o novo espírito do capitalismo retira justamente destas ambiguidades a legitimidade necessária para convencer a sociedade e conquistar a adesão dos trabalhadores ou o seu engajamento nos processos de trabalho. Trata-

se, afinal, de uma disputa ideológica, cujo sucesso ou fracasso terá impacto direto sobre as esferas da produção e da circulação.

Neste sentido, Antunes chama atenção para o debate, no campo da sociologia, em torno dos sentidos que assumem as novas configurações do trabalho.

Estas mutações, iniciadas nos anos 70 e em grande medida ainda em curso, tem, entretanto, gerado mais dissensão que consenso. Segundo alguns autores, elas seriam responsáveis pela instauração de uma nova forma de organização industrial e de relacionamento entre o capital e o trabalho, mais favorável quando comparada ao taylorismo/fordismo, uma vez que possibilitaram o advento de um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente, dotado de “maior realização no espaço do trabalho”. Essa interpretação, que teve sua origem com o texto de Sabel e Piore (1984), vem encontrando muitos seguidores, que, mais ou menos próximos à tese da especialização flexível, defendem as chamadas “características inovadoras” da “nova fase”, mais apropriada a uma interação entre o capital e o trabalho e, nesse sentido, superadora das contradições básicas constitutivas da sociedade capitalista. (2003, p. 48).

A análise marxista, desenvolvida por Harvey, acerca da transição do regime de acumulação fordista, para o regime de acumulação flexível, resulta na ênfase das perdas para os trabalhadores, mas o autor não deixa de considerar que:

Somos também forçados a considerar que tudo isso cria para a classe trabalhadora oportunidades—bem como perigos e dificuldades—, precisamente porque educação, flexibilidade e mobilidade geográfica, uma vez adquiridas, ficam mais difíceis de ser controladas pelos capitalistas. (HARVEY, 2009, p.175).

As ambiguidades criadas na disputa ideológica pela afirmação/negação das mudanças nas relações de trabalho ancoram-se nas ambivalências concretas que derivam do movimento de incorporação da crítica, operado pelo capitalismo, como parte do esforço de lhe garantir legitimidade. Neste ponto é importante notar que o desenvolvimento do regime de acumulação flexível apresentou diversas respostas às críticas que recaíam sobre o fordismo, notadamente sobre a ideia do homem-boi ou operário-massa. A possibilidade de polivalência surge como resposta às críticas de que as tarefas repetitivas e maquínicas do taylorismo embotavam a criatividade do trabalhador. Sob este argumento, a “defesa” da polivalência aciona a ideia de que ela traria a criatividade e a expressividade do trabalhador para o interior do processo produtivo. No mesmo projeto, contudo, aponta-se a ampliação da exploração do trabalhador, que passa a ser solicitado com mais intensidade, sem que se apresente correspondente ganho em termos salariais ou de condições de trabalho. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 278).

As ambivalências do mundo do trabalho, vistas aqui no regime fordista e no regime de acumulação flexível resultam em ambiguidades, confusões quanto

ao discernimento entre o que é resistência e o que é conciliação com o capital. O acionamento dos aspectos ambivalentes do trabalho dificulta perceber quando e como cada um deles apresenta sinais transformadores ou conservadores. Esta dificuldade torna-se especialmente aguda nos momentos de transição, como evidenciam Boltanski e Chiapello, ao tratar da retração da crítica que acompanha a formação do Novo Espírito do Capitalismo.

Pelo menos caberá argumentar se o progresso é real quanto ao comportamento das hierarquias das quais foram excluídos os "pequenos chefes", e se os esforços para enriquecer o trabalho e aumentar a autonomia deram bons frutos. As pessoas são mais livres em termos de horários, e o desenvolvimento do tempo parcial foi ao encontro de numerosas aspirações. Nada disso é falso, mas a maior autonomia também oculta injunções mais numerosas. (2009, p. 283)

### **1.2.1 As ambiguidades decorrentes do regime de acumulação flexível, como resposta às críticas ao fordismo**

A análise desenvolvida por Boltanski e Chiapello (2009) procura deslindar os mecanismos por meio dos quais o capitalismo restaura seu aparato ideológico no sentido de adequá-lo às necessidades de conquista do engajamento dos trabalhadores no processo produtivo. Afinal de contas, sem este engajamento o controle sobre o fator "trabalho" ficaria comprometido. E sem este controle, não há reprodução do capital (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 91; HARVEY, 2011, p. 55).

No quadro teórico mobilizado pelos autores, o conceito de espírito do capitalismo cumpre função central, possibilitando a percepção das mudanças e permanências ideológicas<sup>18</sup> fundamentais à reprodução do sistema. Nesta direção, identificam três espíritos do capitalismo<sup>19</sup>, centrando a análise no último,

---

<sup>18</sup> Os autores refutam a versão vulgarizada do conceito marxista de ideologia, que pressupõe uma falsa visão ou uma visão invertida da realidade, que tem o efeito de transferir para a classe trabalhadora a visão de mundo da classe dominante. No lugar deste conceito, propõem a compreensão da ideologia como "conjunto de crenças compartilhadas, inscritas em instituições, implicadas em ações e, portanto, ancoradas na realidade" (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 33).

<sup>19</sup> Definem o espírito do capitalismo como: "a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo" (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 39). Neste caso, lançando mão da ideia de bem comum, como justificativa central e estruturante. Max Weber percebeu esta faceta do espírito do capitalismo, que permitiu transformar o sucesso empresarial e a ampliação do lucro em algo eticamente desejável, uma vez que beneficiava não só o indivíduo que o viabilizava, mas todo o coletivo. Basta lembrar a fórmula básica liberal segundo a qual a busca pelo bem individual traria o bem coletivo como consequência. Esta formulação abriu espaço ideológico ao lucro, antes condenado como pecado e, desta forma, coibido socialmente. A partir desta definição, os autores vão buscar, justamente, o que

denominado por isso de Novo Espírito do Capitalismo. A sua conformação coincide com as mudanças no plano da produção, que promoveram a instauração do regime de acumulação flexível, no início dos anos 70.

Na sucessão entre os espíritos do capitalismo ocorre a incorporação das críticas amadurecidas no período anterior. Assim, o novo espírito do capitalismo (terceiro) apresenta respostas às críticas dirigidas ao espírito anterior (segundo). Neste ponto é importante demarcar que a noção de “crítica” e “resposta à crítica” não se restringe aos debates acadêmicos ou discursivos de um modo geral, mas à luta política concreta dos agentes em conflito. Ao referirem-se ao poder da crítica, os autores não se atêm aos aspectos formais ou da qualidade da crítica, da sua lógica ou coerência. O poder da crítica é dimensionado em relação à capacidade concreta de ação dos críticos. Ou seja, ele corresponde à capacidade de mobilização política que tem impacto sobre o que está em questão.

Nesta direção, as críticas dirigidas ao fordismo, constituinte do segundo espírito do capitalismo, tiveram poder suficiente para conformar o novo espírito, que as incorporou nas “soluções” apresentadas pelo regime de acumulação flexível. Os autores agrupam as críticas em duas categorias: estéticas e sociais.

A crítica estética, embora compartilhando o individualismo com a modernidade, apresenta-se como contestação radical dos valores e das opções básicas do capitalismo (Chiapello, 1998): como recusa ao desencanto nascido dos processos de racionalização e mercantilização do mundo, inerentes ao capitalismo, ela pressupõe a interrupção ou a supressão desses fatores e implica, portanto, uma saída do regime do capital. A crítica social, por sua vez, procura resolver antes de tudo o problema das desigualdades e da miséria, desfazendo o jogo dos interesses individuais. Embora possam parecer radicais, certas soluções para esse problema não pressupõem a cessação da produção industrial, da invenção de novos artefatos, do enriquecimento da nação e do progresso material, constituindo, pois, uma rejeição menos total aos moldes e às opções do capitalismo. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 76).

A crítica estética é, desta forma, mais radical, enquanto a crítica social possibilita a conciliação com o capitalismo. Apesar disso, os autores concluem que a crítica estética teve mais impacto sobre o novo espírito do capitalismo, enquanto a crítica social não obteve resposta. A conformação do novo espírito apresenta, nesta chave de interpretação, uma série de respostas (soluções) para a crítica estética,

---

se transforma no espírito do capitalismo, identificando três movimentos, dentro do período estudado. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 49).



organizada em torno de algumas fontes de indignação<sup>20</sup>, que levam em consideração as ideias de autonomia, criatividade, autenticidade e liberação. Como o espírito do capitalismo volta-se de forma central à organização do mundo da produção e da distribuição, as novas relações de trabalho (que implicam flexibilidades interna e externa) incorporam as respostas à crítica estética, cobrindo muitas das reivindicações contidas nestas ideias.

É esta relação entre crítica e resposta que instaura as ambivalências, implicadas nas ambiguidades relativas à apreciação do sentido que assumem as mudanças no mundo do trabalho. Os autores mencionam o exemplo das mulheres emancipadas do poder patriarcal, para as quais a liberdade quanto à organização do tempo de trabalho era uma reivindicação premente, que envolvia a ideia de liberação. O trabalho em tempo parcial responde a esta reivindicação, mas ele é também, como vimos, funcional ao novo modelo de organização flexível do trabalho (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 302). No caso das mulheres, ele é ambivalente (atende a uma reivindicação de liberdade e, ao mesmo tempo, as enquadra no regime de acumulação flexível). Desta ambivalência decorreu uma série de ambiguidades desconcertantes para o movimento sindical francês, que não tinha um posicionamento claro a respeito do tema.

Os sindicatos também foram surpreendidos com as propostas dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), implementados no conjunto dos dispositivos de administração do trabalho do regime de acumulação flexível (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.300). Por um lado, o CCQ converte-se “num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir-faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava” (ANTUNES, 2003, p.55). Por

---

<sup>20</sup> Os autores definem as fontes de indignação da seguinte forma: “Essas indignações apresentam-se em formulações historicamente situadas, ao mesmo tempo que se enraízam sem dúvida em antropologias de validade muito geral. Podem ser consideradas expressões emocionais de ancoragem metaética e dizem respeito a violações que, pelo menos implicitamente, são consideradas atentatórias às possibilidades de realização da humanidade dos seres. Identificamos quatro fontes principais dessas indignações, no que se refere às críticas dirigidas ao capitalismo. Lembramos que a primeira está associada à exigência de *libertação*, fundamentada na irredutibilidade constitutiva das *peças*, cuja *potência* (em oposição ao *ato*) não pode ser contida numa lista finita de propriedades. A segunda, que desvenda a *inautenticidade* das pessoas e dos objetos, respalda-se na oposição entre verdade e mentira. A terceira incrimina o *egoísmo* e aponta para uma exigência de *humanidade comum*, manifestada pela solidariedade nas coletividades. Por fim, a quarta resulta da sensibilidade diante do *sofrimento*, mais precisamente diante dos sofrimentos que, não tendo caráter genérico (como é o caso, por exemplo, da mortalidade), podem ser imputados à ação dos homens, ou seja, no caso que nos ocupa, à dinâmica do capitalismo. Essas fontes de indignação são orientadas para aquilo que, na ordem humana, é considerado corrigível, diferentemente da revolta contra a miséria da condição humana como tal.” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.488).

outro, atendiam a uma antiga queixa dos trabalhadores, que veio à tona com maior intensidade nas manifestações do final dos anos 60. Trata-se, justamente, da crítica ao embotamento da criatividade e expressividade dos trabalhadores, inerente ao ritmo maquínico e seriado do fordismo, mas, principalmente, decorrente da divisão entre concepção e execução das etapas de produção (aplicação de um dos princípios tayloristas). Os trabalhadores reivindicavam, no contexto do fordismo, maior participação nas decisões e na gestão da produção e do trabalho. As “cartilhas” de administração do trabalho do novo espírito do capitalismo respondem a estas críticas com os CCQ, que organiza os trabalhadores em pequenas equipes, que discutem, de forma horizontal e rotineira, o processo de produção. Os CCQ trazem, desta forma, mais uma ambivalência, contida na possibilidade de inserir a criatividade do trabalhador no processo produtivo e, concomitantemente, intensificar o trabalho, abrindo ao capital um caminho para apropriar-se de uma dimensão cognitiva do trabalhador até então “desperdiçada”.

A autogestão, cara aos trabalhadores que se insurgiam contra o que consideravam um regime de trabalho massacrante, no final dos anos 60 e início dos 70, na Europa, foi incorporada em outros modelos de administração do trabalho, semelhantes aos CCQ, gerando ainda mais ambiguidade, confundindo a crítica e a ação sindical:

Os novos dispositivos empresariais pegaram os sindicatos desprevenidos, se assim se pode dizer. Frequentemente estes ficaram sem saber o que pensar, refugiando-se ora numa atitude oposicionista por princípio a qualquer iniciativa patronal, considerada ruim a priori, ora reconhecendo nelas o eco de suas próprias propostas, como ocorreu quando da retomada de ideias de autogestão, desenvolvidas originalmente pela CFDT<sup>21</sup>. Do mesmo modo, a adoção de uma política mais moderada pela CFDT, em virtude da qual essa central, em 1978-79, manifestou a tendência a circunscrever-se ao concreto, ao local, à negociação em nível de empresa, privilegiando as condições de trabalho, a inovação e a vivência (“ação deve partir ao máximo de preocupações cotidianas”), pode parecer, retrospectivamente, em harmonia com a evolução das posições patronais do fim da década de 70. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.300)

Um dos efeitos do processo de incorporação da crítica ao espírito do capitalismo e às práticas de organização do trabalho é o desnorteamento da bússola que orienta as tomadas de posição no âmbito do conflito capital/trabalho. Para Boltanski e Chiapello, as ambivalências do terceiro espírito, no que diz respeito ao trabalho, decorrem do cumprimento das demandas principais da crítica estética, ou

---

<sup>21</sup> Confederação Francesa Democrática do Trabalho.

seja, aquelas formuladas em torno das ideias de autonomia, criatividade, autenticidade e liberação. Estas ambivalências resultaram em ambiguidades desconcertantes para os sindicatos e para a crítica, de um modo geral, que precisou de cerca de duas décadas para recompor suas forças, ou seja, sua capacidade de ação concreta<sup>22</sup>. O que importa, para nossa pesquisa, é o destaque que os autores dão ao processo de elaboração/incorporação da crítica pelo capitalismo, como fundamental à sua recomposição ideológica, pois ele elucida as ambivalências e ambiguidades que marcam o conflito capital/trabalho na contemporaneidade.

Esta perspectiva não negligencia, contudo, o resultado concreto da incorporação da crítica. Ou seja, embora destaquem os processos que instauram ambivalências e ambiguidades, concluem que a incorporação da crítica estética provoca uma mudança apenas superficial, destinada a manter intacta a lógica de reprodução do capital. Esta conclusão está ancorada no argumento de que a crítica social (que toca na questão da desigualdade) não foi incorporada nos novos processos do terceiro espírito do capitalismo. Foram “mudanças” que mantiveram a ordem. Sob as ambivalências que o processo de incorporação da crítica criou, garantiu-se a reprodução da lógica central do capital.

Neste ponto, a análise dos autores coincide com a percepção de Dagnino (2004) a respeito dos deslizes semânticos em torno dos termos sociedade civil, participação e cidadania. A autora trata das ambivalências e ambiguidades que estes termos adquirem, no processo de redemocratização brasileiro. O objetivo da ação política que toma estes termos como centrais é a transformação social, no sentido da diminuição da desigualdade e da exclusão, mas o processo concreto no qual os agentes se envolvem os leva para o outro lado do espectro político, em um processo confuso:

O risco –real– que elas percebem [pessoas que atuam no âmbito da sociedade civil organizada] é que a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias, defendida pelas forças que sustentam o projeto participativo democratizante como um mecanismo de aprofundamento democrático e de redução da exclusão, possa acabar servindo aos objetivos do projeto que lhe é antagônico. (DAGNINO, 2004, p. 198)

Isto porque a reivindicação dos movimentos sociais por maior autonomia e participação da sociedade civil organizada nos trâmites decisórios e

---

<sup>22</sup> Os autores desenvolvem a análise do processo de retomada da crítica, principalmente no capítulo VI. Não vamos nos ater a esse tema neste trabalho.

operacionais de questões vinculadas à saúde e educação, por exemplo, ganham, sob o Estado neoliberal e o formato do Terceiro Setor, nova inflexão que aponta para a retração dos serviços públicos, substituídos por serviços privados ou mediados por ONGs, mas sob uma nova forma de financiamento, não necessariamente público, o que implica também novas formas de acesso, não mais como direito universal. Dagnino argumenta que os agentes posicionados na base dos movimentos sociais se veem, assim, presos em uma “armadilha” (2004, p. 198), pois estão agindo em meio às disputas entre projetos sociais antagônicos e quando objetivam ampliar a participação democrática da sociedade civil no acesso aos bens sociais básicos, acabam corroborando o projeto de privatização do acesso a estes bens. Por esta razão, a autora caracteriza o processo como “confluência perversa” de sentidos, que instaura uma crise discursiva com impactos diretos sobre a ação política de contestação e resistência. Aqui, podemos aproximar a argumentação da autora e a de Boltanski e Chiapello (2009), quanto às ambivalências e ambiguidades que decorrem do processo de elaboração e incorporação da crítica, pois a confluência perversa à qual Dagnino se refere deriva justamente dos deslizamentos semânticos e de práticas políticas concretas que daí decorrem. Ou seja, os termos e os sentidos que lhes são dados foram produzidos pelos movimentos sociais reivindicatórios, que são incorporados pelo sistema político que se estrutura no processo de redemocratização do país, mas com inflexões que confundem, que geram ambiguidades, despolitizando-os ou enquadrando os movimentos sociais nos rumos do Estado neoliberal em formação.

Retornando ao tema central da nossa pesquisa, as transformações anunciadas no mundo do trabalho, na esteira da transição do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível ou da transição do fordismo para o toyotismo, não trouxeram senão mudanças superficiais, sob a promessa de mudanças substantivas apresentadas na forma de propostas ambivalentes. Neste sentido, Antunes (2003) também compreende a transição entre os regimes de acumulação apenas como expressão fenomênica de uma crise mais profunda. O novo regime de acumulação não teria resolvido esta crise, mas a prolongado. O metabolismo do capital, para usar o termo que o autor toma de Mészáros, segue intacto, com o agravante de ter ampliado a exploração sobre o trabalho.

Harvey (2009) também percebe a transição entre os regimes de acumulação como um processo de retomada do poder do capital. Nesta direção,

embora reconheça que o regime de acumulação flexível difira substancialmente do regime fordista, a ponto de constituir um novo fenômeno histórico-social, conclui que os esforços foram movidos na direção da reconstituição da exploração do trabalho pelo capital. Esta transição aconteceu em um contexto amplo de reforma do Estado, sob orientação neoliberal e de ascensão do poder financeiro em nível global. Em conjunto, estas mudanças configuraram retrocesso para os trabalhadores, que se manifesta no aprofundamento da desigualdade. Nos Estados Unidos, passados os anos de implementação das políticas de reorganização do trabalho (1980, 1990), o 1% mais rico do país triplicou o percentual da parcela da renda sob seu controle (HARVEY, 2008, p. 26) e:

Os Estados Unidos não estão sozinhos nisso. O 1% mais rico da Grã-Bretanha dobrou sua parcela da renda nacional a partir de 1982: de 6,5% a 13%. E um exame mais detido revela extraordinárias concentrações de riqueza e de poder surgindo em toda parte. Na Rússia, depois da “terapia de choque” neoliberal aplicada nos anos 1990, surgiu uma pequena e poderosa oligarquia. Extraordinários surtos de desigualdade de renda e riqueza ocorreram na China com a adoção de práticas orientadas para o livre mercado. (HARVEY, 2008, p. 26).

Para Boltanski e Chiapello (2009) o processo de reconstituição ideológica que forma o Novo Espírito do Capitalismo, embora opere por ambivalências e ambiguidades, também tem como resultado inequívoco o aprofundamento das condições precárias de trabalho e de vida para a maior parte dos trabalhadores.

Preliminarmente, podemos concluir que as reconfigurações do trabalho, observadas na transição do fordismo para o regime de acumulação flexível, não alteraram a lógica central da acumulação, nem eliminaram as ambivalências e ambiguidades das quais retiram suas justificações ou legitimidade. As ambivalências e ambiguidades mudam, em cada caso (fordismo e acumulação flexível), mas permeiam a relação capital/trabalho como elemento inerente. Embora resultem ou tenham resultado até agora em vantagens para o capital, como vimos, não deixam de apresentar respostas às demandas dos trabalhadores, como modo de angariar sua adesão, ainda que seja na aparência, superficialidade ou na sua dimensão fenomênica.

Esta “mudança” que mantém a lógica central do capital intacta confunde e dificulta o discernimento entre aquilo que é resistência e vantagem para os trabalhadores e o que se coaduna com a intensificação do trabalho. A discussão

acerca do sentido da Economia Solidária requer este discernimento. De um lado, estão posicionados autores entusiastas com o modelo de organização do trabalho e distribuição dos bens produzidos segundo os princípios da Economia Solidária (SINGER, 2004; SANTOS, 2005; LAVILLE, 2006 etc), reconhecendo seus limites e riscos, mas afirmando sua positividade quanto ao potencial de emancipação dos trabalhadores. De outro, aqueles que percebem a Economia Solidária como adequação às relações precárias de trabalho (WELLEN, 2012; BARBOSA, 2007).

## 2 AMBIVALÊNCIAS E AMBIGUIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DA FLEXIBILIZAÇÃO

A Economia Solidária filia-se ao movimento cooperativista, cujas raízes históricas estão nas cooperativas de Rochdale, de 1844 (LIMA, 2004; SINGER, 2002). Desde então, segundo Lima (2003, p.45), o cooperativismo tem suscitado debate acerca do seu sentido histórico, contando, de um lado, com os que o entendem como possibilidade de transformação substantiva (revolucionária, muitas vezes) e com os que, de outro, o percebem como uma posição reformista. O autor demarca a reposição do debate, com novos contornos, no contexto da transição do fordismo para o regime de acumulação flexível. Mais pontualmente, as iniciativas neste campo surgem como tentativas de enfrentamento do problema do desemprego estrutural, que decorre da intensificação tecnológica, poupadora de trabalho vivo.

As ideias que fundamentam a Economia Solidária, contudo, visam alcançar mais do que a reposição de postos de trabalho. Os entusiastas da Economia Solidária almejam a transformação social, na direção de uma sociedade mais igualitária. Instaura-se, assim, o debate: a Economia Solidária realiza a emancipação do trabalhador ou o insere em uma relação precária de trabalho, sendo funcional à lógica de acumulação do capital?

Para Lima, as cooperativas de fachada ou cooperativas tradicionais funcionam, inequivocamente, como estratégia de redução de custos do trabalho (2004, 2009a). Quanto às cooperativas verdadeiras ou defensivas, ou seja, aquelas que buscam seguir os princípios do cooperativismo genuíno e da Economia Solidária, a análise do autor destaca um cenário mais complexo e marcado por ambivalências e ambiguidades, pois ainda que elas mantenham uma organização interna que as aproxime destes princípios, não estão livres de serem funcionalizadas pelas empresas capitalistas tradicionais, para as quais prestam serviços ou vendem seus produtos. Lima demarca que a estratégia de organização empresarial em redes é mobilizada em relação às cooperativas e abarca inclusive as genuínas. A flexibilização externa cria, neste caso, um circuito de produção misto entre empresas tradicionais, cooperativas de trabalho e cooperativas de produção. Mas a inserção das cooperativas neste modelo de flexibilização não implicaria, necessariamente, precarização.

Nesses casos, a questão da flexibilização é evidente e atinge os mesmos propósitos da redução de custo empresarial, mas a precarização é igualmente relativa, já que parte significativa dessas cooperativas compensa a ausência de direitos trabalhistas com a observância das retiradas e a transformação do auferido em férias, décimo terceiro e valorização das cotas, que em diversas situações funcionam até como indenização trabalhista. Nesse sentido, poderíamos falar de flexibilização sem precarização, pela observância mesmo que relativa, dos princípios autogestionários e a manutenção, adaptada, de direitos trabalhistas. Entretanto, a lógica do assalariamento continua dominante. (LIMA, 2009a, p. 121)

Lima percebe aspectos positivos na organização do trabalho em moldes coletivos, notadamente em relação aos rendimentos (2009a, p. 118), mas destaca as dificuldades de realização da autogestão, em função da persistência da cultura do trabalho heterônomo e assalariado no interior dos empreendimentos cooperativos e de Economia Solidária (2010). Outro problema é a subordinação dos empreendimentos às empresas tradicionais para às quais fornecem serviço ou vendem produtos. A autonomia das cooperativas é relativa, pois acabam tendo o funcionamento orientado pelas demandas e pelo ritmo do mercado, comprometendo, com isso, o cumprimento de muitos dos princípios da solidariedade, da democracia e da autogestão (LIMA, 2009a).

As experiências no âmbito do cooperativismo e da Economia Solidária são demasiadamente heterogêneas, tanto com relação aos campos de atuação (financeiro, industrial, artesanal e serviços), como aos graus diversos de desenvolvimento e tamanho. Torna-se frágil, por isso, qualquer generalização que diga respeito à localização delas em um espectro que busque avaliar seu sucesso ou fracasso no cumprimento dos propósitos emancipatórios. Apesar desta consideração, é possível, acompanhando Lima (2008), identificar a ambivalência central que abarca as experiências de Economia Solidária na transição do fordismo para a acumulação flexível:

Neste contexto de reestruturação e desemprego, temos o ressurgimento das cooperativas de trabalho e/ou produção industrial, vistas como possível solução a duas ordens de problemas para atores antagônicos, embora complementares: para os trabalhadores e sindicatos, uma forma de manutenção de emprego, através dos movimentos de recuperação de empresas falidas, ou organização de cooperativas para atuarem na terceirização industrial; para as empresas, uma forma de flexibilização das relações de trabalho que as desonera da gestão e dos encargos sociais implícitos nos contratos formais de trabalho. (2008, p. 214).



Como argumentamos acima, da ambivalência resultam ambiguidades e a Economia Solidária suscita algumas, notadamente pelo intenso debate em torno do seu sentido histórico, ou seja, o sentido que adquire no que diz respeito a conflitualidade inerente à sociedade de classes.

## **2.1 Entre entusiastas e críticos: perspectivas da Economia Solidária no debate teórico**

Para Singer, a Economia Solidária apresentaria a possibilidade de superação deste conflito, instituindo a propriedade coletiva ou associada do capital. “A aplicação destes princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica” (SINGER, 2002, p. 10). O resultado, argumenta o autor, seria uma sociedade igualitária ou com diferenças administráveis. Os salários seriam substituídos por retiradas, porções iguais ou equivalentes ao trabalho executado, mas apropriado de forma coletiva pelos trabalhadores. Em resumo, a riqueza socialmente produzida seria socialmente apropriada. Nos casos em que os ganhos das cooperativas fossem discrepantes, o Estado cumpriria o papel de equilibrá-los, por sistemas de arrecadação e distribuição da riqueza social.

A execução do trabalho nos empreendimentos de Economia Solidária também dar-se-ia sobre uma base democrática, autogestionária, bem diferente do trabalho heterônomo e alienado, que decorre da organização hierárquica e da separação entre planejamento e execução, típica das empresas tradicionais.

O cerne do modelo proposto por Singer é a autogestão, que pressupõe a tomada coletiva das decisões acerca da organização do processo de trabalho e da divisão da riqueza produzida pela cooperativa. Para Singer, a importância da autogestão estaria mais nos aspectos sociais do que propriamente nos pragmáticos, pois ela “tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes” (2002, p. 21). Em resumo, o modelo aponta para a superação das desigualdades econômicas e sociais, com o fim do trabalho alienado.

A Economia Solidária seria a base, nesta perspectiva, de um novo modelo de desenvolvimento (SINGER, 2004), em contraposição ao modelo capitalista. Na interpretação de Singer (2002, p. 110-11) e SANTOS (2005, p.24), o

pano de fundo desta proposição é a derrocada das experiências socialistas soviéticas no início dos anos 1990 e a conseqüente retração dos movimentos revolucionários de esquerda. A crise dos Estados de bem-estar social europeus completa o quadro, debilitando os governos de cariz social democrata e, com isso, reduzindo ainda mais o leque de alternativas.

Os resultados da hegemonia neoliberal (no avançar dos anos 1990) e do seu Estado mínimo (para os trabalhadores) foram a ampliação da desigualdade e o aumento da pobreza (DUPAS, 1998; HARVEY, 2008), acrescentando elementos críticos à necessidade de uma alternativa ao capitalismo. A Economia Solidária surge neste contexto e, segundo Singer e Santos, apontam para a reconstrução de uma via de resistência ao capitalismo dominante.

Santos (2005, p. 26), contudo, reconhece as fragilidades das experiências de “economia não-capitalista” – nos termos do autor –, e por isso propõe uma “hermenêutica das emergências”, como forma de valorizar os aspectos emancipatórios aí encontrados, uma vez que o entorno capitalista é hegemônico e elas ainda funcionam de forma residual.

Singer também reconhece os riscos que envolvem a Economia Solidária, caso ela não consiga fazer mais do que dar uma resposta às contradições do capitalismo no campo econômico. Neste caso, ela apenas acoplar-se-ia à economia capitalista, de forma funcional (2002, p. 114).

Apesar dos riscos e limites, Santos (2005, p. 31) e Singer (2002, p.117) propõem a Economia Solidária como modelo de organização da produção capaz de erodir o capitalismo por dentro, em um processo lento, mas gradual, de transformação radical da sociedade. Ambos recorrem ao caso do complexo cooperativo de Mondragón como exemplo desta possibilidade. Para tanto, argumentam, é necessário que sistemas deste tipo cresçam e se consolidem, dentro mesmo do capitalismo.

Gaiger argumenta que o capitalismo não suprimiu por completo os sistemas de produção ancorados em relações sociais que passam ao largo do mero utilitarismo pressuposto pelas teorias liberais do mercado (2008, p. 12). Trata-se, assim, de recuperar estas perspectivas. Neste ponto, recorre à Laville (2005) para demarcar a possibilidade de convivência entre lógicas mercantis diversas, plurais, concomitantes à lógica do capital. Para Gaiger (2008), a Economia Solidária viabilizaria o exercício de um modelo de produção e distribuição referenciado pelos

laços de comunidade e pela reciprocidade, religando o econômico ao social, por meio da “dívida”<sup>23</sup>. O efeito do engajamento dos trabalhadores em EES seria, segundo ao autor, o estímulo à maior participação nos espaços públicos de exercício da democracia. O Impacto dos EES dar-se-ia, assim, também fora dos empreendimentos, ajudando a criar uma nova cultura política (GAIGER, 2009).

França Filho e Laville (2009) também destacam esta dimensão dos EES, que ampliariam a participação nos espaços públicos de proximidade, capazes, por isso, de alterar qualitativamente o sentido do trabalho, ampliado para além dos seus aspectos produtivos imediatos: “o importante não é contratar serviços, mas fortalecer o tecido socioeconômico e político local.” (p. 388).

Visto da perspectiva daqueles que propõem a Economia Solidária como forma de organização da produção e da distribuição, o trabalho adquire novo sentido, permeado pelas noções de realização pessoal e coletiva, pela democracia (que decorre da autogestão) e pela desalienação, posto que os trabalhadores são donos dos meios de produção e do produto do seu trabalho.

Como a Economia Solidária operaria ocupando os interstícios da sociedade capitalista, inserindo nela uma nova forma de produção, que, paulatinamente, ensejaria um novo modo de produção, os entusiastas deste projeto vislumbram a renovação do sentido do trabalho e do modo de trabalhar ainda que a sociedade como um todo funcione segundo os princípios capitalistas.

É neste ponto que alguns críticos da Economia Solidária centram sua argumentação. Wellen (2012), por exemplo, refuta a perspectiva de França Filho e Laville, segundo a qual a Economia Solidária deve ser compreendida em suas peculiaridades, afirmando que este movimento apenas encobre a percepção das relações que a Economia Solidária mantém com o entorno capitalista. Afinal, segundo Wellen (2012), são estas relações que revelam o sentido ou, nos termos do autor, a função que a Economia Solidária cumpre no contexto capitalista. Não sendo

---

<sup>23</sup> Na teoria antropológica de Marcel Mauss, o conceito de dívida ocupa lugar central, pois é compreendido como uma lógica de organização da sociedade, com caráter universalizante (esta teoria foi sistematizada e publicada no “*Ensaio sobre a dívida: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*”). Para Mauss, a dívida é um fenômeno social que vai além dos aspectos religiosos e econômicos envolvidos nela. Mauss argumenta que em todas as sociedades (modernas ou arcaicas) existe um sistema de reciprocidades de caráter impessoal, baseado em uma tríplice obrigação coletiva, que implica a doação, o recebimento e a devolução de bens simbólicos e materiais colocados neste movimento. É Este sistema que Mauss chama de dom ou dívida. Esta teoria confronta a ideia liberal do *homo oeconomicus*, que age unicamente em função da racionalidade prática e instrumental.

metodologicamente plausível isolar estas experiências. Muito ao contrário, argumenta o autor, elas devem ser contextualizadas, pois o capitalismo constitui uma totalidade em relação a qual a Economia Solidária não poderia estar apartada<sup>24</sup>.

Nesta direção, Wellen chama atenção para a impossibilidade de retrocedermos a um ponto no qual o valor de troca pudesse ser substituído pelo valor de uso, uma vez que o capitalismo operou, justamente, a subordinação do valor de uso ao valor de troca. A Economia Solidária não poderia funcionar no contexto mais amplo dominado pela lógica capitalista, sem ser subsumida por ela.

Num primeiro momento, ocorre o processo ilusório de autonomização da “economia solidária” e, em seguida, as características provenientes dessas organizações são transformadas em supostos diferenciais competitivos para a disputa no mercado capitalista. Como já afirmamos, um ciclo iniciado com a transformação do valor de troca em solidariedade e finalizado com a transformação da solidariedade em valor de troca. (2012, p. 338)

O engajamento dos trabalhadores na Economia Solidária, teria, portanto, um efeito apassivador, desviando a atenção para longe do conflito capital/trabalho, uma vez que mantém uma aparência de movimento contra hegemônico, mas coaduna-se com os princípios capitalistas. Todo o discurso da Economia Solidária sofre, segundo o autor, de mistificação, pois não considera a emancipação do trabalhador como resultado da superação deste conflito estrutural. Recorrendo a uma análise dos escritos de Singer, Wellen argumenta que a Economia Solidária pressupõe a permanência do capital (embora coletivizado), do Estado e do mercado, elementos fundantes do capitalismo. Em resumo, a Economia Solidária não apresentaria uma alternativa de superação da sociedade capitalista.

Ainda que alcance a realização da autogestão em empreendimentos isolados, a Economia Solidária não estaria pronta para enfrentar uma luta contra o capitalismo. Quando muito, ela poderia coletivizar a posse do capital, mas não abolir sua lógica de reprodução. Neste ponto, recorre a Lima (2003) para demarcar que a autogestão, não raro, é funcionalizada por empresas capitalistas que “terceirizam” sua produção ou mão-de-obra a uma cooperativa genuína.

Acompanhando a crítica de Wellen, os propósitos da Economia Solidária apresentam-se ambivalentes, mesmo quando realizam os princípios da solidariedade e da autogestão, pois os EES não seriam capazes de confrontar a

---

<sup>24</sup> Com este argumento, Wellen refuta a noção de pluralidade de mercados, cara aos entusiastas da Economia Solidária, que pressupõem a convivência da lógica de mercado solidário com a lógica do mercado capitalista.

totalidade constituída pelo capitalismo. A principal limitação da Economia Solidária, segundo o autor, é a ausência de um projeto político-histórico de transformação social ampla e profunda, o que condena as experiências neste campo à captura pela lógica do capital, não só do ponto de vista econômico, mas também social e cultural (2012, p. 104).

Barbosa (2007) analisa a Economia Solidária, na perspectiva da institucionalização pela SENAES. Na abordagem da autora, as políticas públicas de proteção social, de um modo geral, são contraditórias, pois atuam na minimização das agruras sofridas pelos trabalhadores, inerentes à exploração do trabalho, nos sistemas capitalistas, ao mesmo tempo em que são funcionais a este sistema, reduzindo o custo de reprodução da força de trabalho, por meio da sua socialização, via Estado<sup>25</sup>.

Para a autora, as políticas públicas de emprego e renda operam neste mesmo registro. O Estado é entendido, desta forma, como um campo de disputas, no qual ecoa o conflito entre capital e trabalho. No contexto da transição do fordismo para acumulação flexível, estas políticas pendem mais para o lado do capital, em detrimento dos direitos do trabalho. O resultado seria o enfraquecimento concreto e ideológico da ideia de trabalho como direito universal a ser garantido pelo Estado. As políticas sociais de corte neoliberal promoveriam o empreendedorismo e o cooperativismo<sup>26</sup> como parte do processo de responsabilização dos trabalhadores pela criação das condições de trabalho, incluindo direitos e proteções, não mais garantidos pelo Estado e/ou pelo empregador, figura cada vez mais abstrata no sistema de produção em redes.

É nesta chave de interpretação que Barbosa analisa a política pública brasileira de Economia Solidária, destacando como resultado da sua aplicação a inflexão do sentido do trabalho, cada vez menos percebido como um direito universal (2012, p. 292). Outro resultado desta política seria a passivização da luta social, desviada do conflito capital/trabalho, justamente quando diz pretender lutar contra o modelo capitalista de produção. A autora refere-se a esta ambiguidade

---

<sup>25</sup> Esta perspectiva acerca das políticas públicas é abordada com maior profundidade por Behring (2012).

<sup>26</sup> Neste ponto, Barbosa apresenta o elenco institucional de fomento ao empreendedorismo e ao cooperativismo, destacando a presença dos organismos internacionais que representam os interesses do capital, tais como o FMI e o BID (2007, p.203).

usando o termo “dualidade”, remetendo ao conceito de “confluência perversa” de Dagnino (2004), que percebe o avanço concomitante do projeto neoliberal e do projeto de redemocratização no Brasil, com deslizamentos semânticos e de práticas políticas que se revestiram do discurso de transformação, quando “foram conformando um quadro de retraimento das responsabilidades estatais e sua absorção pela sociedade civil” (Dagnino, 2004, p. 139).

Com relação ao trabalho, a dualidade contida nas políticas públicas de Economia Solidária pode “vir a colaborar para a maior fragmentação e desassalariamento do trabalho, constituindo a cultura do auto-emprego como benéfica ao enfrentamento da desigualdade social quando faz a sua consolidação” (BARBOSA, 2007, p. 225).

A estas ambivalências e ambiguidades, apontadas por Wellen e Barbosa, relativas ao sentido histórico da Economia Solidária, é necessário acrescentar aquelas relativas à organização do trabalho no processo produtivo.

## **2.2 Empreendedorismo “brando”: as sobreposições dos sentidos do trabalho na Economia Solidária**

Lima (2010) chama atenção para as ambiguidades contidas na cultura do trabalho do novo espírito do capitalismo<sup>27</sup>, que enfatiza a participação e a autonomia do trabalhador nas suas narrativas justificadoras e nas reformulações concretas que decorrem delas. Em síntese, noções como autonomia, autocontrole e autogestão estariam disseminadas tanto nas estratégias de gestão empresarial típicas do toyotismo, como nas estratégias de gestão de cooperativas e EES. Recorrendo a Boltanski e Chiapello, tipifica o homem do terceiro espírito do capitalismo como o empreendedor, autônomo, responsável pela sua própria qualificação profissional, inovador, capaz de trabalhar em equipe, cumprindo funções diversas (polivalente) e engajado em relações de trabalho não mais salariais (percebidas neste novo registro como subordinação) (2010, p. 168). Como discutido acima, o conhecimento e a participação ativa do trabalhador passam a ocupar lugar importante neste novo mundo do trabalho. Neste contexto ambíguo:

As cooperativas radicalizariam alguns ideais participacionistas presentes no toyotismo: sendo ao mesmo tempo proprietários, gestores e trabalhadores,

---

<sup>27</sup> Conforme Boltanski e Chiapello (2009).

se envolveriam ao máximo no trabalho, aumentando a produtividade e reduzindo custos no trabalho. (LIMA, 2010, p. 179)

Criadas, muitas vezes, sob incentivo das próprias empresas, como demarca Lima, estas cooperativas acabam sucumbindo à lógica do mercado capitalista, arrefecendo seus pendores anticapitalistas. Neste sentido, o autor utiliza, muitas vezes, o termo autogestão entre aspas, pois ela seria uma “autogestão” controlada<sup>28</sup>, quando é acionada em empresas tradicionais, que adotam os “pacotes” de gestão flexível. Nestes casos, a “autogestão” significa a incorporação, pelo trabalhador, do autocontrole que garante sua permanência na equipe de trabalho, demandando menos controle externo. A autodisciplina, a responsabilidade com suas metas etc. adquire importância central e revelam os deslizamentos semânticos no âmbito da gestão do trabalho, que ressignificam termos tradicionais na luta operária, para adequá-los aos objetivos da gestão empresarial do trabalho, disparando um dispositivo que lembra as confluências perversas às quais Dagnino se refere (2004). O mesmo ocorre com o termo informalidade, antes significado de forma pejorativa e agora positivado sob o discurso da autonomia, “com isso assistimos a uma espécie de des-demonização da informalidade, de sinônimo de subdesenvolvimento para sinônimo de desregulamentação, flexibilidade e mesmo de empreendedorismo” (LIMA, 2010, p. 174).

A ideia de autogestão sofre ressignificação também no âmbito do cooperativismo, que o toma como modelo de organização do trabalho capaz de oferecer uma solução ao desemprego estrutural decorrente da reestruturação produtiva. Neste caso, o termo perde o sentido transformador, que remeteria a um contraponto ao capitalismo, para aproximar-se, como demarca Lima, de um empreendedorismo “brando” (2010, p.184). A adoção de políticas específicas para o fomento ao cooperativismo e à Economia Solidária, pelo movimento sindical brasileiro<sup>29</sup>, bem como pela estrutura da rede federal de ensino superior<sup>30</sup>,

---

<sup>28</sup> Como define Lima: “Essa autonomia pressupõe conciliar gestão da produção pelos trabalhadores em seus aspectos positivos de conhecimento acumulado e sua responsabilização na organização do e no processo de trabalho, de forma restrita e consultiva sob controle gerencial.” (2010, p. 160).

<sup>29</sup> Como exemplos, a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão), criada por sindicatos do setor calçadista de Franca-SP, a ADS (Agência de Desenvolvimento solidário), criada pela CUT e a Unisol (Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do ABC paulista).

<sup>30</sup> Que criou duas redes de âmbito nacional: ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares) e Unitrabalho.

expressam a institucionalização desta preocupação em criar cooperativas e EES capazes de gerar novos postos de trabalho e renda, em um cenário de retração do emprego. A criação da SENAES, em 2003, consolida esta tendência. O desafio, como aponta Lima, era manter a sustentabilidade econômica destes empreendimentos, em meio ao mercado capitalista envolvente, sem perder de vista a proposta de transformação social que os justificava. O problema é que se tratava, afinal, de gerir um negócio que nem sempre correspondia aos ideais de democracia e solidariedade que os distinguiria de uma empresa tradicional. Neste sentido, Lima coloca em questão a pressuposta indissociabilidade entre a dimensão empreendedora e a dimensão solidária, proposta por Gaiger (2010, p. 184). Questiona também o potencial de superação da lógica capitalista, pelas cooperativas, defendido por Singer ao apontar a propriedade coletiva dos meios de produção e a autogestão como elementos capazes de se contrapor à sociedade de classes (2010, p. 185). Enfim, a “autogestão” praticada nas cooperativas e EES estaria muito mais voltada à sustentabilidade econômica, do que à solidariedade, deslizando semanticamente mais para a gestão do negócio, do que para a gestão da democracia (2010, p. 192).

O sentido histórico que a Economia Solidária assume, apontado acima a partir dos trabalhos de Wellen (2012) e Barbosa (2007), ganha concretude na formulação e incorporação de uma nova cultura do trabalho.

Para os trabalhadores reestruturados ou ameaçados pela instabilidade dos contratos, empreendedorismo e empregabilidade juntam-se na lógica explicativa e justificadora, que atribui ao trabalhador a responsabilidade em sua permanência, ou não, no mercado de trabalho, assim como de sua reprodução social. (LIMA, 2010, p. 188)

É importante destacar, acompanhando a argumentação de Lima, que esta cultura do trabalho não é absoluta ou total, ou seja, ela é processada e questionada por trabalhadores que resistem e recriam suas estratégias no conflito contra o capital.

É neste ponto que está o problema da convergência de sentidos, que deriva das ambivalências da organização do trabalho. Observando a proposição de Singer (2004) acerca de um novo modelo de desenvolvimento, em contraponto com o modelo capitalista, é possível percebê-lo, presumindo seus riscos.

A proposta de desenvolvimento solidário formulada por Singer pressupõe o aproveitamento do estágio atual de desenvolvimento das forças



produtivas e, mais do que isso, da atual morfologia da economia capitalista, organizada na forma de redes de produção. Para Singer, a transição entre o modelo fordista de produção, baseado em extensas plantas produtivas, centralizadas por empresas de grande porte, para o modelo flexível, no qual as empresas médias e pequenas ganham maior importância (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; LIMA, 2010), teria aberto o caminho para uma inserção vantajosa dos EES. Em resumo, o argumento de Singer é o de que a Terceira Revolução Industrial e o processo de reestruturação produtiva que a acompanha comporiam um cenário mais favorável ao cooperativismo do que aquele definido na segunda Revolução Industrial (2004, p. 16). Assim, no lugar do enfrentamento em relação às tendências que assume o regime de acumulação flexível, o desenvolvimento solidário deve aproveitá-las ao seu favor, alterando o seu sentido (no lugar do trabalho heterônomo para a acumulação do capital, o trabalho autogestionário para a distribuição da riqueza socialmente produzida).

A organização da produção em redes de empresas pequenas e médias criaria o ambiente favorável à transição entre gestões “semicapitalista” e “semi-solidárias”, para usar os termos de Singer.

Surge, assim, um proletariado menos alienado que o da época do fordismo, quando o operário tinha orgulho de sua condição proletária e rejeitava a ideia de colaborar espontaneamente – indo além de seus deveres específicos – com os empregadores. Agora, o trabalhador encontra-se numa empresa menor, em que a relação social de produção com quem lhe compra a força de trabalho se tornou muito menos assimétrica. Quando a microempresa cresce, os trabalhadores mais antigos mantêm um relacionamento mais íntimo com o proprietário e sua família, muitas vezes compartilhando suas tarefas gerenciais. Torna-se mais comum que o trabalhador assalariado aspire a se tornar empresário e tenha habilidade para tanto.

São essas transformações que explicam o surgimento de organizações produtivas, como os distritos industriais, que combinam traços capitalistas com outros típicos da economia solidária. (2004, p. 16)

Se, por um lado, os termos formulados no âmbito da luta operária são incorporados e ressignificados na gestão empresarial do trabalho (LIMA, 2010), por outro, os termos originados nesta gestão (notadamente no terceiro espírito do capitalismo) também são incorporados pelo discurso emancipatório da Economia Solidária, sobrepondo estes significados.

É nesta direção que podemos interpretar a análise de Singer (2004) acerca dos distritos industriais italianos (Terceira Itália) e espanhóis (com destaque

para o complexo cooperativo de Mondragón). O autor atribui o sucesso econômico dos distritos industriais italianos à cooperação, que ocorreria entre as empresas tradicionais de portes pequeno e médio (2004, p. 17). Elas estariam organizadas segundo os princípios toyotistas, acima descritos, prezando por maior horizontalidade na gestão do trabalho e valorizando o conhecimento e participação do trabalhador na organização da produção. Estas características, associadas ao porte destas empresas, aproximam os trabalhadores entre si e em relação às metas e resultados que devem alcançar, criando um ambiente interno de trabalho colaborativo e uma relação externa com as demais empresas da rede marcada pela troca de conhecimentos e informações.

Enfim, um cenário bastante distinto daquele observado entre empresas capitalistas inseridas em relações de competição. A cooperação interna (entre patrões e empregados e entre empregados) e a externa (entre as empresas da rede) explicam, para Singer, a maior produtividade e qualidade do trabalho nestas empresas, quando comparadas com as grandes (2004, p. 17-8). O engajamento dos trabalhadores também seria maior nas empresas pequenas destes distritos industriais italianos, garantindo a superação das dificuldades colocadas pelo processo de reestruturação produtiva. Embora não sejam empresas autogestionárias, a cooperação e a relativa horizontalidade da gestão do trabalho seriam suficientes, segundo Singer, para lançá-las em outro patamar de produção e aproximá-las dos princípios da solidariedade. As cooperativas do complexo Mondragón também praticam as cooperações interna (sem patrões, evidentemente) e externa, mas diferenciam-se pela autogestão, com divisão igualitária dos ganhos. A comparação entre elas, no entendimento de Singer, revela mais semelhanças do que diferenças.

O mais significativo na comparação não é, todavia, a diversidade (em si inquestionável), mas os elementos em comum. Tanto distritos industriais como complexos cooperativos constituem comunidades de empreendimentos e de trabalhadores, unidos pela solidariedade e pela confiança mútua. É o que explica a prática da ajuda mútua em alto grau, nas duas espécies de coletividades. As cooperativas de segundo grau de Mondragón desempenham o mesmo papel que as associações de firmas nos distritos industriais, mas de maneira mais radical. Nas cooperativas de segundo grau, os resultados líquidos das cooperativas singulares são reunidos e repartidos de forma igual entre todas, eliminando assim qualquer diferença de “lucratividade” entre elas; pelo que sabemos, as associações de empregadores dos distritos não têm esta prática, mas não é inconcebível que possam vir a adotá-la. (2004, p.20)

As convergências semânticas as quais nos referimos acima não dizem respeito somente aos sentidos, mas também à organização do trabalho, tais como surgem na análise de Singer. Dito de outro modo, na proposição do novo modelo de desenvolvimento, apresentada por Singer, as características do trabalho no regime de acumulação flexível aproximam-se das características do trabalho autogestionário, nas cooperativas. Com isso, afirma a tese segundo a qual o capitalismo não constitui uma totalidade, abrigando outras lógicas de produção em seu interior<sup>31</sup>. No caso aqui discutido, elas não só convivem, mas, seguindo a argumentação de Singer, convergem. Por isso, o autor vai tratar o possível modelo de desenvolvimento solidário, como um modelo misto<sup>32</sup>.

De qualquer forma, a produção nestes complexos industriais ou cooperativos volta-se ao mercado capitalista, está inserida nele. E, como conclui Lima, “situações pontuais de sucesso apontam para a viabilidade da autogestão como forma de gestão no mercado e para o mercado, mais do que uma alternativa a ele” (2009a, p. 129). Por ora, somente a “hermenêutica das emergências”, proposta por Santos (2005, p. 26), daria uma perspectiva positiva aos EES e às cooperativas, quanto ao potencial emancipatório. Quanto à possibilidade de dar resposta ao desemprego e à pobreza estas experiências também despertam muitas controvérsias. Vamos nos concentrar naquelas relativas ao tema desta pesquisa.

---

<sup>31</sup> Como explicita Singer: “Mas, até o momento, a previsão de Marx não se realizou [refere-se à previsão de que o mercado capitalista eliminaria todos os outros tipos de mercado]. O desenvolvimento econômico ao longo dos dois últimos séculos não tendeu a eliminar os modos de produção não-capitalistas – a pequena produção de mercadorias, a economia social e solidária e a economia estatal – e nas últimas décadas reforçou a presença e o papel destes outros modos de produção no seio da formação socioeconômica dominada pelo capitalismo. O desenvolvimento vem tornando a economia mais mista, ou seja, uma combinação cada vez mais complexa de modos de produção.” (2004, p. 21).

<sup>32</sup> “Esse fato histórico é indubitável [refere-se à hegemonia do modo de produção capitalista], mas não elimina a luta ideológica entre os diversos tipos de desenvolvimento. O fato de o desenvolvimento, em tempos de reestruturação, ter acentuado a liberdade do mercado em detrimento dos controles dos Estados nacionais sobre a dinâmica do capital não anula o outro fato, de que a revolução microeletrônica e telemática contribuiu para que o capital produtivo (não o financeiro) se descentralizasse, abrindo espaço para um desenvolvimento misto de pequenas e médias empresas e de complexos cooperativos, guiado pelos valores da solidariedade.” (2004, p. 21).

### **2.3 Os dilemas do trabalho nos Empreendimentos Econômicos Solidários de recuperação de valor de materiais recicláveis**

O movimento de Economia Solidária, que emerge no Brasil nos anos 80 e 90, tem como escopo a geração de trabalho e renda, para uma população com dificuldade de inserção no mercado de trabalho (LIMA, 2004). O segmento voltado às cooperativas de catadores complementa esta justificativa, quase invariavelmente, destacando a importância ambiental da reciclagem (ZANIN, 2011; PEREIRA, 2016). A articulação positiva entre os elementos desta tríade (trabalho/renda/meio ambiente), contudo, depende da relação que se estabelece entre o trabalho dos catadores e a Indústria de Recicláveis<sup>33</sup>, como estruturante das condições nas quais avança a reciclagem no Brasil. Dito desta forma, parece tratar-se de um truísmo, mas se a organização do trabalho dos catadores em moldes coletivos surge como possibilidade de geração de renda, ambientalmente desejável, ela ainda implica a exploração intensa, posto que apenas uma pequena parte (cerca de 10%) estaria organizada em moldes coletivos e, ainda assim, cabe questionar se esta organização seria garantia de melhores condições de trabalho e renda. É sobre esta questão que vamos nos concentrar a seguir, para tentar situar o cooperativismo de catadores na perspectiva das possibilidades que apresenta quanto à superação da pobreza e melhores condições de trabalho.

#### **2.3.1 A pobreza como marca do trabalho de recuperação de valor dos materiais recicláveis**

Bosi (2008) salienta que as tecnologias para o desenvolvimento da reciclagem em grande escala de alguns materiais (papel, papelão e resíduos plásticos) já existiam no Brasil, desde os anos 70, mas foi somente em meados dos anos 80 que se pôde identificar a estruturação de uma indústria voltada ao setor (p. 104). A condição para o seu surgimento, segundo o autor, foi a ampliação do

---

<sup>33</sup> As indústrias de transformação de recicláveis são bastante diversas, e seus segmentos apresentam dimensões e formas de organização distintas (papéis, vidro, plásticos e metais). Neste trabalho, utilizaremos o termo “indústria de recicláveis” (IR) para nos referirmos a este conjunto industrial, de forma genérica, ainda que ele apresente-se de forma multifacetada. Embora nosso interesse recaia sobre o trabalho do catador, a menção recorrente à IR decorre do fato de que é este conjunto de indústrias que absorve o produto do trabalho dos catadores.

contingente de trabalhadores não só desempregados, mas com pequena ou, muitas vezes, nenhuma perspectiva de empregabilidade. Os trabalhadores destituídos de qualificações (notadamente nível educacional, formação profissional e idade) para o ingresso no mercado formal de trabalho foram “qualificados” para o trabalho informal na catação de resíduos sólidos. É importante notar que Bosi não aborda a organização coletiva dos catadores. Sua atenção está voltada aos trabalhadores que executam a catação de forma individual ou familiar. É a estes trabalhadores que a Indústria de Recicláveis recorre para estruturar sua base produtiva, pois não havia, em meados da década de 80, no Brasil, coleta seletiva generalizada, nem qualquer sistema de logística reversa capaz de abastecer a Indústria de Recicláveis com matéria prima. E foi com base nesta força de trabalho que, cerca de 25 anos após seu surgimento, a Indústria de Recicláveis apresentou indicadores de sucesso, comparáveis aos países mais competentes no setor da reciclagem (BOSI, 2008, p. 103-4).

Estes resultados, contudo, não trouxeram melhores condições de trabalho e renda para os catadores. É por esta razão que Bosi afirma que o trabalho dos catadores passa por um processo de organização cujo escopo é a acumulação de capital no setor industrial da reciclagem. Ainda que se revista de legalidade, no contexto da resignificação da informalidade, como abordamos acima, o “trabalho por conta própria” ou “autônomo” executado pelos catadores não altera a condição de superexploração à qual estão submetidos. Os dados levantados em pesquisa realizada em quatro cidades do Paraná apresentam quadro crítico, no qual a renda dos catadores não chega a alcançar o valor de um salário mínimo (p. 111). Este cenário é determinado pelo oligopólio local da Indústria de Recicláveis<sup>34</sup>, que transfere para o preço dos recicláveis as oscilações do mercado internacional e as variações de valor da matéria prima virgem, submetendo os catadores às incertezas do mercado.

Burgos (2014) identifica o mesmo cenário ao pesquisar o trabalho dos catadores individuais nas periferias da cidade de São Paulo. Os catadores oriundos do contingente de trabalhadores sobrantes<sup>35</sup> seriam (re)inseridos no processo

---

<sup>34</sup> Bosi identificou apenas seis empresas que compravam recicláveis no estado do Paraná (p.108).

<sup>35</sup> O trabalhador sobrente, segundo Burgos, é aquele que foi excluído do mercado formal de trabalho, no contexto da reestruturação produtiva, ou que nunca conseguiu inserção nele, tornando-se absolutamente dispensável ao circuito de produção do valor, a não ser na medida em que a reserva

produtivo das matérias primas dos mais diversos ramos da indústria de recicláveis. Esta (re)inserção, contudo, não alteraria a condição de sobrantes, pois a execução do trabalho de catação, triagem e venda ocorre sem qualquer formalização ou vínculo com a Indústria de Recicláveis ou qualquer outra instância de produção (p. 52)<sup>36</sup>. Desta forma, os catadores permanecem executando um trabalho com remuneração muito baixa, sem qualquer direito ou garantia vinculada a ele, caracterizando-se mais como estratégia de sobrevivência, do que como trabalho propriamente dito. Neste ponto, enfatiza que a miséria que caracteriza a vida dos catadores individuais decorre do fato de executarem trabalho não pago, pois o valor que recebem pela venda dos recicláveis é relativo, tão somente, ao valor da matéria prima e não ao trabalho que executam, resultando em remunerações inferiores ao salário mínimo (BURGOS, 2014, p. 15).

Atribui a permanência da condição de trabalhador sobrente à presença/ausente da Indústria de Recicláveis nos territórios periféricos. Refere-se a este espaço como o *chão dos catadores*, que é perpassado pelas determinações da Indústria de Recicláveis, sem que ela esteja formalmente vinculada a ele e aos catadores. A relação entre a Indústria de Recicláveis e o trabalho dos catadores (que constitui sua base) é ocultada por meio do trabalho avulso, individual ou “autônomo”, condizente com as novas configurações do trabalho no cenário da reestruturação produtiva.

Sua pesquisa considera tanto o catador avulso, como o organizado em cooperativas<sup>37</sup>, que seriam incapazes de proporcionar a superação da condição de trabalhador sobrente, pois manter-se-ia ainda a presença-ausente da Indústria de Recicláveis no chão dos catadores: “Ora, o que a institucionalização da base da indústria promove é um ajuste jurídico que mantém velada e cindida a relação

---

de trabalhadores desempregados tem funcionalidade na manutenção de remunerações baixas para os trabalhadores empregados. A autora demarca que não podem ser incluídos naquilo que Antunes (2003) denomina de classe-que-vive-do-trabalho, pois não estão inseridos em relações de assalariamento (formal ou informal). Os rendimentos dos catadores avulsos ou individuais derivam de atividades caracterizadas pela autora como *estratégias de sobrevivência*. (2014, p.18).

<sup>36</sup> “Em todos os casos tratam-se de trabalhadores pobres urbanos, (re) inseridos produtivamente sob a condição de trabalhadores sobrantes. E sob esta condição estão sempre na iminência de serem novamente excluídos do processo produtivo.” (BURGOS, 2014, p. 53).

<sup>37</sup> Burgos desenvolveu a pesquisa de campo, observando o processo de formação da cooperativa de segundo grau Fênix-Ágape, que agrupou diversos empreendimentos de catadores na região do Itaim Paulista.

capital – trabalho”. (p. 98). Consequentemente, o movimento de organização dos catadores em regime coletivo de trabalho manteria inalterados os baixos rendimentos e as condições precárias de trabalho.

Nesta direção, Burgos identifica no discurso empresarial voltado às “tecnologias verdes” ou à “responsabilidade ambiental” o oportunismo em relação às iniciativas que sinalizam mais lucratividade. O caso da organização das cooperativas de catadores, segundo a autora, seria exemplar, pois o discurso revestido de interesse ambiental, para geração de emprego e renda, serviria muito mais para “organizar catadores e os seus territórios para institucionalizá-los, tornando mais incisiva (e produtiva) as determinações do próprio capital”. (p. 98). A organização de cooperativas de catadores os enquadraria no regime de acumulação flexível, assemelhando-as às empresas que comporiam a rede de terceirização de serviços e de fornecimento de produtos para as empresas líderes, que enxugaram postos de trabalho nos seus núcleos, conforme discutimos acima.

Assim a indústria de recicláveis se faz presente onde mais aparece como ausente, arregimentando o trabalho sobrando que o próprio processo de reestruturação produtiva vem produzindo no pós anos 70. Trata-se de uma indústria que se ergue em conformidade com o contexto da reestruturação produtiva que se traduz como um mundo do trabalho em crise, pois é fato que os catadores não são operários, mas, como já foi dito, eles os correspondem, substituindo-os. (BURGOS, 2014, p. 99)

Nesta perspectiva, a organização dos catadores em cooperativas insere-se no processo de estruturação da base da Indústria de Recicláveis, sem apresentar aos trabalhadores melhores condições de trabalho e renda. Muito ao contrário, este movimento determina a formação de uma base dual para a Indústria de Recicláveis, que passa a recorrer ao trabalho das redes de cooperativas de catadores e, ao mesmo tempo, ao trabalho do catador avulso, agora ameaçado de nova exclusão em relação às cooperativas que não seriam capazes de absorver toda a força de trabalho sobrando<sup>38</sup>.

Lima (2015) apresenta perspectiva semelhante ao destacar a dificuldade de amadurecimento da autogestão e os baixos rendimentos, que,

---

<sup>38</sup> Ao discutir o documento “Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis”, promovido pelo MNCR e elaborado pela ONG PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais, Burgos nota que a estimativa de postos de trabalho a serem criados por uma política pública para a área (39.040) seria muito inferior ao total de catadores ainda atuando nas ruas e lixões das cidades (500.000).

segundo o autor, raramente superariam o valor do salário mínimo (p.331), levando-o a caracterizar o cooperativismo de catadores como “autogestão da pobreza”.

Com base em dados relativos ao ano de 2007, reunidos a partir do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES), Gutierrez e Zanin (2011) apresentam um perfil dos EES de catadores, evidenciando os problemas que enfrentam. Com relação ao espaço para a produção “apenas 13,73% do total de EES de catadores possuem sede própria, enquanto a grande maioria, 60,39% dos locais de funcionamento dos EES, são cedidos ou emprestados” (p. 43). Estes dados confirmam, segundo as autoras, a dependência de apoios externos, sem os quais estes EES sequer teriam espaço para trabalhar. Esta dependência pode ser percebida também quando são observados os dados relativos aos recursos iniciais dos EES. Enquanto 28% das cooperativas observadas contavam com recursos próprios, 47% dependeram de doações e 6% de empréstimos.

Se forem considerados todos os recursos (aqueles que estão além dos financeiros), “84% dos empreendimentos de catadores no Brasil tiveram algum tipo de apoio, assessoria ou capacitação” (p. 47). A dificuldade de estruturação material tem impacto direto sobre a capacidade de comercialização dos recicláveis, afetando 60% das cooperativas. As dificuldades estão relacionadas ao preço inadequado dos produtos e ao volume acumulado, muitas vezes abaixo do requerido para a venda direta à Indústria de Recicláveis. Com isso, as cooperativas acabam vendendo seus materiais aos atravessadores, que pagam valores muito baixos, na expectativa de revendê-los à Indústria de Recicláveis ou a outros elos da cadeia produtiva<sup>39</sup> de

---

<sup>39</sup> Gutierrez e Gitahy (2016) lembram que a definição de cadeia produtiva implica considerar a tomada conjunta de decisões, por agentes envolvidos em processos interdependentes de fluxos de produtos e serviços. Este fluxo envolve a organização de insumos, força de trabalho, transporte, distribuição e consumo. As autoras concentram atenção na cadeia produtiva de reciclagem do plástico, especialmente do PET. A depender do material, as cadeias se modificam, envolvendo um número maior ou menor de empresas, com escalas de produção e intensidades tecnológicas variadas. O topo da cadeia produtiva de reciclagem do alumínio, no Brasil, por exemplo, conta com apenas duas grandes empresas (LATASA e Novelis), que reciclam 70% de toda a sucata recuperada, que é fundida e transformada em lingotes. A laminação do alumínio, que dá origem às latas, é dominada por não mais do que três empresas (Metalis, NOVELIS e Hydro) (ABAL, 2016). O topo da cadeia produtiva de reciclagem do plástico, conta com 401 empresas, somente no Estado de São Paulo (GUTIERREZ e GITAHY, 2016, p. 539). A reciclagem do papel conta com 135 empresas, na sua etapa industrial (SEBRAE, 2008, p.15). Cada cadeia produtiva, por sua vez, apresenta um número diferente de etapas de recolhimento, processamento e logística, distribuídas por empresas de diversos portes. Há, portanto, diferentes **cadeias produtivas de reciclagem**, com estruturas e tecnologias variadas. Apesar disso, é possível referir-se a elas no singular, considerando uma estrutura básica comum, que seria composta por três blocos: (1) o da coleta e triagem dos resíduos (que envolve os catadores individuais e associados, os sucateiros, os galpões de intermediação comercial e os atravessadores, de um modo geral); (2) o do tratamento dos resíduos, com beneficiamento através da moagem, prensagem, lavagem e secagem, gerando o insumo reciclado



recicláveis. Em síntese, as autoras apontam o impacto da carência na estruturação material dos EES de catadores na produtividade do trabalho. A consequência são os baixos rendimentos, muitas vezes apontados nas pesquisas.

As atividades das cooperativas de catadores agregam valores econômicos, sociais e ambientais aos resíduos que estariam perdidos pela sociedade se essas atividades não existissem. No entanto, esses empreendimentos têm dificuldades na comercialização de seus produtos por vários fatores: baixo preço dos produtos; dependência em relação aos atravessadores (já que não possuem uma quantidade de clientes satisfatória para negociar melhores preços); dificuldade em vender diretamente às indústrias (pois não conseguem acumular um volume de resíduos suficientes); falta de capital de giro, entre outros. (GUTIERREZ e ZANIN, 2011, p. 49).

Este delineamento apresenta as dificuldades de consolidação do cooperativismo de catadores, quanto à capacidade de proporcionar melhores condições de trabalho e renda<sup>40</sup>. Apesar disto, ele é o modelo adotado pelo próprio MNCR, que percebe no cooperativismo e na Economia Solidária, uma forma de alcançar estas condições. Para compreender isso, entendemos que é necessário considerar as ambivalências contidas neste cenário. Rodríguez (2005), por exemplo, reconhece a duplicidade do vínculo das cooperativas, que alimentam o acúmulo de capital da Indústria de Recicláveis, mas acenam com a possibilidade de mudança do quadro da pobreza dos catadores. Esta mudança, contudo, está condicionada, se acompanharmos Magera (2005), à adoção de um perfil muito mais empreendedor (empresarial) do que solidário. Aqui surge outra questão: até que ponto as cooperativas de catadores conseguiriam avançar para melhores condições de trabalho e, ao mesmo tempo, cultivar perfil solidário?

---

para utilização nos diferentes segmentos produtivos; (3) o do processamento (topo industrial da cadeia) (SEBRAE, 2008). É neste sentido generalizante que utilizaremos o termo “cadeia produtiva da reciclagem”.

<sup>40</sup> As autoras destacam a importância ambiental e social dos EES de catadores, que demandam políticas públicas para a superação das dificuldades identificadas com base nos dados do SIES.

### 2.3.2 A organização coletiva do trabalho dos catadores: possibilidade de superação da pobreza e da precariedade

Em um posicionamento entusiasta em relação à Economia Solidária, Rodríguez (2005) estuda a formação de uma rede de cooperativas na Colômbia<sup>41</sup>, buscando entender quais seriam os fatores estruturais que determinariam a condição de pobreza dos catadores e as possibilidades de superação dela. Nesta perspectiva, embora reconheça as limitações do funcionamento de um EES no contexto da economia capitalista, entende que a Economia Solidária oferece alternativas aos trabalhadores. O autor posiciona-se de forma equidistante entre uma expectativa mais radical de transformação social e outra mais imediatista, que seria a geração de trabalho e renda para trabalhadores em situação de desemprego e pobreza.

Não se trata da utopia da sociedade de mercado criticada acertadamente por Polanyi (1957), nem da utopia coletivista. É uma utopia real (Wright, 1998), porque é suficientemente radical para não se conformar com a regulamentação do mercado sem alterar a divisão entre capital e trabalho, e suficientemente real para ser viável nas condições do mercado contemporâneo. (p. 364)

Na Colômbia, no início dos anos 1990, os catadores vivenciavam uma situação de exploração econômica aguda, associada a uma estigmatização que os relegava a quase invisibilidade social<sup>42</sup>. A abertura do processo de privatização da coleta do lixo urbano, na esteira das políticas neoliberais adotadas pelo país, criou oportunidades para os catadores inserirem-se neste novo mercado. O problema é que empresas privadas (inclusive de amplitude internacional) também pretendiam entrar no negócio, requerendo dos catadores a preparação para disputar este mercado então em formação (RODRÍGUEZ, 2005, p. 350-51).

Os catadores organizaram-se em nível nacional, com comitês regionais e articularam-se com a esfera pública federal para implementar um programa de

---

<sup>41</sup> O autor estudou uma rede de cooperativas de catadores em Bogotá, que surgiu no final da década de 1980. Ao todo, pesquisou 94 cooperativas, concentrando atenção na rede RESCATAR.

<sup>42</sup> “Quase” porque eram percebidos como continuidade do próprio “lixo” com o qual trabalhavam. A ideia de que os catadores são **recicladores de lixo** aparece em diversos textos sobre o tema, denotando o equívoco muitas vezes cometido na descrição das atividades destes trabalhadores. Os catadores não fazem reciclagem, uma vez que o processo é intensivo em capital, implicando transformação industrial de matéria prima. Os catadores fazem o recolhimento e separação de **resíduos recicláveis**, que se, no Brasil, estão misturados ao lixo, não podem ser confundidos com ele. A Lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos não menciona, em parte alguma, o termo “lixo”. O conceito utilizado é o de “resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2015).

fomento às cooperativas de catadores, que passariam a funcionar em rede. Entram em operação sinérgica diversas instituições da esfera pública (Universidades e institutos de assistência social), articuladas com movimentos sociais, ONGs e alguns agentes do setor privado, alterando o cenário do cooperativismo de catadores no país (RODRÍGUEZ, 2005).

Este movimento possibilitou às cooperativas a aquisição de equipamentos, máquinas e caminhões, bem como a construção de galpões para armazenamento e venda do material. O aprimoramento estrutural, associado à articulação das cooperativas em rede, permitiu a venda do material reciclável em volumes maiores, diretamente às indústrias recicladoras, garantindo preços melhores para os produtos e, conseqüentemente, um aumento de renda e o reconhecimento do trabalho que executam. Rodríguez recorre a estes resultados para refutar as conclusões de Birkbeck (1979), segundo as quais os catadores estariam condenados à pobreza, em função das limitações estruturais relativas à inserção no mercado de recicláveis, que determinaria uma relação de subordinação das cooperativas em relação à Indústria de Recicláveis, que controla seus preços. Em síntese, Rodríguez argumenta que a estruturação material das cooperativas teria alterado positivamente a inserção dos catadores no mercado de recicláveis (2005).

No balanço dos ganhos sociais, Rodríguez destaca o acesso à sistemas de assistência que trouxe aos catadores a cobertura de serviços de saúde, educação e previdência. Além disso, permitiu o desenvolvimento de atividades culturais que contribuíram para reduzir o estigma que recaía sobre eles, notadamente por destacar a importância ambiental do trabalho das cooperativas, que contava agora com cooperados que atuavam uniformizados nos galpões e não mais nas ruas e “lixões”. Quanto aos ganhos econômicos, o aumento da renda, embora relevante, não foi suficiente para equiparar as retiradas ao valor do salário mínimo colombiano (2005, p.357). A rede RESCATAR firmou-se no cenário do mercado de recicláveis e da coleta seletiva, mas o autor avalia que o apoio estatal ainda não teria sido suficiente para fazer avançar todo o seu potencial econômico, pois a articulação em rede ainda não atingia a totalidade das cooperativas, o que as colocava em risco, diante dos interesses de empresas privadas, que também atuam nesta área<sup>43</sup>. A autogestão, “pedra angular” do cooperativismo, também não se

---

<sup>43</sup> No caso de Bogotá, em 1990, 60% da coleta de lixo urbano foi privatizada. Os 40% restantes ficaram sob responsabilidade pública, que terceirizava o serviço às redes de cooperativas de

consolidou e entre os cooperados tornou-se comum a separação entre o “pessoal da gerência” (advindos das entidades que deram suporte à criação das cooperativas) e o “pessoal da execução” (os catadores, propriamente dito) (RODRÍGUEZ, 2005, p. 356).

Seguindo a orientação teórica de parte significativa dos entusiastas da Economia Solidária, Rodríguez conclui que a sobrevivência e expansão das cooperativas de catadores na Colômbia depende da articulação entre as suas redes com o Estado e a iniciativa privada, criando um mercado plural (no qual lógicas distintas daquela estritamente capitalista possam funcionar e conviver de forma complementar).

Também as alianças com empresas capitalistas são necessárias em um ambiente econômico caracterizado pelas fusões entre empresas com a finalidade de enfrentar a concorrência global. Como demonstra o caso de Mondragón, este tipo de alianças é possível sem pôr em perigo a própria estrutura e os princípios das cooperativas de trabalhadores, nos casos em que as empresas cooperativas são sólidas. (2005, p. 363)

Neste ponto, Rodríguez aponta o risco de degeneração das cooperativas em empresas capitalistas tradicionais, mas mantém o argumento da viabilidade econômica sem perdas com relação ao caráter solidário dos empreendimentos. Mais uma ambivalência surge aqui, pois as cooperativas de catadores entrariam em “harmonia” com o entorno capitalista, sendo funcionais a uma parte do capital privado em jogo no mercado de recicláveis, em “troca” da geração de postos de trabalho e de renda em condições supostamente melhores do que aquelas nas quais vivem os catadores individuais.

Magera (2005) expressa ambiguidade semelhante, ao preconizar a necessidade de aprimoramento do caráter empresarial das cooperativas de catadores, no sentido de uma gestão capitalista dos empreendimentos, mas que mantenha, ao mesmo tempo, a autogestão como princípio.

O presente trabalho busca discutir e testar a viabilidade econômica da reciclagem dos resíduos sólidos (lixo) da cidade de Sorocaba-SP, provando ser economicamente viável sob o ponto de vista da sociedade como um todo. E, sendo assim, apoiar a criação de cooperativas de reciclagem de lixo numa concepção capitalista, utilizando-se de tecnologia e aporte capitalista de investimento em infraestrutura para terem gestão profissional, para melhor prover os resultados alcançados (p. 44).

---

catadores, mediadas por uma fundação. Este modelo entrou em crise apenas dois anos depois (uma crise jurídica e econômica), que resultou na privatização integral do sistema. Com a privatização, a participação das cooperativas de catadores foi reduzida e demandou novos esforços para se adequarem à competição com as empresas privadas.

A tese foi publicada com prefácio de Paul Singer, que a caracteriza como uma denúncia das “cooperativas” de catadores que funcionam como empresas heterogeridas, reproduzindo a exploração do trabalho, que deveriam combater<sup>44</sup>. Mas Singer também aponta a importância da pesquisa, do ponto de vista da elucidação dos problemas que precisam ser resolvidos para que os EES de catadores constituam uma alternativa viável e digna de geração de trabalho e renda.

Magera defende a tese de que o quadro do cooperativismo de catadores poderia ser alterado, proporcionando condições dignas de vida, com renda suficiente para retirá-los da pobreza, desde que sejam superadas as condições estruturais que determinam a conexão desvantajosa das cooperativas com a Indústria de Recicláveis. A “solução” estaria na organização dos “empresários do lixo” (para usar o termo que o autor emprega para referir-se aos catadores) em cooperativas capazes de conciliar a autogestão e o empresariamento capitalista do negócio.

Rodríguez (2005) percebe os avanços concretos deste modelo em Bogotá, embora ainda incipientes. Magera (2005) infere o potencial de sustentabilidade econômica dos EES de catadores, capaz de retirá-los da pobreza, a partir do estudo de caso, que estima (por meio de um modelo matemático) qual seria a produtividade necessária às cooperativas para que proporcionassem um serviço eficiente de recolhimento dos recicláveis (compensando os investimentos municipais no setor) e renda digna aos catadores.

Segundo Magera (2005), para alcançar este grau de produtividade, determinadas limitações precisavam ser superadas, dentre elas a ausência de reconhecimento e legalização do trabalho do catador (p. 104-5). Este reconhecimento aconteceu em 2002, com a sua inclusão no Código Brasileiro de Ocupações (CBO), como resultado de um processo de luta dos próprios catadores (PINHEL, 2011). Do ponto de vista simbólico, o reconhecimento formal veio acompanhado da ênfase na importância social e ambiental do trabalho de catação, visibilizando-o de forma positiva. Do ponto de vista pragmático, a inclusão da

---

<sup>44</sup> Magera (2005) sintetiza a situação encontrada em sua pesquisa de campo: “Tais cooperativas são formadas sob o manto da legalidade, mas escondem no seu bojo princípios predatórios de exploração capitalista, que muito lembram as relações de trabalhos servis do passado não muito distante no Brasil.” (p. 17).

atividade no CBO contribuiu para o avanço da inserção dos catadores em sistemas de Pagamento por Serviço Ambiental e de Logística Reversa.

Outro fator destacado por Magera (2005) era a ausência de coordenações regionais com finalidade política e comercial, articuladas por uma representação de âmbito nacional, que pudesse organizar as redes de cooperativas para a defesa de suas pautas de reivindicações e para a venda conjunta dos materiais (ampliando o volume do material negociado). Este aspecto também sofreu alteração, com a articulação do MNCR, em 1999, e sua consolidação nos anos 2000. As ações implementadas, desde então, tem fomentado a organização regional do movimento de cooperativismo de catadores, articulado às metas do Movimento Nacional (PINHEL, 2011, p.73-4), dando maior visibilidade às demandas dos catadores, resultando no estabelecimento de uma política pública para área, que cobriu parte das pautas pleiteadas<sup>45</sup>.

Outro fator importante, também apontado por Magera como limitante para o sucesso econômico das cooperativas, era a ausência de acesso a financiamentos que pudessem garantir a aquisição de máquinas, equipamentos e galpões para a estruturação material das cooperativas. Esta dificuldade de acesso foi parcialmente sanada com a abertura de linhas de fomento via BNDES, Banco do Brasil, FUNASA e Petrobras<sup>46</sup>. Com a articulação do CATAFORTE, estas instituições

---

<sup>45</sup> Ao relatar os eventos organizados pelo MNCR, em São Paulo, que contaram com as presenças dos ex-presidentes Lula e Dilma, Sant'ana e Metello demarcam a consolidação e legitimação da agenda pública do movimento: "O que nasceria, porém, desse ritual natalino que se repetiria ao longo de todo o mandato de Lula e também de sua sucessora, Dilma Rousseff seria muito mais que o reconhecimento da cidadania dos catadores e da população em situação de rua. Ali começava, na verdade, um processo retroalimentado que, combinando uma organização maior do movimento, um reconhecimento cada vez maior do poder público por meio de normas e políticas públicas e o crescimento da importância do tema do desenvolvimento sustentável na sociedade brasileira, permitiu mudanças significativas na visibilidade política da agenda da reciclagem no Brasil. Em essência, o processo de interação constante possibilitou que a reciclagem fosse tratada de maneira integrada, combinando os desafios ambientais, econômicos e sociais da agenda." (2016, p.21-2). O resultado mais imediato do avanço da pauta de reivindicações do MNCR foi a criação, em 2003, do Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores de Lixo, que reuniu diversos ministérios e secretarias de Estado, em torno da formulação de políticas públicas para o incentivo à formação de cooperativas de catadores e consolidação da reciclagem. Em 2010, o Decreto nº 7.405 alterou o nome para Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, que passa a ser integrado por 25 órgãos do governo federal.

<sup>46</sup> Segundo Sant'Ana e Metello (2016), somente nos últimos cinco anos (dado publicado em 2016), foram investidos mais de R\$ 500 milhões no fomento às cooperativas de catadores.

agruparam-se, concentrando recursos, que passaram a ser distribuídos por meio de editais de concorrência<sup>47</sup>.

Por fim, o autor destacou a inexistência de políticas públicas voltadas ao fomento do cooperativismo de catadores, com abrangência nacional. Em 2010, com a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (por meio da Lei nº 12.305), este aspecto também sofreu alteração, e foram definidos os papéis dos principais agentes que compõem a cadeia produtiva dos recicláveis, bem como foram delimitadas as responsabilidades entre as esferas da administração pública (Federal, Estadual e Municipal), no que diz respeito à sua implementação. Neste ponto, demarcamos a importância atribuída às cooperativas de catadores na organização dos planos municipais de gestão integrada dos resíduos sólidos<sup>48</sup> e a determinação do fechamento dos “lixões”, que devem ser substituídos por aterros sanitários controlados, nos quais não seria permitida a atividade de catação. Este constrangimento legal, associado ao incentivo à formação das cooperativas de catadores, como forma de inserir estes trabalhadores em um regime formal, representou uma mudança significativa no arranjo legal das atividades que estão na base do processo de reciclagem, muito embora a obrigação do cumprimento da lei, quanto ao fechamento dos lixões, pelos municípios, tenha sido postergada para 2018, para capitais e regiões metropolitanas e para 2021, para municípios que tenham menos de 50 mil habitantes.

Se, por um lado, estas mudanças alteram o cenário, por outro, não há avaliação da magnitude e extensão que alcançam. Ainda não há dados acerca do impacto destas ações sobre a totalidade das cooperativas de catadores ou, pelo menos, dados sobre um número significativo de cooperativas, que permitam analisar

---

<sup>47</sup> O Programa Cataforte surgiu em 2009, a partir de uma articulação entre a SENAES, a FBB e o MNCR, funcionando como ação sinérgica entre iniciativas isoladas de bancos e fundações federais. No capítulo dois trataremos com mais detalhe do CATAFORTE. Por ora, gostaríamos de demarcar que este programa é o mais significativo, no âmbito federal, do ponto de vista do aporte de recursos para o cooperativismo de catadores. Para se ter uma ideia, em sua segunda edição, foram doados 140 caminhões para 35 redes de cooperativas em quinze estados brasileiros, como parte de uma estratégia que visava equipá-las para a prestação de serviço de coleta seletiva nos municípios.

<sup>48</sup> Como lembram Sant’Ana e Metello, “a palavra ‘catadores’ é citada doze vezes no texto da lei e está presente em seus instrumentos, princípios e objetivos, obrigações dos estados, municípios e União.” (2016, p. 29). Antes da lei nº 12.305, o Decreto nº 5.940, que obrigava a prática da coleta seletiva em órgãos públicos, destinada aos catadores e a Lei Nacional de Saneamento (nº 11.405/2007), que permite a contratação de cooperativas e associações de catadores, pelos municípios, sem licitação, já indicavam a mobilização de esforços, no âmbito federal, para inserção organizada dos catadores na base do circuito da reciclagem.

a amplitude das mudanças. Tudo indica que o cenário permanece heterogêneo, composto por cooperativas com graus muito diferentes de eficiência produtiva, maturidade na prática da autogestão e de articulação em rede (ZANIN, 2011; PEREIRA, 2016). Se ainda não é possível dimensionar o impacto das mudanças mais recentes sobre o cooperativismo de catadores, pode-se, ao menos, demarcar a alteração em três fatores relevantes neste processo: há, hoje, no Brasil, um movimento social específico dos catadores; há uma política pública de âmbito nacional voltada à reciclagem, com presença dos catadores e há programas de fomento à estruturação material das cooperativas de catadores. Com isso, podemos, hipoteticamente, pensar em mudanças também estruturais no âmbito do cooperativismo de catadores. Mudanças que podem estar na base da adesão do MNCR ao movimento de Economia Solidária, acompanhando proposições como o Programa Nacional de Investimento na Reciclagem Popular (PRONAREP) e o Pagamento por Serviço Ambiental (PSA), que podem apontar para o posicionamento mais positivo das cooperativas no mercado de recicláveis.

Como destacam Sant'Ana e Metello (2016), o PSA pode garantir ampliação da renda dos catadores, mantendo sua regularidade, uma vez que o pagamento não está sujeito às oscilações dos preços dos recicláveis no mercado<sup>49</sup>. Apresentam alguns exemplos, como o de Ourinhos (São Paulo), que paga R\$123 mil anuais à cooperativa Recicla Ourinhos, que repassa o valor aos seus cem cooperados. Somados aos valores obtidos com a venda do material, formou, em 2014, uma renda em torno de R\$ 1.350,00 por cooperado, acima, portanto, do valor do salário mínimo<sup>50</sup>. Outro exemplo mencionado pelos autores é o de Londrina, cujo contrato garantiu, em novembro de 2011, R\$ 207 mil<sup>51</sup> para rede Cooper Região, formada por cinco cooperativas (envolvendo 506 catadores) (p.36). Em Natal (RN), a contratação de cooperativas, pela prefeitura, para a execução da coleta seletiva, resultou no aumento de recolhimento de materiais recicláveis de 42 para 280

---

<sup>49</sup> Como demarcam Fé e Faria (2011), ao discutir a variação de preços dos recicláveis: "Isso quer dizer que os catadores fazem parte de uma cadeia produtiva estruturada a partir de setores industriais dinâmicos do capitalismo, e seus produtos, neste contexto, se tornam *commodities*, que em todo o mundo tem preços ditados pela Bolsa de Valores de Londres, cotados e negociados de forma global e sujeitos às variações do mercado mundial." (p.21).

<sup>50</sup> Em 2014, o salário mínimo era de R\$788,00.

<sup>51</sup> Neste caso, os valores pagos à rede de cooperativas variavam mês a mês, pois tinham como parâmetro a tonelagem recolhida.



toneladas mensais. Como consequência, os catadores da cooperativa COOCAMAR tiveram 400% de aumento de renda, em quatro anos (CEMPRE, 2016, p.32).

Locatelli (2016) argumenta que um sistema de pagamentos por serviços ambientais cumpriria mais do que o objetivo de remunerar o trabalho dos catadores, pois preveniria o descarte inadequado de materiais com valor de mercado ainda muito baixo e que, por isso, não despertam interesse na sua catação. A variação sazonal dos preços de alguns materiais, como o papelão, também produz este efeito. Além disso, há materiais muito danosos ambientalmente, mas com valorização baixa no mercado de recicláveis. O modelo de PSA proposto pelo autor garantiria o retorno econômico da catação destes materiais menos valorizados ou com valorização oscilante, por meio da adição de valor estimado pelo Potencial de Dano Ambiental (PDA). Em resumo, o modelo de Locatelli propõe aumentar o valor a ser pago por estes materiais, no conjunto do cálculo do PSA. Esta maneira de tratar o pagamento do serviço executado pelas cooperativas de catadores pode apontar para a resolução do problema identificado por Burgos, que atribui a pobreza que atinge os catadores à execução de um trabalho não-pago (2014).

Gostaríamos de destacar que há dados e indicadores, como os apresentados acima, que permitem formular a hipótese de que o cooperativismo de catadores é capaz de garantir renda acima do salário mínimo, sendo, assim, um contraponto à percepção que vincula o trabalho de catação à pobreza. Desta forma, a organização coletiva do trabalho de catação, ainda que “a serviço” da Indústria de Recicláveis ou voltado ao abastecimento dela, poderia alojar-se no mercado de recicláveis de forma mais vantajosa, garantindo trabalho e renda digna aos catadores. A implantação do PSA sinalizaria a possibilidade de reposicionamento das cooperativas no mercado de recicláveis, pois elas assumem a coleta seletiva, funcionando como cooperativa de serviço (em relação ao município) e, ao mesmo tempo, de produção (em relação à Indústria de Recicláveis). Esta dupla vinculação ou função altera a relação das cooperativas de catadores com a Indústria de Recicláveis, na medida em que diminui a dependência em relação ao mercado formado por ela.

Segundo estudo baseado no censo demográfico do IBGE, para o ano de 2010 (IPEA, 2013), mesmo os catadores que trabalham isoladamente conseguem rendas superiores ao salário mínimo. A pesquisa identificou 387 mil pessoas, que diziam ter na catação sua ocupação principal, com renda média

nacional de R\$ 571,56 mensais<sup>52</sup>. Isso não significa, evidentemente, boas condições de trabalho e superação da superexploração, mas indica o potencial que a atividade guarda quanto à superação da pobreza. O trabalho em cooperativa tende a garantir rendas maiores e a contratação pelas prefeituras, como vimos, pode ampliá-la, melhorando a inserção social dos catadores. Diante disto, o MNCR tornou o PSA uma das suas principais bandeiras (2016).

O PRONAREP, elaborado pelo MNCR e apresentado ao governo federal em 2014, durante abertura do Encontro Nacional de Tecnologias para Inclusão de Catadores de Materiais Recicláveis, que aconteceu na Universidade de Brasília, prevê avanço das cooperativas de catadores na cadeia de produção dos recicláveis, para além da coleta seletiva, com a assunção dos seus processos industriais de transformação. Trata-se da proposta de verticalização da cadeia produtiva, sob controle das cooperativas de catadores, que passariam a atuar nos estágios de maior agregação de valor, instituindo o que o MNCR denomina de reciclagem popular<sup>53</sup>. Ela estaria ancorada em um novo modelo de gestão dos resíduos sólidos, distanciando-se dos atuais modelos privatista e estatista. Segundo Wirth (2016), o modelo de gestão popular, proposto pelo MNCR, cumpriria de forma mais adequada os objetivos da PNRS, quando comparado aos outros dois modelos, pois ele trataria a questão dos resíduos sólidos de forma integrada, considerando os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, tornando os catadores atores centrais do processo.

Nesse formato, o erário favorece a distribuição de renda e a construção de uma nova lógica de funcionamento em que os saberes, a experiência e os interesses dos trabalhadores associados podem constituir uma dinâmica que suplante o controle burocrático e o imperativo mercantil instaurados pelos modelos anteriores. (p. 226).

A autora lembra que a viabilização destas propostas esbarra nos interesses de empresas (inclusive multinacionais), que também pretendem entrar no mercado da gestão dos resíduos sólidos e nos interesses das que já estão consolidadas nele, demandando articulação política. Neste ponto, o MNCR passa a cumprir papel importante, como uma nova força no campo de disputas. A discussão em torno da incineração dos resíduos sólidos é exemplar deste processo (WIRTH,

---

<sup>52</sup> Naquele ano, o salário mínimo era R\$ 510,00.

<sup>53</sup> Algumas redes de cooperativas já iniciaram estas experiências, como a Cataunidos, localizada na região metropolitana de Belo Horizonte (FÉ e FARIA, 2011).

2016). Apesar dos danos ambientais evidentes e da ineficiência econômica e energética (SOUZA et al., 2016), as empresas que oferecem o serviço de incineração dos resíduos sólidos estabelecem contratos com prefeituras, muitas vezes mais onerosos do que os oferecidos por cooperativas de catadores (SOUZA, 2016). Deste modo, a mobilização constante e estruturada do MNCR, com suas representações regionais, tem sido acionada, na tentativa de ocupar estes espaços.

Em resumo, as propostas em curso, com maior ou menor grau de concretização, a depender da região e do patamar de desenvolvimento da rede de cooperativas em observação<sup>54</sup>, apontam para o reposicionamento das cooperativas de catadores em relação às empresas capitalistas tradicionais que também atuam em atividades de gestão dos resíduos sólidos urbanos e em relação à própria Indústria de Recicláveis, na medida em que o MNCR almeja apropriar-se das tecnologias e dos bens de capital necessários ao processamento industrial dos recicláveis. Trata-se da proposta de ocupação da posição hoje assumida por empresas tradicionais. Com relação à coleta seletiva, este reposicionamento está mais consolidado, embora ainda aquém do potencial que apresenta<sup>55</sup>.

Em função destas mudanças institucionais e jurídicas e dos indicadores e dados que apresentam um cenário mais positivo do cooperativismo de catadores, Fé e Faria (2011) afirmam que o processo não significa o enquadramento dos catadores em regime precário de trabalho.

Como proposição para essas trajetórias profissionais, entendemos que não se trata apenas de uma filiação conceitual ao processo de “precarização” das relações e condições de trabalho, muito presente nos anos 90. Na verdade, a atividade dos catadores de material reciclável sempre foi

---

<sup>54</sup> Fé e Faria (2011) apresentam a tipologia estabelecida em estudo realizado pelo Governo Federal, em conjunto com o MNCR e desenvolvido pelo Centro e Estudos Socioambientais - PANGEA, com a coordenação técnica da UFBA/GERI – Grupo de Estudos de Relações Intersetoriais (Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis). Nesta tipologia, as cooperativas são agrupadas em quatro categorias, segundo o nível de formalização e aquisição e uso de maquinários. No primeiro grupo, estariam as cooperativas em estado mais desenvolvido: “Grupo formalmente organizado em associação ou cooperativa com prensa, balança, carrinhos e galpão próprios, com capacidade de ampliar sua estrutura física e de equipamentos a fim de absorver novos catadores e criar condições para implantar unidades industriais de reciclagem. Nesta Situação as cooperativas já estão prontas para a verticalização da produção de materiais recicláveis. As cooperativas nesta situação devem ser vistas como importantes vetores de inclusão social.” (p. 28).

<sup>55</sup> Segundo pesquisa do CEMPRE (2016), com 1055 municípios brasileiros, em 2016: “a coleta seletiva dos resíduos sólidos municipais é feita pela própria Prefeitura em 51% das cidades pesquisadas; Empresas particulares são contratadas para executar a coleta em 67%; E praticamente metade (44%) apoia ou mantém cooperativas de catadores como agentes executores da coleta seletiva municipal.” Muitas vezes, os municípios mesclam as modalidades de coleta.

precária, instável, insegura e desprotegida. Deste ângulo, pode parecer que se está a realizar o caminho inverso, mediante as iniciativas para conferir dignidade profissional a esse novo segmento profissional, fortalecer suas formas de organização da produção e das próprias instituições sociais e políticas que as apoiam. (p. 19).

Se, por um lado, o trabalho de catação de recicláveis (individual ou associado) ocorre, predominantemente, de forma precária e com remuneração muito baixa, por outro, há pesquisas que apontam (mencionamos algumas delas acima) condições mais positivas e/ou um cenário que estimula sua expansão. Não parece ser possível, diante disto, estabelecer generalizações. O trabalho de catação de recicláveis ocorre em condições heterogêneas e, neste sentido, a classificação apresentada no estudo “Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis” (MDS/MNCR/PANGEA/GERI-UFBA, 2006) é pertinente por mostrar um panorama diverso das cooperativas de catadores, segundo patamares de consolidação formal e eficiência física e econômica<sup>56</sup>, que permitem identificar e classificar níveis distintos de produtividade e de desempenho de vendas no mercado de recicláveis. O estudo previne, assim, a consideração do fenômeno do cooperativismo de catadores a partir de perspectivas extremas, que poderiam tomá-lo como um fracasso absoluto ou um sucesso inequívoco. Concentra-se, contudo, apenas nos aspectos materiais (estrutura produtiva, aquisição e uso de máquinas, volume de produção e negociação dos produtos, etc.), enfatizando aquilo que Magera (2005) identifica como empresariamento ou profissionalização dos catadores, para gerir o “negócio”. Os termos “autogestão” e “solidário” não são mencionados no relatório final do estudo, denotando sua ênfase nos aspectos econômicos, em detrimento dos solidários.

Este estudo foi financiado pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (hoje Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário) e contou com apoio do MNCR. A perspectiva adotada e os seus resultados compuseram o conjunto de balizadores das políticas públicas federais voltadas ao cooperativismo de catadores (SANT’ANA e METELLO, 2016). Apesar da aproximação do MNCR em relação à SENAES e do discurso orientado pelos princípios da Economia Solidária, é possível que a busca pela ampliação da

---

<sup>56</sup> A **eficiência física** corresponde à produção média mensal de cada cooperado, medida em kg. A **eficiência econômica** corresponde ao valor mensal comercializado por cada cooperado (R\$/mês).

eficiência produtiva dos EES de catadores, materializada nestas políticas, como o CATAFORTE, direcione-os para um perfil de gestão mais próximo de empresas tradicionais, do que para um perfil autogestionário. Neste caso, teríamos a confirmação dos apontamentos teóricos, acima apresentados, que identificam no processo de evolução econômica das cooperativas, a secundarização da autogestão.

Por fim, a possibilidade de redução da pobreza e da precariedade das condições de trabalho (materiais, simbólicas e relativas aos direitos e ele vinculados) não implica, necessariamente, a consolidação de uma experiência social emancipatória. Esta possibilidade aponta, apenas, para capacidade de atender a demanda por trabalho e renda. Este atendimento e a funcionalização das cooperativas para a acumulação de capital na Indústria de Recicláveis não são mutuamente excludentes, embora apresentem limites<sup>57</sup>. Os resultados positivos (renda e condições de trabalho) no âmbito das cooperativas de catadores são, em tese, conciliáveis com a acumulação de capital na Indústria de Recicláveis. Cabe averiguar em quais condições. Neste caso, teríamos uma composição semelhante àquelas apresentadas nos estudos sobre a reestruturação produtiva (empresa líderes enxutas, em relação à contratação direta de mão-de-obra, articuladas, formalmente ou não, com uma rede de empresas prestadoras de serviço ou fornecedoras de produtos), mas sem que a precarização seja a marca definitiva do trabalho de catação?

---

<sup>57</sup> Como o que é dado pelo preço da matéria prima virgem. Caso a organização coletiva do trabalho dos catadores pressione a valorização do material reciclável para patamares superiores ao custo de matéria prima virgem, o mercado que consome recicláveis tenderá a preteri-los em função dos materiais virgens. Mas o fator legal, trazido pela Lei nº 12.305, também deve ser considerado, pois pode equilibrar esta tendência. A PNRS institui a responsabilidade compartilhada sobre o ciclo de vida dos produtos, obrigando as empresas a cuidarem das embalagens e materiais descartados, induzindo a sua reintrodução nos processos produtivos (ver Cap. III, Seção II, Art. 31, IV, da Lei 12.305). Com isso, as cooperativas de catadores também passam a compor o quadro de possibilidades na estruturação dos seus sistemas de logística reversa, a exemplo do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE), que funciona em 35 países europeus. O SIGRE oferece às empresas um sistema de logística reversa adequado à legislação ambiental europeia (para informações sobre o SIGRE, ver: [http://www.pontoverde.pt/1\\_2\\_como\\_funciona.php](http://www.pontoverde.pt/1_2_como_funciona.php)). No Brasil, o acordo setorial para implantação de um sistema de logística reversa das embalagens, assinado em dezembro de 2015 e mediado pelo Ministério do Meio Ambiente, reuniu, de um lado, as maiores empresas em atuação no Brasil, representadas por suas associações (20 ao todo) e, de outro, o CEMPRE, a Associação Nacional dos Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis (ANCAT), adaptação do MNCR para poder participar do acordo, Associação Brasileira de Embalagem, dentre outros. A iniciativa visa concretizar a ideia de responsabilidade compartilhada pelos resíduos sólidos recicláveis, contida na PNRS. O acordo setorial prioriza as cooperativas de catadores e prevê o estímulo (material e humano) à sua participação na coleta seletiva, triagem e venda do material.

Quais são os cenários que se desenham com as ações, programas e políticas públicas voltadas ao cooperativismo de catadores? Qual o sentido do programa CATAFORTE, neste contexto, quando pensado a partir das reconfigurações do trabalho?

### 3 POLÍTICA SOCIAL E A POSSIBILIDADE DE RECONFIGURAÇÃO DO TRABALHO DOS CATADORES

#### 3.1 A inflexão das políticas sociais no contexto neoliberal

As políticas sociais são um segmento das políticas públicas, cujo escopo é a garantia de acesso à educação, saúde, moradia e trabalho, constituintes dos direitos sociais (PEREIRA, 2008). A noção de direitos sociais surge na esteira da emergência do Estado de bem-estar social, que marcou a reconstrução das sociedades europeias no pós-guerra. Embora mobilizadas pelo Estado, elas envolvem a sociedade civil como elemento estruturante, ampliando o campo de ação e participação na formulação, aplicação e avaliação de seus resultados, para além dele. A extensão das políticas públicas para além do âmbito puramente estatal, contudo, não pode ser confundida, na percepção da autora, com a sua desresponsabilização. Regidas pelos princípios da igualdade e equidade, as políticas sociais devem se voltar para o bem comum e nunca para o interesse de grupos específicos ou do capital, o que as descaracterizaria (PEREIRA, 2008, p.96). A abordagem da autora, portanto, toma os direitos sociais como de acesso universal, que deve ser garantido pelo Estado.

As políticas sociais de corte keynesiano, contudo, sofrem inflexão com o avanço do neoliberalismo e a conseqüente reconfiguração do papel do Estado, colocando um conjunto de questões à noção de direitos sociais. Neste contexto, Behring chama atenção para o processo de assistencialização das políticas sociais (2008, p.46), que consistiria na perda do seu caráter universal, frente à crescente focalização em grupos sociais classificados como vulneráveis (idosos, pessoas com deficiência, população pobre, desempregados etc.). A autora argumenta que, em conjunto, a reconfiguração do Estado, associada à privatização do acesso aos bens sociais e à ampliação da responsabilização da sociedade civil na gestão das políticas sociais (notadamente com a centralidade cada vez maior do Terceiro Setor), promovem um tipo de política social meramente compensatória (2008, p. 48).

Se, por um lado, as políticas sociais cumprem, entre outras funções, o papel de amenizar os impactos negativos da concentração de riquezas, inerente às sociedades capitalistas, consistindo em um sistema redistributivo, por outro,

funcionam como um mecanismo de socialização dos custos de reprodução da força de trabalho, poupando aos capitalistas o dispêndio de recursos para a sua manutenção e ampliação. A manutenção deste caráter ambivalente só é possível por meio do recurso aos fundos públicos (BEHRING et al., 2012).

No Brasil, contudo, a formação dos fundos públicos está ancorada em um sistema desequilibrado de arrecadação de impostos sobre circulação de mercadorias, posto que regressivo, retirando, proporcionalmente, mais recursos dos trabalhadores mais pobres do que dos estratos sociais mais ricos. Adicionalmente, a tributação da riqueza produzida incide de forma mais acentuada sobre a renda do trabalho do que sobre os lucros do capital, como o imposto de renda, por exemplo (BEHRING, 2008, p.50). O resultado é um sistema de políticas sociais cujos custos são sustentados predominantemente pelos próprios trabalhadores, tornando-o mais concentrador de riquezas do que propriamente distributivo (SALVADOR, 2012; BEHRING, 2010).

Behring (2012) demarca outras ambivalências nas políticas sociais brasileiras, inclusive nas mais recentes (do período Lula/Dilma). Como exemplos, a ampliação do consumo por meio dos programas de transferência de renda, pelos sistemas de compras do Estado e pelo financiamento da construção de casas populares. Estas políticas sociais cumpririam a função de injetar os recursos dos fundos públicos na ampliação da circulação de dinheiro, favorecendo a absorção das mercadorias, mais do que alterando significativamente a vida dos assistidos por elas (BRETTAS, 2012)<sup>58</sup>.

Elas lidam com demandas emergenciais, sobre as quais não seria possível negligenciar ações de atendimento. Afinal, minimizar a fome, o déficit de moradia e a miséria, por exemplo, constituem objetivos válidos em qualquer ponto que se esteja no espectro político. Embora programas como o Fome Zero, o Minha Casa Minha Vida e o Bolsa Família cubram demandas inquestionáveis, o fazem sem alterar a estrutura que os reproduz ou retroalimentando a lógica de acumulação do capital que os produz. Os programas estão, assim, marcados pela ambivalência: são

---

<sup>58</sup> É preciso considerar ainda o uso do fundo público para a finalidade de pagamento dos juros da dívida pública brasileira, que desvia parte significativa dos fundos públicos para o capital financeiro, tornando a manutenção do superávit primário central na política orçamentária do Estado, ainda que sacrifique o investimento em educação e saúde, por exemplo. Em 2011, 45% do orçamento geral da União foram utilizados para pagamento dos juros da dívida pública, enquanto apenas 4,07% foram investidos na saúde e 2,99% na educação. As políticas de trabalho absorveram tão somente 2,29% (BOSCHETTI, 2012, p.39).



imprescindíveis, pois combatem a fome, constroem moradias populares e reduzem a pobreza, mas, ao mesmo tempo, contribuem para a reprodução sistêmica da lógica que gera estes mesmos problemas. Em síntese, são funcionais à lógica de reprodução do capital, que gera os problemas para os quais foram desenhados para resolver<sup>59</sup>.

Dentre os programas de caráter focalizado, os de transferência de renda, voltados para a população vivendo em situação de extrema pobreza, foram aplicados de forma generalizada na América Latina, independente da orientação no leque das políticas de esquerda e de direita e dos modelos de desenvolvimento adotados. Embora tenha resultado na redução da pobreza, não alteraram a distribuição funcional da renda (capital x trabalho) nestes países (GONÇALVES, 2012). O Brasil apresentou o mesmo padrão de redução da pobreza, saindo da quarta para a quinta posição no ranking mundial da desigualdade (GONÇALVES, 2012, p.22).

Dagnino aborda estas ambivalências e ambiguidades a partir do que define como uma crise discursiva, que nubla as distinções entre objetivos e sentidos das políticas de redução da desigualdade, de corte democrático, e as de corte neoliberal, o que cria confusão entre os agentes sociais que atuam na direção da ampliação do acesso popular aos direitos sociais. Eles acabam incorporando ideias e “soluções” do campo neoliberal, quando pensam que estão avançando políticas de redução da pobreza (2004, p. 198).

Quais são as ambivalências e ambiguidades envolvidas, especificamente, nas políticas sociais de acesso ao trabalho enfeixadas sob a Economia Solidária? As proposições do movimento social em torno da Economia Solidária foram incorporadas às políticas públicas brasileiras para o trabalho, em nível nacional, a partir de 2003, com a criação da SENAES (LIMA, 2015), implicando sua adequação ao formato das políticas sociais

---

<sup>59</sup> Neste sentido, distintas das políticas sociais de corte keynesiano, que privilegiavam o acesso universal aos direitos sociais, alcançando êxito na redução da pobreza (quase extinção dela), no âmbito europeu. Ideia que pode ser corroborada pela assertiva de Harvey (2008), segundo a qual, a virada neoliberal foi estimulada justamente pela percepção dos capitalistas de que o Estado de bem-estar social impedia a reversão da queda da taxa de lucros. O neoliberalismo viria restaurar a possibilidade de recomposição da taxa de lucros, resultando na maior acumulação de capital e maior apropriação de mais-valia.

### 3.2 A Economia Solidária como política pública

A criação da SENAES marcou a incorporação da Economia Solidária no conjunto das políticas públicas brasileiras, em nível nacional<sup>60</sup>. Sua inserção no âmbito do Ministério do Trabalho vai caracterizá-la como política social de acesso ao trabalho, muito embora a Economia Solidária, enquanto movimento social, tenha uma gama mais ampla de ação. Lima (2015) chama atenção para o perfil do movimento de Economia Solidária, que difere do movimento sindical na forma de organização, baseada na identidade de classe como mote para a aglutinação dos agentes. A Economia Solidária é composta por uma rede de movimentos diversos, que se agrupam em torno de ideias e princípios, como o da solidariedade, da autogestão e da democracia (LIMA, 2015, p.63). Seria, portanto, um movimento amplo composto por um conjunto de movimentos que possuem suas bandeiras e métodos de organização próprios, como o MST, o MNCR, a igreja católica com a Cáritas, as Universidades, com as incubadoras e mesmo o movimento sindical, com a ANTEAG e ADS-CUT. Apesar das origens diversas, agrupam-se em torno do cooperativismo social ou popular, compondo os fóruns nacionais e estaduais de Economia Solidária. É nesta direção que Lima demarca a anterioridade das ações no campo amplo da Economia Solidária, em relação à sua institucionalização estatal (2015). A presença destas organizações na edição do Fórum Social Mundial de 2001 foi fundamental para a consolidação do movimento, que criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em 2003, e lançou duas conferências nacionais (uma em 2005 e outra em 2010). Neste processo, o trânsito para a política pública implicou a decantação das divergências ou a manutenção delas em torno de um projeto comum, que pudesse caracterizar o movimento como um todo coeso.

Uma questão importante neste debate tem sido a perspectiva histórica que embasaria as ações da Economia Solidária. Elas manteriam o objetivo de transformação social, rumo a um modelo de desenvolvimento mais igualitário, com traços socialistas, ou constituiriam, tão somente, um programa de geração de emprego e renda para os excluídos do mercado de trabalho?

---

<sup>60</sup> Algumas prefeituras e Estados já praticavam estas políticas em meados dos anos de 1990 (LIMA, 2015, p.68).

Segundo relatório do IPEA, “ela [política social de Economia Solidária] tem se afirmado muito mais como uma estratégia de inclusão produtiva para aqueles que não conseguem inclusão no mercado formal de trabalho” (2013, p. 302). O que explicaria, ainda segundo o mesmo relatório, sua inclusão no Plano Brasil sem Miséria<sup>61</sup>. Encaminhamento dado pelo governo federal, seguindo sugestão do próprio FBES. Contrariando, contudo, as indicações do FBES, o governo federal diluiu as ações de Economia Solidária no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, no lugar de estabelecer um amplo programa que concentraria a Economia Solidária em uma única coordenação, talvez ministerial. O que se pode concluir, de todo modo, é que a Economia Solidária passa a compor o quadro de programas voltados à inclusão produtiva, divididos em duas frentes: uma denominada de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária e a outra de Resíduos Sólidos, ficando algumas atribuições sob responsabilidade da SENAES (IPEA, 2013, p. 303)<sup>62</sup>.

Lima destaca o contexto no qual a Economia Solidária surge no Brasil, evidenciando que ela respondia, em grande medida, à crise do emprego que decorreu das políticas neoliberais praticadas no país nos anos 80 e 90 (LIMA, 2009a). Desta forma, tende a assumir o perfil de ação para geração de trabalho e renda, mais do que o perfil de um movimento de transformação social. Os esforços do movimento de Economia Solidária para instituir espaços de trabalho alternativos ao assalariamento, à acumulação capitalista e à gestão heterônoma guardam o objetivo de induzir processos de produção que ampliem o acesso ao trabalho e à renda, sem que incorram no risco de tornarem-se uma política de caráter meramente compensatória e/ou assistencialista. Para Lima, os avanços e recuos nas ações que derivaram da institucionalização da Economia Solidária como política pública, contudo, ainda não constituíram uma saída concreta à precarização do trabalho, nem permitiram o estabelecimento de uma cultura do trabalho baseada na

---

<sup>61</sup> Coordenado pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Plano Brasil sem Miséria foi lançado em 2011, envolvendo 22 ministérios, estados, municípios, bancos públicos e privados e a sociedade civil organizada. Articulava programas de qualificação profissional (PRONATEC), de intermediação de mão-de-obra, Empreendedorismo, microcrédito produtivo e Economia Solidária.

<sup>62</sup> Ainda que dispersas, as ações no âmbito da Economia Solidária receberam aporte total de R\$2.264.238.334,00, no PPA 2012-2015, envolvendo doze programas e onze ministérios (IPEA, 2013, p. 303).

autogestão, significativamente ampla para contrabalançar a gestão heterônoma (2015, p. 81-2). Em síntese, enquanto movimento social, a Economia Solidária foi marcada pelo projeto de transformação social, que sofreu inflexão no processo de institucionalização, adquirindo o perfil de política social para inclusão produtiva (geração de trabalho e renda) dos excluídos do mercado formal de trabalho.

Para Barbosa (2007, 2008), a Economia Solidária, enquanto política pública, não só se distancia do projeto transformador inicial, como promove a ressignificação do trabalho como um não direito, reforçando a ideologia que atribui exclusivamente ao trabalhador a responsabilidade sobre sua inserção no processo produtivo. Neste sentido, Barbosa identifica nas políticas públicas de Economia Solidária a mesma base ideológica que permeou o fomento ao empreendedorismo, lembrando que as políticas de proteção ao emprego que emergiram no final dos anos 80 e início dos 90, no Brasil, tinham como objetivo transformar o desempregado e o trabalhador do setor informal em empreendedores bem-sucedidos<sup>63</sup>. O baixo crescimento econômico dos anos 90, bem como a dificuldade de acesso ao crédito, impediu o avanço deste modelo. Apesar dos resultados concretos negativos, ele consolidou o discurso do empreendedorismo como base ideológica da política de “amparo” ao desemprego ou subempregado, no registro neoliberal (BARBOSA, 2008, p. 100). Além disso, ao desvincular o trabalho dos direitos previstos na CLT, a Economia Solidária representaria um retrocesso, quando comparada ao trabalho assalariado. Neste ponto, a autora comenta a Lei nº 8949/1994, que instituiu entre as cooperativas e as empresas que as contratam uma relação civil e não mais uma relação trabalhista<sup>64</sup>. Por fim, Barbosa aproxima a política pública de Economia Solidária das políticas focais, neste caso, atendendo trabalhadores desempregados e/ou que trabalham na informalidade (2008, p.123)<sup>65</sup>. Teriam, portanto, sentido mais restrito, perdendo seu caráter emancipatório<sup>66</sup>.

---

<sup>63</sup> Embora seja justificado pelo BID como uma forma avançada de desenvolvimento social, o recurso ao empreendedorismo é inversamente proporcional à produção e apropriação igualitária da riqueza. Assim, nos países mais ricos e com distribuição equilibrada da renda, o empreendedorismo é um fenômeno econômico residual (BARBOSA, 2007, p.73).

<sup>64</sup> Embora tenha sido uma reivindicação do MST, em função de diversos processos trabalhistas de ex-sócios de suas cooperativas contra o movimento, a lei resultou na proliferação de falsas cooperativas, notadamente nos setores de terceirização de serviços com baixa qualificação profissional.

<sup>65</sup> Muito embora as ações no campo da Economia Solidária abarquem um leque maior de trabalhadores, colocando sob questão esta definição, os casos por nós observados revelam o

A nova Lei das Cooperativas de Trabalho, nº 12.690/2012, articulada pela SENAES, visava dar algumas respostas a estas questões, coibindo a exploração do trabalho em falsas cooperativas, que utilizam lacunas legais para reduzir seu custo. Ela diferencia as cooperativas em dois grupos: produção e serviços. Embora mantenha a relação civil entre empresas contratantes e cooperativas contratadas, a nova lei institui um conjunto mínimo de direitos aos cooperados, muito próximos dos garantidos pela Constituição Federal, em seu Artigo sétimo, tais como retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferior ao salário mínimo; jornada de oito horas diárias de trabalho e 44 horas semanais; repouso semanal remunerado; repouso anual remunerado; seguro de acidente de trabalho etc. A lei determina ainda que as cooperativas não podem distribuir verbas entre os sócios, a não ser relativas às retiradas e não podem fazer intermediação de mão-de-obra.

Longe de ter representado solução para o problema da precarização do trabalho envolvido nas falsas e mesmo nas cooperativas verdadeiras, a lei despertou novas controvérsias. Algumas estão destacadas em relatório do IPEA (2013): a lei não iguala o trabalho cooperado ao regido pela CLT, tornando a contratação de cooperativas uma alternativa mais barata para as empresas, quando comparada à contratação convencional; outro ponto diz respeito à fiscalização. Ela é de difícil realização, dada a exiguidade de auditores do trabalho para realizá-la. Além disso, elas somente estão sob a alçada deles se, além de sócios, tiver empregados regidos pela CLT; a nova lei introduz uma confusão em relação à possibilidade de participação em licitações públicas para cooperativas de prestação de serviços, uma vez que ela é vedada, segundo outras normas, pois implicaria relação entre empregador e empregado e, portanto, uma relação de subordinação. Para as cooperativas populares genuínas, a lei cria uma série de obrigações de difícil cumprimento, tais como os valores mínimos de retiradas e os descansos

---

atendimento a trabalhadores excluídos do mercado formal, com passagens rápidas ou sem qualquer histórico de empregos com carteira assinada.

<sup>66</sup> A autora reconhece que a origem das políticas públicas de Economia Solidária está nos movimentos sociais, que sustentam projetos e discursos de transformação social, mas percebe um processo de *transformismo* nas bandeiras de luta e de *passivização* dos agentes que os organizam. Eles guardam ainda o objetivo da mudança social, mas acabam agindo pela sua manutenção, em um processo que lembra as convergências perversas de sentidos que envolvem os militantes dos movimentos sociais no período de redemocratização do Brasil (DAGNINO, 2004).

remunerados. Em função disto, o MNCR solicitou a exclusão das cooperativas de catadores do alcance da nova lei de cooperativas.

Se, por um lado, as políticas públicas no campo da Economia Solidária atendem um conjunto de demandas amadurecidas nos fóruns do movimento social que a consolidou, por outro, podem desconfigurar seus objetivos iniciais, incorporando-a ao movimento de retração de acesso aos direitos sociais, implicado no trabalho precário. A seguir, passaremos a observar esta questão, mais detidamente, concentrando a atenção no segmento de catadores de materiais recicláveis.

### **3.3 A política social voltada aos catadores: o CATAFORTE e a mediação do terceiro setor**

Seguindo análise de Lima (2015a), podemos identificar na constituição da política pública voltada aos catadores, processo semelhante ao observado no desenho da política mais ampla de Economia Solidária: ela resulta das demandas apresentadas por uma rede de movimentos e agentes sociais, que são incorporadas pela estrutura estatal, na forma de secretarias, comitês, fóruns e programas. Em uma linha cronológica simplificada, podemos identificar no Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC), criado em 1998<sup>67</sup>, o primeiro espaço de articulação de atores e movimentos diversos (Universidades, igreja, ONGs, sindicatos, entidades da administração pública e segmentos empresariais) em torno da definição de uma política social voltada aos catadores (DIAS, 2009). Contemporâneo ao Fórum, o MNCR surge em 1999, mas sua formalização ocorreu em 2001, durante o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais recicláveis (que ocorreu em Brasília). Em 2003, a criação da SENAES marcou um momento importante para a articulação das políticas sociais voltadas aos catadores, pois ela passaria a ressoar as demandas do MNCR no interior do Ministério do Trabalho e Emprego, reforçadas pelo Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC), criado em 2003<sup>68</sup>. O processo de institucionalização das demandas dos agentes e movimentos sociais em torno de uma política social para os catadores teve duas culminâncias que merecem destaque. A primeira delas foi a

<sup>67</sup> O Fórum Nacional deu origem a Fóruns estaduais e municipais.

<sup>68</sup> Embora a estruturação definitiva só tenha ocorrido em 2007.

criação do programa CATAFORTE, cuja primeira edição ocorreu em 2009, objetivando a estruturação material e qualificação profissional dos catadores organizados coletivamente, para prestação de serviço de coleta seletiva para as prefeituras (mais a frente discutiremos em detalhe). A segunda foi a aprovação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305), em 2010. Esta trajetória permite perceber a visibilidade alcançada pelos catadores como sujeitos políticos, capazes de inserir suas demandas na pauta das políticas sociais (RUTKOWSKI, 2015). Inserção que não significou a resolução das questões em debate, uma vez que as políticas sociais para a reciclagem trazem as ambivalências e ambiguidades observadas nas políticas sociais de modo amplo. Qual o sentido delas, em relação à superação da superexploração à qual os catadores individuais estão submetidos? O cooperativismo de catadores, embora articulado e defendido pelo MNCR, é uma base para a superação desta exploração? Ou seria a submissão do catador ao trabalho flexível e precário?

No PPA 2008-2011, o segmento dos catadores de recicláveis foi diretamente inserido em dois eixos de atuação<sup>69</sup>, sob os cuidados da SENAES: Acesso a conhecimento e no Plano Brasil sem Miséria. No primeiro, destaca-se o CATAFORTE e no segundo a parceria com onze organizações de catadores de materiais recicláveis, incluindo o MNCR.

No PPA 2012-2015, a SENAES assumiu metas e responsabilidades sobre diversas ações, que ficaram divididas em dois grandes blocos: o do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária e o do Programa Resíduos Sólidos, cuja meta era o fomento e fortalecimento de cooperativas/associações, redes de cooperação e comercialização de recicláveis (IPEA, 2013, p. 303). No mesmo PPA o Ministério do Meio Ambiente assumiu projetos voltados aos catadores<sup>70</sup>. A tônica das políticas sociais no âmbito da Economia Solidária foi a transversalidade e a intersetorialidade (LIMA, 2015, p. 70)<sup>71</sup>.

---

<sup>69</sup> A inserção da Economia Solidária no PPA 2008-2011 se deu a partir da definição de 5 eixos de atuação: acesso a capital (apoio à oferta de bens e serviços financeiros); acesso a conhecimentos (formação, assistência técnica e pesquisas); acesso a mercados (organização dos processos de produção e comercialização); fortalecimento institucional e reconhecimento legal; Plano Brasil sem Miséria (IPEA, 2013, p. 302).

<sup>70</sup> Somando R\$314.425.680,00 em recursos.

<sup>71</sup> Muito embora o FBES pretendesse a criação de um ministério para a Economia Solidária, com programas e dotação orçamentária próprios (IPEA, 2013).

Com relação aos catadores, as ações também estiveram marcadas por estas características, dispersando entre ministérios e secretarias recursos, programas e projetos, que foram realizados a partir de coordenações próprias, embora contassem com apoio institucional da SENAES.

A obrigatoriedade de implementação dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, prevista na Lei nº 12.305/2010, demandou incentivo à formação e fortalecimento Empreendimentos Econômicos Solidários no setor da reciclagem, bem como a reformulação do ambiente institucional para o seu funcionamento. Uma vez que os municípios deveriam finalizar as atividades dos “lixões”, substituindo-os por aterros sanitários controlados, que não receberiam mais materiais recicláveis. Desta forma, os planos municipais de gestão de resíduos sólidos deveriam contemplar a implementação da coleta seletiva, priorizando associações e cooperativas populares de catadores na execução do serviço.

Havia iniciativas nesta direção, mesmo antes da aprovação do PNRS. Entre 2003 e 2010, somente a esfera Federal realizou um aporte superior a R\$280.000.000 em projetos e programas de incentivo à organização do trabalho dos catadores, distribuídos em diversas ações da FUNASA, do BNDES e da Petrobrás, bem como de ações dos Ministérios do Meio Ambiente, das Cidades, do Trabalho, do Desenvolvimento Social e da Educação (IPEA, 2012)<sup>72</sup>. No âmbito do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (PRONINC), o relatório de 2011 (SENAES, 2011) informa que dentre os 537 empreendimentos incubados, 51 eram de cooperativas e associações de catadores. O maior número por categoria, dentre o total, e o segundo agrupamento de empreendimentos com maior número de trabalhadores (1057).

Neste contexto, as iniciativas no âmbito do governo federal, agrupadas no programa CATAFORTE, que já tinham amplitude nacional (presente em 17 Estados brasileiros), foram enfatizadas. Ele forneceu infraestrutura necessária para o funcionamento das cooperativas e para a organização da logística de recolhimento e venda do material reciclável. Assim, as máquinas de prensagem, separação (esteira ou mesas de triagem) e movimentação do material (empilhadeiras), os caminhões e containers, o material de escritório necessário à administração dos

---

<sup>72</sup> Parte significativa destas iniciativas decorreu da sinergia criada pelo Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC), criado por Decreto de 11 de setembro de 2003.



empreendimentos e os materiais de segurança individual foram contemplados nos recursos aportados. Além da infraestrutura, o CATAFORTE, nas suas três edições<sup>73</sup>, garantiu suporte técnico, por meio de cursos de formação e por consultorias, auxiliando os EES na execução de planos de negócio, planos de logística, organização de fluxo de caixa e de estoque, elaboração de nota fiscal eletrônica etc. Enfim, mobilizou aparatos de acesso aos conhecimentos necessários à viabilidade econômica dos EES.

Articulado pela Fundação Banco do Brasil<sup>74</sup>, conta com a Petrobras e o BNDES como parceiros, e ainda com apoio do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que participou ativamente da sua formulação.

A primeira edição do programa foi lançada em 2009, com aporte de R\$3.011.762,80 e objetivou a formação e consolidação de organizações de catadores (10.600 catadores foram contemplados), segundo os princípios da Economia Solidária. Em 2010, foi lançada a segunda edição, com aporte de R\$ 3.878.818,47, objetivando o aprimoramento da logística das organizações e suas redes. Foram distribuídos 140 caminhões às 35 redes de cooperativas contempladas, bem como foi realizado apoio técnico para elaboração de planos de logística. Com isso, estas redes iniciaram sua capacitação para prestação de serviço municipal de coleta seletiva de recicláveis, muito embora a concretização dos contratos tenha se mostrado complexa, demandando mais do que qualificação técnica, conforme discussão que faremos adiante.

---

<sup>73</sup> As edições foram:

CATAFORTE I - formação e formalização para atuação em rede. Lançado em 2009.

CATAFORTE II - Fortalecimento da Infraestrutura de Cooperativas de Catadores para Coleta, Transporte e Comercialização de Materiais Recicláveis: Logística Solidária". Lançado em 2010.

CATAFORTE III - Estruturação de Negócios Sustentáveis em Redes de Cooperação de Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores de Materiais Recicláveis. Lançado em 2013.

<sup>74</sup> Em seu relatório de atividades para o ano de 2014, a Fundação Banco do Brasil informou que dos R\$ 255 milhões gastos sob a rubrica "investimento social", R\$151,9 milhões foram aportados pelo BNDES, que tem a maior participação na formação deste fundo. A SENAES contribuiu com R\$ 8,2 milhões. A Petrobras contribuiu com R\$ 2 milhões e o Banco Interamericano de Desenvolvimento com R\$ 200 mil (por meio do Fundo Multilateral de Investimentos). Os R\$ 93 milhões restantes são da própria Fundação Banco do Brasil. Percebe-se, assim, que o investimento social da Fundação Banco do Brasil, de um modo geral, é composto em sua grande parte por fundos públicos nacionais. Deste total de investimentos, distribuído em três campos de atuação, 93,9% (R\$ 238 milhões) foram destinados à assistência a comunidades urbano-rurais, campo no qual constam os investimentos na rubrica denominada resíduos sólidos. Em 2014, a Fundação Banco do Brasil aportou R\$16,3 milhões de reais nesta rubrica.

Em sua terceira edição, lançada em 2013, o CATAFORTE previa aporte de até R\$200.000.000 para as 33 redes de cooperativas selecionadas, abrangendo 420 EES. Nesta fase, o objetivo foi consolidar a formação destas redes e finalizar a qualificação para o estabelecimento de contratos de prestação de serviços de coleta seletiva com as prefeituras.

RUTKOWSKI (2015), em pesquisa realizada em cinco cidades<sup>75</sup> que contrataram cooperativas de catadores para compor seus planos de gestão de resíduos sólidos, entre os anos de 2006 e 2013, chegou a conclusão positiva acerca do modelo de Coleta Seletiva Solidária<sup>76</sup>, estruturado pelo CATAFORTE:

O caso brasileiro atende às interfaces e interdependências apontadas por Velis et al. (2012) nas intervenções necessárias para a integração do setor informal da reciclagem<sup>77</sup> em países em desenvolvimento. Assim, o caso brasileiro tem potencial para tornar-se um exemplo mundial, seguindo a recomendação de Ezeah (2013), para a avaliação e disseminação de abordagens usadas em casos de sucesso, que organizam e fortalecem sistemas de coleta e descarte de resíduos em todo o mundo. Este estudo descreve as melhores práticas brasileiras, em busca de oportunidades para a replicação da Coleta Seletiva Solidária em uma variedade de cidades dentro e fora das fronteiras brasileiras. (2015, p. 1087, tradução nossa<sup>78</sup>)

A autora constatou que a Coleta Seletiva Solidária tem custo menor para as prefeituras estudadas, estando em torno de US\$ 35,00 por tonelada, enquanto a média do custo da coleta tradicional de lixo, no Brasil, era de US\$ 195,26 por tonelada (2015, p. 1084). Além de ter custo menor, a coleta seletiva realizada por cooperativas de catadores mostrou-se mais eficiente, quando comparada com a coleta seletiva realizada por empresa privada. Rutkowski comparou a coleta seletiva realizada em Londrina, por cooperativas de catadores, com a coleta seletiva realizada em Belo Horizonte, por empresa privada de limpeza

---

<sup>75</sup> A pesquisa elencou 25 experiências de cooperativas de catadores que prestavam serviços de coleta seletiva para prefeituras. Mas concentrou a observação de campo em cinco delas: Canoas, Londrina, Natal, Santa Cruz do Sul, Tibagi.

<sup>76</sup> A Coleta Seletiva Solidária é proposta pelo MNCR, na forma de contratos de prestação de serviços, que promove a inclusão das cooperativas de catadores nos planos municipais de gestão de resíduos sólidos.

<sup>77</sup> Conceitualmente, a autora entende que as cooperativas de catadores compõem o que chama de setor informal da reciclagem (Informal Recycling Sector-IRS).

<sup>78</sup> Texto original: The Brazilian situation meets the interfaces and interdependencies pointed out by Velis et al. (2012) for the interventions needed for the IRS integration in developing countries. Accordingly, the Brazilian case has the potential to become a worldwide benchmark, following the recommendation of Ezeah (2013), for evaluating and disseminating the approaches used in successful cases that organise and strengthen waste collection and disposal systems around the world. This study describes the best Brazilian practices, looking for the opportunities for CSS replication in a variety of cities inside and outside Brazilian borders.

urbana. Entre 2006 e 2014, a coleta seletiva em Londrina superou, em termos absolutos, a tonelagem recolhida em Belo Horizonte (2015, p.1090). Dado relevante se considerarmos que Belo Horizonte tem mais habitantes do que Londrina<sup>79</sup>.

Por fim, a autora destaca nos casos estudados, que a coleta seletiva solidária garantiu renda digna aos catadores:

Em todas as cidades pesquisadas, a renda média mensal para os catadores é superior a R\$ 1000,00 (US\$ 430,00), em comparação com o salário mínimo brasileiro de US\$ 305,00 por mês. Em Itaúna, os valores atingiram R\$ 2000,00 (US\$ 860,00). (2015, p. 1090)<sup>80</sup>.

A pesquisa de Rutkowski apresenta resultados positivos da Coleta Seletiva Solidária, que é o mote central do CATAFORTE. Nesta direção, o CATAFORTE estaria também contribuindo para o cumprimento de um dos objetivos do MNCR, que é a consolidação da Coleta Seletiva Solidária nos planos municipais de gestão dos resíduos sólidos. O programa, contudo, é uma componente de uma política social mais ampla, cuja gestão passa pela mediação do Terceiro Setor. Os editais do CATAFORTE priorizaram as cooperativas e associações de catadores, bem como instituições do Terceiro Setor, para a candidatura de projetos. De todo modo, mesmo quando permitiu que associações e cooperativas assumissem a contratação para acesso direto aos recursos, a Fundação Banco do Brasil repassou, na verdade, recursos para o Terceiro Setor, pois é ele que organiza, quase invariavelmente, estas iniciativas. Por isso, a discussão do sentido que assume a gestão destes recursos pelo Terceiro Setor pode contribuir para a compreensão do sentido mais amplo da política social de Economia Solidária no âmbito do cooperativismo de catadores.

---

<sup>79</sup> Belo Horizonte tem 2,5 milhões de habitantes, enquanto Londrina tem 543 mil habitantes.

<sup>80</sup> Texto original: In all surveyed cities, average monthly income for WPs is more than R\$1000.00 (US\$430), as compared with the Brazilian minimum wage of US\$305 per month). In Itaúna, the values reached R\$2000.00 (US\$860).

### 3.4 O terceiro setor na organização do trabalho dos catadores

O terceiro setor, definido como o conjunto de organizações privadas, sem fins lucrativos, que desenvolvem ações de interesse público (SALAMON, 1998; MENDES, 1999) envolve instituições com características diferentes, abarcando redes de apoio mútuo, fundações, associações comunitárias, comunidades eclesiais de base, sistema S, organizações não governamentais, instituições filantrópicas de origem religiosa, mas também de origem empresarial etc. Se as formas de organização são diversas, as atividades desenvolvidas pelo terceiro setor também cobrem um amplo leque de temas: saúde, educação, defesa dos direitos humanos, proteção ao meio ambiente, trabalho, cultura, lazer etc. Existiam organizações cuidando destes temas antes dos anos 1990, mas este foi o momento de emergência do terceiro setor tanto com relação ao aumento numérico de novas entidades, quanto ao aspecto qualitativo, pois ele passa a compor, de forma central, as estratégias de gestão das políticas sociais (MENDES, 1999).

O terceiro setor surge, assim, no contexto de crise aguda do Estado de bem estar social, constituindo-se como fenômeno de abrangência global, presente em países de orientação neoliberal, mas também nos mais progressistas (SALAMON, 1998). Em ambos os casos chama atenção a proliferação das organizações não governamentais (ONGs) como formato recorrente das entidades que passam a operar em parceria com os Estados na gestão de diversas políticas sociais. Neste sentido, o acesso aos fundos públicos, para financiamento das suas atividades, passa por regulamentação que confere, ao mesmo tempo, legitimidade e perenidade às suas ações. Mas elas também garantem sua sobrevivência acessando fundos privados, de grandes fundações e/ou grupos de empresas.

Para uma discussão do sentido das políticas sociais voltadas aos catadores, mediadas pelo terceiro setor, Rosalina Burgos (2014)<sup>81</sup> propõe o termo *Terceiro Setor da indústria de reciclagem*. Este segmento do Terceiro Setor atua nas periferias das cidades, onde está localizada a mão de obra necessária à revalorização dos recicláveis, organizada como “público alvo” dos programas de geração de emprego e renda oferecidos pelas ONGs e Organizações da Sociedade

---

<sup>81</sup> A autora desenvolve a pesquisa com cooperativas de catadores, nas periferias do município de São Paulo.

Civil de Interesse Público (OSCIPs). É em torno da condição de pobreza que gravita a justificação da implementação destes programas. Adicionalmente, a questão ambiental também é acionada com o propósito de legitimá-los. O vínculo entre a organização destes trabalhadores e a Indústria da Reciclagem, contudo, seria ocultado neste movimento. Por essa razão, a autora refere-se a uma *presença-ausente* da Indústria de Recicláveis nas periferias, na tentativa de elucidar o tipo de relação que se estabelece entre ela e os catadores.

O trabalho que viabiliza a “metamorfose” do lixo em material reciclável carrega, ao mesmo tempo, a força discursiva do interesse ambiental e da justiça social, tornando-o justificável por si só. Para Burgos, é desta forma que a organização do trabalho dos catadores não aparece como tal, ou seja, como a organização da base da Indústria de Recicláveis, e sim como uma ação de interesse ambiental e de atenuação da pobreza. Por isso a ideia de *presença-ausente* é importante para a autora, que argumenta que a Indústria de Recicláveis está presente, sem que esta presença seja clara, posto que o sistema de justificação da organização do trabalho dos catadores assenta-se em outras bases, embora esteja, estruturalmente, vinculado a ela.

A *presença/ausente* da Indústria de Recicláveis nas periferias decorre do tipo de vínculo que ela estabelece com os catadores, mediado pelo Terceiro Setor. Neste sentido, o Terceiro Setor não sendo Estado, nem mercado, atua mediando estas duas esferas, com impacto decisivo sobre a ressignificação do trabalho, que a autora busca captar ao propor o termo “chão dos catadores”, em referência ao “chão de fábrica”, que define o modo de trabalho dos operários no referencial fordista. No chão dos catadores, o trabalho mediado pelo Terceiro Setor adquire o sentido de resolução da pobreza como questão social<sup>82</sup>. Dito de outro modo, ele perde o sentido de direito universal, para ser apreendido como assistência social. E, ao fazer isso, o Terceiro Setor estaria produzindo a passivização<sup>83</sup> do conflito social que advém da exploração do trabalho. A autora conclui: “Ora, o que a

---

<sup>82</sup> A crítica de Burgos ao trabalho de Calderoni (2003) procura desvelar justamente isso. Para Calderoni (2003), o processo de reciclagem reverte recursos financeiros para “toda a sociedade”. Neste ponto, Burgos demarca que estes recursos são apropriados, na verdade, pela Indústria da Reciclagem (2014, p. 131).

<sup>83</sup> O termo não indica a eliminação da luta política, mas o deslocamento do foco, que sai do conflito de classe e migra para a tentativa de “conciliação” com o entorno capitalista, para compor com ele o melhor arranjo possível.

institucionalização da base da indústria [de recicláveis] promove é um ajuste jurídico que mantém velada e cindida a relação capital – trabalho”. (2014, p. 98).

A passivização dos conflitos em torno do trabalho, apontada por Barbosa (2007) ao analisar a Economia Solidária de um modo mais amplo é reafirmada por Burgos, ao refletir sobre o caso específico dos catadores. Recorrendo a Cohn (2004) e Davis (2006), Burgos argumenta que o Terceiro Setor atua como agente apassivador, inclusive dos movimentos sociais, que perdem radicalidade e se burocratizam paulatinamente.

O MNCR nasce neste registro neoliberal, no qual os movimentos sociais sofrem forte influência do Terceiro Setor. A tendência de passivização, apontada por Burgos, determinada pela “necessidade” de angariar fundos para as suas ações junto ao governo e/ou setores empresariais e pela burocratização, que desvia o foco da ação política, para a gestão de bens e recursos estaria em funcionamento neste processo? No caso das cooperativas de catadores, mas não somente, o Terceiro Setor adquire a “função” de organizar a gestão do “negócio”, necessária à sobrevivência no mercado. Perder-se-ia, com isso, o pendão radical?

Enquanto política social, o CATAFORTE estaria cumprindo os objetivos do MNCR, ao inserir as cooperativas, por meio de contratos de prestação de serviços, nos planos municipais de gestão de resíduos sólidos? Em que medida esta inserção significa avanços positivos para o trabalho dos catadores e em que medida ela consolida relações precárias de trabalho?

## 4 O CAMPO DE PESQUISA

A pesquisa de campo foi realizada nas cidades de Maceió e Campinas. Na primeira, observamos três cooperativas que compõem uma rede formada por sete empreendimentos (quatro deles estão localizados no interior do Estado de Alagoas, nas cidades de Delmiro Gouveia, Arapiraca, Penedo e Palmeira dos Índios). Em Campinas, observamos cinco empreendimentos que compõem a rede RECICLAMP.

### 4.1 Perfil das cooperativas observadas em Maceió

Quando realizamos a pesquisa de campo em Maceió, havia quatro cooperativas em funcionamento na cidade, das quais três compuseram nosso campo de pesquisa. A Cooperativa de Recicladores de Lixo Urbano de Maceió (COOPLUM) foi a primeira cooperativa de catadores de Maceió, constituída em 2001, sob organização da Superintendência de Limpeza Urbana (Slum), órgão municipal que disponibilizou o terreno, de forma provisória (comodato), e providenciou a estruturação da central de triagem. Tratava-se de antecipar as ações que pudessem apresentar alternativa de trabalho e renda para os cerca de 700 catadores (STROH, 2016, p. 255) que atuavam no “lixão” da cidade, cujo fechamento ocorreria em 2010. A criação da COOPLUM, contudo, incorporou poucos catadores do “lixão”. Em pesquisa de campo realizada em novembro de 2016, observamos 18 cooperados atuando, número muito próximo do registrado por Stroth (2016), em 2012<sup>84</sup>. Segundo relato da atual coordenadora da cooperativa, que participou da sua fundação, o número de cooperados sempre variou em torno de 20 (Entrevista com a coordenadora da COOPLUM, 9/10/2016, Maceió). Dos 18 cooperados, 15 eram egressos do extinto lixão, um catava nas ruas da cidade e dois vinham de outras trajetórias. Alguns catadores que atuavam no “lixão” de Maceió estão trabalhando nas outras três cooperativas da cidade.

A COOPLUM apresenta as piores condições de trabalho, embora tenha sido a primeira cooperativa da cidade, estando localizada em um terreno em declive,

---

<sup>84</sup> Stroth registrou 16 cooperados (2016, p. 255). Em nossa pesquisa de campo, realizada em outubro de 2016, 15 dos 18 cooperados eram egressos do extinto “lixão”.

que é atingido por enxurradas no período das fortes chuvas de verão, implicando perda de material (papelão e papel, principalmente), pois não possuía paredes que fechassem o espaço interno. Estas condições estruturais desfavoráveis estavam sendo contornadas por uma reforma custeada pela Braskem<sup>85</sup>. Quando iniciamos nossa pesquisa de campo, as obras estavam em andamento e havia previsão de concretagem do piso do galpão, que permitiria o uso da empilhadeira elétrica (também doada pela Braskem, junto com uma prensa nova); fechamento do galpão com paredes; reforma do telhado; recomposição de lay out, com previsão de recepção e saída dos recicláveis, aproveitando a declividade do terreno e revisão da instalação elétrica.

FIGURA 1- Reforma do Galpão da COOPLUM



Fonte: do autor.

A Cooperativa dos Recicladores de Alagoas (COOPREL) foi instituída em maio de 2003, também como medida de geração de trabalho e renda, mas para

---

<sup>85</sup> Trata-se do programa **SER + REALIZADOR**, organizado pela Braskem em parceria com a Ambev, Bunge, Gerdau e Sebrae. Em 2015 apoiou 70 cooperativas (abarcando 3.538 catadores), em diversos estados brasileiros, dentre eles São Paulo, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.



a minimização do impacto da extinção da Companhia Beneficiadora de Lixo (COBEL), empresa municipal fechada em 2001, dispensando cerca de 450 garis, sem pagamento de indenização trabalhista. Parte dos trabalhadores dispensados organizou protestos, reivindicando amparo da prefeitura. A resposta foi a disponibilização de um galpão, de forma provisória, para a instalação das atividades de triagem de material reciclável. A Fundação Banco do Brasil apoiou a iniciativa, fornecendo prensa hidráulica, mesa de triagem e balança. Dos trabalhadores que fundaram a COOPREL, apenas três permanecem na cooperativa, que tinha 16 cooperados, quando fizemos a visita, em outubro de 2016.

A COOPVILA (Cooperativa de Catadores da Vila Emater) foi constituída em 2008, agrupando catadores que também atuavam no extinto lixão da cidade e moravam no seu entorno. O governo do Estado de Alagoas concedeu uso de uma área, por trinta anos, onde foi construído o galpão, com recursos da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Com o apoio do Fundo Estadual de Combate à Pobreza adquiriu prensa, balança e um caminhão baú. Atualmente tem cerca de 30 catadores atuando.

Em fevereiro de 2014, foi fundada uma nova cooperativa, filiada à COOPREL, mas localizada em outro bairro e por isso chamada de COOPREL Benedito Bentes, enquanto a original passou a ser denominada de COOPREL Serraria. Esta é a mais nova das quatro cooperativas da cidade, cujo galpão foi construído em terreno doado pela prefeitura, com recursos do então Ministério das Cidades. É a única das quatro cooperativas que tem propriedade definitiva sobre ele. O maquinário (prensa, mesas triadoras, balança e empilhadeira manual elétrica) foi doado pela Braskem, por meio do programa Ser+Realizador. Esta é a cooperativa que conta com a melhor estrutura de produção, pois o galpão foi construído com a finalidade de abrigar as atividades da cooperativa, com planejamento arquitetônico de recepção do material, do seu processamento e da saída (venda), enquanto os outros foram “adaptados” a partir de espaços nem sempre adequados.

Figura 2- Baias de Armazenagem do Material Triado: galpão da COOPREL Benedito Bentes



Fonte: do autor.

O fechamento do lixão de Maceió e a terceirização dos serviços de limpeza urbana foram o mote da criação destas cooperativas, que resultaram de políticas públicas de geração de trabalho e renda tanto de âmbito local, como nacional. Somam-se ao aporte de recursos advindos de fundos públicos, os recursos de empresas privadas, mediados, quase invariavelmente, pelo Terceiro Setor. A fundação da COOPVILA, por exemplo, contou com suporte do Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu (CEASB)<sup>86</sup>, que ainda acompanha a cooperativa. A COOPREL foi assistida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop)<sup>87</sup>. O programa Ser+Realizador, em funcionamento nas três cooperativas visitadas em nossa pesquisa de campo em Maceió, é mediado pela Cooperativa

<sup>86</sup> O CEASB é uma ONG fundada em 1996, na cidade de Salvador-BA, tendo como mote a proteção do meio ambiente e a defesa dos direitos sociais de populações vulneráveis. Sua atuação em Alagoas decorreu do vínculo com Conselho Municipal de Economia Solidária e com a Rede Alagoana de Pontos de Cultura. O trabalho com os catadores da Vila Emater, que formariam a COOPVILA, consolidou a presença do CEASB no Estado, que também exerceu a secretaria executiva do Fórum do Lixo e Cidadania de Alagoas, entre 2001 e 2004.

<sup>87</sup> Entidade integrante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Ainda mantém auxílio à COOPREL em seus trâmites contábeis.

Mãos Verdes<sup>88</sup>. A presença da Universidade Federal de Alagoas, por meio da sua unidade da rede Unitrabalho também foi perene nesse processo<sup>89</sup>. Em síntese, a criação do Fórum Lixo e Cidadania de Alagoas, em 1999, teve efeito sinérgico, agrupando entidades do setor público e do privado em torno do tema da geração de trabalho e renda, com inclusão social dos catadores, por meio das cooperativas (Entrevista com a técnica da Unitrabalho-UFAL, 10/10/16, Maceió). As quatro cooperativas que existem hoje em Alagoas, guardadas suas particularidades, surgem desta conjunção. Os esforços, contudo, haviam sido insuficientes para criar uma alternativa consistente para os catadores do extinto lixão de Maceió, pelo menos se considerarmos os protestos que antecederam seu fechamento (ALAGOAS 24 HORAS, 2016), em 2010, quanto três das quatro cooperativas de Maceió já estavam formadas. Naquele momento, ainda havia cerca de 400 catadores trabalhando no lixão (GAZETA WEB, 2016), que reivindicavam maior efetividade das políticas públicas, com reconhecimento do trabalho dos catadores e das suas cooperativas, ainda não incluídas no plano municipal de coleta seletiva. Neste ano também foi aprovada a PNRS e, desde então, a mobilização em torno destes

---

<sup>88</sup> Cooperativa sediada em Porto Alegre e especializada em gestão de resíduos sólidos recicláveis. Descrevem assim sua missão: “A Cooperativa Mãos Verdes opera na busca de mudanças econômicas, técnicas e ambientais no mundo da reciclagem, ofertando a clientes e parceiros soluções aos diferentes desafios da gestão de resíduos e inclusão de populações vulneráveis” (informação sobre a cooperativa Mão Verdes, ver: [idhes.org.br/biblio/Folder\\_Maos\\_Verdes.pdf](http://idhes.org.br/biblio/Folder_Maos_Verdes.pdf) ). É um caso típico de instituição que compõe o que Burgos descreve como *terceiro setor da reciclagem* (2014, p. 96), um conjunto de instituições especializado na oferta de serviços para incubação e acompanhamento de cooperativas e associações de catadores, a partir de recursos captados em fundos públicos ou privados. No caso dos fundos identificados como “privados”, resta saber se são todos realmente desta natureza, pois há isenções fiscais que incidem sobre as doações das empresas. Esta é uma das principais fontes de “sobrevivência” de muitas ONGs e OSCIPs, que captam recursos no setor privado, na forma de doação, para desenvolver seus projetos. Nestes casos, o recurso não pode ser considerado privado, uma vez que é parte da totalidade dos impostos devidos pelas empresas, que compõem os fundos públicos. Este sistema de dedução de doações sobre os impostos devidos talvez explique a presença recorrente das entidades do Terceiro Setor como mediadoras dos projetos articulados por empresas privadas, além da *expertise* que oferecem.

<sup>89</sup> Identificamos na COOPLUM a presença de um grupo interdisciplinar de alunos da ENACTUS Ufal. A ENACTUS é uma rede internacional, mantida por empresas de grande porte, como Walmart, McDonalds, Unilever, Bank of America, Cargill, Microsoft dentre outras. Ela estimula o que denominam de empreendedorismo social, com forte viés empresarial. Descrevem assim o fundamento das suas ações: “Assim como no mundo dos negócios, acreditamos que a competição estimula a criatividade e recompensa resultados. Para a Enactus, isso significa mais vidas impactadas. Uma série anual de campeonatos nacionais fornece um fórum para as equipes mostrarem o impacto de seus projetos, que são avaliados por executivos. O Time Campeão Nacional avança para a prestigiada Enactus World Cup, onde tem a oportunidade de vivenciar a celebração da excelência e colaboração”. (Para mais informações sobre a rede, consultar: <http://www.enactus.org.br/>). O projeto desenvolvido na COOPLUM rendeu à equipe de estudantes da Ufal o prêmio Equipe Revelação (com menos de um ano de existência), no Campeonato Nacional Enactus Brasil 2016.

empreendimentos mantém o objetivo de ampliação das alternativas de trabalho e renda para os catadores.

Estas quatro cooperativas são responsáveis pela coleta seletiva em Maceió, que ainda é incipiente. Maceió produz 732 mil toneladas de lixo por ano (SLUM, 2016), dos quais apenas 0,2% é destinado à coleta seletiva. Com isso, apenas 3% dos resíduos sólidos recicláveis da cidade são aproveitados (STROH, 2016, p. 254). Ainda há um amplo campo para a ampliação do serviço de coleta seletiva, em Maceió, capaz não só de absorver o trabalho das cooperativas existentes, mas também o de novas cooperativas. Se esta ampliação abrigaria, necessariamente, os catadores do extinto lixão, é uma questão ainda por ser confirmada. Atualmente, as três cooperativas que pesquisamos absorveram poucos destes catadores. Na COOPLUM, 15 dentre os 18 catadores eram egressos do lixão. Na COOPREL Serraria, seis, dentre os 16 cooperados, trabalhavam no lixão, cinco trabalhavam na rua e os outros cinco vinham de outras trajetórias. Na COOPREL Benedito Bentes, apenas um catador era egresso do lixão. Sete catavam na rua e onze eram empregadas domésticas.

A pesquisa de campo foi realizada nas três cooperativas da cidade de Maceió, que receberam recursos do CATAFORTE (COOPLUM, COOPREL Serraria e COOPREL Benedito Bentes). A COOPVILA optou por não participar da rede que se formou em 2010.

Elas são formadas, predominantemente, por mulheres, que representam cerca de 83% dos cooperados. Esta composição segue padrão identificado por Wirth (2010, p.14), que destaca a maior participação de mulheres em empreendimentos de Economia Solidária de pequeno porte, nos quais enquadram-se grande parte das cooperativas de catadores. A autora chama atenção para a reprodução, no interior dos EES, de uma divisão sexual do trabalho ancorada nas naturalizações dos papéis de gênero correntes em nossa sociedade:

As justificativas utilizadas denotam uma combinação entre características entendidas como femininas e habilidades de trabalho. A sensibilidade, a atenção, o “ser detalhista” e o “ser caprichosa” são compreendidas como características intrinsecamente femininas, que foram transladadas pelas entrevistadas ao universo do trabalho. Ocorre assim um mecanismo de naturalização das habilidades de trabalho das mulheres, que está muito presente no mercado de trabalho como um todo. A lógica dominante atua como se as características femininas fossem determinadas pelo sexo biológico, em vez de construídas socialmente. (2010, p. 139-140).

No cerne desta percepção das habilidades feminina e masculina está a ideia de que as mulheres são mais aptas ao trabalho que requer atenção e cuidado, enquanto os homens estariam mais aptos ao trabalho “pesado”, que requer o uso da força. Este é o fundamento da divisão sexual do trabalho nas cooperativas de catadores, que, em síntese, fixa as mulheres no trabalho de triagem e os homens no trabalho de prensagem e logística dos fardos de recicláveis (WIRTH, 2010, p. 139). Nas cooperativas de Maceió, observamos o mesmo padrão de divisão sexual do trabalho, mas a pequena presença de homens nestas cooperativas determina um espaço no qual o “trabalho masculino” é executado por mulheres. Trata-se da coleta seletiva. No esquema naturalizador identificado por Wirth (2010), este tipo de trabalho seria atribuído aos homens, por requerer força física<sup>90</sup>, mas ele é executado por mulheres que, no período da manhã, acompanham os caminhões que fazem a coleta seletiva nos bairros adjacentes às cooperativas. A coleta seletiva é realizada com caminhões (dois em cada cooperativa) da Limpel e da Viva, empresas terceirizadas responsáveis pela limpeza urbana em Maceió, que disponibilizam também os motoristas e o combustível. A mão-de-obra da coleta seletiva é executada pelas cooperadas.

---

<sup>90</sup> Suposição que parece ser plausível, pois o recolhimento do lixo comum é executado por garis, quase exclusivamente, do sexo masculino.

FIGURA 3 - Caminhão da Coleta Seletiva Terceirizada de Maceió, Entregando Material na COOPREL Benedito Bentes.



Fonte: do autor

Às 8:00 da manhã, as equipes de coletadoras são formadas e saem nos caminhões para a realização da coleta. Ao meio dia retornam, descarregam o material e param para o almoço, que vai até às 13:00. Às 13:30, as mulheres que executaram a coleta juntam-se às que permaneceram no galpão para dar continuidade à triagem do material<sup>91</sup>. Os homens retornam à prensa. O trabalho segue até às 17:00. Esta é a rotina das três cooperativas estudadas.

Juntas, as três cooperativas recolhem, mensalmente, cerca de 60 toneladas de recicláveis, executando um sistema misto de coleta, que é realizado porta-a-porta por caminhões e por carrinhos puxados pelos catadores. Depois de triado e prensado, o material é vendido para atravessadores, com os quais as cooperativas mantêm fidelidade. Há compradores específicos para cada tipo de material e, em alguns casos, o mesmo comprador adquire material nas três cooperativas, não raro, praticando preços diferentes. Isto porque, embora tenham formado uma rede, em 2010, elas vendem o material isoladamente. A rede é, desta

<sup>91</sup> As mulheres revezam-se na tarefa da coleta seletiva. Assim, todas atuam tanto na coleta como na triagem do material coletado.

maneira, apenas formal, pois não opera coleta, produção e venda de forma coordenada. A articulação entre as cooperativas, no período de observação desta pesquisa, ocorreu nos momentos de discussão com a SLUM<sup>92</sup>, para acerto dos detalhes do processo de contratação do serviço de coleta seletiva pela prefeitura, o que discutiremos mais adiante.

Com isso, os preços dos materiais sofrem variações não apenas sazonais, mas relativos à capacidade de barganha das cooperativas, determinada, em grande medida, pelo volume que negociam. Isso explica, em parte, a diferença nas retiradas dos catadores, encontrada nas cooperativas. As três praticam a divisão igual das retiradas, sendo descontados os dias de falta. A retirada média dos catadores é de R\$ 450,00<sup>93</sup>. Ela varia entre as cooperativas: os cooperados da COOPLUM tem retirada média de R\$ 450,00. A retirada média na COOPREL Serraria é de R\$550,00. E a retirada média na COOPREL Benedito Bentes é de R\$350,00. Como as cooperativas pesquisadas em Maceió não fazem a distribuição das retiradas segundo a produção de cada cooperado, não há registro individual ou coletivo sobre o total triado e vendido mensalmente. A ausência de registro das rotinas é recorrente nas três cooperativas observadas, que não arquivam as atas das suas reuniões ou assembleias, nem das prestações de contas, com balanços e balancetes. A distribuição mensal das retiradas ocorre sem que haja registro do processo<sup>94</sup>.

---

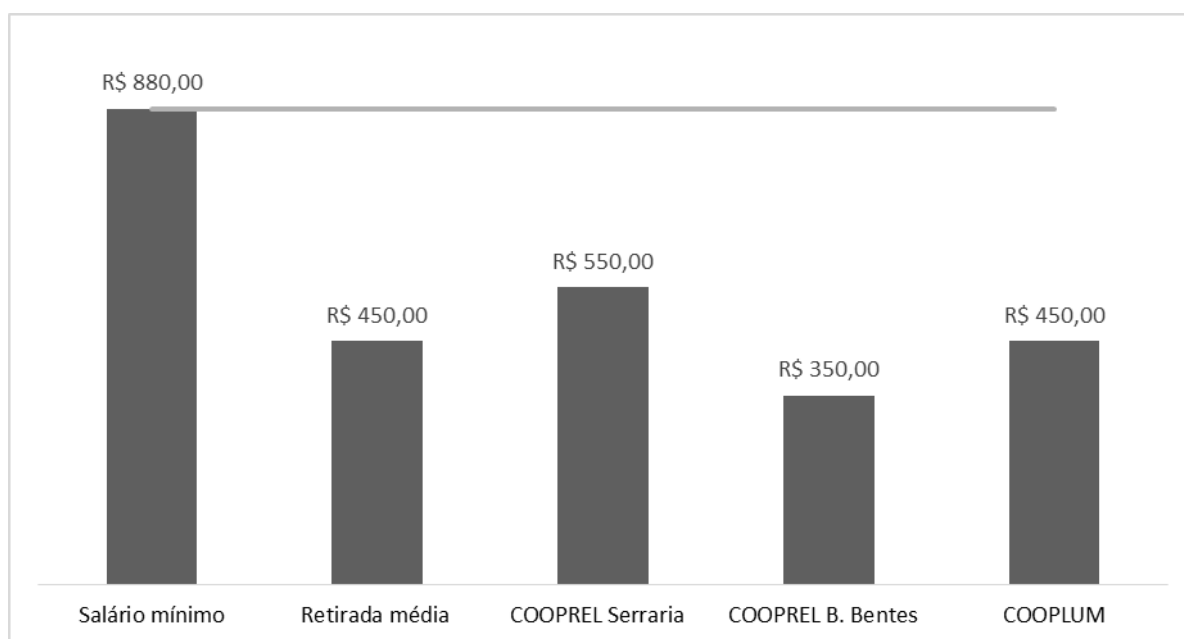
<sup>92</sup> A Superintendência de Limpeza Urbana de Maceió é responsável pela organização da coleta seletiva na cidade, organizando os editais de contratação das empresas que prestam este tipo de serviço.

<sup>93</sup> O salário mínimo, em 2016, valia R\$880,00. A retirada média nas três cooperativas observadas representava, portanto, 51% do valor do salário mínimo. Nas três cooperativas, estava abaixo do valor do salário mínimo.

<sup>94</sup> A COOPREL Serraria tem um sistema de prestação de contas, que é organizado com apoio do SESCOOP. Mas os relatórios mensais destas prestações não ficam na cooperativa e os cooperados relataram não ter acesso a eles.



GRÁFICO 1 - Comparação entre as Retiradas das Cooperativas de Maceió e o Salário Mínimo, para 2016.



Fonte: elaboração própria.

#### 4.2 Perfil das cooperativas observadas em Campinas

Quando realizamos a visita de campo, havia 14 cooperativas de catadores de materiais recicláveis, na cidade de Campinas, das quais cinco foram pesquisadas. Elas estão agrupadas no Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo (CRCA)<sup>95</sup>, que surgiu de articulações em torno da Campanha da Fraternidade, de 1999, cujo tema foi “A Fraternidade e os Desempregados”. Discutia-se o aumento acentuado do desemprego no Brasil e as possibilidades de auto-organização dos trabalhadores, como resposta ao cenário que se desenhava. Em 2002, o CRCA foi formalizado como organização não governamental, passando a atuar na incubação de cooperativas populares dos mais diversos segmentos (entrevista com o coordenador do CRCA, 17/09/14, Campinas).

Com o objetivo de gerar novos postos de trabalho e consolidar a coleta seletiva na cidade, iniciada em 2001, formou-se o Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos (GTRS), que reunia, inicialmente, membros de algumas secretarias e conselhos municipais. Posteriormente, entidades do Terceiro Setor, representantes

<sup>95</sup> As outras cooperativas estão agrupadas na incubadora Ecologia e Dignidade Humana (EDH) e na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp (ITCP/Unicamp).



de empresas públicas e privadas, bem como representantes das Universidades locais foram incorporados ao grupo. Naquele momento, o CRCA foi convidado para participar do processo, oferecendo cursos de formação aos grupos que pretendiam formar suas cooperativas e às assistentes sociais que os replicariam nos bairros da cidade (NÓBREGA, 2006, p.123). Este fórum se consolidou e, em 2005, as associações, cooperativas de catadores e incubadoras ali reunidas discutiam a articulação em rede, para contornar a dependência em relação aos atravessadores de materiais recicláveis e para pleitear a participação na coleta seletiva da cidade, que teria edital aberto para seleção de empreendimentos (NÓBREGA, 2006, p. 131). Naquele momento, a articulação política das cooperativas para negociação com a esfera pública municipal se desenhava como componente relevante na organização coletiva do trabalho dos catadores. Pois o edital lançado pela prefeitura gerou polêmicas, principalmente por não ter envolvido as cooperativas populares na sua elaboração. O problema foi parcialmente contornado com um seminário promovido pelo município, para apresentá-lo às cooperativas, e depois por uma audiência pública, realizada ainda em 2005. A contratação efetiva de cooperativas populares de catadores para realização de coleta seletiva em Campinas, entretanto, só aconteceria em janeiro de 2014, após um longo processo de reivindicações e mobilizações (entrevista com o coordenador da RECICLAMP, 16/09/14, Campinas).

As cinco cooperativas que observamos em nossa pesquisa de campo iniciaram suas atividades no princípio dos anos 2000, resultando de articulações que envolveram a esfera pública municipal, entidades do Terceiro Setor, Universidades e empresas públicas e privadas. A reivindicação de participação na coleta seletiva da cidade representou, portanto, a culminância deste processo. Em novembro de 1999, a cooperativa RECICLAR realizava sua primeira “coleta” de materiais recicláveis, a partir de doações que foram concentradas na praça que fica em frente à Igreja Nossa Senhora Aparecida. Em 2000, a cooperativa estava constituída e agrupava cerca de 35 cooperados. A estruturação completa, com maquinário adequado, deu-se ao longo dos anos com aporte de recursos da prefeitura e da Fundação Banco do Brasil (entrevista com a tesoureira da RECICLAR, 15/09/14, Campinas). Em setembro de 2014 ainda havia pendências em relação à regularização do terreno, que fora cedido de forma provisória pela prefeitura, e que inviabilizavam o investimento de recursos doados pelo BNDES, para construção de um galpão novo,

que deveria acontecer tão logo isso fosse resolvido (entrevista com a coordenadora da RECICLAR, 10/09/14, Campinas).

FIGURA 4– Mesas de Triagem, na Cooperativa RECICLAR.



Fonte: do autor.

A cooperativa São Bernardo iniciou seu funcionamento em 2002, em um galpão cedido e equipado pela prefeitura, dentro da área onde funciona o Departamento de Limpeza Urbana de Campinas (entrevista com a coordenadora da cooperativa São Bernardo, 10/09/14, Campinas). Quando realizamos a pesquisa de campo, a cooperativa contava com cerca de 20 cooperados e aguardava a construção de um novo galpão, que estava sendo executada pela empresa RENOVA<sup>96</sup>, dentro da mesma área ocupada pela cooperativa quando da nossa visita. O contrato com a prefeitura determinava que a RENOVA construísse e equipasse um determinado número de galpões para as cooperativas de catadores da cidade, o que estava em andamento na São Bernardo. A cooperativa funcionava com todos os equipamentos necessários (prensa, balança, esteira, material de

---

<sup>96</sup> A RENOVA é uma empresa especializada em saneamento ambiental, que foi contratada, em regime de terceirização, pela prefeitura de Campinas, para recolher o lixo na cidade e fazer a coleta seletiva.

escritório, cozinha), mas teria seu espaço de produção completamente renovado e ampliado, com maquinário novo.

FIGURA 5– Galpão, Prensa e Empilhadeira novos, fornecidos pela RENOVA à Cooperativa São Bernardo.



Fonte: do autor.

A Cooperativa Triagem de Materiais Recicláveis Direito de Viver na Paz (Divipaz), começou a funcionar em 2003, em uma ocupação não regulamentada e com uma estrutura precária de madeira e lona, que não era suficiente para abrigar do sol e da chuva o material triado. Em 2006, a prefeitura cedeu de forma definitiva o terreno onde funcionava. A posse do terreno facilitou o estabelecimento de parcerias com empresas privadas, garantindo a construção de um galpão adequado para o trabalho de triagem do material reciclável, em 2007. Neste mesmo ano, a cooperativa foi formalizada, organizando seu estatuto, seu CNPJ e a Inscrição Estadual. Em 2014, contava com cerca de 18 cooperados (anotação em caderno de campo, 11/09/14).

A Cooperativa de Materiais Recicláveis Unidos na Vitória surgiu em 2003, a partir da articulação de catadores que atuavam na Central Estadual de

Abastecimento de Campinas (Ceasa Campinas). A Ceasa apoiou a iniciativa, montando galpão com cozinha, refeitório, banheiros, escritório e maquinário para triagem, prensagem e movimentação dos fardos. Com isso, todo o material reciclável gerado nas atividades da central é recolhido pela Unidos na Vitória, que tem neste grande gerador uma fonte suficiente para movimentar suas atividades. Quando realizamos a visita, em setembro de 2014, a coordenadora da cooperativa relatou projetos futuros para expansão do galpão, no qual trabalhavam cerca de 20 cooperados.

A cooperativa Antônio da Costa Santos, cujo nome é uma homenagem ao ex-prefeito de Campinas, iniciou suas atividades em 2002, em um barracão de lona, sem qualquer equipamento. Em 2011, recebeu da prefeitura, em caráter definitivo, o terreno onde a cooperativa havia se estruturado. A construção do galpão foi feita pela prefeitura e o maquinário foi adquirido com doações de bancos públicos e privados, bem como com recursos próprios (entrevista com o coordenador da REICLAMP, 16/09/14, Campinas). Quando fizemos a visita, em setembro de 2014, era a segunda cooperativa mais produtiva da rede e a primeira da cidade a assinar contrato com a prefeitura para prestação de serviço de coleta seletiva. Quando realizamos a visita de caráter exploratório, em setembro de 2012, iniciava-se a ação do Programa PorAmérica<sup>97</sup>, em torno do projeto “Construindo sonhos através dos recicláveis”. Os cooperados estavam recebendo uma série de cursos e capacitações, que incluíam gestão financeira e de produção, organização do layout do galpão, para aprimoramento do fluxo logístico, segundo princípios do Kanban e do 5S. O projeto também previa reforma do galpão. Quando retornamos à cooperativa, em setembro de 2014, a reforma dos banheiros e da cozinha havia terminado e estava sendo iniciada a reforma do espaço da produção, com apoio

---

<sup>97</sup> O PorAmérica, também denominado de Programa de Fortalecimento de Organizações de Base para Combater a Pobreza, foi lançado, no Brasil, em meados de 2011, na cidade de Campinas, propagando-se para outras cidades. Trata-se de uma das ações da Rede América, presente em 11 países da América Latina e Caribe, formada a partir de fundos de cerca de 80 entidades empresariais de porte internacional, bem como com fundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No Brasil, tem como parceiros o Instituto Camargo Correa, Instituto Holcim Brasil, Instituto Votorantim, Natura Cosméticos e Instituto Arcor, dentre outros. É o Instituto Arcor que faz a mediação, na cidade de Campinas, entre o PorAmérica e a cooperativa Antônio da Costa Santos. O mote dos projetos apoiados é a sustentabilidade ambiental associada ao combate à pobreza, com incentivo ao desenvolvimento de organizações de base. Este tipo de ação remete aos deslizes semânticos aos quais Dagnino se refere ao tratar da crise discursiva que resulta “de uma confluência perversa entre, de um lado, o projeto neoliberal que se instala em nossos países ao longo das últimas décadas e, de outro, um projeto democratizante, participatório, que emerge a partir das crises dos regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático”. (2004, p. 195).

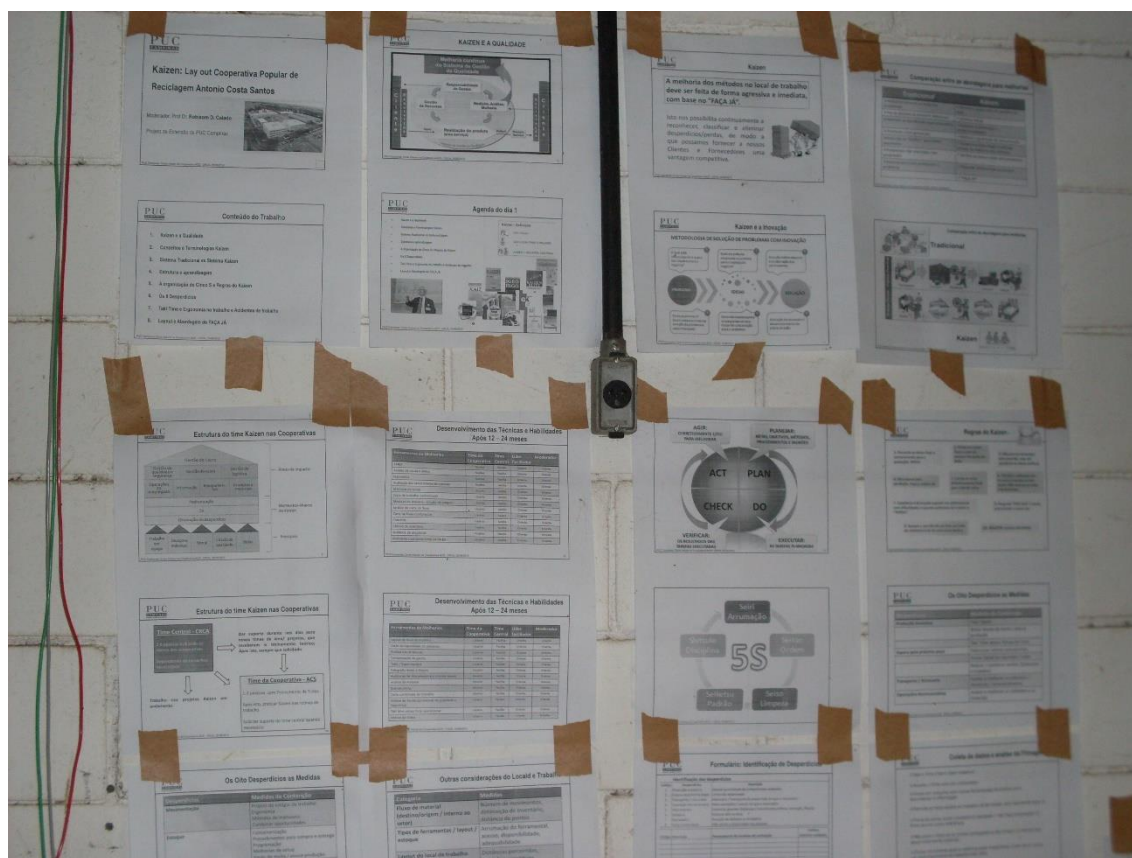
técnico de um professor e um estudante de engenharia de produção da PUC Campinas, que, junto com os cooperados, estavam redefinindo a posição das prensas, das mesas de triagem, da entrada do material e saída dos fardos etc. O objetivo era melhorar o fluxo de produção. Tratava-se da aplicação dos conteúdos dos cursos anteriormente oferecidos. A parte elétrica também seria revista e um sistema de prevenção de incêndio seria instalado.

FIGURA 6 – Material Utilizado nos Cursos de Kaizen, na Cooperativa Antônio da Costa Santos, 2013.





FIGURA 7– Material Utilizado nos Cursos de Kanban, na Cooperativa Antônio da Costa Santos, 2013.



Fonte: do autor.

O CRCA esteve presente durante o processo de formação e consolidação destas cooperativas, assumindo o trabalho com materiais recicláveis como atividade principal. Em função disso, o CRCA incubou, em 2008, a REICLAMP, uma cooperativa de segundo grau voltada exclusivamente ao segmento de catadores de recicláveis, com apoio da organização Cáritas do Brasil<sup>98</sup> e da Petrobrás. Em setembro de 2014, quando realizamos nossa pesquisa de campo, a REICLAMP agrupava as cinco cooperativas de catadores descritas acima e uma na cidade de Valinhos. Trata-se de uma central de vendas, que

<sup>98</sup> A Cáritas Brasileira é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fundada em 12 de novembro de 1956, compondo as 164 organizações-membros da Rede Cáritas Internacional. No Brasil, está presente em 12 Estados e 450 cidades. Atua em frentes variadas do cooperativismo, “no fomento às iniciativas de Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Fundos Solidários, envolvendo jovens, mulheres, catadores(as) de materiais recicláveis, pequenos(as) agricultores(as), acampados(as) e assentados(as) de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de riscos e afetadas por desastres socioambientais, a Cáritas valoriza e aposta em ações locais, comunitárias e territoriais, em relações solidárias em que a luta por direitos e a construção de um desenvolvimento local, solidário e sustentável caminham juntas.” (<http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>).

organiza a comercialização conjunta dos materiais produzidos pelas cooperativas associadas. Além disso, ela articula as cooperativas em rede, padronizando seus processos de produção e cuidando da sua contabilidade (prestação de contas, pagamento de impostos, recolhimento do INSS dos cooperados etc.). Cumpre também função de representação política, nas reivindicações e negociações com a prefeitura.

As cooperativas agrupadas na REICLAMP apresentam perfil semelhante ao das observadas em Maceió, quanto à composição por gênero. Dentre os 128 cooperados, 96 eram mulheres, ou seja, 75%. A divisão de trabalho também segue padrão identificado por Wirth (2010), em sua pesquisa com duas cooperativas em Campinas: os homens trabalham na prensa e na logística interna dos fardos, enquanto as mulheres trabalham na triagem do material. Em nossas observações de campo, identificamos quatro atividades principais nas quais os cooperados se distribuem: administração, entrada de material, triagem, prensagem e saída. Os homens ocupavam as atividades de prensagem e saída do material. As mulheres trabalhavam com a entrada do material e a triagem. As funções administrativas são executadas, predominantemente, por mulheres.

A rotina de trabalho difere entre as cinco cooperativas. A Antônio da Costa Santos e a REICLAR praticam três turnos (entre 7:00 e 13:00. Entre 13:00 e 19:00 e entre 19:00 e 07:00). O turno noturno visa assegurar a vigilância da cooperativa. Ao trabalhar à noite, o catador mantém a cooperativa sob observação. A DIVIPAZ também pratica o turno noturno, funcionando com dois turnos (entre 7:00 e 17:00 e entre 19:00 e 7:00). A São Bernardo funciona em apenas um turno (entre 7:00 e 14:00)<sup>99</sup>.

Cada cooperativa organiza seu processo de trabalho de forma independente, embora tenham que cumprir determinadas metas de produtividade comum a todas e seguir padrões para a triagem e enfardamento do material, uma vez que a venda é realizada em conjunto e demanda, para isso, a homogeneização dos produtos. Como as vendas dos materiais são feitas em rede, a forma de distribuição das retiradas também segue uma padronização, pois cada cooperado recebe segundo o valor que a hora de trabalho alcançou no mês e este valor é

---

<sup>99</sup> Não há necessidade do turno noturno para a vigilância do empreendimento, uma vez que ele fica localizado em espaço da prefeitura de Campinas, que conta com vigilância noturna.

estipulado em relação à totalidade das vendas da rede, ou seja, o valor que a hora de trabalho alcançou em determinado mês é o mesmo para todos os cooperados da rede. Estipulado o valor, calcula-se o tempo que determinado cooperado dedicou ao trabalho naquele mês, definindo sua retirada<sup>100</sup>. Com isso, os valores das retiradas variavam entre os cooperados, correspondendo ao tempo de trabalho executado no mês e à proximidade ou distância em relação às metas de produção<sup>101</sup>.

Em média, a retirada de um cooperado da rede era, em 2014, R\$ 1.190,00<sup>102</sup>. A cooperativa que garantia maior retirada era a RECICLAR, com média de R\$ 1779,00. Em seguida, a Antônio da Costa Santos, com retirada média de R\$ 1520,00. Na posição intermediária, estava a Unidos na Vitória, com retirada média de R\$ 1359,00. As retiradas médias mais baixas eram as da São Bernardo, com R\$ 833,00, e da DIVIPAZ, com R\$ 772,00 (Relatório Econômico-financeiro RECICLAMP, 2014).

---

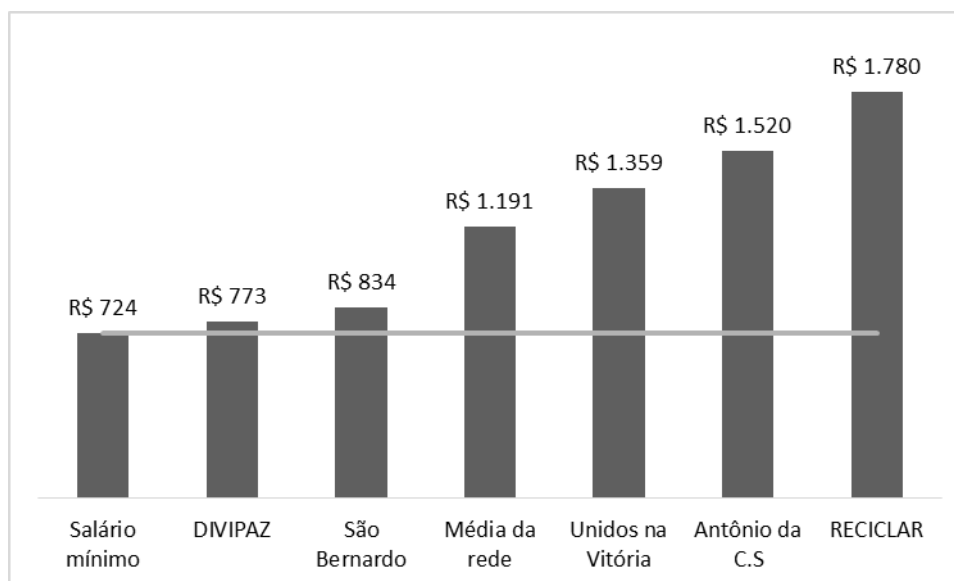
<sup>100</sup> Discutiremos com mais detalhes no capítulo cinco.

<sup>101</sup> Elas variam entre 27 e 33 kg/h por cooperado.

<sup>102</sup> O salário mínimo valia, em 2014, R\$ 724,00. A retirada média era, portanto, 64,36% maior do que o salário mínimo. A retirada média da cooperativa com maior capacidade de remuneração do trabalho (RECICLAR) era 145,71% maior do que o salário mínimo. A retirada média da Antônio da Costa Santos era 109,94% maior do que o salário mínimo. A retirada média da Unidos na Vitória era 87,70% maior do que o salário mínimo. A retirada média da São Bernardo era 15,05% maior do que o salário mínimo. A retirada média da DIVIPAZ era 6,62% maior do que o salário mínimo. Em síntese, apesar da variação, nenhuma delas oferecia retirada inferior ao valor do salário mínimo.



GRÁFICO 2 - Comparação entre as Retiradas das Cooperativas da RECICLAMP e o Salário Mínimo, para 2014.



Fonte: elaboração própria.

O sistema de abastecimento das cooperativas contava com três fontes: a coleta própria (realizada porta a porta e em grandes geradores); a coleta da prefeitura e a doação de residências e grandes geradores<sup>103</sup>, que levam o material até a cooperativa. A coleta própria é realizada com três caminhões-gaiola e um caminhão roll on roll off<sup>104</sup>, que pertencem a rede. Os caminhões-gaiola fazem a coleta porta a porta e um conjunto de containers fixos em grandes geradores são abastecidos para posterior coleta pelo roll on roll off. As empresas terceirizadas pela prefeitura, para realizar a coleta seletiva, encaminham os materiais para as cooperativas conveniadas (que eram 15, em 2016), dentre elas as da RECICLAMP. Este sistema de coleta seletiva, que articula empresas terceirizadas e cooperativas populares alcança 70% dos domicílios da cidade (CEMPRE, 2016c).

<sup>103</sup> Tais como a Refinaria de Paulínia (REPLAN), o centro de distribuição dos correios, um shopping center e o condomínio de empresas de Campinas.

<sup>104</sup> Dois destes caminhões foram adquiridos com recursos próprios e os outros dois com recursos do CATAFORTE.

FIGURA 8 – Caminhão Gaiola, da Rede RECICLAMP.



Fonte: do autor.

Quanto à organização das rotinas das cooperativas associadas, a rede RECICLAMP mantém um sistema padronizado de registros da produção, que são agrupados a cada ciclo de venda, para que o escritório da cooperativa inicie o processo de negociação de valores com os compradores<sup>105</sup>. Estes registros também servem de base para o cálculo do valor da hora de trabalho em cada mês específico. Os relatórios que derivam destes registros são transformados nos balancetes das cooperativas, apresentados mensalmente aos cooperados em reuniões registradas em atas e depois fixados nos murais dos empreendimentos<sup>106</sup>.

---

<sup>105</sup> A relação com alguns compradores, como com a Suzano Papel e Celulose, ocorre de forma diferente. Eles mantêm contratos que estabelecem os volumes a serem entregues e os valores a serem pagos. Este tipo de relação comercial ocorre quando a rede vende diretamente à indústria de recicláveis.

<sup>106</sup> A RECICLAMP utiliza dois “kits”, o de gestão e o de tesouraria, que foram desenvolvidos em parceria com professores e alunos da PUC Campinas. Estes kits são dois cadernos físicos, com campos relativos à produção e controle financeiro. Eles são preenchidos manualmente, todos os dias, com dados detalhados do volume de cada material triado pela cooperativa e do tempo de trabalho

## 5 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE CATADORES

Segundo dados do SIES (IPEA, 2017, p. 33-4), dos 19.708 EES entrevistados<sup>107</sup>, 591 (perto de 3%) dedicavam suas atividades à recuperação de valor dos recicláveis, havendo grande margem de ampliação da Economia Solidária neste tipo de atividade. O novo ambiente institucional, criado com a aprovação da Lei de Resíduos Sólidos e os incentivos do CATAFORTE, apontam nesta direção. Neste contexto, é importante avaliar o sentido que o trabalho executado na base do processo de recuperação de valor dos recicláveis assume. Mais especificamente, neste capítulo, vamos discutir os limites e as possibilidades da organização coletiva do processo de trabalho, quanto à sustentabilidade econômica. Os EES voltados à recuperação de valor dos recicláveis seriam apenas processos de autogestão da pobreza, como demarca Lima (2015), ou representariam uma alternativa consistente do ponto de vista da garantia de renda digna aos trabalhadores? A atividade dos catadores pode ser definida como trabalho não pago (BURGOS, 2014), retribuindo aos trabalhadores não mais do que o valor dos produtos que vendem, sem remunerar o trabalho?

Caso a organização coletiva do trabalho de recuperação do valor dos recicláveis não seja capaz de alcançar sustentabilidade econômica, gerando renda suficiente para retirar estes trabalhadores da condição de pobreza, os investimentos realizados perdem o sentido, do ponto de vista da resolução de parte da precariedade do trabalho.

Partimos do pressuposto de que o circuito completo de recuperação de valor dos recicláveis é capaz de garantir sustentabilidade econômica às cooperativas e associações de catadores, dado o volume de recursos que movimenta. A condição

---

executado por cada cooperado. Ao final do ciclo de produção, os cadernos são recolhidos e reunidos por um contador, contratado pela rede, que digitaliza os dados em planilhas eletrônicas e elabora os relatórios e balancetes. No escritório de vendas da REICLAMP também há uma secretária contratada, que fica responsável pelos contatos com os compradores e pela centralização das informações relativas à produção total da rede, bem como pelas operações de recebimento dos valores das vendas e distribuição das retiradas aos cooperados.

<sup>107</sup> A pesquisa de campo que forneceu os dados ao SIES foi realizada entre 2010 e 2013, envolvendo empreendimentos regularizados e grupos informais, que foram classificados como empreendimentos de Economia Solidária.

de pobreza, que marca a vida dos trabalhadores que atuam na base deste circuito deriva de um posicionamento desvantajoso em seu interior. Nesta direção, interessa-nos saber se a luta política pelo estabelecimento de um posicionamento melhor, bem como o aprimoramento das condições de produção podem reposicionar estes trabalhadores, do ponto de vista da renda, das condições de trabalho e do acesso aos direitos sociais vinculados a ele.

### **5.1 Trabalho e renda na base do circuito da reciclagem**

Lima (2015) percebe alguns aspectos positivos na organização coletiva do processo de trabalho dos catadores, demarcando que o apoio institucional (incubadoras universitárias, sindicatos, igreja, ONGs e OSCIPs) às cooperativas e associações promove a recuperação da dignidade e a elevação da autoestima destes trabalhadores, na medida em que resulta na melhoria concreta das suas condições de trabalho. Apesar disso, a conclusão do autor com relação à sustentabilidade econômica destes EES é bastante pessimista:

Mesmo com a melhoria sensível das condições de vida e trabalho dos catadores de lixo nas cooperativas, a precariedade continua. O grau de organização dos empreendimentos é muito distinto e depende muito do apoio de órgãos externos. Em termos de rendimento, raramente os trabalhadores ultrapassam um salário mínimo e a atividade em si é intrinsecamente precária. (2015, p.331)

Por esta razão, Lima caracteriza os EES de recuperação de valor dos recicláveis como empreendimentos que realizam a autogestão da pobreza, pois seriam incapazes de resolver a questão dos baixos rendimentos:

São cooperativas/associações de inclusão social cujo objetivo é a geração de renda, com uma proposta de autonomia no sentido do trabalho associado e propriedade coletiva, que raramente se efetiva, dada a debilidade econômica dos empreendimentos e mesmo sua sustentabilidade. (2015, p. 332).

O trabalho de Burgos (2014) debruça-se sobre o processo de organização coletiva do trabalho dos catadores, denominado pela autora como estruturação da base da Indústria de Recicláveis. Esta estruturação incorporaria os catadores na condição de trabalhadores sobrantes, ou seja, como força de trabalho que se tornou supérflua ao ciclo de acumulação do capital.

Assim, o trabalhador sobrante seria aquele exposto a um severo processo de pauperização e cuja reinserção no processo de produção não altera sua condição de pobreza e “descartabilidade”. Dito de outro modo, ele insere-se no

processo produtivo, conservando a condição de trabalhador sobranter. Com relação aos “catadores”, esta condição imporia a execução de um trabalho absolutamente não pago, o que explicaria a condição de pobreza que marca a vida destes trabalhadores. A autora demarca que o valor que os catadores recebem pelo material que acumulam seria relativo, tão somente, ao valor das matérias primas comercializadas por eles e não ao trabalho que executam. A característica oligopsônica do mercado de recicláveis permite à Indústria dos Recicláveis determinar preços muito baixos para os materiais que compra.

Neste ponto gostaríamos de destacar o pessimismo da autora com relação à formação de cooperativas e associações como possibilidade de superação da pobreza, pois para Burgos (2014) a organização coletiva do processo de trabalho dos catadores não seria capaz de mudar a sua condição de trabalhadores sobranter:

Parece-nos que os catadores correspondem melhor a estas duas últimas categorias (esfera do pauperismo e lupemproletariado). Os catadores avulsos, com diferentes níveis de pobreza (que chega à miséria, tanto quanto aquela dos catadores moradores de rua) estariam na “esfera do pauperismo”, em sua parte apta para o trabalho. Já os catadores das cooperativas estariam deixando a esfera da pobreza e do chamado setor informal (segundo Singer). Mas, as cooperativas ainda representam uma *estratégia de sobrevivência*, pois seus rendimentos raramente atingem o patamar do salário mínimo, e as condições de trabalho permanecem por demais precárias. (p. 53)

As análises de Lima e Burgos coincidem quanto às perspectivas em relação à organização do trabalho dos catadores em moldes coletivos, notadamente por considerarem que o sentido do trabalho não sofreria mudanças positivas significativas, nem seria possível a superação da pobreza.

Magera (2005) apresenta um contraponto às análises apresentadas acima, destacando as possibilidades de superação da pobreza e da precariedade do trabalho do catador por meio da sua organização coletiva.

A partir de estudos realizados em Sorocaba (interior de São Paulo), Magera identifica os fatores estruturais que impediriam a superação da pobreza, nos EES de catadores de recicláveis. Os “empresários do lixo” (termo que Magera utiliza para caracterizar os catadores) viveriam um paradoxo da modernidade, ao executar um trabalho vinculado às preocupações ambientais candentes, mas em um regime arcaico, que lembra as formas pré-capitalistas de exploração do trabalho. Estas condições determinam a super exploração do trabalho, razão da condição de miséria

em que vivem os catadores, em contraste com a opulência da Indústria de Recicláveis, no Brasil.

Paul Singer, no prefácio da primeira edição do livro de Magera, demarca o caráter de “denúncia” da pesquisa, que evidencia a distância entre o que prevê o cooperativismo genuíno e as reais condições de trabalho dos catadores de Sorocaba, onde Magera desenvolveu seu estudo de caso:

Tais cooperativas são formadas sob o manto da legalidade, mas escondem no seu bojo princípios predatórios de exploração capitalista, que muito lembram as relações de trabalhos servis do passado não muito distante no Brasil. (2005, p. 17).

Apesar desta constatação, Magera preconiza a organização coletiva dos catadores, com vistas à ampliação da produtividade do trabalho, que seria alcançada por meio da maior profissionalização e especialização dos “empresários do lixo”.

Não se trata tanto, segundo Magera, de aprofundar o perfil autogestionário dos empreendimentos, mas de aprimorar a gestão empresarial como forma de ampliar a produtividade, tornando-os viáveis economicamente em termos de geração de renda para os cooperados e efetivos na prestação do serviço de coleta dos recicláveis. Só assim, os EES seriam capazes de configurar uma forma de superação da pobreza para os catadores. Neste sentido, tratar-se-ia de alterar a forma de inserção dos catadores no campo mais amplo da economia dos recicláveis, garantindo uma participação mais positiva:

O presente trabalho busca discutir e testar a viabilidade econômica da reciclagem dos resíduos sólidos (lixo) da cidade de Sorocaba-SP, provando ser economicamente viável sob o ponto de vista da sociedade como um todo. E, sendo assim, apoiar a criação de cooperativas de reciclagem de lixo numa concepção capitalista, utilizando-se de tecnologia e aporte capitalista de investimento em infraestrutura para terem gestão profissional, para melhor provir os resultados alcançados (2005, p. 44).

Em resumo, Magera (2005) destaca que a organização coletiva do processo de trabalho dos catadores, por si só, não resulta em superação das precariedades de trabalho e renda. Para alcançar resultados positivos, os “catadores” precisam superar as limitações estruturais que impedem a inserção positiva dos EES no circuito da reciclagem. Dentre elas, o ganho de escala de produção suficiente para a execução de vendas diretamente à Indústria de Recicláveis parece ser o fator estrutural mais importante, pois implica a eliminação do atravessador, possibilitando a negociação de preços diretamente com os

compradores finais (geralmente uma multinacional). Para alcançar este patamar, por sua vez, as cooperativas precisam de uma articulação em rede que crie sinergia entre as unidades de produção, ampliando a escala e equilibrando o poder de barganha entre vendedores e compradores em um mercado oligopsônico. Para tanto, as cooperativas e associações demandam investimento de capital que só uma política pública poderia suprir. Associado a isso, seria necessária uma organização política autônoma de catadores, de abrangência nacional.

Na ausência de um caso objetivo que pudesse comprovar sua tese, Magera aplicou um modelo matemático<sup>108</sup>, que permitiu estimar os custos com a gestão dos resíduos sólidos recicláveis e a economia que resultaria dela, concluindo que os EES de catadores seriam viáveis economicamente:

A economia resultante da reciclagem informal no município chega a R\$ 9.673.439,63 por ano, quantia que representa quase 4% do orçamento da cidade. Este número aumenta ainda mais quando se considera a economia possível de ser conseguida, se fosse feita a reciclagem de todos os materiais consumidos (resíduos sólidos) em Sorocaba. Seria algo perto de 18% do orçamento (R\$54.635.692,76), cujo valor é de R\$ 308.000.000,00. (2005, p.129).

A partir destes dados, o autor afirma que a cidade poderia ter receita com a reciclagem do lixo e não custo com a sua gestão, como verificado. Baseado nesta conclusão, Magera afirma a viabilidade econômica das cooperativas de catadores, como empreendimentos capazes de proporcionar renda digna aos catadores, muito embora não tenha constatado esta realidade no estudo de caso que realizou.

A aprovação da Lei de Resíduos Sólidos ainda não havia acontecido e as políticas públicas de aporte de recursos para as cooperativas eram incipientes. O MNCR estava ganhando projeção e o CATAFORTE iniciava sua primeira edição, em 2009<sup>109</sup>. Parte significativa destes esforços foi mobilizada pelo Comitê

---

<sup>108</sup> O modelo deriva de uma adaptação realizada por Calderoni (1996), a partir do modelo desenvolvido por Duston (1993). Trata-se da aplicação de um conjunto de simulações matemáticas, referenciadas por informações sobre a gestão dos resíduos sólidos recicláveis, fornecidas pelo município. O modelo utiliza, também, os valores correntes de comercialização dos materiais recicláveis, os custos com o recolhimento e acondicionamento no aterro sanitário e a demanda por energia para a sua reciclagem.

<sup>109</sup> Utilizamos a segunda edição do livro de Magera, que foi lançada em 2005. A primeira edição data de 2003. A Lei dos Resíduos Sólidos seria aprovada somente em 2010 e seus efeitos só começariam a ser percebidos depois de 2012, quando a pressão do Ministério Público Federal sobre os municípios, para que a Lei fosse cumprida, começou a gerar resultados.

Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC)<sup>110</sup> e pela SENAES, criada em 2003.

Apresentaremos a seguir alguns resultados da pesquisa realizada na RECICLAMP, que permitem verificar as indicações feitas por Magera na formulação de suas hipóteses. Os resultados permitem também fazer algumas ponderações acerca da afirmação de Burgos (2014), segundo a qual a organização coletiva do processo de trabalho dos catadores não alteraria a sua condição de trabalhador sobrance. Ponderaremos também a afirmação de Lima (2015), segundo a qual as cooperativas de catadores configurariam autogestão da pobreza. Nesta direção, as indicações elaboradas por Magera parecem confirmar-se no caso da RECICLAMP. A gestão “profissional” ou “empresarial” da produção, que proporciona ganhos significativos de produtividade, associada à articulação dos empreendimentos em rede, garantiu, neste caso, a superação dos limites estruturais que impediam retiradas capazes de proporcionar renda digna aos trabalhadores. A formalização de contratos de prestação de serviço com a prefeitura de Campinas, tendência verificada em diversos outros municípios, adensa ainda mais o desenvolvimento de EES de “catadores” com capacidade de gerar renda suficiente para alçar os cooperados acima da linha da pobreza.

O mesmo contexto, contudo, não gerou resultados semelhantes, quando observamos as cooperativas da cidade de Maceió. A seguir, faremos a exposição das observações realizadas nos dois campos de pesquisa, buscando compará-los. Concentraremos atenção nos aspectos influenciados pela Lei nº 12.305/2010 e pelo aporte de recursos do CATAFORTE. Nesta direção, os pontos de observação serão a renda dos catadores, o acesso aos direitos sociais vinculados ao trabalho e a contratação das cooperativas, pelas prefeituras, para a gestão integrada dos resíduos sólidos municipais (que implica o Pagamento por Serviços Ambientais).

## **5.2 O CATAFORTE e a estruturação das cooperativas**

O CATAFORTE consiste, em termos breves<sup>111</sup>, em um programa federal que visa a formação e o fortalecimento das cooperativas de catadores. Os recursos do programa foram distribuídos em três edições. A primeira enfatizou a

---

<sup>110</sup> Criado por Decreto de 11 de setembro de 2003, e estruturado efetivamente em 2007.

<sup>111</sup> No capítulo dois fizemos apresentação detalhada do programa.



constituição, organização e formalização das cooperativas. As duas edições seguintes enfatizaram a preparação para a prestação de serviço às prefeituras, fornecendo formação em logística e distribuindo veículos (caminhões de diversos portes e funções), para composição de redes de cooperativas capazes de atender as demandas de coleta seletiva nos municípios. Adicionalmente, a capacidade de triagem do material e preparação para venda também compunham os objetivos do CATAFORTE.

O CATAFORTE atuou, neste sentido, na resolução de alguns problemas estruturais identificados por Magera (2005) como limitantes à sustentabilidade econômica dos EES de catadores. Referimo-nos a estes elementos como estruturais, porque o estudo de caso que o autor realiza permite generalizações. Estes mesmos fatores aparecem no estudo de caso apresentado por César Rodriguez (2005), na cidade de Bogotá (Colômbia), e na discussão acerca do trabalho dos catadores na Índia, conforme Bhowmik (2005), dentre outros (PINHEL; ZANIN, 2011 e PEREIRA; GOES, 2016). Assim, é possível notar que são recorrentes no conjunto dos elementos relativos à inserção das cooperativas de catadores no circuito mais amplo de recuperação de valor dos recicláveis.

### **5.2.1 O CATAFORTE e a dinamização da coleta seletiva pela REICLAMP**

A REICLAMP participou da segunda e da terceira edição do CATAFORTE, recebendo um conjunto de cursos de formação em logística solidária, organização em rede, controle de estoque, fluxo de caixa etc. A partir destes cursos, uma cooperada elaborou o plano de logística da rede e assumiu a coordenação da REICLAMP Logística, uma segmentação das cooperativas da rede, criada com a incumbência de operar o contrato de coleta seletiva firmado com a prefeitura, em janeiro de 2014.

Os caminhões destinados à rede (por meio do CATAFORTE II) complementaram o processo de preparação para prestação do serviço, figurando, na fala da cooperada da REICLAR, como recurso central para a viabilização da coleta seletiva pela REICLAMP:

Se não fosse o CATAFORTE nós não teríamos esse volume. A gente tem dois grandes geradores, gastava assim um tempo muito grande, se não fossem esses projetos do Governo Federal.... Eles têm uma importância muito grande, embora a gente sempre tenha se preparado para ficar sem o

projeto. Sem dúvida nenhuma a prefeitura teve sua importância, mas não como o Governo Federal. (Entrevista realizada no dia 15/09/2014, Campinas).

A seguir a fala do coordenador do CRCA também elucida a importância do CATAFORTE, evidenciando a estruturação material que o programa proporcionou às cooperativas de catadores:

Na segunda (refere-se à segunda edição do CATAFORTE), que era logística solidária, nós entramos e fez toda a diferença para a capacitação da REICLAMP no âmbito da logística. Tinha um segmento que a gente não entrava, que era o grande gerador, porque exigia um *contêiner*. Mas, no CATAFORTE II, conseguimos um caminhão Roll on roll off com 10 contêineres e 6 plataformas, o que significou R\$500.000 de investimento e isso fez muita diferença, porque entramos num segmento no qual não conseguíamos penetrar. Uma das dificuldades da REICLAMP é financiamento. Com esse equipamento, conseguimos entrar numa faixa de mercado no qual não estávamos antes. Com esse equipamento nós conseguimos preços melhores, pois não estávamos presos a um único comprador, tínhamos capacidade de negociar. (Entrevista realizada no dia 17/09/2014, Campinas).

FIGURA 9– Caminhão Roll on Roll off, RECICLAMP, 2014.



Fonte: do autor.

O caso da RECICLAMP exemplifica o êxito na articulação entre formação, capacitação e aporte de recursos materiais para estruturação das cooperativas, permitindo perceber as positivities do CATAFORTE e o potencial do PSA na consolidação da viabilidade econômica dos EES de catadores.

A partir da avaliação de desempenho de 14 redes participantes do CATAFORTE II, Nascimento et al. (2016) concluem que o aporte de recursos resultou na ampliação do volume de material comercializado, bem como no incremento da renda dos catadores. De modo geral, os seis indicadores utilizados<sup>112</sup> apresentaram crescimento aproximado de 30%. Os autores atribuem este crescimento ao aumento da eficiência no transporte, proporcionado pelos veículos doados às redes. Mais precisamente, o aumento dos indicadores seria proporcional ao incremento da eficiência logística (2016, p.271).

---

<sup>112</sup> Os indicadores foram: ampliação do volume de coleta, ampliação do volume de processamento, ampliação de comercialização, incremento do faturamento da rede, incremento da renda dos catadores e eficiência no transporte.

Tomando este resultado como referência, a associação entre o desenvolvimento e aplicação do plano logístico com o uso dos veículos cedidos pelo CATAFORTE pode proporcionar à RECICLAMP aumento de 30%, em média, na renda dos catadores. Além disso, garantiu que a rede dispusesse de recursos (qualificação técnica e equipamentos) capazes de posicioná-las vantajosamente em relação à contratação pela prefeitura, para realização da coleta seletiva, com efeito estruturador.

### **5.2.2 As cooperativas de Maceió e o subaproveitamento dos recursos do CATAFORTE**

As cooperativas pesquisadas em Maceió participaram das três edições do CATAFORTE. Na primeira, centrada na organização, formação em autogestão e formalização dos empreendimentos, os cooperados receberam cursos e capacitações, organizados pela ONG IDEAMA, que venceu o edital para executar o CATAFORTE I em Alagoas. O IDEAMA atuou em parceria com a Unitrabalho-UFAL, contando com a participação de uma técnica, que assumiu a gerência do projeto.

As capacitações tiveram início em 2010, com a participação dos cooperados da COOPLUM e COOPREL Serraria, que já estavam constituídas e possuíam galpões equipados. Naquele momento, a COOPREL Benedito Bentes ainda não estava constituída (não possuíam galpão ou maquinários) e os catadores ainda atuavam de forma individual, nos arredores do bairro que deu nome à cooperativa. As ações de formação para este grupo tiveram, assim, outra finalidade, que era a estruturação inicial da cooperativa e da organização coletiva do trabalho. Uma catadora tornou-se agente mobilizador<sup>113</sup>, organizando um grupo de 20 catadores. O processo de constituição da cooperativa foi concluído em 2014 e a formalização no final de 2016. Atualmente, a catadora que atuou como agente mobilizador é a coordenadora desta cooperativa. Desde a primeira edição do CATAFORTE, a Unitrabalho-UFAL atua com estas três cooperativas,

---

<sup>113</sup> O termo “agente mobilizador” foi utilizado no processo de formação da cooperativa, executado no âmbito do CATAFORTE I. Trata-se da escolha de um catador que assume a função de agrupar os catadores avulsos para o embrião do trabalho coletivo, organizando reuniões e dinâmicas de interação em grupo, trazendo os catadores para as capacitações. O agente mobilizador fazia, desta forma, a mediação entre os capacitadores mobilizados nos cursos de formação do CATAFORTE e os catadores, que ainda atuavam nas ruas e “lixões”. Nas cooperativas já constituídas, os coordenadores cumpriam esta função.

complementando-o com recursos de outras fontes, como a FINEP. O galpão da COOPREL Benedito Bentes foi viabilizado com recursos do PAC II, por meio do ministério das cidades e os equipamentos foram adquiridos com recursos do projeto SER + Realizador, da Braskem.

Na segunda edição do CATAFORTE, a ênfase da formação e da estruturação material das cooperativas foi na logística em rede. A Técnica da Unitrabalho-UFAL assumiu a consultoria de logística, indo para São Paulo, participar dos cursos de formação, oferecidos pela Fundação Banco do Brasil. Seguindo o modelo de formação de multiplicadores, ao retornar para Alagoas, replicou a formação que teve, nas cooperativas do Estado. Diferente do que ocorreu na RECICLAMP, que estabeleceu um sistema de logística em rede, as cooperativas de Maceió não conseguiram articular um sistema logístico para recolhimento e comercialização do material reciclável. Neste sentido, o processo de capacitação não alcançou o resultado esperado. Conforme comentado acima, a formação da rede de cooperativas de Maceió tem um caráter mais formal do que concreto. A articulação em rede ocorre nas mobilizações de caráter reivindicatório, a exemplo da que se deu em torno do PSA, mas é nula quanto à produção e comercialização.

O CATAFORTE II garantiu a distribuição de caminhões às redes contempladas no edital, condicionada à participação nos processos de formação direcionados à sua utilização. Segue trecho do edital de chamamento público n.º 001/2012 – FBB/PETROBRAS/BNDES/MTE-SENAES:

6.2. Como contrapartida será exigido também da Proponente o compromisso de participar, nos prazos definidos pelos parceiros, das seguintes atividades, declarado também no item 10, do formulário – Anexo I:

- a) Capacitações: I) Formação dos catadores de materiais recicláveis para atuação em Rede com foco na utilização dos caminhões; e II) Formação dos líderes de catadores de materiais recicláveis para atuação em Rede com foco na utilização dos caminhões.
- b) Assessoria Técnica: I) Para atuação em Rede com foco na utilização dos caminhões.
- c) Seminários: I) Seminário estadual para planejamento e atuação em Rede; e II) Seminário nacional para discussão da estratégia de atuação em Rede.

As cooperativas de Maceió receberam os caminhões do CATAFORTE (três caminhões baú de pequeno porte e um roll on roll off), significando que os cooperados participaram do processo de formação para utilizá-los. Em entrevista (realizada no dia 10/10/2016), a técnica da Unitrabalho-UFAL confirmou o desenvolvimento das atividades. A logística em rede, no entanto, não existe e os

caminhões estão parados no pátio da COOPLUM, desde que foram entregues, em 2015.

Figura 10– Caminhões da Rede de Cooperativas de Maceió, 2016.



Fonte: do autor.



FIGURA 11– Caminhões da Rede de Cooperativas de Maceió, 2016.



Fonte: do autor

A paralização dos caminhões foi justificada pelas coordenadoras da COOPLUM e da COOPREL Serraria em função de atraso no pagamento dos impostos dos veículos (dois anos em atraso). O edital do CATAFORTE II, no entanto, previa recursos para o pagamento do emplacamento e dos impostos relativos ao primeiro ano de uso da frota, conforme o item 5.5.1:

Nas propostas a serem apresentadas no âmbito deste Edital, poderão ser previstas as seguintes despesas:

- a) Aquisição de caminhões equipados com carroceria adequada às atividades de coleta, transporte e comercialização de materiais recicláveis;
- b) seguros dos bens adquiridos, por até 2 (dois) anos;
- c) emplacamento, licenciamento anual e seguro obrigatório referentes ao primeiro ano de vigência do convênio.

Além disso, o edital também previa a contrapartida das cooperativas contempladas com a garantia de dispor de recursos para pagamento dos impostos da frota, no segundo ano de uso, conforme item 6.1:

Será exigido das Cooperativas como contrapartida, o pagamento do licenciamento anual e seguro obrigatório dos veículos coincidente com o ano 2 do Projeto.

6.1.1 A Proponente deverá declarar no item 10, do formulário - Anexo I, que os recursos financeiros, bens ou serviços referentes à contrapartida proposta estão devidamente assegurados.

Nas entrevistas que realizamos, não foi possível identificar as causas técnicas, financeiras ou burocráticas que possam explicar a paralização dos caminhões recebidos. De modo amplo, entendemos que o problema dos recursos aportados e subaproveitados dizem respeito à gestão dos empreendimentos. Da mesma forma, o sucesso observado na REICLAMP deriva de um modelo de gestão capaz de dinamizar positivamente os recursos (materiais, de formação, legais etc.) que emergem com o novo ambiente institucional criado com a Lei de Resíduos Sólidos e os programas federais de fomento ao cooperativismo de catadores, como o CATAFORTE.

A paralização dos veículos cedidos pelo CATAFORTE atinge cerca de 15% das redes contempladas (NASCIMENTO et al., 2016, p. 271), podendo ser considerada um fenômeno residual. De todo modo, no caso por nós pesquisado, teve impacto negativo sobre a renda dos catadores, bem como sobre o reposicionamento dentro da cadeia produtiva de recicláveis, que poderia derivar da apropriação adequada dos cursos de formação e capacitação oferecidos pelo CATAFORTE, bem como pelo maquinário disponibilizado. Como veremos a seguir, a apropriação desse conjunto de recursos modifica o desempenho econômico, que, por sua vez, tem relação com o acesso aos direitos vinculados ao trabalho.

### **5.3 A renda dos catadores da REICLAMP e a possibilidade de superação da pobreza**

Há grande variação na renda dos catadores de materiais recicláveis, que decorre das diferenças nos mercados regionais que absorvem estes materiais. A maior ou menor intensidade regional na atividade industrial de reciclagem é determinante na valoração dos materiais recicláveis, impactando diretamente a renda dos catadores que aí atuam. Mas as diferenças de renda também derivam da eficiência produtiva das cooperativas de catadores (DAMÁSIO, 2010a; 2010b; 2010c). Assim, o tipo de recolhimento do material (se cooperado ou individualizado) e o grau de organização do processo de trabalho dos catadores tem impacto direto na renda destes trabalhadores. O Gênero e a raça também se articulam com a variação de renda<sup>114</sup>.

---

<sup>114</sup> A renda média das catadoras (R\$460,64) é 32% menor do que renda dos catadores (R\$611,10) e a renda dos catadores negros (R\$525,22) é 22% menor do que a dos catadores brancos (R\$ 642,98) (IPEA, 2013).



Apesar destas variações, de um modo geral os catadores de recicláveis são identificados pela pobreza que os atinge, notadamente quando executam o seu trabalho informalmente e de maneira individual. A maioria dos catadores trabalha nestas condições, pois apenas 10% estariam organizados em cooperativas ou associações (IPEA, 2013), o que explica a percepção do catador como um trabalhador no limiar da miséria. Há, no entanto, entre os catadores organizados em cooperativas e associações, cenários diferentes, quando comparados aos catadores que atuam na informalidade.

Segundo Damásio (2010a), em pesquisa realizada no Rio de Janeiro, com 219 catadores, a renda média observada foi de R\$ 519,85<sup>115</sup>. Na região Sul, pesquisa desenvolvida pela UFRGS registrou renda média de R\$418,11 (2010). Em Minas Gerais, Silva (2007) registrou renda média de R\$ 492,02<sup>116</sup>. É importante notar que estas pesquisas dizem respeito a catadores organizados em cooperativas e associações. Em 2010, em pesquisa que realizamos entre 59 catadores que trabalhavam no aterro da cidade de Arapiraca, registramos variação de renda mensal entre R\$ 100,00 e R\$ 400,00. Em 2012, realizamos mais uma pesquisa, desta vez entre 40 catadores de rua da cidade de Arapiraca, cuja renda média registrada foi de R\$250,00 (ANDRADE, 2012).

A observação destes dados deixa entrever que o trabalho organizado de forma coletiva resulta em maior rendimento aos catadores, pois aumenta sua eficiência produtiva (DAMÁSIO, 2010), em função da otimização da força de trabalho, que decorre da administração dos processos e do uso de equipamentos (prensa hidráulica e coleta motorizada, notadamente).

Os dados mais gerais a respeito das rendas médias dos catadores de recicláveis no Brasil, até o momento, parecem ser os agrupados pelo IPEA (2013, 2012) a partir do levantamento feito pelo IBGE, no âmbito do Censo Demográfico de 2010, que registrou 387.910 pessoas que se declararam catadores. Neste cenário, a região Sudeste apresenta a maior renda média (R\$629,89) e a região Nordeste a

---

<sup>115</sup> O valor do salário mínimo, em 2010, era de R\$ 510,00.

<sup>116</sup> O valor do salário mínimo, em 2006, ano de recolhimento dos dados, era de R\$ 350,00.

menor renda média (R\$ 459,34). O rendimento médio mensal para o Brasil foi de R\$571,56<sup>117</sup>.

Estes dados aproximam-se dos resultados apresentados no âmbito da avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas em Empreendimentos Solidários (PRONINC). A renda média dos catadores sob incubação do PRONINC foi de R\$629,80<sup>118</sup>, em 2011.

Em pesquisa de campo, realizada em caráter exploratório na ASMARE<sup>119</sup>, em 2012, observamos rendimento médio de R\$ 832,00, entre os catadores agrupados na Associação.

Em pesquisa de campo realizada em 2014, em Campinas, na RECICLAMP, observamos rendimento médio de R\$ 809,79 (os dados dizem respeito ao ano de 2013 e agrupam os rendimentos médios anuais de aproximadamente 150 catadores que atuam nas 6 cooperativas da rede RECICLAMP.) Os rendimentos médios permitem observar o potencial de geração de renda destes empreendimentos. A menor renda para o ano de 2013 foi de R\$ 24,00, enquanto a maior foi de R\$3.086, 98. As rendas menores são, em geral, decorrentes da rotatividade dos catadores nas cooperativas. Para a RECICLAMP, em 2011, houve rotatividade de 10,01% do total dos cooperados. Os trabalhadores que permanecem pouco tempo na cooperativa recebem proporcionalmente às horas trabalhadas, uma vez que a política de distribuição da receita estabelece o valor da hora de trabalho de acordo com o valor total de recicláveis triados mensalmente.

Se considerarmos somente os maiores rendimentos, a média para o ano de 2013 foi de R\$2.120,71. A média do valor da hora trabalhada para este mesmo ano foi de R\$6,02<sup>120</sup>. Com uma jornada de trabalho de 8 horas diárias, um catador obteria renda mensal de R\$ 1.155,84. Estes dados foram obtidos no sistema de registro e controle da produção e comercialização mensal da RECICLAMP, cedidos por seu presidente. Os valores foram confirmados em entrevistas realizadas em setembro de 2014, entre cooperados da Reciclar (uma das seis cooperativas que

---

<sup>117</sup> O valor do salário mínimo, em 2010, era de R\$510,00.

<sup>118</sup> O valor do salário mínimo, em 2011, era de R\$ 545,00.

<sup>119</sup> Associação de catadores de recicláveis, criada no início dos anos de 1990, na cidade de Belo Horizonte.

<sup>120</sup> Para o ano de 2013 o Decreto nº 7.872 estabeleceu o valor mínimo da hora de trabalho em R\$ 3,06. O valor do salário mínimo, para este ano, foi fixado em R\$ 678,00.

formam a rede REICLAMP). Em uma destas entrevistas, o cooperado declarou receber R\$1.400,00, por seis horas diárias de trabalho. Com o desconto do INSS, o valor final foi de R\$ 1.300,00.

Em entrevista com a coordenadora da cooperativa Antônio da Costa Santos (uma das seis que compõem a rede REICLAMP), valor semelhante foi confirmado. O turno de trabalho nesta cooperativa é de 5 horas e os cooperados retiram entre R\$1.200,00 e R\$1.100,00, já com desconto do INSS.

A observação das cooperativas da rede REICLAMP permite entrever que a organização coletiva do trabalho tem potencial para garantir melhores rendimentos para os catadores. Nos casos aqui mencionados, quase todos acima do valor do salário mínimo (ANDRADE, 2015).

Os resultados alcançados pela REICLAMP decorrem, em grande parte, da superação dos fatores estruturais que, de um modo geral, determinam rendimentos baixos aos EES voltados à recuperação de valor dos recicláveis, conforme indicações de Magera (2005).

Dentre estes fatores, destacamos a dificuldade de venda direta para a Indústria de Recicláveis. A REICLAMP contornou este problema, alcançando volume de produção capaz de garantir negociações de vendas de materiais diretamente às Indústrias de Recicláveis de cada segmento (plástico, papel, alumínio, vidro etc), eliminando atravessadores.

A ampliação do volume de produção decorre, por sua vez, da superação de mais um dos elementos estruturais apontados por Magera, qual seja, a atuação isolada das cooperativas. A articulação em rede entre as seis cooperativas que constituem a REICLAMP potencializa a capacidade de produção, proporcionando a venda em conjunto dos materiais triados e prensados por cada uma das seis cooperativas, resolvendo problemas de logística e de sondagem de preços de mercado. Assim, o escritório da REICLAMP contata os compradores, selecionando os que pagam melhor.

A depender do material, estas operações acontecem a cada lote de venda, quando a REICLAMP barganha com os potenciais compradores os preços dos materiais. Há outros casos de contratos de venda perenes, como o fornecimento

de alguns tipos de papéis para a Suzano Papel e Celulose<sup>121</sup>. O importante a ser registrado é que a articulação da produção e venda do material em rede garante maior poder de barganha no preço do produto, situação substantivamente diferente daquela encontrada em cooperativas que ainda vendem para atravessadores que surgem, na maioria das vezes, como únicos compradores possíveis. Eles recolhem os materiais em quantidades pequenas nas cooperativas, acumulando o suficiente para negociar sua venda com a Indústria de Recicláveis. A articulação em rede garante, justamente, a eliminação deste elo (o atravessador) na cadeia de comercialização, abrindo uma via de negociação direta entre as cooperativas e a Indústria de Recicláveis.

A cooperada que exerce a função de tesoureira na cooperativa Nossa Senhora Aparecida e de coordenadora de logística na cooperativa RECICLAR, ambas componentes da RECICLAMP, tratou destes aspectos no trecho da entrevista, que apresentamos a seguir:

A RECICLAMP é a detentora das vendas das cooperativas associadas. Para isso, foi realizada toda uma pesquisa com os materiais, que tiveram a triagem padronizada até pela ABNT. As cooperativas, antes desta padronização, nem conversavam entre si. Hoje a RECICLAMP fala com todo mundo, existe um grupo gestor que dá direcionamento para as cooperativas, com cronograma de venda, saída de material etc. Foi surgindo assim. A gente tem problemas, como a falta de recursos, mas sempre procuramos profissionalizar essa coisa interna das cooperativas. (Entrevista realizada no dia 15/09/14, Campinas).

A padronização da produção entre as cooperativas da rede implica o cumprimento de procedimentos de triagem e enfardamento dos materiais que elimina qualquer diferença no produto final. Assim, cada cooperativa da rede mantém flexibilidade na organização do processo de trabalho (definição de turnos, composição das equipes, uso de esteira ou mesa para triagem etc.), mas segue a padronização da triagem e do enfardamento do material, que determina peso, volume e conteúdo dos fardos. Quando recolhidos pela logística da rede, para a comercialização, são homogêneos e somente distinguíveis pela etiqueta que recebem antes de sair da cooperativa.

Este procedimento decorre da articulação em rede e garante o seu funcionamento quanto à produção e comercialização dos produtos das cooperativas. Explica, em parte, o sucesso quanto à viabilidade econômica da RECICLAMP.

---

<sup>121</sup> A Suzano Papel e Celulose é parte do Grupo Suzano, organização privada brasileira que existe há 90 anos. O Grupo Suzano Papel e Celulose é o segundo maior produtor de celulose de eucalipto do mundo e o primeiro no mercado de papel da América Latina.

#### 5.4 A renda dos catadores de Maceió e a manutenção da pobreza

A retirada média dos catadores das cooperativas de Maceió é de R\$ 450,00. Dentre as três cooperativas observadas, a maior retirada foi da COOPREL Serraria (R\$550,00), seguida da COOPLUM (R\$450,00). A renda mais baixa era a da COOPREL Benedito Bentes, com R\$350,00. Todas, portanto, abaixo do valor do salário mínimo<sup>122</sup>.

O contexto mais amplo de desenvolvimento das cooperativas de Maceió (entrada em vigor da Lei nº 12.305/2010, aporte de recursos do CATAFORTE e apoio do MNCR) é idêntico ao observado em Campinas, mas com resultados muito distintos. Se os rendimentos superiores ao salário mínimo (em alguns casos o dobro dele) observados na rede REICLAMP podem ser explicados pela superação dos fatores estruturais que limitam a obtenção de renda digna aos catadores, os baixos rendimentos observados entre as cooperativas de Maceió podem ser atribuídos à dificuldade de superação destes mesmos fatores.

A produtividade do trabalho dos catadores da REICLAMP, que foi de 2.840 Kg por cooperado/mês, em 2013, é bem superior à produtividade do trabalho dos cooperados de Maceió, que foi de 1.111Kg por cooperado/mês, em 2016<sup>123</sup>. A articulação em rede contribuiria para a ampliação dos volumes de venda, mas as cooperativas não realizam vendas conjuntas. Ou seja, não funcionam, concretamente, como uma rede, conforme discutimos acima. A formação em rede fica restrita, desta forma, à formalidade, pois não resulta em articulação para a produção e comercialização dos produtos<sup>124</sup>. A única venda em rede é a de

---

<sup>122</sup> O salário mínimo valia R\$880,00, em 2016.

<sup>123</sup> Os dados relativos à produtividade do trabalho dos cooperados da REICLAMP foram colhidos nos relatórios de atividades das cooperativas, elaborado pela própria rede, a partir de um detalhado sistema de controle da produção, que discutiremos no próximo capítulo. Quanto aos dados da rede de cooperativas de Maceió, são muito imprecisos, pois as elas não mantem registro de peso da produção ou venda dos materiais. Desta forma, o cálculo da produtividade se baseou em estimativas “intuitivas” das coordenadoras das cooperativas.

<sup>124</sup> Nesse ponto é importante lembrar que a participação das cooperativas nos editais do CATAFORTE I e II não estava condicionada à formação em rede, mas pressupunha isso como resultado dos recursos recebidos. Por essa razão, a participação no CATAFORTE III estava condicionada à formação em rede. Como as três cooperativas observadas na pesquisa de campo participaram das três etapas do CATAFORTE, é plausível inferir que houve uma indução para a composição da rede, mas que não avançou para além da formalidade burocrática, sem efeitos, portanto, concretos.

embalagens Tetra pak, induzida pela empresa compradora, que recolhe o material nas cooperativas, quando há acúmulo suficiente para completar um caminhão de carga (entrevista com a coordenadora da COOPREL- Benedito Bentes, 25/10/16, Maceió).

Nas entrevistas realizadas, as coordenadoras das cooperativas referiram-se às ações conjuntas da “rede” somente quando o tema dizia respeito à articulação política para reivindicações junto à prefeitura. Nas reuniões com os representantes da esfera pública municipal, elas se apresentam como uma rede, bem como em eventos organizados pela Unitrabalho-UFAL, que reúne anualmente os membros das cooperativas para encontros de formação e discussão das ações da “rede”. Em 27 de outubro de 2016, acompanhamos o “VI Encontro dos catadores e catadoras de material reciclável de Alagoas: estruturação dos empreendimentos de catadores e trabalho decente”, que contou com a presença de um representante da coordenação nacional do MNCR. Nesses momentos, a concepção da rede é fortalecida, com a presença não só das coordenações das cooperativas, mas de todos os membros dos sete empreendimentos que as compõem. A rede, portanto, tem dimensões efetivas de organização e articulação, notadamente em função do trabalho desenvolvido pela UNITRABALHO-UFAL. Com relação à produção e comercialização dos produtos, contudo, ela é nula, resultando na completa desarticulação do planejamento produtivo e dos benefícios que ele poderia trazer em termos de renda para os catadores.

Sem esta articulação, não há qualquer padronização da produção ou compartilhamento de ganhos de produtividade ou avanço na qualidade do produto final das cooperativas. Na COOPLUM, por exemplo, as garrafas PET eram enfardadas com tampa, enquanto na COOPREL Benedito Bentes, as garrafas já são separadas e enfardadas sem tampa, o que aumenta o valor de comercialização. Esta diferença no procedimento impede uma venda casada dos materiais. A ausência de articulação em rede, com finalidade produtiva e comercial, atrasa também o compartilhamento de conhecimentos simples, que poderiam trazer maior valorização ao material reciclável.

A ausência da articulação em rede para venda dos materiais mantém as cooperativas “reféns” dos atravessadores, que praticam preços diferentes na mesma cidade, buscando pagar o menor valor possível. Sem volume suficiente para o fretamento de um caminhão e para a negociação de uma venda diretamente à

Indústria de Recicláveis, as cooperativas de Maceió não tem alternativa, senão vender para os atravessadores, com os quais mantém relação de “fidelidade”, muitas vezes determinada por dívidas<sup>125</sup>. As três cooperativas observadas em Maceió estão envolvidas neste tipo de relação “comercial”, na qual o poder de barganha do vendedor é quase nulo.

A gente sabe que às vezes tem um comprador que vem ali que é fiel a elas, às vezes até empresta [dinheiro]. A gente sabe que tem muito dessa relação. Embora a gente alerte: tem esse outro comprador, que tem um preço melhor! Elas insistem, que seu fulano é amigo, seu fulano nos empresta dinheiro, e aí elas vão se amarrando e a gente precisa respeitar, porque estas negociações ocorrem em um meio muito difícil, tem muita confusão. Tem muito catador que já foi assassinado. Eles mesmos ficam com medo de negociar com outro comprador, mesmo que pague regularmente. Por isso tudo, elas resistem a um novo formato. (Técnica de projetos da Unitrabalho-UFAL, dia 10/10/16, Maceió).

A articulação em rede tem sido reportada como uma via eficaz para o alcance da produção em escala capaz de proporcionar o reposicionamento das cooperativas de catadores na cadeia de recicláveis, tendo as redes CATAUNIDOS (Minas Gerais), CATABAHIA (Bahia) e CATASAMPA (São Paulo) como exemplos (IPEA, 2017, p. 27). Nesta direção, o avanço na cadeia produtiva de recicláveis nem sempre requer aquisição de tecnologia e maquinário para processamentos mais complexos dos recicláveis. Pepinelli (2011) analisa empreendimentos que alcançaram este reposicionamento pelo compartilhamento de conhecimentos que aprimoram o processo de triagem dos materiais, e de tecnologias para a coleta, triagem e prensagem, bem como pela articulação de vendas diretas à Indústria de Recicláveis.

A baixa produtividade e a ausência da articulação em rede, observados em Maceió são parte dos limites estruturais que impedem a produção em escala suficiente para vendas diretas à Indústria de Recicláveis e a consequente eliminação do atravessador no processo de comercialização do material. Neste contexto, os rendimentos dos catadores permanecem baixos, determinando a manutenção da situação de pobreza. Um cenário, portanto, muito distinto daquele que encontramos em Campinas, embora as cooperativas de Maceió também tenham sido contempladas com as mudanças institucionais trazidas pela Lei de Resíduos Sólidos e pelo CATAFORTE.

---

<sup>125</sup> A coordenadora da COOPREL Serraria relatou, em entrevista realizada no dia 01/11/16, que vende os materiais sempre para o mesmo atravessador, há cerca de sete anos. Este comprador adianta valores para a cooperativa, pagos com material reciclável.

Uma forma de lidar, comparativamente, com esta disparidade é localizar estes dois conjuntos de cooperativas no quadro de eficiência produtiva proposto por Damásio (2010d).

#### Graus de eficiência das cooperativas de catadores

Grau de eficiência	Características	Produtividade média
Alta eficiência	Grupos formalmente organizados em associações ou cooperativas, com prensas, balanças, carrinhos e galpões próprios, com capacidade de ampliar suas estruturas físicas e de equipamentos a fim de absorver novos catadores e criar condições para implantar unidades industriais de reciclagem. Detêm um conjunto apreciavelmente elevado de conhecimentos adquiridos, passíveis de difusão e verticalização da produção de materiais recicláveis.	Acima de 1.800 kg por catador/mês.
Média eficiência	Grupos formalmente organizados em associações ou cooperativas, contando com alguns equipamentos, porém precisando de apoio financeiro para a aquisição de outros equipamentos e/ou galpões. Detêm algum conhecimento adquirido, e seriam os beneficiários imediatos da difusão de produtividade do grau anterior.	Entre 1.100 e 1.800 kg por catador/mês.
Baixa eficiência	Grupos ainda em organização, contando com poucos equipamentos, mas precisando de apoio financeiro para a aquisição de quase todos os equipamentos necessários, além de galpões próprios. Detêm pouco capital e necessitam de forte apoio para treinamento e aprendizado de conhecimentos adicionais. Estes grupos, em geral, sequer têm conhecimento dos meios e das fontes para solicitar financiamento e apoio técnico.	Entre 550 e 1.100 kg por catador/mês.
Baixíssima eficiência	Grupos desorganizados – em ruas ou lixões –, que não possuem quaisquer equipamentos, e frequentemente trabalham em condições de extrema precariedade para atravessadores. Baixo nível de conhecimento técnico, excetuando-se aqueles mais básicos referentes à coleta e à seleção de materiais. Necessitam de apoio financeiro para a montagem completa da infraestrutura de edificações e de equipamentos, para o aperfeiçoamento técnico e a organização de suas cooperativas.	Abaixo de 550 kg por catador/mês.

Fonte: Damásio, 2010.

As cooperativas da REICLAMP estão localizadas no grau de alta eficiência, com 2.840 Kg por cooperado/mês, enquanto as cooperativas de Maceió estão localizadas entre os graus de eficiência média e baixa, com 1.111 Kg por cooperado/mês. A diferença no grau de eficiência, contudo, não é o único fator ao qual se pode atribuir as distâncias observadas entre os rendimentos dos catadores, pois a dinâmica do mercado local de recicláveis também participa da determinação dos preços dos produtos. Por isso, não seria possível afirmar que a equiparação entre graus de eficiência resultaria na equiparação das rendas. Mas, na hipótese de que as cooperativas de Maceió alcançassem o mesmo grau de eficiência produtiva verificado nas cooperativas de Campinas, que é cerca de duas vezes e meia maior, teríamos um ganho de renda capaz de elevar a média das retiradas destas cooperativas para um patamar superior ao salário mínimo<sup>126</sup>. A média das retiradas das cooperativas de Maceió que era de R\$450,00, em 2016, aumentaria para R\$1.125,00,

<sup>126</sup> Em 2016, o salário mínimo valia R\$880,00.



mesmo que os preços dos recicláveis se mantivessem inalterados.

Este exercício hipotético ajuda a perceber a importância da produtividade no alcance da sustentabilidade econômica. O acesso à recursos financeiros, maquinários e capacitação, contudo não gerou os mesmos resultados, nos dois casos estudados. Isso indica que a gestão dos recursos disponíveis (incluindo a gestão do trabalho) cumpre papel igualmente determinante.

### **5.5 O impacto do desempenho econômico sobre o acesso aos direitos vinculados ao trabalho**

A Lei nº 12.690/2012 regulamenta o acesso aos direitos vinculados ao trabalho nas cooperativas, estabelecendo retiradas não inferiores ao salário mínimo ou ao piso da categoria, quando houver; jornada diária de até oito horas e de até 44 horas semanais; repouso semanal e anual remunerados; adicional noturno e de insalubridade e seguro por acidente de trabalho (LIMA, 2015, p.74). O MNCR, no entanto, solicitou a exclusão das cooperativas de catadores do alcance da lei, por compreender que ela trazia mais dificuldades aos EES do que, propriamente, vantagens. Para o MNCR grande parte das cooperativas não seria capaz de cumprir as determinações da lei, notadamente com relação às retiradas não inferiores ao valor salário mínimo (IPEA, 2013b, p. 281). O posicionamento do MNCR expressa a distância entre o trabalho realizado nas cooperativas e o ideal de superação da sua precariedade. Neste contexto, é preciso considerar a singularidade do cenário observado na REICLAMP, que, se, por um lado, não pode ser generalizado, por outro, aponta o potencial que as cooperativas guardam quanto à garantia de acesso aos direitos vinculados ao trabalho para os catadores de recicláveis.

Além das retiradas acima do salário mínimo, a REICLAMP garante aos cooperados férias remuneradas e, ao final do ano, valores equivalentes ao 13º salário. O recolhimento do INSS também é um aspecto positivo, pois constitui acesso básico à seguridade social. Ao ser questionada sobre a obrigatoriedade do recolhimento do INSS para os cooperados da São Bernardo (uma das seis cooperativas que compõem a REICLAMP), a coordenadora exemplificou a importância dele.

É obrigado! Agora mais do que nunca. Eu tenho 5 casos aqui. Primeiro foi a Vanize, que sofreu um AVC. Acho que já aposentou. Depois foi a Rosângela, que tinha uma dor de cabeça horrível e tinha um tumor atrás da vista. Ela aposentou pela cooperativa. Tem a Laura, que tem diabetes e o diabetes dela atacou o fígado, ela então se afastou também. Tem o seu

Nilson, que caiu e tá afastado. Tem o João que deu um enfarto nele e também tá afastado. E se não tivesse o INSS como é que ia fazer? (Entrevista realizada em 10/09/2014, Campinas)

Este conjunto de benefícios, associados aos rendimentos compatíveis ou mesmo acima da média do mercado de trabalho, para atividades semelhantes, torna o trabalho nas cooperativas da rede REICLAMP atrativo e aponta para a possibilidade de relativização das afirmações de Lima (2015) e de Burgos (2014), segundo as quais o trabalho com a reciclagem seria resultado da falta de alternativas melhores.

A coordenadora da cooperativa Antônio da Costa Santos (uma das seis que compõem a REICLAMP), reforça, na sua fala, o conforto relativo que o valor da hora trabalhada garante ao cooperado:

Poucas pessoas estão fazendo horas a mais. Nas empresas, é hora extra, na cooperativa são horas a mais... O recurso às horas a mais é reduzido. A renda não tá tão ruim, então a turma está querendo trabalhar só um turno mesmo. (Entrevista realizada no dia 16/09/2014, Campinas).

O cooperado expressa, de maneira positiva, a avaliação da sua renda, comparando-a com a renda obtida na mesma atividade, fora da cooperativa:

A grana melhorou bastante e tem que melhorar mais, progredir mais. A gente não pode parar no tempo, a gente tem que ir progredindo. Tem hora que a gente fala na reunião: 'Só deu isso? Baixou? Por que baixou?' Alguma coisa aconteceu, a gente tem que ver o que aconteceu e melhorar. Vamos diminuir as horas, vamos melhorar na triagem, vamos melhorar nos fardos. Pra você ter uma ideia, hoje eu sou empilhadeira. Um empilhadeira ganha em torno de R\$2.500,00. Eu ganho o mesmo que eles ganham, se for ver. (Entrevista realizada no dia 09/09/2014, Campinas).

Ao comentar a contratação da cooperativa Antônio da Costa Santos (uma das seis que compõem a REICLAMP), pela prefeitura, para prestação de serviço de coleta seletiva, o presidente da REICLAMP destacou o potencial de crescimento da rede, chamando atenção para a atratividade que o trabalho na cooperativa exerce na região:

Essa cooperativa é o eixo da coleta seletiva, ela está situada em um lugar onde você tem grande oferta de mão-de-obra e mão-de-obra de pai e mãe de família. Não é uma muleta, são pessoas decentes, pessoas que veem aqui uma oportunidade. A cooperativa tem um ganho equiparado ao da Pirelli, que é uma multinacional. A cooperativa tem férias, tem um fundo natalino que pode ser equiparado ao décimo terceiro e recolhe INSS. Com tudo isso ainda tem uma renda mensal de R\$1.200,00 em média. Tem pessoas aqui que tiram R\$2.000,00 por mês. (Entrevista realizada no dia 25/09/2014, Campinas).

Ainda tratando das perspectivas de melhoria da qualidade do trabalho, abertas com a contratação da cooperativa Antônio da Costa Santos pela prefeitura

de Campinas, o diretor da CRCA<sup>127</sup>, descreve as vantagens da recém-criada REICLAMP Logística, comparada com a RENOVA, empresa que atualmente cuida da maior parte da coleta de lixo em Campinas:

Nós montamos uma equipe exclusiva. Hoje a REICLAMP tem um grupo de cooperados que só trabalha com a coleta e para manter isso nós damos uma remuneração diferenciada. O coletor ganhar R\$ 1.555,00 e, além disso, a gente trouxe alguma coisa da Lei nº 12.690. Ele recebe a alimentação, transporte, descanso anual remunerado e o abono anual. Um conjunto de benefícios adicionados à remuneração. Na RENOVA há a carteira assinada, mas aqui a remuneração é maior. Nesse lugar onde a REICLAMP faz a coleta, a DECAN antes fazia em 4 horas na semana, 2 horas a cada dois dias. Nós fazemos em 4 dias, 4 horas por dia. O trabalho é ineficiente? Não, nosso trabalhador tem outro ritmo de trabalho, outra proposta. Ele faz a discussão com o morador, quando é necessário. Passa realmente em todas as ruas. (Entrevista realizada no dia 25/09/2014, Campinas).

Em resumo, a sustentabilidade econômica alcançada pela rede REICLAMP garante, além da renda, acesso aos direitos vinculados ao trabalho, pelo menos dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei nº 12.690/2012. Cada cooperativa da rede acumula recursos que funcionam como capital de giro, capital de investimento<sup>128</sup> e como fundo para pagamento de “gratificações” no final de cada ano<sup>129</sup>. O conforto econômico das cooperativas garante ainda maior equilíbrio na negociação de preços, pois elas podem optar por não vender determinado material, quando a cotação está muito baixa. Era o que ocorria com o papelão, quando realizamos nossa visita em setembro de 2014. As cooperativas da rede estavam acumulando o material, para aguardar a subida de preço. Esta estratégia era possível em função de formação de fundos que garantiam a manutenção das retiradas e demais coberturas (INSS, descanso remunerado etc.) mesmo em momentos de menor aquecimento do mercado de recicláveis ou de determinado produto. Situação muito diferente da que encontramos em Maceió.

Nenhuma das três cooperativas observadas em Maceió separava recursos para composição de fundos de qualquer espécie. Todo dinheiro derivado das vendas dos materiais (mensais) era distribuído entre os cooperados. Com

---

<sup>127</sup> O Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo (CRCA) é uma ONG fomentada pela Caritas Arquidiocesana, em Campinas. Ela atua na incubação e assessoramento de empreendimentos solidários e de economia popular e deu suporte na formação da rede REICLAMP.

<sup>128</sup> Como exemplo, verificamos na cooperativa Antônio da Costa Santos, a compra de uma empilhadeira, com recursos próprios, no valor aproximado de R\$65.000,00.

<sup>129</sup> Acumulado na forma monetária ou em material reciclável, geralmente fardos de latas de alumínio, guardados no decorrer do ano. O alumínio é o material reciclável com maior valor no mercado e os fardos tem a melhor relação peso/volume, favorecendo a armazenagem.

retiradas muito baixas, como vimos acima, as cooperativas não realizavam o pagamento do INSS dos seus cooperados, nem reservavam recursos para pagamento dos descansos semanal e anual. A situação era de total descapitalização, o que as forçava a vender todo o material triado a preço determinado pelos atravessadores. Neste cenário, o acesso aos direitos vinculados ao trabalho é inexistente.

Dentre os 54 cooperados entrevistados apenas 2 pagavam o INSS, pois passaram por empregos formalizados e mantinham a contribuição para garantir a aposentadoria<sup>130</sup>. Os demais nunca exerceram trabalho formal ou tiveram passagens muito breves por ele, o que não garante acesso aos benefícios.

Nesta condição, os cooperados expressaram preferência por um emprego formal. Quando questionados se trocariam o trabalho na cooperativa por um trabalho fora dela, mas com carteira assinada, ainda que o rendimento fosse o mesmo, 68% afirmaram preferir o trabalho fora da cooperativa. Neste caso, o trabalho de catação só é exercido por aqueles que não tem escolha, corroborando a afirmação de Lima, segundo a qual “pode-se dizer só se submete a estas atividades quem não tem nenhuma outra opção de renda, ou seja, é uma alternativa para quem não tem outra alternativa” (2015, p.331).

Sem cobertura da previdência social e sem recursos próprios para cobrir absenteísmos, a ausência no trabalho por adoecimento acarreta a perda do rendimento, lançando o cooperado, que já trabalha no limite da sobrevivência, em total desamparo. Em função disso, não são raros os casos de trabalhadores que extrapolam os limites físicos, comparecendo ao trabalho em situações de fragilidade. As cooperativas de Maceió cobrem até um dia de ausência do cooperado, descontando da retirada dele as demais.

A atividade do catador o expõe, simultaneamente, a riscos de naturezas diversas (químicos, biológicos, físicos e ergonômicos), podendo desencadear disfunções severas que requerem afastamento do trabalho para recuperação (GUTBERLET, 2016). Ao não recolherem as contribuições ao INSS, nem formarem fundos próprios, os catadores de Maceió não contam com qualquer proteção contra adoecimento.

---

<sup>130</sup> Tratam-se de duas cooperadas da COOPREL Benedito Bentes, uma delas trabalhou por 28 anos e a outra por 25, com carteira assinada. Encontramos mais duas cooperadas com passagens por emprego com carteira assinada, uma por 13 anos e outra por 12 anos, mas ambas não contribuíam com o INSS.

A contratação das cooperativas de Maceió, pela prefeitura, para realização da coleta seletiva, poderia alterar este quadro<sup>131</sup>, pois proporcionaria maior capitalização, além de criar a obrigatoriedade de recolhimento da contribuição ao INSS para todos os cooperados, garantindo acesso a parte dos direitos vinculados ao trabalho. A contratação das cooperativas pelas prefeituras é uma das reivindicações do MNCR (2016), por significar o reconhecimento formal dos empreendimentos de catadores e a possibilidade de posicionamento mais vantajoso no circuito dos recicláveis.

## **5.6 As possibilidades de consolidação da sustentabilidade econômica das cooperativas**

A possibilidade de contratação das cooperativas de catadores para realização da coleta seletiva, pelas prefeituras, aberta pela Lei nº 11.445/2007<sup>132</sup>, foi consolidada pela Lei nº 12.305/2010<sup>133</sup>, tornando obrigatório o estabelecimento dos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos (PMGIRS), que deve contemplar a coleta seletiva e o incentivo à reciclagem, priorizando a integração das cooperativas de catadores<sup>134</sup>. Ela também estabelece como instrumento de viabilização dos PMGIRS “o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2010)<sup>135</sup>. Desta forma, a Lei dos Resíduos Sólidos incorpora parte das reivindicações do MNCR, que participou ativamente da sua formulação e discussão no Congresso Nacional (MNCR, 2012).

É neste contexto que a proposta de Pagamento por Serviço Ambiental (PSA) às cooperativas de catadores constitui um elemento a ser destacado na

---

<sup>131</sup> Quando da realização da pesquisa de campo, a contratação estava em discussão, com previsão de efetivação no início de 2017.

<sup>132</sup> Esta lei determinou tratamento diferenciado para as cooperativas de catadores, dispensando-as de processo licitatório para contratação.

<sup>133</sup> Nesta direção, é pertinente destacar o Decreto nº 7.405/2010, que institui o programa Pró-Catador, cuja finalidade é integrar as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e fomento da organização coletiva do trabalho dos catadores. Em seu artigo 79, define o acesso dos municípios a fundos federais para “implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda”

<sup>134</sup> Ver Artigo 7º, inciso XII da Lei nº.12.305/2010.

<sup>135</sup> Artigo 8º, inciso IV.

observação do trabalho do catador de recicláveis. O PSA teria impacto na renda dos catadores de recicláveis organizados coletivamente e devidamente incorporados aos planos municipais de gestão de resíduos sólidos. Em síntese, a ideia que fundamenta o PSA é a seguinte: o recolhimento de materiais recicláveis pelas cooperativas de catadores constitui atividade ambientalmente importante, que reduz o volume de resíduos sólidos que chega aos aterros sanitários, reduzindo, por consequência, os custos municipais com a gestão destes. Esta ideia é reforçada pelo processo de fechamento dos “lixões” e abertura obrigatória de aterros sanitários nas cidades, também previstos na Lei nº 12.305/2010, pois se configura a tendência de terceirização deste serviço, cujo pagamento será equivalente ao volume de material destinado aos aterros sanitários. Desta forma, quanto menos material chegar ao aterro, menor será o custo municipal com os seus resíduos sólidos. Os defensores do PSA argumentam, então, que é justo pagar às cooperativas e associações de catadores parte do valor que elas economizaram aos cofres municipais, na forma de serviço ambiental. É neste sentido que o trabalho dos catadores cumpre a função de um serviço público a ser pago.

Minas Gerais foi o Estado pioneiro na implantação de um sistema de PSA às cooperativas de catadores. Em Belo Horizonte, observamos o pagamento, à ASMARE, da Bolsa Reciclagem<sup>136</sup>. O valor transferido é proporcional ao volume e ao tipo de material reciclável recolhido pela ASMARE, caracterizando o pagamento por um serviço prestado.

Em Londrina, a prefeitura estabeleceu contratos com as associações e cooperativas de catadores para a coleta seletiva, em parceria com a empresa terceirizada para a coleta regular (BESEN, 2006, apud IPEA 2012, p. 53). Neste caso, a prefeitura também estabeleceu correspondência entre o valor pago às cooperativas e a tonelagem recolhida em materiais recicláveis.

Em Diadema (São Paulo), a prefeitura estabeleceu parceria com a Associação de Catadores Pacto Ambiental. O valor repassado à associação

---

<sup>136</sup> O Decreto nº 45.975/2012, que regulamenta a Bolsa, institui uma forma de pagamento por serviços ambientais prestados por cooperativas e associações de catadores. Este caráter da Bolsa Reciclagem fica claro no capítulo IV do Decreto, que vincula o pagamento à produtividade das cooperativas inscritas no programa. Ou seja, o pagamento ocorre mediante a comprovação da quantidade e do valor do material recolhido e comercializado pelas cooperativas cadastradas, correspondendo ao coeficiente de produtividade alcançado. Assim, o valor pago é proporcional ao serviço prestado, na forma de recolhimento dos resíduos sólidos recicláveis.

corresponde ao volume recolhido na coleta seletiva, administrada e executada pelos “catadores”, em sistema motorizado.

Em dezembro de 2015, foi aprovado, no Estado do Rio de Janeiro, o Projeto de Lei nº 2867/2014 (RIO DE JANEIRO, 2016), do então deputado estadual Carlos Minc, instituindo o Programa Estadual de Pagamentos por Serviços Ambientais de Reciclagem (PSAR) às cooperativas e associações de catadores. A Lei segue a tendência de pagar os serviços prestados com base no peso recolhido e triado.

Ainda não há um padrão estabelecido de PSA às associações e cooperativas, nem um modelo único para estabelecer o valor que será repassado ou como ele será calculado, sendo possível visualizar apenas tendências. Dentre elas, destaca-se a dificuldade da pactuação dos contratos entre as prefeituras e as cooperativas, o que tem demandado articulação política das representações locais e nacionais (notadamente do MNCR) dos catadores. Além das dificuldades técnicas e burocráticas, os contratos de coleta seletiva com as prefeituras são disputados por empresas privadas, com recursos financeiros e políticos capazes de sobrepor seus interesses às determinações da Lei de Resíduos Sólidos.

### **5.6.1 A contratação piloto de uma cooperativa da REICLAMP e a ampliação dos ganhos com os recicláveis**

Os processos de contratações municipais das cooperativas para prestação de serviços ocorrem, quase invariavelmente, sob pressão dos catadores. A contratação da REICLAMP decorreu de um longo processo de negociação/reivindicação, via câmara municipal. O coordenador da REICLAMP, nos relatou um pouco do processo de reivindicações que resultou na contratação:

Em primeiro lugar, houve um amadurecimento político das nossas cooperativas. Nós começamos a frequentar os ambientes políticos, em busca dos nossos direitos, organizadamente. Toda vez que tem uma demanda política, que tem relação com algum interesse nosso, nós estamos lá. Nós começamos a exigir a contratação das cooperativas. E a Lei de Recicláveis teve importância nisso tudo, pois veio fortalecer os nossos argumentos. Quando saiu a lei, aí fortaleceu totalmente o nosso argumento e a gente começou a se mobilizar e não teve outro jeito. Mas foram dois anos, tivemos uma participação muito grande da sociedade civil. Dois anos vai e vem e a gente ajustando e não teve mais nenhum inconveniente. O nosso contrato saiu e é um contrato de prestação de serviço. Não tem nada de assistencialismo embutido. Prestamos o serviço, ele é medido e ele é pago. Tem uma inovação importante que é o reconhecimento de que a triagem é um serviço prestado. (Entrevista realizada em 16/09/2014, Campinas).

A contratação da REICLAMP pela prefeitura de Campinas está condicionada à capacidade de prestação de serviço<sup>137</sup>, por parte da rede, alicerçada em um patamar de produção mensalmente informado à administração municipal, por meio das notas fiscais de venda dos recicláveis. Ou seja, a rede recebe o equivalente ao que foi efetivamente comercializado. Mas a contratação deriva também da articulação política dos catadores, que encontraram respaldo na Lei dos Resíduos Sólidos. Trata-se, portanto, de um resultado que coaduna os planos técnico-econômico e político-legal.

Em 2012, momento em que realizamos a primeira pesquisa de campo em Campinas, a prefeitura e a REICLAMP discutiam o pagamento às cooperativas de um valor correspondente ao material por elas coletado. Em 2014, em uma segunda inserção em campo, observamos a primeira experiência realizada na cidade, com a contratação da cooperativa Antônio da Costa Santos. Trata-se de um contrato de prestação de serviços, no qual a prefeitura paga pela coleta e triagem de material reciclável. A partir desta experiência piloto, pretende-se expandir o modelo de contrato para as demais cooperativas da rede.

As seis cooperativas agrupadas pela REICLAMP “evitaram” que aproximadamente 4.000 toneladas de materiais chegassem ao aterro, no ano de 2014, em uma média mensal de 393.490 kg de recolhimento de materiais recicláveis. Como o pagamento por este tipo de serviço ainda não foi consolidado no país, não é possível precisar o valor que o trabalho dos catadores economizou à prefeitura de Campinas, mas segundo estudo realizado pelo IPEA (2010, p.21), para balizar o PSA às cooperativas de catadores, é possível estabelecer um parâmetro, ainda que impreciso, para esta avaliação. Em 2007, o valor médio para destinação dos resíduos sólidos aos aterros sanitários, estipulado a partir de pesquisa realizada entre 30 municípios, era de R\$22,64 por tonelada. Desta forma, o recolhimento do material reciclável realizado pelos catadores organizados na REICLAMP, em 2014, equivaleria a uma economia de R\$ 90.560,00<sup>138</sup>, à prefeitura da cidade.

---

<sup>137</sup> O contrato foi estabelecido em janeiro de 2014.

<sup>138</sup> É importante lembrar que o custo da tonelada destinada ao aterro refere-se ao ano de 2007 e uma atualização resultaria em uma economia ainda maior para a prefeitura de Campinas. Além disso, técnicos da prefeitura estimam que as seis cooperativas em atuação na cidade recolhem apenas 2% de todo material reciclável presente nos resíduos pós-consumo da cidade. Assim, há ainda uma ampla margem de ampliação das atividades de recolhimento do material reciclável na cidade, que teria impacto significativo nos custos de gestão de resíduos sólidos do município.



Apesar da positividade econômica do contrato para a prefeitura e da comprovada capacidade de prestação do serviço, o processo de contratação se deu sob conflito, demandando atenção constante dos catadores, enquanto movimento social que reivindica direitos. Se, por um lado, a determinação do valor pago às cooperativas depende de uma avaliação objetiva e técnica do serviço que prestam ao município, por outro, o fator político tem igual peso na definição dos termos dos contratos. Afinal, como explicar a diferença dos valores pagos à empresa RENOVA e à REICLAMP, já que executam o mesmo serviço na cidade de Campinas? O contrato firmado entre a prefeitura e a REICLAMP determina o pagamento de R\$ 301,62 por tonelada coletada, enquanto paga R\$ 462,00, por tonelada, para a RENOVA.

Em síntese, a efetivação do PSA envolve um conjunto bastante complexo de variáveis técnicas relativas à produtividade das cooperativas de catadores, bem como à forma de avaliar os custos da coleta seletiva e as possíveis economias que derivariam da implementação de sistemas integrais de coleta e reciclagem dos materiais (IPEA, 2010). Além das variáveis técnicas, a dimensão política tem igual importância, na definição da origem dos recursos e dos valores que serão pagos. Afinal, transcorreram nove anos entre as primeiras negociações, iniciadas em 2005, e a efetivação do contrato, em janeiro de 2014, demandando articulação política das cooperativas da rede.

O uso dos recursos do PSA pela REICLAMP estava em discussão, quando realizamos a segunda inserção e campo. A proposta da coordenação do CRCA, que abriga a REICLAMP, era investir na estruturação dos galpões, que ainda não contavam com sistemas de controle de incêndio, e ampliar a frota, para consolidar o setor de logística recém-criado. Em um primeiro momento, portanto, o PSA não incrementaria, diretamente, a renda dos cooperados. Depois deste investimento inicial e da ampliação da logística de rede, era esperado o fortalecimento econômico das cooperativas e, com isso, a integração dos ganhos nas retiradas dos cooperados (entrevista com coordenador da REICLAMP, no dia 16/09/2014, Campinas). Como não pudemos verificar isso em nossa pesquisa de campo, resta inferir que o reconhecimento trazido pelo contrato e o pagamento pelo serviço prestado apresentam potencial para ampliação da renda dos catadores da rede REICLAMP, pois adiciona à remuneração do trabalho de triagem e comercialização a remuneração pelo trabalho da coleta seletiva. Em síntese, as

cooperativas da rede passarão a ganhar tanto pela comercialização, quanto pela coleta seletiva dos recicláveis.

### 5.6.2 A contratação das cooperativas de Maceió

O critério estabelecido pela prefeitura para realizar o PSA às cooperativas de Maceió é a cobertura da coleta seletiva, sendo R\$10,00 por cada casa atendida. Há, no entanto, um valor máximo a ser pago para cada uma delas, que é de R\$40.000,00. Assim, mesmo que a cooperativa atenda a mais de 4.000 casas, receberá apenas o valor estabelecido em contrato. Não há, desta forma, uma correspondência entre o serviço efetivamente prestado e o seu pagamento<sup>139</sup>.

O estabelecimento do valor a ser pago não derivou de estudos prévios que buscassem estabelecer a correspondência entre o serviço prestado e a sua precificação, mas de uma contingência. Havia um edital divulgado pela prefeitura, para contratação de empresa, que realizaria a coleta seletiva, no valor de R\$160.000,00. Este edital foi questionado pelas cooperativas de catadores de Maceió, que alegaram o descumprimento da Lei nº 12.305/2010<sup>140</sup>, notadamente quanto à priorização da incorporação das cooperativas populares na gestão dos resíduos sólidos municipais. Elas alegaram também que o edital de licitação era impeditivo para a participação na concorrência<sup>141</sup>. As reivindicações das cooperativas resultaram no cancelamento do edital e na sua reformulação, que passou a prever a divisão do valor inicial entre as quatro cooperativas existentes na cidade (entrevista com a técnica da Unitrabalho-UFAL, 10/10/16, Maceió)<sup>142</sup>.

---

<sup>139</sup> A coordenadora da COOPREL Benedito Bentes relatou que a coleta seletiva que abastece a cooperativa cobre mais de 20.000 casas (entrevista dia 25/10/2016). Ou seja, para manter o mesmo nível de produção, terão que realizar cobertura equivalente.

<sup>140</sup> Artigo 36, Inciso VI, parágrafo primeiro: “Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos **priorizará** [grifo nosso] a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

<sup>141</sup> A Lei nº 12.305/2010 dispensa as cooperativas de catadores neste tipo de contratação. Conforme o parágrafo segundo do artigo 36, “a contratação prevista no § 1º é dispensável de licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993”.

<sup>142</sup> A contestação do edital bem como a sua reformulação ocorreram no âmbito da Superintendência de Limpeza Urbana de Maceió (Slum), envolvendo representantes das quatro cooperativas da cidade, representantes de ONGs, que acompanham estas cooperativas e a Unitrabalho-UFAL.

Com a discussão da revisão do edital em curso, surgiram rumores de que empresários estariam organizando cooperativas de fachada para participar da licitação. Por esta razão, nos relatou a técnica da Unitrabalho-UFAL (entrevista no dia 10/10/2016, Maceió), foi solicitada a inclusão da obrigatoriedade de apresentação de declaração que ateste a constituição da cooperativa por catadores; declaração do conselho municipal de Economia Solidária, atestando o caráter popular do empreendimento e o registro no Cadsol (Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários)<sup>143</sup>. Estas sugestões, dentre outras, foram incorporadas ao texto final do edital, que seria reaberto após as eleições de 2016<sup>144</sup>. A previsão de contratação das cooperativas era março de 2017. Neste intervalo de tempo, elas deveriam preparar a documentação necessária para apresentar à SLUM. Dentre estes documentos, deveria constar o planejamento orçamentário da coleta seletiva que seria realizado pelas cooperativas, incluindo os custos com combustível, motorista, manutenção dos caminhões, contratação de profissionais para auxiliar na gestão da logística e dos fluxos de caixa etc. Neste ponto, as cooperativas expressam preocupação com a contratação pela prefeitura, pois tem receio de que os recursos previstos não sejam suficientes para arcar com as despesas e ainda remunerar o trabalho dos catadores.

A gente não assinou o contrato ainda, por causa da eleição, mas a prefeitura quer nos contratar pelo serviço que a gente faz. Só que eles querem pagar um valor muito baixo pelo trabalho que a gente faz e querem tirar os caminhões que eles cedem pra gente, e a gente vai ter que contratar várias pessoas para estar aqui dentro, porque teremos que ter um engenheiro ambiental, um contador, uma assistente social, um médico ou um psiquiatra, que acompanhe os catadores. Eu acho que não teremos condição de arcar com tudo isso, com o valor que eles vão nos pagar. Teremos ainda o custo de combustível, motorista etc. (Coordenadora da COOPREL Benedito Bentes, entrevistada no dia 25/10/2016, Maceió).

Atualmente, a prefeitura realiza a coleta seletiva com empresa terceirizada e entrega o material reciclável sem custo para as cooperativas. Com a contratação, cada cooperativa passará a realizar sua própria coleta e os apoios que

---

<sup>143</sup> O Cadsol é mantido pelo Ministério do Trabalho, mais especificamente sob os cuidados da SENAES. O registro ocorre mediante preenchimento de formulário e posterior análise do empreendimento. Se for aprovado, o EES recebe documento de cadastro, que garante o reconhecimento público dos negócios e permite o acesso às políticas e programas públicos de crédito e de fomento à Economia Solidária.

<sup>144</sup> Realizamos a pesquisa de campo em Maceió nos meses de outubro e novembro de 2016, véspera das eleições municipais.

prefeitura oferece serão suspensos<sup>145</sup>. Por esta razão, a coordenadora da COOPREL Serraria tem uma percepção não muito positiva da contratação: “Por um lado, a contratação será boa, mas, por outro, não. Porque a prefeitura irá exigir cumprimento de horário de trabalho no galpão. Se recolhermos muito refugo, será descontado do valor a ser pago. E vão retirar os apoios que temos hoje” (Entrevista dia 24/10/2016, Maceió).

No período de realização da nossa pesquisa de campo, não foi possível verificar o impacto do PSA na renda dos catadores das cooperativas de Maceió. Embora as perspectivas não fossem as mais otimistas, o processo incorporou boa parte das reivindicações das cooperativas, no sentido de tornar a contratação favorável aos catadores. Se o resultado não foi totalmente positivo, pelo menos correspondeu à reivindicação principal de possibilitar a inserção das cooperativas em um sistema de PSA municipal. A articulação política fez avançar a visibilidade das cooperativas, reconhecendo-as como atores no planejamento municipal da gestão dos seus resíduos sólidos recicláveis.

Apesar de serem experiências distintas quanto ao impacto dos recursos do CATAFORTE, apresentam um elemento comum: a mobilização política como marca do processo que resultou na contratação pela prefeitura. Nesta direção, é necessário pontuar que o efeito apassivador, apontado por Barbosa (2007, p. 39) e por Burgos (2014, p.98) quanto à organização do trabalho nos moldes da Economia Solidária (para Barbosa) ou do cooperativismo de catadores (para Burgos) não implica o abandono da luta política. Nos casos observados, não houve negligência com a luta política, considerando a mobilização para o cumprimento daquilo que os catadores reconhecem como direito. Em termos mais amplos, desde que foi criado, em 2001, o MNCR vem atuando na formulação de políticas públicas, programas e legislações atinentes às demandas dos catadores, constituindo um movimento social ativo (MNCR, 2012, 2017c), com pautas de reivindicações claras: valorização dos catadores, por meio da inclusão nos planos municipais de gestão de resíduos sólidos, com o pagamento pelos serviços de coleta, triagem e comercialização dos materiais recicláveis; inclusão nos sistemas de logística reversa de embalagens recicláveis; efetivação do Programa Nacional de Investimentos na Reciclagem Popular (PRONAREP), com vistas ao avanço na cadeia produtiva dos recicláveis;

---

<sup>145</sup> O aluguel do galpão da COOPREL Serraria, por exemplo, é mantido pela prefeitura, bem como os custos com água e luz do galpão da COOPREL Benedito Bentes.

fechamento dos “lixões”, com criação de cooperativas para amparar os catadores e o fim da incineração como modelo de gestão dos resíduos sólidos (MNCR, 2017b).

Os conflitos que surgiram em torno do acordo setorial para logística reversa das embalagens assemelham-se, em termos mais amplos, aos conflitos que as cooperativas e redes de cooperativas de catadores vivenciam no âmbito municipal, exemplificando a manutenção da luta política pela organização nacional dos catadores. O acordo setorial para logística reversa das embalagens visa cumprir parte das determinações da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (12.305/2010), que prediz a responsabilização dos setores industrial e de comércio pela destinação adequada das embalagens, que devem ser produzidas prevendo o processo de reciclagem<sup>146</sup>. A pactuação do acordo ocorreu em novembro de 2015, envolvendo um amplo conjunto de associações representantes de empresas dos mais diversos setores produtivos (20 ao todo), de um lado, e associações representantes dos produtores de embalagens, por outro, bem como ONGs, Institutos de natureza privada (CEMPRE, por exemplo) e o MNCR, representado pela Associação Nacional dos Carroceiros e Catadores de Materiais recicláveis (ANCAT)<sup>147</sup>. O acordo prevê a priorização das cooperativas de catadores, na operacionalização dos sistemas logísticos reversos, proporcionando às redes de cooperativas acesso à recursos financeiros e de formação, para ampliarem sua capacidade produtiva e de recolhimento do material<sup>148</sup>. A posição ocupada pelas cooperativas de catadores no acordo setorial deriva da incorporação das reivindicações do MNCR na elaboração

---

<sup>146</sup> O artigo 32 da Lei nº 12.305/2010 define que “as embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.

§ 1º Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:

I - restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

II - projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contêm;

III - recicladas, se a reutilização não for possível.

§ 2º O regulamento disporá sobre os casos em que, por razões de ordem técnica ou econômica, não seja viável a aplicação do disposto no **caput**.

§ 3º É responsável pelo atendimento do disposto neste artigo todo aquele que:

I - manufatura embalagens ou fornece materiais para a fabricação de embalagens;

II - coloca em circulação embalagens, materiais para a fabricação de embalagens ou produtos embalados, em qualquer fase da cadeia de comércio”.

<sup>147</sup> A ANCAT é uma versão jurídica do MNCR, que permite a participação no acordo setorial, uma vez que enquanto movimento social não poderia assiná-lo.

<sup>148</sup> O termo “catadores” aparece 16 vezes no texto do acordo setorial pactuado e a cláusula oitava trata especificamente do estímulo à participação dos catadores, prevendo investimento, por parte das empresas que formam a coalizão pela logística reversa, em infraestrutura e capacitação para as cooperativas.

da Lei que instituiu a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, o que revela o seu protagonismo político. Dito de outro modo, o acordo setorial prevê a priorização das cooperativas de catadores, porque a Política Nacional de Resíduos o faz, o que decorreu de uma luta política que durou cerca de 20 anos, se considerarmos o tempo de tramitação da lei que a instituiu (MNCR, 2017c).

A prioridade aos catadores, contudo, não foi suficiente para garantir a inclusão na operacionalização dos sistemas de logística reversa. Em setembro de 2016, o Ministério Público Federal abriu sessão de audiência pública para discutir uma ação civil que colocava em questão a participação da ANCAT no acordo setorial. Representantes de catadores de 22 estados brasileiros compareceram à audiência. Representantes do MNCR responderam ao questionamento da ação civil, que “acusava” o movimento de estar monopolizando a decisão sobre quais cooperativas seriam ou não contempladas com os recursos do acordo. No decurso do debate, os catadores argumentaram ser necessário ter algum critério ou controle sobre a seleção das cooperativas, visto que muitas eram “de fachada”, ou seja, cooperativas formalizadas como tal, para participar do acordo, mas que funcionavam a partir de um regime de trabalho gerido por um patrão, que detinha a posse do espaço de produção e das máquinas e pagava salários aos catadores, no lugar da divisão dos ganhos entre os cooperados, na forma de retirada. Diante disto, a ANCAT prestava consultoria para certificar os empreendimentos com origem popular. Além disso, afirmaram não deter sozinhos este “poder” de certificação, que era compartilhado com outras organizações de catadores (MNCR, 2017a). O pano de fundo do debate na audiência pública era a disputa entre as cooperativas de catadores e “cooperativas” de empresários, que pretendiam participar do acordo, compondo a cadeia de logística reversa em constituição. O Ministério Público Federal acatou a ação civil e ameaçava suspender o acordo setorial, até que fossem verificadas todas as questões. O risco de interrupção do processo implicava a perda dos recursos e da estruturação dos elos de logística reversa que já estavam acordados, trazendo prejuízo aos catadores.

A permanência da ANCAT no acordo setorial, que é a representação dos catadores do MNCR na estruturação da logística reversa no país demandou, assim, mobilização política. Este exemplo distancia os catadores da ideia de que a adesão à Economia Solidária ou ao cooperativismo atual implica o abandono da luta política. Para que essa ideia tenha validade, teríamos que restringir a noção de luta

política ao conflito capital/trabalho e suas pautas tradicionais, mobilizadas por meio dos sindicatos em um ambiente no qual a relação entre trabalhadores e capitalistas estaria mediada pelo contrato de trabalho. A luta política, contudo, contempla uma gama maior de pautas, pelo menos em uma abordagem que considera as reivindicações dos movimentos sociais (negro, feminista, LGBT, ambiental, Economia Solidária etc.) tão legítimas quanto as do movimento sindical (GOHN, 1997).

Nos casos aqui estudados, a mobilização política esteve apoiada no acionamento da Lei nº 12.305/2010, que funcionou como mecanismo de pressão favorável aos catadores. Em Campinas, o início do processo de reivindicação pela contratação das cooperativas da rede REICLAMP foi anterior à Lei de Resíduos Sólidos, mas incrementado por ela, conforme relato acima apresentado. Em Maceió, o processo foi mais tardio, mas igualmente amparado no novo ambiente institucional induzido pela Lei dos Resíduos Sólidos. Além das mudanças introduzidas pelo novo marco legal, um conjunto de aportes em recursos financeiros, em capital fixo (edifício, máquinas e equipamentos), assessoria e formação, proporcionados pelo CATAFORTE, também trouxe alterações ao cenário. Sem este conjunto de aportes, pelo menos nos casos observados, a capacidade de prestação de serviço às prefeituras seria nula (no caso de Maceió) ou muito reduzida (no caso de Campinas).

As cooperativas de Maceió, contudo, apresentam dificuldades na elaboração do planejamento da coleta seletiva. Às vésperas do prazo para abertura do processo de contratação, ainda não haviam feito levantamento de custos que teriam e qual seria o plano logístico mobilizado. As duas etapas finais do CATAFORTE previam a preparação das cooperativas para elaboração destes planos (custos, logística, mercado etc.), por meio de cursos, capacitações e assessoria técnica. Nas entrevistas que realizamos, contudo, as coordenadoras das cooperativas expressaram preocupação com a dificuldade (e mesmo impossibilidade) de conseguirem preparar os documentos requeridos pela prefeitura para a contratação. Com relação aos veículos que chegaram via CATAFORTE, poderiam compor este plano de logística das cooperativas (essa é a finalidade deles), reduzindo custos com fretamento. Os catadores poderiam, inclusive, tirar

carteira de motorista, com recursos do programa<sup>149</sup>, dispensando a contratação externa. Conforme discutido acima, a frota está sem uso e, no momento da pesquisa de campo, ainda não havia uma solução em curso. A articulação política dos catadores de Maceió, que resultou na substituição de um edital que os excluía do PMGIRS, por outro mais favorável, não tem correspondente quanto à gestão dos recursos materiais e formativos disponibilizados pelo CATAFORTE.

---

<sup>149</sup> Conforme item 6.2.1, do edital nº 001/2012 – FBB/PETROBRAS/BNDES/MTE-SENAES (CATAFORTE II): “Nos casos em que a cooperativa identifique a necessidade de habilitar cooperados em direção de caminhões, será oferecido o curso de habilitação de motorista - Carteira Tipo C ou D”. A coordenadora da COOPLUM estava fazendo curso de motorista, com recursos próprios, para assumir nova função no momento em que os caminhões fossem ativados para a coleta seletiva (entrevista realizada no dia 19/10/2016).



## 6 A GESTÃO DAS COOPERATIVAS: UM HÍBRIDO ENTRE AUTO E HETEROGESTÃO?

A gestão dos empreendimentos é uma dimensão importante na determinação do perfil que os EES assumem quanto à qualidade do trabalho desenvolvido neles. O acesso à estrutura material e aos conteúdos formativos disponibilizados pelo CATAFORTE teve impactos diferentes nos dois casos estudados, induzindo o aprimoramento produtivo das cooperativas de rede RECICLAMP, notadamente quanto à capacidade de prestar o serviço de coleta seletiva para a prefeitura de Campinas, com resultados positivos em termos de renda e acesso aos direitos sociais vinculados ao trabalho. Em Maceió, as cooperativas contempladas com os recursos do CATAFORTE não exploraram completamente as possibilidades trazidas. O acesso ao recurso não foi suficiente para garantir seu potencial operacional.

A gestão dos recursos entrecruza-se com a gestão do trabalho nas cooperativas, seja porque é o trabalho vivo dos catadores que dinamiza e potencializa o trabalho morto aportado na forma de maquinários ou porque parte dos recursos (na forma de cursos, capacitações e consultorias) diz respeito à formação dos cooperados para a gestão do próprio trabalho (autogestão).

A expectativa depositada nas cooperativas de catadores, inclusive quanto à sua classificação como um EES, é a de que amadureçam experiências de autogestão. Nesta direção, discutiremos, inicialmente, os problemas envolvidos no debate teórico sobre a autogestão, para posterior discussão da gestão das cooperativas que estudamos.

### **6.1 Entre a perspectiva histórica de mudança social e a geração de emprego e renda**

A autogestão é uma das características que define os EES e os diferencia dos empreendimentos econômicos tradicionais. Nascimento (2004), em documento que busca situar o surgimento da SENAES no contexto do “novo cooperativismo”, destaca a interdependência entre autogestão e Economia Solidária. Na medida em que os EES fundamentam-se na apropriação coletiva dos meios de produção e instauram a remuneração igualitária e/ou proporcional ao trabalho

executado, constituem um contraponto ao modo de funcionamento das empresas capitalistas.

O termo “autogestão”, contudo, suscita um amplo debate, do qual decorrem diversas conceituações, algumas vezes díspares, em função dos posicionamentos políticos que as informam (WELLEN, 2012, p. 75-6). A democracia direta (um cooperado, um voto), no entanto, surge como elemento recorrente, estabelecendo a assembleia como a principal instância de decisão, que requer a participação horizontal dos trabalhadores, de forma que não surjam hierarquias ou separação entre os que decidem e os que executam. Ainda que seja necessária uma divisão de tarefas por especialidades profissionais e isso implique a distinção entre as esferas administrativa e de execução, as decisões e demandas devem fluir de “baixo” para “cima” (SINGER, 2002, p.18).

Para Gaiger (2009), o desenvolvimento das experiências autogestionárias levaria ao amadurecimento da participação cidadã, induzindo o transbordamento da democracia de dentro dos EES para a sociedade como um todo. Referenciado pela noção habermasiana de democracia (2002), Gaiger demarca a importância da participação direta (comparada com a democracia representativa) na formação cidadã. Delineia um cenário no qual os movimentos sociais teriam sido subsumidos pelo aparato estatal, no Brasil, esvaziando a ação política democrática fora deste âmbito. Com isso, a palavra cidadania teria perdido seu sentido transformador. A noção de solidariedade surgiria, então, como novo coagulador de alguns movimentos sociais e, desta forma, de uma possível mobilização pela transformação social.

O movimento em torno da Economia Solidária, concretizado em encontros e fóruns de âmbito regional e nacional parece apontar para a construção deste protagonismo essencial à experiência política democrática, capaz de superar o estrito jogo de poder relativo ao controle da esfera estatal (GAIGER, 2009, p.296). Assim, forjaria dispositivos institucionais capazes de promover a democracia direta, sem a qual a Economia Solidária não alcançaria sustentação. A partir da análise de dados do SIES, evidencia que a participação dos EES na esfera política não estatal não é esporádica, mas constitui o *modus operandi* dos empreendimentos de médio e grande porte, que não cumpririam objetivos meramente utilitaristas (2009, p. 307).

Os EES se diferenciam das organizações convencionais por suas práticas coletivas e democráticas de gestão, cujo acionamento constitui um trunfo a favor de seu desempenho econômico e lhes confere peculiaridades

advindas da simbiose entre sua lógica solidária e sua lógica empreendedora. Se a participação sociopolítica provem desta mesma racionalidade específica, não constituindo algo externo e estranho à natureza dos EES, a existência de indicadores de autogestão deve alinhar-se com ela, do ponto de vista das formas e do grau de participação. (2009, p. 310).

Neves (2009) também argumenta que a importância dos EES vai além do utilitarismo da renda. A ocupação do espaço público por meio da participação política direta proporciona o amadurecimento da percepção dos vínculos de solidariedade comunitária. A autora destaca as dificuldades enfrentadas pelas cooperadas<sup>150</sup> para lidar com responsabilidades muito distintas das que assumiram em suas trajetórias anteriores de trabalho. A autogestão constitui, assim, um desafio tanto individual (porque demanda a ruptura com paradigmas do trabalho heterônomo), quanto coletivo (porque é tênue o limite entre a participação direta e democrática e a centralização das decisões). Apesar disto, a autora afirma que: “a vivência de espaços autogestionários possibilita para essas mulheres pobres a busca de autonomia. A experimentação destas relações fortalece vínculos sociais, rompidos em processos de exclusão”. (2009, p. 183).

A partir da noção de espaço público de proximidade (fóruns nacionais e regionais, experiências nas cooperativas, redes de gestores de Economia Solidária etc.), que envolve as dimensões econômica e política, simultaneamente, Laville e França Filho argumentam que os EES propiciam o fortalecimento do tecido socioeconômico e político locais (2009, p.388).

Na concepção destes autores, a autogestão seria, antes de tudo, um exercício rumo a um novo projeto de sociedade, baseada na democracia direta, que operaria a superação da contradição capital/trabalho, inerente ao capitalismo. A racionalidade dos formatos autogestionários (GAIGER, 2006) acionaria elementos extra econômicos, capazes de criar um novo amálgama social no interior dos empreendimentos e também fora deles, induzindo um pacto social mais democrático. A Economia Solidária pressupõe, nesta perspectiva, a capacidade de convivência com o entorno capitalista, compondo com ele um arranjo conciliatório entre as lógicas de produção capitalista e solidária.

---

<sup>150</sup> A autora desenvolve a pesquisa na cidade de Belo Horizonte - MG, no bairro da Pampulha e nas comunidades da Vila Corumbiara, Vila Independência, Conjunto Conquista da União e Jarobá IV. Os EES voltados à recuperação de valor dos recicláveis estudados tem como característica a presença predominante de mulheres.

Para que cumpram o objetivo de compor uma experiência emancipatória, Santos demarca a importância de que os EES conciliem a viabilidade econômica e a autogestão:

De igual forma, as cooperativas não apontam apenas para a remuneração igualitária dos trabalhadores-donos das empresas cooperativas, mas também para a criação de formas de sociabilidade solidárias baseadas no trabalho colaborativo e na participação democrática na tomada de decisões sobre as empresas. (2005, p. 29)

Nesta direção, a busca pela inserção no mercado não implicaria o abandono dos princípios da solidariedade. Mais do que isso, o próprio caráter cooperado do trabalho, com finalidade social, agregaria valor mercadológico ao produto, o que não representaria, na visão de Gaiger (2006), um aspecto negativo.

A solidariedade marca a diferença em relação aos modelos competitivos tradicionais de produção (competição que é tanto interna às fábricas, como entre as fábricas), preconizando a cooperação interna (relações horizontais e democráticas de trabalho) e externa (formação de redes de produção, distribuição e consumo), como novo modelo de organização do processo de trabalho. Nesta direção, o exercício da democracia e da reciprocidade, associado aos demais aspectos que definem os empreendimentos em Economia Solidária conferem a estas ações, pelo menos teoricamente, o anúncio de um modelo alternativo de produção, que se apropria dos elementos “positivos” do capitalismo, sem chocar-se frontalmente com ele.

Compreendida como um amplo projeto de transformação social, dificilmente (SINGER, 2002) poderíamos verificar a autogestão na realidade empírica. Por essa razão, o termo “autogestão” ganha também um sentido restrito, que diz respeito às experiências limitadas às unidades produtivas (PIRES, 2016, p. 3).

## **6.2 Autogestão como resposta à crise do trabalho**

A inflexão do sentido histórico da Economia Solidária, implicada na mudança do significado da “autogestão”, a torna uma tentativa de resposta imediata aos problemas do desemprego e da pobreza, decorrentes do processo de reestruturação produtiva e do avanço das políticas neoliberais (LIMA, 2008), muito mais do que um projeto de uma nova sociedade. Neste cenário, embora mantenham-se discursos de transformação social substantiva, há uma redução de

expectativas, que passam a se limitar à sustentabilidade econômica dos empreendimentos e à capacidade de gerar renda suficiente para garantir patamares dignos de vida. Com isso, o escopo da autogestão fica limitado ao âmbito dos empreendimentos. Mais do que uma proposta de organização social, a autogestão passa a ser percebida como uma maneira de gerir um negócio, de forma democrática e participativa.

A autogestão é tratada, assim, como uma alternativa à heterogestão, representando uma forma de produção e distribuição igualitária da renda coletivamente produzida, ainda que restrita a cada empreendimento ou rede de empreendimentos, uma vez que a “propriedade coletiva” diz respeito aos meios de produção de empreendimentos específicos e não à coletivização de “toda a força produtiva socialmente disponível”. Apesar disso, a prática da autogestão implica uma imbricada conjunção de fatores econômicos, políticos e culturais, que constituem um desafio para os trabalhadores organizados nos EES. Lima demarca dois desafios recorrentes à consolidação da autogestão: a relação problemática com o mercado e a persistência da cultura do trabalho heterônomo no interior dos EES (LIMA, 2002, 2010).

Ao analisar o caso paradigmático de Mondragón, Lima (2009) refuta a ideia de que a autogestão resultaria em maior eficiência econômica dos EES, lembrando que o complexo recorre ao trabalho assalariado justamente para garantir sua inserção no mercado de forma ativa. Lima demarca, assim, a recorrência, nos EES, da presença do trabalho assalariado<sup>151</sup> e/ou da incorporação de elementos de gestão empresarial como recurso necessário à manutenção da competitividade destes empreendimentos. A inserção no mercado, portanto, afastaria os EES dos valores e práticas que caracterizam o trabalho autogestionário.

O formalismo jurídico que emoldura as cooperativas, associações e EES, determinando rotinas de participação democrática dos seus membros, não é suficiente para “suplantar a cultura taylorista de mero executor de tarefas, como se para muitos trabalhadores esse fosse o *modo natural do trabalho*” (BARBOSA, 2007, p. 134).

---

<sup>151</sup> Pires identifica empreendimentos nos quais o número de trabalhadores contratados pode superar o de cooperados (2016, p.12).

A partir das experiências das fábricas recuperadas, Pires (2016) também observa a reprodução de relações hierárquicas instauradas no interior de empreendimentos com gestão formalmente coletivista. Paralelas aos mecanismos de gestão democrática, há relações de mando típicas da gestão heterônoma, das quais os trabalhadores não conseguem se distanciar, ou, simplesmente, não querem se distanciar.

Singer lembra que o maior “inimigo” da autogestão é o desinteresse dos sócios e a sua recusa em assumir o trabalho adicional de gestão dos negócios, preferindo delegar as decisões aos cooperados mais antigos ou mais “aguerridos” (2002, p. 18). Com isso, a determinação protocolar de alternância dos membros dos empreendimentos nas posições de coordenação degenera em um “rodízio dos mesmos”, com a ocupação destes “cargos” pelo mesmo núcleo de trabalhadores por longo período, formando uma elite político-administrativa, em nada condizente com os ideais da autogestão (PIRES, 2016, p.10).

O “abandono” destes ideais também pode ser identificado no predomínio da atenção com a renda, em detrimento da construção de um projeto de transformação social. Neste sentido, quando o mercado de trabalho sinaliza com melhores condições de remuneração, os cooperados tendem a migrar para empresas tradicionais, (BARBOSA, 2007, p. 142-3). O pragmatismo econômico, não raro, é maior do que o ideal autogestionário.

Como a adesão ao trabalho cooperado ocorre, segundo Lima (2009a), em função das pressões criadas por um mercado de trabalho com oportunidades reduzidas, a dimensão pragmática tende a mobilizar mais os trabalhadores do que os ideais de construção de uma experiência social nova, meta adotada por uns poucos trabalhadores, pioneiros na formação dos empreendimentos, mas que, também, dobram-se às necessidades de sobrevivência. Neste quadro, a autonomia dos EES também se fragiliza, pois eles se veem na dependência do mercado e dos apoios institucionais (públicos e privados) sem os quais dificilmente conseguem sobreviver ou se estruturar materialmente (formar capital fixo). A dificuldade de estabelecer autonomia frente ao mercado e ao aparato institucional de fomento ao cooperativismo tem impacto direto sobre a autogestão, pois as demandas do mercado, com suas “exigências” de qualidade, volume e velocidade se sobrepõem aos processos de discussão e decisão internos aos EES.

Este quadro de dificuldades corrobora a tese, já clássica nos estudos sobre o cooperativismo (LIMA, 2004; SINGER, 2002), da tendência de degeneração dos empreendimentos<sup>152</sup>, pois o sucesso econômico nem sempre é compatível com a manutenção do modelo autogestionário, mesmo pensado em seu sentido restrito, ou seja, limitado aos empreendimentos.

### **6.3 Autogestão como adequação às demandas da lógica capitalista de produção**

Em uma avaliação crítica da Economia Solidária (BARBOSA, 2007; WELLEN, 2008; SOUZA, 2008), não seria possível a convivência entre a lógica da produção capitalista e a lógica solidária. A segunda seria subsumida pela primeira, servindo a ela, mais do que constituindo uma alternativa. Neste posicionamento Wellen (2008) afirma que a avaliação de Singer em relação ao mercado e às desigualdades que produz ignora o caráter estrutural da contradição capital/trabalho.

A defesa da competição e do mercado como uma entidade necessária, mesmo estando ligada à denúncia da desvantagem social proveniente das diferenças sociais acumuladas, nega a discussão central do próprio capital como uma força social, como causa geradora dessas desigualdades, sendo sua proposta de fornecimento de vantagens para quem não as tem uma forma de legitimação dessa mesma força social, não tocando, portanto, na causa do problema (p. 107).

Para Wellen, é a análise superficial do capitalismo que leva Singer a pressupor a existência das atividades de Economia Solidária nos interstícios de uma sociedade capitalista. Wellen refuta esta ideia, afirmando que as transformações decorrentes desta nova fase do capitalismo produzem impactos diretos na estrutura das organizações da Economia Solidária, demandando a reavaliação das relações que elas estabelecem com o mercado (WELLEN, 2008, p. 108), nos marcos do

---

<sup>152</sup> Ao recuperar o desenvolvimento histórico das cooperativas de trabalhadores, a partir da segunda metade do século XIX, na Europa, Lima (2004) demarca o dilema destas iniciativas, que tentavam constituir-se como alternativa à lógica produtiva do capital e, ao mesmo tempo, estavam sob risco constante de degenerar em autoexploração do trabalho e perda, em decorrência disto, da perspectiva emancipadora inicialmente pretendida: “À ambigüidade de Marx somou-se a crítica de Luxemburgo (1979), para quem o fato contraditório de os operários desempenharem o papel de trabalhadores e patrões de si mesmos inviabilizaria as cooperativas de produção, impondo-lhes escolher entre transformarem-se em empresas capitalistas ou dissolverem-se. Essa contradição deu origem à chamada “tese da degeneração das cooperativas” de Webb e Webb (1914), os quais sustentavam que as democracias de produtores terminariam por sucumbir às necessidades empresariais e se transformariam em associações de capitalistas com a contratação de trabalhadores assalariados”. (p. 47).

capitalismo monopolista, que penetra todos os âmbitos da vida social: “É uma mistificação pensar que as relações internas dentro de uma comunidade estão suspensas das determinações do capitalismo e que a ‘economia solidária’ poderia forjar, de forma independente, um tipo de racionalidade peculiar” (p. 109). Critica ainda a ideia de tornar a solidariedade um valor de troca. Nesta linha argumentativa, recupera a proposição de Singer, segundo a qual a solidariedade mobilizada na produção agregaria valor diferenciado ao produto, que encontraria um mercado também capaz de assimilar esta diferença, preferindo o consumo de bens produzidos solidariamente a bens produzidos na lógica capitalista tradicional:

Promove-se, portanto, um movimento de mistificação da realidade no momento em que se defende que um importante diferencial competitivo a serviço das organizações de ‘economia solidária’ seria a capacidade de atribuição de sentido do trabalho como um recurso interno, assim como na caracterização dessa qualidade subjetiva como atributo de valor de troca (2008, p. 111).

Conclui que a argumentação de Singer constitui uma ideologia em compasso com o capital, embora se pretenda contrária a ele. Posicionamento semelhante é apresentado por Souza:

Nestes termos [da afirmação de que as atividades no campo da Economia Solidária compõem as estratégias de controle sobre o trabalho] algumas propostas de auto-organização dos trabalhadores, na busca de satisfazer livremente as suas necessidades e combater o desemprego, tornam-se estratégias para satisfazer as necessidades atualizadas do capital. (2008, p.54).

Contra a tese de Singer segundo a qual a Economia Solidária constitui uma síntese entre mercado capitalista e a pequena produção, que supera ambos, argumenta que estas experiências não são capazes de desvincular-se da lógica do capital pelo simples fato de que dependem deste ambiente econômico capitalista mais amplo para vender seus produtos, serviços ou trabalho. Além disso, a relação salarial norteia o funcionamento e a mensuração do valor do trabalho no interior dos EES, o que os vincula ao meio externo, inevitavelmente, e condiciona seu funcionamento, tornando impossível a autonomização em relação à lógica do capital.

Os trabalhadores das cooperativas não são formalmente assalariados, mas são pagos a partir da determinação central de mensuração dos salários – o valor da força de trabalho – que nestas modalidades são verificadas no quantum de trabalho cristalizado nas mercadorias. Assim, não se elimina a mediação de compra e venda da força de trabalho, apenas altera-se sua forma.

Desse modo, entendemos que a desconcentração produtiva vincula as cooperativas à grande teia interligada do processo de produção. (SOUZA, 2008, p. 59)



Neste ponto, as críticas de Wellen e Souza coincidem com a conclusão de Lima: “Situações pontuais de sucesso apontam para a viabilidade da autogestão como forma de gestão no mercado e para o mercado, mais do que uma alternativa a ele”. (2009a, p. 129)

#### **6.4. As cooperativas de catadores e os dilemas da autogestão**

O modelo de gestão integral dos resíduos sólidos, proposto pelo MNCR pretende distanciar-se dos modelos estatista e privatista, abrigoando o catador em um regime de trabalho cooperado, que equalize as dimensões econômica, social e ambiental (WIRTH, 2016). Com isso, os EES de catadores passariam a funcionar simultaneamente como cooperativas de produção (em relação à Indústria de Recicláveis) e de serviços (em relação às prefeituras), tendo prazos e volumes de produção a serem cumpridos. Estas metas, embora diferentes em cada caso (produção e serviço), exigem a organização e estruturação das cooperativas de modo “profissional” ou “empresarial”, para retomar os termos usados por Magera (2005). Os problemas discutidos acima permeiam também a realidade dos catadores, que se veem diante do desafio de conciliar as dimensões econômica e solidária, que implica a autogestão. Antes, contudo, é necessário garantir sustentabilidade econômica aos EES de catadores, o que requer a estruturação material e a qualificação do catador, para desenvolver uma gama diversa de habilidades, abarcando a logística de coleta seletiva e armazenamento do material, sua triagem, a preparação para a venda, a negociação de preços, a administração dos fluxos de produção, de caixa, etc. (PINHEL; ZANIN; MÔNACO, 2011). Articular estas dimensões e necessidades nem sempre resulta em um modelo de gestão próximo daquilo que preconiza o movimento da Economia Solidária.

Tomando a relação entre trabalho e território, Rizek (2009) questiona os vínculos que se estabelecem entre o trabalho cooperado e o trabalho assalariado, os programas de geração de emprego e renda e a precarização do trabalho no espaço das cidades. Ao analisar as relações que se estabelecem em empreendimentos de catadores de recicláveis<sup>153</sup>, a autora chama atenção para a

---

<sup>153</sup> Rizek desenvolveu sua pesquisa entre catadores que atuavam na periferia de São Paulo, em programas que tiveram início ainda na gestão Marta Suplicy (2001-2004). A autora busca entender como ocorre a produção e a circulação da riqueza nestes territórios periféricos, tomando as cooperativas de catadores como objeto de análise. O campo de pesquisa que se mostrou mais

conservação de elementos nada emancipatórios. Muito ao contrário, a cooperativa reproduz aquilo que há de mais tradicional no universo fabril: divisão de trabalho por gênero, centralização das decisões administrativas, controle do tempo de trabalho e da produtividade dos trabalhadores, implicando inclusive “demissões”<sup>154</sup>, execução de tarefas repetitivas e seriadas, bem ao modo taylorista e predominância de relações de mando, sobrepostas aos mecanismos coletivos de decisão.

A administração [da cooperativa] conseguiu tornar a Vila Curuçá o exemplo mais bem-sucedido de central de triagem da cidade de São Paulo. Mas para isso, ao que tudo indica, teve de sacrificar seu caráter de cooperativa autogerida, adquirindo para dentro e para fora um caráter empresarial nos moldes antigos, com a implementação de práticas de produção oriundas das formas mais clássicas de exploração do trabalho. (RIZEK, 2012, p. 45).

As conclusões de Rizek indicam que persistem hierarquias que derivam da dificuldade de ruptura com paradigmas do trabalho heterônomo, trazidos pelas vivências dos cooperados em outros ambientes de trabalho ou mesmo incorporados no processo de socialização, que marca a postura diante do trabalho. A dificuldade de realização da autogestão, portanto, decorre de uma cultura do trabalho que tende a reproduzir hierarquias, embotando as habilidades de participação democrática direta (HOLZMANN, 2009; LIMA, 2007, 2010; MAGERA, 2005).

Em nossa pesquisa de campo, encontramos traços de organização do trabalho que corroboram parte dos resultados de pesquisa acima apresentados. Mas encontramos também elementos que permitem relativizá-los, com algumas ponderações.

## **6.5 Gestão da produção e do trabalho nas cooperativas de Campinas e Maceió**

A gestão do trabalho nas cooperativas de rede REICLAMP não incide tanto sobre o tempo e sim sobre a produção individual ou da equipe. Os cooperados tem maior liberdade em relação ao horário de chegada e saída, bem como em relação aos dias e turnos em que irão trabalhar. No entanto, depois de iniciado o

---

significativo foi o da Central de Triagem da Vila Curuçá. Esta seria, segundo Rizek, uma experiência modelar na cidade de São Paulo no âmbito das cooperativas de catadores.

<sup>154</sup> Por tratar-se de uma cooperativa, o termo “demissão” não é adequado ao processo de exclusão de trabalhadores da equipe de trabalho, uma vez que ele não é um funcionário contratado por uma empresa, mas um trabalhador cuja admissão na equipe se dá por mecanismos de incorporação, em tese, processados coletivamente.

trabalho, o cooperado ou sua equipe tem metas mínimas de produção diária para cumprir, medidas em peso. Nas cooperativas observadas, o controle (fiscalização) sobre o cumprimento das metas era realizado pelas coordenadoras, que anotavam a produção dos cooperados, a cada pesagem dos *bags* triados.

A padronização da gestão da produção e do trabalho é estruturada por meio de dois Kits, o de coordenação e o de tesouraria. Os kits são planilhas físicas, nas quais as coordenadoras anotam a frequência, as metas cumpridas e o tempo de trabalho de cada cooperado, os materiais triados etc., para posterior registro em planilhas eletrônicas, que reúnem as informações em um único relatório.





A organização da produção e do trabalho nas cooperativas de Maceió segue rotinas mais simples. As coordenadoras centralizam as tarefas de organização das equipes (coleta, recepção do material do galpão, triagem, enfardamento e depósito nas baias). Elas também executam as vendas, fazem a distribuição das retiradas e decidem as admissões de novos membros na equipe. Não há registro das movimentações financeiras, nem prestação regular de contas aos cooperados<sup>157</sup>. As cooperativas não estabelecem metas de produção, nem monitoram os volumes produzidos.

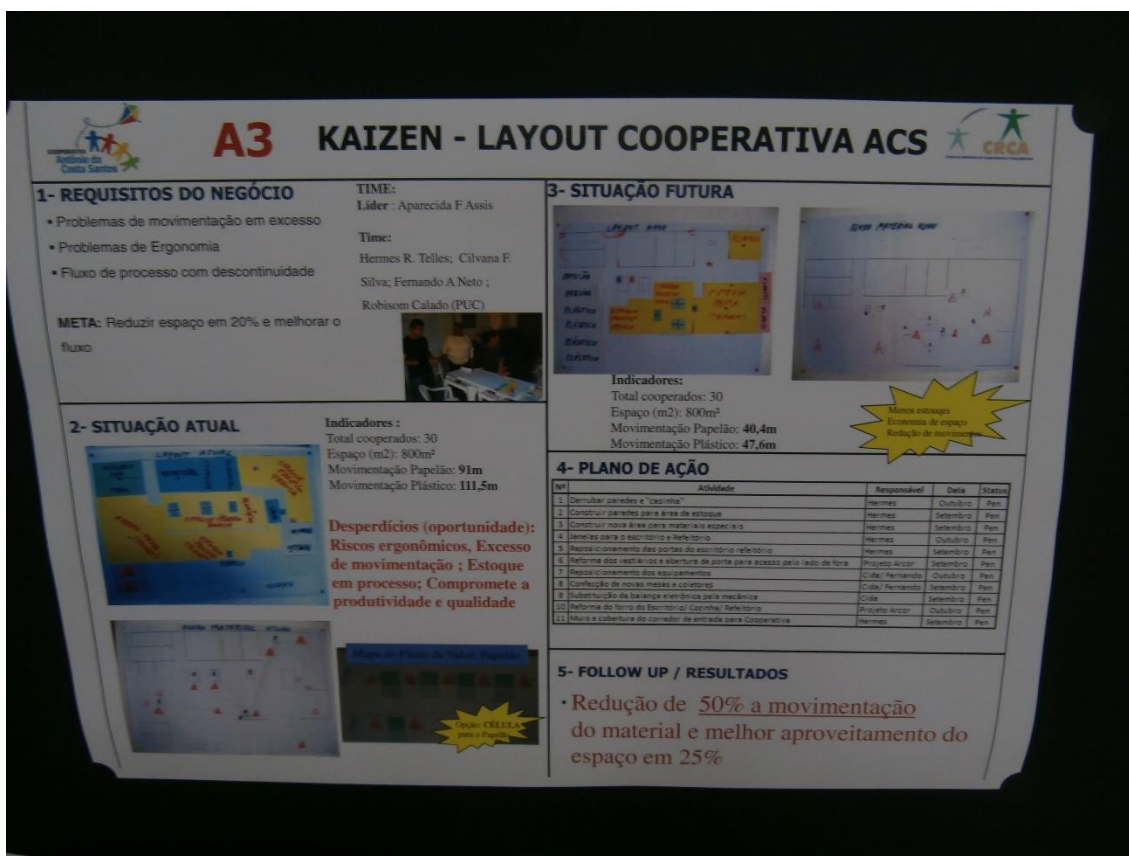
As diferenças na gestão da produção e do trabalho colocam estes dois grupos de cooperativas em patamares muito distintos de eficiência produtiva, se considerarmos os critérios de Damásio (2010d)<sup>158</sup>. Estas diferenças determinam também modos distintos de relação com o mercado de recicláveis, conforme discutido no capítulo anterior. Mas, ainda que a REICLAMP consiga uma inserção mais vantajosa no mercado de recicláveis, quando comparada com as cooperativas de Maceió, ambas as redes são perpassadas por suas demandas. Em certa medida, podemos dizer que o sucesso econômico da REICLAMP se deve ao atendimento mais adequado destas demandas, além do avanço na cadeia produtiva, que discutimos anteriormente, quando tratamos da superação dos fatores estruturais apontados por Magera (2005) como limitantes da sustentabilidade econômica das cooperativas de catadores. Neste sentido, a gestão das cooperativas da rede REICLAMP aproxima-se daquilo que denomina de gestão profissional ou “empresarial”. Para Magera, tratava-se de desenvolver uma gestão que ele denominou também de capitalista. A gestão das cooperativas da REICLAMP recorre a um modelo que incorpora princípios tayloristas de organização do trabalho (como a divisão entre planejamento e execução), hibridizados com “fórmulas” típicas do Toyotismo, como aplicação do Kanban e do Kaizen. Parece aproximar-se, portanto, de um modelo de gestão empresarial capitalista, ou seja, da heterogestão.

---

<sup>157</sup> A COOPREL Serraria elabora balancetes, com a assessoria do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), mas não são compartilhados com os cooperados.

<sup>158</sup> Na categoria de *Alta eficiência* estão as cooperativas com produtividade acima de 1800 kg por catador/mês. A REICLAMP enquadra-se nesta categoria, com 2.840 kg por catador/mês. Na categoria de *Baixa eficiência* estão as que tem produtividade entre 550 e 1100 kg por catador/mês. As cooperativas de Maceió enquadram-se nela, com 1.111 kg por catador/mês.

FIGURA14 - Quadro com Síntese do Kanban, Aplicado na Cooperativa Antônio da Costa Santos, Campinas, 2014.



Fonte: do autor.

No entanto, se eles não amadurecem experiências integrais de autogestão, tampouco parecem organizar-se sob um modelo heterogerido. Isto porque a moldura jurídica dos EES de catadores os “obriga” a certas rotinas de gestão coletiva. A posse coletiva dos meios de produção, bem como a distribuição horizontal dos valores coletivamente produzidos também são componentes desta moldura jurídica, que determinam a distância destas cooperativas em relação a uma empresa heterogerida. As duas redes praticam estas rotinas com graus bastante diferenciados de fidelidade aos ideais da autogestão, mas permeados por eles, de qualquer forma. Outro fator que nubla esta dicotomia autogestão/heterogestão é o tipo de hierarquia que se estabelece entre os cooperados, pois não está baseada em uma relação autoritária e sim sob consenso.

## 6.6 Moldura jurídica autogestionária e práticas de heterogestão

A assembleia, como instância máxima de decisão, é uma das rotinas que um EES deve seguir. Esta determinação estatutária nem sempre é cumprida de forma sistemática pelas cooperativas. Na REICLAMP, observamos a realização de duas destas assembleias no período da pesquisa. Segundo relato dos cooperados, elas ocorrem mensalmente em cada uma das seis cooperativas da rede, agrupando todos os trabalhadores. Nelas, decisões coletivas são tomadas e ocorre o compartilhamento dos resultados alcançados (volume produzido e valor comercializado), bem como dos diversos problemas envolvidos na gestão dos empreendimentos.

Em setembro de 2014, as cooperativas da rede estavam discutindo a mudança no sistema de distribuição das retiradas entre os cooperados. Em resumo, estavam estudando a possibilidade de mudar o sistema de atribuição do valor individual da retirada, que funcionava com base no tempo trabalhado. A proposta era de que este valor fosse baseado no peso triado por cada catador. Além desta alteração, discutiam também a diferenciação de pagamento para as funções de coordenação, tesouraria etc. Para que estas mudanças fossem implementadas, deveriam ser aprovadas em assembleia. A formulação destes novos arranjos, contudo, não é plenamente compartilhada, pois há estratificação dentro das cooperativas e dentro da própria rede, com a formação de “lideranças” que se reúnem periodicamente, sem a participação da totalidade dos cooperados para a elaboração de propostas, estudos e metas a serem cumpridas. Pudemos acompanhar uma destas reuniões, que correu entre o presidente da REICLAMP, a coordenadora de logística da REICLAR, a coordenadora da REICLAR e o presidente do CRCA. Nesta reunião, dentre outros temas, discutiram a utilização do banco de horas para os cooperados e das metas de produção que deveriam ser seguidas, bem como a proposta de alteração na forma de definição do valor das retiradas. Em muitos momentos, a postura destas lideranças era de claro “comando”, embora reconhecessem que a decisão final acerca das mudanças em curso deveria ser tomada de forma coletiva.

Isto indica que há um controle maior sobre temas e informações cruciais por parte de um grupo restrito de cooperados dentro da rede, mas, por outro lado, percebemos que todos, de alguma forma, sabem o que está em discussão e



quais são estes temas. Há, neste sentido, certa horizontalidade, embora ocorra em concomitância com a detenção vertical do poder de elaboração do que será ou não discutido e de como esta discussão ocorrerá. A alternância entre procedimentos horizontais e verticais de discussão e decisão é um dos fatores que instaura ambiguidades e determina um modelo de gestão que se, por um lado, não realiza os princípios da autogestão, por outro, também não pode ser identificado com o modelo tradicional de gestão heterônoma. Um dos fatores explicativos desta alternância é a separação entre as atividades de administração e as atividades de produção. Trata-se de um problema recorrente, segundo conclusões de Lima (2004), observado mesmo no complexo de cooperativas de Mondragón.

A maior profissionalização implicou divisão de tarefas e hierarquização de funções, que começa, inclusive, a expressar-se nesta proposta de diferenciação nas retiradas. Em entrevista com um cooperado que trabalha na REICLAR há dois anos e exerce a função de operador de prensa, identificamos esta relação hierárquica, quando se referiu à coordenadora e à tesoureira da cooperativa como “o pessoal lá da frente”, que cuida da prestação de conta e da organização dos turnos e das equipes de trabalho.

O diretor da REICLAMP, em reunião na qual discutiam as metas da rede, assume postura muito próxima a de um administrador de trabalho heterônomo:

Mas o que eu vejo é que a gente tem que fazer realmente uma avaliação, principalmente disciplinar. O horário, por exemplo. Tem umas coisas aí que estão muito soltas, isso implica realmente em produção, o horário é um [...] Eu acho que se você for pensar do ponto de vista, vamos dizer assim, do negócio, a gente tem toda a compreensão de trabalhar solidariamente, dentro do princípio de democracia, de cooperativismo, mas a gente sabe que isso aí tá muito no papel. Na minha opinião, a gente já concede algumas coisas, e não precisamos fazer isso. A gente já negocia dias com eles, compra dia. Estamos tendo esta compreensão. Eles tem faltado e a gente tem negociado com eles. (Reunião ocorrida em 19/09/2014).

A distância percebida na fala do cooperado, que trata as cooperadas que lidam com a administração como as “pessoas lá da frente”, também é percebida na fala do diretor, que trata os cooperados como “eles” e pretende disciplinar o regime de trabalho que “eles” exercem.

Apesar destas distâncias, o processo de decisão sobre a nova forma de aferição da produção individual, para definição do valor da retirada que caberá a cada cooperado, depende da aprovação de todos, como fica claro na fala da coordenadora da REICLAR:

Estamos em fase de conversa, de ver o que vai ser melhor. Pode ser que a maioria não ache esta proposta melhor. Porque o povo pensa: “ela não faz nada, só fica no telefone, vai pra lá, pra cá, só manda, quer ganhar bem ainda por isso?”. Mas ninguém quer ficar no telefone e mandar, ninguém quer assumir estas responsabilidades. Antigamente, R também dizia: “ah não, na cooperativa todo mundo tem que ganhar igual, pra ser uma coisa mais legal, cooperativa, aquela coisa, né?”. Só que o tempo foi passando e a gente foi vendo que isso aí tem que mudar. Por quê? Por vários motivos, um deles é que eu que tenho responsabilidades grandes às vezes e ganho menos que os outros. Cada um tem sua função, as coisas tem que ser pensadas de uma forma diferente. A cooperativa tem que reconhecer o trabalho de quem [...]. (Entrevista realizada em 10/09/2014)

Embora seja clara a posição da coordenadora, em sua defesa da diferenciação do valor da retirada segundo a função exercida, ela reconhece que a aprovação da maioria, em assembleia, é imprescindível para sua realização. Com isso, a estratificação que decorre da divisão de trabalho entre administração e execução seria “equilibrada” pelo mecanismo de decisão coletiva, que caracteriza a prática da autogestão.

Entre as cooperativas de Maceió a realização das assembleias é rara. Nem mesmo as apresentações dos balancetes ocorre de forma regular. A percepção de que são uma cooperativa e dos elementos que definem o empreendimento enquanto tal são mantidos em função dos constantes cursos, palestras e formações. Os conteúdos aos quais são expostos garantem um discurso que reproduz as ideias centrais relativas à autogestão, mas não a sua prática cotidiana ou mesmo o cumprimento de rotinas mais gerais que possam caracterizá-las como empreendimentos autogestionários. A fixação jurídica dos empreendimentos como cooperativas, associada à história de formação destes grupos evita, por outro lado, que correspondam ao modelo de empresa heterogerida, pois não há um “patrão” que detenha a posse dos meios de produção. O processo de entrada e saída do grupo não ocorre por meio de admissão/demissão controlada por um “empregador”. Apesar disso, os princípios autogestionários são muito pálidos entre as cooperativas observadas em Maceió.

Estas cooperativas buscam recursos públicos e privados, quase sempre associados à avaliação dos resultados, por meio de visitas e de relatórios de atividades. Para ter acesso aos recursos, os editais, quase sempre, determinam que os empreendimentos sejam autogeridos ou desenvolvam a autogestão. O efeito da participação das cooperativas de catadores de Maceió neste processo foi a assunção da autogestão muito mais como formalidade do que prática concreta. Elas

recorrem à decisões verticais (centralizadas pelas coordenadoras) mais do que às horizontais, quando comparadas às cooperativas de Campinas, que tendem a equilibrar estes dois processos.

Nos dois casos formam-se hierarquias entres os cooperados, que reproduzem relações semelhantes às observadas em sistemas de gestão heterônomo de trabalho. Há, no entanto, diferenças significativas, notadamente quanto à base que sustenta esta hierarquia.

### **6.7 Hierarquia autoritária e hierarquia sob consenso**

Holzman (2009) chama atenção para o problema da divisão do trabalho entre planejamento e execução, como obstáculo à autogestão, e lembra que se agrava quando o empreendimento depende da tutela de agentes externos. Lima (2015) demarca o mesmo problema:

Por fim, as entidades incubadoras, em muitas situações, se tornam as verdadeiras coordenadoras das cooperativas, com grande protagonismo na organização de fóruns e eventos, mas evidenciando dificuldades dos trabalhadores gerenciarem autonomamente o empreendimento (p. 331).

Embora a divisão e a hierarquização das tarefas dentro das cooperativas que formam a REICLAMP constituam obstáculo ao desenvolvimento da autogestão, ela não implica a participação ou tutela de agentes externos, o que parece ser um ponto importante em torno do qual é possível fazer mais algumas ponderações. Aqueles que ocupam as posições de planejamento, administração e supervisão são trabalhadores oriundos do processo de organização das cooperativas, desde sua origem. São, portanto, catadores. Com uma média de tempo de formação de 13 anos, as cooperativas que formam a rede REICLAMP constituíram-se na conjunção da luta política dos movimentos sociais de base (notadamente eclesiais) e dos programas governamentais (especificamente de âmbito municipal) de fomento ao cooperativismo e ao associativismo (NÓBREGA, 2006). Neste contexto, o atual Presidente da REICLAMP iniciou sua formação política no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), mas ao migrar para Campinas, em 1999<sup>159</sup>, passou a trabalhar como catador e a representar, na

---

<sup>159</sup> Nos anos 90, atuou na organização de um acampamento do MST em Mato Grosso do Sul.

esfera política municipal, as demandas e reivindicações dos trabalhadores que viriam a formar a cooperativa Antônio da Costa Santos.

O bacana dessa cooperativa é que ela nasceu com o apoio da comunidade. Falamos com a prefeitura e ocupamos o barracão, que antes era ponto de drogas. Aqui aconteciam crimes, estupro etc. Então nós ocupamos essa área, a comunidade ocupou essa área. Tivemos enfrentamento com o tráfico de drogas, mas o próprio tráfico entendeu que nossa ação traria benefícios e deixou que a gente viesse. Começaram os primeiros meses de trabalho do prefeito Toninho, que implementou o Orçamento Participativo e nós, por termos essa identidade com a comunidade, levamos como demanda a construção desse galpão, que foi conquistado nessa luta. Quando nós começamos a receber o primeiro material, houve o assassinato do prefeito, aí a gente tinha que escolher o nome da cooperativa. Fizemos um plebiscito interno, que resultou na escolha deste nome: Antônio da Costa Santos. (Entrevista realizada em 16/09/2014).

A coordenadora de logística tem a trajetória marcada pela participação nos movimentos eclesiais de base, que deram origem à formação da REICLAR. Na sua narrativa, descreve a participação direta no trabalho de recolhimento e triagem do material reciclável, ainda realizado no pátio de uma igreja, nos idos de 2001. Com o aprimoramento do processo de organização do trabalho e a ampliação do volume de produção, passou a exercer a função de tesoureira da cooperativa Nossa Senhora Aparecida e a coordenar a logística da REICLAR, uma das seis cooperativas que constituem a REICLAMP, aproveitando sua formação e experiência profissional como economista, formada pela PUC.

Eu comecei acompanhando o grupo de apoio ao desempregado pela Igreja Nossa Senhora Aparecida e quis fazer alguma coisa para ajudar, nesse meio tempo conheci a atual presidente da REICLAR e o presidente do CRCA. De lá começou a primeira coleta, segunda coleta... Isso foi em 1999. No dia 7 de novembro de 1999 fizemos a primeira coleta na praça, em 2000 viemos pra cá. Nós ocupamos esse lugar. Foi com toda a dificuldade, mas sempre pensando em um planejamento para o futuro. O que antes era só um barracão, esse de madeira que você tá vendo aqui, foi aumentando e se transformou nesse espaço aqui. Nesse meio tempo, entre 2002 e 2005, tivemos a necessidade de vender a recicladores, aí fundamos a REICLAMP e isso foi superado. (Entrevista realizada no dia 15/09/2014).

Outras cooperadas exerceram atividades de catação e triagem de recicláveis e hoje são, respectivamente, presidente-coordenadora de produção da REICLAR e presidente da São Bernardo, ambas componentes da rede REICLAMP, sendo que a última atuou como catadora de rua por cinco anos, antes de entrar na cooperativa, há 13 anos.

A primeira trabalhou por 12 anos como empregada doméstica, mas precisou de mais tempo livre para que pudesse cuidar da filha (com 16 anos, em

2014). Um projeto desenvolvido pela Cáritas, junto com a prefeitura de Campinas, lhe pareceu a oportunidade para conciliar trabalho e cuidados com a filha:

Há 14 anos fiz um curso sobre cooperativismo, com umas amigas, e surgiu a ideia de abirmos uma cooperativa de salgadinho. Mas a gente encontrou muitas dificuldades, e o próprio Isaque, que era o presidente, deu a ideia para abrir uma associação ou uma cooperativa de recicláveis, no mangueirão de porco que tinha aqui embaixo. Precisávamos de 20 pessoas. Naquela época, a gente tinha um pouquinho mais do que isso e começamos por aí. Foi uma experiência maravilhosa, hoje eu faço o que eu gosto e estou até hoje. (Entrevista realizada em 10/09/2014, Campinas).

As lideranças ou coordenadoras das cooperativas de Maceió também tem origem nos movimentos de formação das cooperativas, atuando na catação de recicláveis (ver capítulo três). Dentre as trajetórias observadas, a da coordenadora da COOPREL Benedito Bentes é um exemplo desta organicidade. Ela atuava nas ruas do bairro que dá nome à cooperativa e assumiu a função de agente aglutinador, no processo de formação do grupo que compõe a cooperativa. Estas coordenadoras, embora exerçam atividades de administração do trabalho e dos processos de produção, são oriundas do trabalho social e produtivo que estruturou as cooperativas e formaram as redes observadas. Do ponto de vista identitário são, portanto, catadoras e não agentes externos ao processo.

Nesta direção, a centralização que assumem nas cooperativas deriva de uma legitimidade alcançada ao longo da formação destes grupos<sup>160</sup>. Neste ponto, diferenciam-se substantivamente da centralização típica do trabalho heterônomo, cujas posições hierárquicas são mantidas por relações autoritárias, sustentadas por acúmulos diferenciados de poder.

Identificamos como principal fonte de legitimidade destas coordenadoras a ideia de que possuem habilidades capazes de garantir o bom funcionamento dos empreendimentos. A primeira, cooperada que trabalha na COOPLUM (Maceió), explicou-nos assim o papel de liderança exercido pela coordenadora: “Quando eu entrei [na cooperativa] ela já era coordenadora. E ela é coordenadora porque tem mais cabeça, tem mais paciência com as coisas, e ela

---

<sup>160</sup> A liderança exercida pelas coordenadoras das cooperativas que observamos tem em comum a presença absoluta das mulheres, não registramos nenhum caso, dentre os 9 observados, de liderança masculina. Outro elemento comum é a presença de um “braço direito”. Todas as coordenadoras são acompanhadas por outra cooperada que responde pela cooperativa na ausência dela.

entende mais as coisas do que as outras pessoas. Até mais do que eu mesmo”. (Entrevista realizada no dia 01/11/2016, Maceió).

Ela é o “braço direito” da coordenadora e, portanto, possivelmente a próxima coordenadora da COOPLUM. Ao ser questionada sobre a saída da atual coordenadora, afirmou:

Se ela sáísse eu não sei quem assumira. Eu não quero assumir. Ela sabe lidar com as pessoas. Sabe como tratar as pessoas. Como receber as pessoas de fora. Se entrar outra pessoa, tem que ser a mesma coisa que ela. Uma pessoa que não sabe falar as coisas, que não sabe dizer o que é uma cooperativa, do que se trata, não serve para coordenar. (Entrevista realizada no dia 01/11/2016, Maceió)

Aponta três qualidades recorrentes nas falas dos cooperados, quando tratam da liderança exercida pelas coordenadoras: a de saber lidar com as pessoas (cooperados), a de saber representar a cooperativa externamente e a de receber pessoas na cooperativa, apresentando o empreendimento de forma “adequada”. A primeira habilidade requer a capacidade de administrar os conflitos internos, resolvendo as desavenças entre os cooperados. Mas requer também a capacidade de impor o seu comando sem perder o controle (por isso a ideia de paciência). Ou seja, a coordenadora não grita para se fazer ouvir. Ela conquista respeito. A segunda habilidade requer capacidade de falar em público, desinibidamente, mesmo diante do “prefeito da cidade”, como uma cooperada fez questão de frisar, ao falar da sua admiração pela coordenadora, que seria capaz de ombrear com qualquer político ou representante da prefeitura. A eloquência, associada à capacidade de negociação é fundamental na prática cotidiana de reuniões com agentes da prefeitura e da iniciativa privada. A articulação em torno da contratação das cooperativas de Maceió pela prefeitura deu-se numa série de reuniões deste tipo. A terceira habilidade diz respeito ao domínio dos conceitos, ideias e discurso da autogestão e do cooperativismo, bem como do relato convincente de que o empreendimento é um representante genuíno do cooperativismo de catadores, capaz de viabilizar “a geração de emprego e renda para trabalhadores excluídos”. Trata-se de saber apresentar a cooperativa para gestores de fundos públicos e privados e de receber os avaliadores do uso destes recursos.

O domínio destas habilidades é uma fonte de legitimidade e, neste sentido, uma das bases sobre a qual se sustenta o consenso em torno destas lideranças. Elas não assumem esta posição em função de uma relação autoritária e sim em função da conquista do consenso. Todos ou a maioria dos cooperados

pactua a liderança. Mas entram em movimento também o aspecto jurídico da cooperativa e a cultura do trabalho heterônomo. O modelo de gestão é um híbrido destes elementos. O processo eleitoral, previsto nos estatutos das cooperativas, por meio do qual as coordenadoras e suas equipes são escolhidas funciona como uma moldura jurídica, sem que seja seguida na íntegra, pois a gestão não corresponde ao que está estabelecido nela. Afinal, estas lideranças centralizam as atividades de gestão das cooperativas, notadamente nas observadas em Maceió, nas quais a coordenadora assume todas as funções do conselho administrativo e do conselho de finanças. Entre as cooperativas de Campinas, a centralização é menos acentuada, havendo o exercício mais claro das funções dos conselhos. Isso se deve, em parte, ao uso dos kits acima mencionados, que induzem rotinas que requerem a mobilização destas funções. Esta diferença pode ser notada no desempenho da gestão dos recursos e do trabalho, nas duas redes. Mas também na maneira como se referem às cooperativas da rede. Entre os cooperados da REICLAMP, cada cooperativa é identificada pelo seu nome, enquanto entre os cooperados de Maceió, as cooperativas são denominadas a partir dos nomes das suas respectivas coordenadoras. Assim, era muito comum ouvir, nas entrevistas, a referência à “cooperativa da Paula”, “cooperativa da Martha” etc.

Esta centralização tem outra possível explicação, que não exclui a exposta acima. Trata-se da delegação voluntária de “poder”. Nas entrevistas, as coordenadoras referiam-se à sua posição como um fardo, que ninguém queria assumir, coincidindo com a conclusão de Singer, ao identificar o desinteresse dos cooperados na gestão das cooperativas como um obstáculo ao desenvolvimento da autogestão (2002, p.18).

Sobre isso, uma cooperada de Maceió nos disse: “ninguém quer assumir a cooperativa. É muito trabalho, muita responsabilidade. Aí a maioria das pessoas não quer”. (Entrevista realizada no dia 01/11/2016, Maceió).

A discussão sobre a diferenciação na remuneração dos cooperados da REICLAMP, mencionada acima, suscitou a reflexão sobre as relações hierárquicas, que se estabelecem, revelando que os cooperados não querem assumir determinadas funções ou porque as acham pesadas ou porque acreditam que a pessoa que as executa tem mais aptidão para isso. Em alguns casos, isso é um fato incontornável, como no da tesoureira da cooperativa Nossa Senhora Aparecida e coordenadora de logística na REICLAR, que cuida da parte contábil e

da logística de coleta seletiva da rede, respectivamente, lançando mão da sua formação em economia e do domínio de planilhas eletrônicas. Como não há um sistema de qualificação dos cooperados, dificilmente outro catador tornar-se-á apto à assumir a função dela<sup>161</sup>. As permanências das mesmas pessoas nas mesmas funções derivam desta ausência de qualificação e da delegação da “responsabilidade”. As coordenadoras centralizam funções pela mesma razão. Por um lado, são percebidas como as mais capazes para exercer a função, em vista da detenção das qualidades acima mencionadas. Por outro, os cooperados “optam” por não assumir as responsabilidades requeridas pela gestão coletiva do empreendimento.

O que se consolida é uma gestão centralizada, mas não autoritária, posto que está baseada em um consenso que legitima a função de coordenação, seja porque ela conquista a confiança ou porque assume responsabilidades rejeitadas pelos outros cooperados.

## **6.8 Cultura do trabalho heterônomo e gestão coletiva**

Por fim, a cultura do trabalho heterônomo, que permeia o cotidiano das cooperativas, compõe a formação das hierarquias na sua gestão. Não raro, os cooperados referem-se aos rendimentos como “salário” e não como retirada. Neste detalhe, percebe-se a incorporação, no plano simbólico, da relação patrão/empregado no interior dos EES estudados. Esta relação é perceptível também na organização cotidiana do trabalho. Presenciamos uma “discussão” entre a coordenadora de produção da REICLAR e uma cooperada que tentava mudar de equipe de trabalho, mas teve sua intenção frustrada. Questionamos o porquê deste tipo de controle:

Ela quer ir para a mesa para ficar com as pessoas com as quais prefere trabalhar. É muita gente e elas entram em atrito. Ela, por exemplo, não gosta da Fernanda. Ela acha que ela faz as coisas devagar. Se for deixar elas sozinhas, elas fazem panelinhas. Isso atrapalha o serviço, pois elas vão sempre escolher com quem elas querem trabalhar. Aí fica aquela panelinha e essa coisa de panelinha não é legal. Porque tem pessoas que são mais novas, mais velhas, mais devagar, então vai ser sempre aquela

---

<sup>161</sup> Na cooperativa Antônio da Costa Santos (Campinas) havia uma cooperada cursando informática básica, para assumir o uso do computador nos processos de gestão da produção e gestão financeira da cooperativa. Esta foi a única iniciativa de qualificação identificada, entre todas as cooperativas observadas em Campinas e Maceió.



panelinha e no dia a dia isso causa conflitos. Se você não mistura, vão causar conflito porque elas não gostam, se você monta também vai causar conflito de uma turma com a outra. Elas sempre reclamam, mas tem que ser do jeito que eu organizo e não do jeito que elas querem. (Entrevista realizada no dia 10/09/2014).

Ainda que as coordenadoras das cooperativas destas duas redes sejam egressas do trabalho de catação, e não agentes externos, a ocupação de determinadas posições produz distanciamentos e engendra relações muito próximas daquelas observadas em ambientes de trabalho heterônomos. Persistências que podem não ser apenas residuais, mas inerentes à própria lógica que rege as experiências da Economia Solidária no contexto das novas configurações do trabalho. Nesta direção, Lima (2010) chama atenção para a possibilidade de incorporação dos EES no quadro hegemônico de uma nova cultura do trabalho fomentado pela lógica neoliberal, que estimula o empreendedorismo coletivo como via de inovação, sucesso econômico, liberdade e emancipação. A ideologia do novo espírito do capitalismo teria, assim, no empreendedor a figura do homem ideal, em contraposição ao homem da sociedade salarial.

O informal, antes percebido como atraso e empecilho ao desenvolvimento, ganha novo status no ideário neoliberal, passando a significar a abertura ao espírito empreendedor individual, que deveria libertar-se dos controles estatais. Este modelo expande-se com os sistemas de subcontratação e as reformulações das leis trabalhistas, no sentido da flexibilização dos contratos.

Neste cenário, Lima demarca que, no conjunto do trabalho organizado coletivamente, as cooperativas aproximam-se da proposta toyotista de participação e flexibilidade dos núcleos de produção, materializando os objetivos mais amplos da reestruturação do trabalho, muito mais do que contrapondo-se a eles.

Algumas empresas em processo de reestruturação incentivam seus trabalhadores a criarem cooperativas e trabalhem como terceirizadas para os antigos patrões. Outros enxugam setores, passando linhas de produção para os trabalhadores. As cooperativas radicalizariam alguns ideais participacionistas presentes no toyotismo: sendo ao mesmo tempo proprietários, gestores e trabalhadores, se envolveriam ao máximo no trabalho, aumentando a produtividade e reduzindo custos no trabalho. (2010, p. 179).

A cultura do assalariamento, por um lado, e as pressões sobre o processo de produção, dentro do referencial do mercado capitalista, por outro, dificultam, assim o amadurecimento da autogestão. Mesmo no Brasil, onde a formalização do trabalho não foi massiva, a cultura do assalariamento foi

incorporada pelos trabalhadores, que tem como meta, desejo ou padrão de dignidade do trabalho a “carteira assinada”. Os empreendedores, os trabalhadores autônomos se ressentem da ausência dos benefícios do trabalho formal, ainda que nunca tenham tido acesso a eles.

Lima demarca que os valores e sentidos atribuídos ao trabalho, neste novo espírito do capitalismo, buscariam compatibilizar o empreendedorismo e cooperativismo com as relações flexíveis de trabalho, esvaziando suas possibilidades de emancipação e resistência à exploração. Este conjunto de ideias, por seu turno, não suprime os valores da cultura salarial, nem embota completamente a percepção da exploração contida no trabalho organizado de forma coletiva.

Para os trabalhadores, a cultura do assalariamento representada pelos direitos sociais, ou a possibilidade de acesso a eles, marca profundamente a cultura do trabalho em seus aspectos relativos ao poder e autoridade e, enquanto tal, relativiza a incorporação dos valores do auto empreendimento e da autogestão. (2010, p. 193).

Para além desta dificuldade, as pressões sobre os preços dos recicláveis, dentre outras demandas da Indústria de Recicláveis também interferem na organização interna das cooperativas. Parece ser difícil a articulação com o mercado, sem que se perca de vista o propósito emancipador dos EES.

A autonomia dos empreendimentos frente aos agentes externos, como discutimos acima, realiza-se na medida em que seus dirigentes apresentam vínculos orgânicos com o processo de formação das cooperativas. A autonomia frente ao mercado, no entanto, fica comprometida, na medida em que a Indústria de Recicláveis, como única compradora dos produtos recicláveis, tem grande poder de determinação sobre as condições de seu funcionamento.

A RECICLAMP adequou seus sistemas de triagem em “diálogo” com os compradores, padronizando a separação dos materiais de modo que atendesse às suas necessidades. O relato deste processo, fornecido por uma cooperada, permite perceber a relação entre a valorização do produto da triagem e a sua adequação às exigências dos compradores.

Neste ponto, cabe observar, contudo, que esta relação é própria das trocas no mercado capitalista e este limite é dado pela lógica mais ampla que rege o vínculo entre as cooperativas e a Indústria de Recicláveis, insuperável, portanto, nas condições atuais. Para a Indústria de Recicláveis as cooperativas de catadores são

cooperativas de produção e, enquanto tal, estabelecem como mediação o produto reciclável, que “exige” determinadas qualidades e quantidades para adequar-se ao seu consumo, para reinserção no circuito do valor.

O vínculo com a prefeitura se dá sob outros termos, uma vez que a cooperativa presta um serviço. Neste caso, a mediação entre a cooperativa e a prefeitura tem outra natureza e as pressões sobre qualidade e quantidade produzidas são menores, o que não significa autonomia absoluta em relação ao contrato estabelecido, pois ele também determina condições para sua realização e manutenção. A autonomia das cooperativas, portanto, é relativa mesmo nestes casos.

## **6.9 O CATAFORTE e a gestão dos empreendimentos**

Este conjunto de fatores também contextualiza as ações do CATAFORTE, quanto ao aspecto da gestão. O tema da autogestão esteve presente no conteúdo formativo previsto nos seus cursos de capacitação, bem como foi um critério de seleção dos EES de catadores.

Este Edital de Chamamento Público tem por objeto a promoção de ações de formação e assessoria técnica para o setor da reciclagem dos resíduos sólidos, visando o fortalecimento das organizações sociais e produtivas dos catadores de materiais recicláveis, das suas formas de autogestão e dos empreendimentos econômicos solidários, conforme as especificações do “Termo de Referência FORTALECIMENTO DO ASSOCIATIVISMO E DO COOPERATIVISMO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: FORMAÇÃO PARA A AUTOGESTÃO E ASSESSORIA TÉCNICA (Modalidades: A,B,C)” (Edital de chamamento público n.º 003/2011 - FBB/PETROBRAS/BNDES/MTE-SENAES. Destaque nosso).

Nas suas três edições, os editais trouxeram o conteúdo da autogestão, acompanhado por conteúdos de gestão da produção, gestão financeira, gestão de logística, dentre outros. A prática da autogestão e da comercialização em rede compunham os critérios de avaliação das propostas.

**Inserção Comercial:** Práticas de Comercialização adotadas pelas cooperativas parceiras, comprovada mediante documentação fiscal como notas fiscais, recibos e faturas.

**Gestão Democrática:** caracterizada pela prática de alternância na direção e de existência de livre participação dos cooperados, comprovada mediante Estatuto, das últimas duas Atas de eleição da Diretoria ou averiguação junto aos cooperados (circularização). (Critérios 2 e 5, respectivamente, do Edital de Chamamento Público n.º 001/2012– FBB/PETROBRAS/BNDES/MTE-SENAES. Destaque nosso).

Perpassadas por pressões externas (mercado e contrato com as prefeituras), as cooperativas sofrem interferência nos seus processos internos de desenvolvimento da gestão, conforme discussão acima. Os elementos internos (centralização da gestão pelas coordenadoras, moldura jurídica e cultura do trabalho heterônomo) associados aos externos constituem um modelo que hibridiza traços de gestão democrática, com traços de gestão hierarquizada. Os processos formativos do CATAFORTE não foram suficientes para consolidar o modelo de gestão preconizado pela Economia Solidária.

Neste sentido, não abrigam experiências plenas de autogestão. As cooperativas da REICLAMP, contudo, diferenciam-se das cooperativas de Maceió pelo desempenho econômico, cumprindo rotinas de gestão que garantem maior eficiência produtiva. Esta eficiência deriva dos aspectos autogestionários<sup>162</sup> ou dos aspectos heterogestionários? O que falta às cooperativas de Maceió para que alcancem patamar de produção equivalente às cooperativas de Campinas? Já vimos que não são, propriamente, as condições materiais, nem políticas (em termos de políticas públicas municipais ou federais).

Do ponto de vista do impacto sobre a gestão das cooperativas da REICLAMP, o CATAFORTE resultou no estabelecimento de um novo segmento da rede, a REICLAMP logística, com um plano próprio de gestão dos recursos materiais e humanos. Com isso, pretendem avançar na oferta do serviço de coleta seletiva, para a prefeitura, iniciado em janeiro de 2014. Associado aos caminhões doados, a gestão dos recursos alcançou a meta do programa, quanto ao fortalecimento da sustentabilidade econômica dos empreendimentos contemplados. Como a REICLAMP praticava, previamente, a aplicação dos kits de coordenação e tesouraria, responsável, em grande medida, pelo cumprimento das metas de produtividade da rede, não é possível afirmar que o patamar de eficiência que apresentaram quando realizamos a pesquisa de campo se deve inteiramente ao impacto do CATAFORTE. O que é possível concluir é que a rede obteve aproveitamento satisfatório dos cursos de formação. Ela estava apta a assimilar os conteúdos e colocá-los em funcionamento, como demonstra a dinamização dos recursos materiais aportados.

---

<sup>162</sup> Ou solidários, nos termos de Gaiger (2009, p.310).

As cooperativas de Maceió não alcançaram o mesmo aproveitamento dos cursos de formação, do ponto de vista da dinamização da gestão dos recursos, como vimos no capítulo anterior.

Quanto à autogestão, ambas apresentam problemas semelhantes de democracia direta. O CATAFORTE não dirimiu, em nenhum dos dois casos, estes problemas. A REICLAMP mostra um grau menor de centralização hierárquica, em função da maior especialização das funções, envolvendo mais cooperados na sua gestão, enquanto as cooperativas de Maceió funcionam, quase que exclusivamente, sob os cuidados das suas coordenadoras. De qualquer forma, o hibridismo entre traços de autogestão e de heterogestão denota a dificuldade de consolidação de experiências emancipatórias no campo do cooperativismo de catadores. Por outro lado, ao trazerem formas de produção nas quais não há a presença do “patrão” da empresa capitalista tradicional, nem a posse individual dos meios de produção, engendram uma maneira de produção e distribuição da riqueza (quando conseguem produzir riqueza), que guarda potenciais formas alternativas de produção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa hipótese de trabalho levou em consideração um conjunto de mudanças institucionais que poderiam ter impacto sobre a configuração do trabalho dos catadores: aprovação da Lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (12.305/2010), criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis, criação da SENAES e o surgimento do MNCR. O CATAFORTE foi o programa, em nível federal, que aportou recursos para consolidar, nos municípios, as políticas públicas formuladas neste contexto, nos últimos dez anos, aproximadamente.

Neste cenário, as questões que orientaram a pesquisa estiveram organizadas em torno da sustentabilidade econômica das cooperativas de catadores; do acesso aos direitos vinculados ao trabalho e da organização coletiva do trabalho como possibilidade de construção de uma experiência alternativa à heterogestão. Tratava-se de saber em que medida a organização coletiva do trabalho dos catadores apontava para a superação da pobreza e da precariedade e em que medida ela apenas os inseria na cadeia produtiva dos recicláveis de forma subalterna. Afinal, as cooperativas de catadores inscrevem-se no movimento mais amplo de Economia Solidária, trazendo as ambivalências e ambiguidades que marcam suas formulações teóricas e práticas cotidianas.

O aporte de recursos do CATAFORTE teve impactos distintos nos dois casos estudados, com relação à sustentabilidade econômica dos empreendimentos, garantindo renda, em média, duas vezes maior do que salário mínimo para os catadores da rede REICLAMP. Este caso aponta para a possibilidade do cooperativismo de catadores gerar renda suficiente para retirar os cooperados da condição de pobreza, permitindo relativizar as afirmações de que este tipo de atividade estaria condenada a reproduzir a pobreza como condição estrutural.

A sustentabilidade econômica, por sua vez, tem impacto sobre o acesso aos direitos vinculados ao trabalho. As cooperativas de Campinas garantem acesso a estes direitos, por meio da regularidade da contribuição ao INSS, bem como pela formação de fundos que garantem remuneração para descanso semanal, férias e uma retirada, ao final de cada ano, equivalente ao décimo terceiro salário. Assim, ainda que as cooperativas de catadores não estejam sob o alcance da Lei

nº12.690/2012, a REICLAMP cumpre suas determinações, indicando o potencial das demais cooperativas em cumpri-las. O caso da REICLAMP denota que as cooperativas de catadores podem alcançar inserção positiva na cadeia produtiva dos recicláveis, em termos de renda e acesso aos direitos vinculados ao trabalho, na medida em que superam os limites estruturais que impedem ganhos de produtividade.

As cooperativas de Maceió não superaram estes limites, apesar do novo ambiente institucional e dos aportes de recursos materiais e humanos trazidos pelo CATAFORTE. Apresentam, assim, baixa produtividade, ausência de articulação em rede e pouca qualificação técnica no processo de triagem do material, impedindo-as de produzir em volume e qualidade suficientes para realizar vendas diretamente à Indústria de Recicláveis, negociando preços melhores. Permanecem, desta forma, dependentes de atravessadores. Os baixos rendimentos impedem a formação de fundos para remuneração dos descansos semanais e de férias, do “décimo terceiro” e para a contribuição regular ao INSS. Com isso, estes catadores não tem garantidos os direitos vinculados ao trabalho.

Ambas as redes de cooperativas tiveram acesso aos recursos do CATAFORTE e vivenciaram os mesmos processos de constituição do que chamamos aqui de “novo ambiente institucional” para o cooperativismo de catadores, acessando as políticas públicas que se desenharam neste percurso. O modelo de gestão dos empreendimentos é um dos fatores centrais que explica a diferença quanto ao aproveitamento dos recursos disponíveis (materiais e humanos).

Tanto nas cooperativas observadas em Maceió como nas observadas em Campinas, há um modelo que hibridiza traços de hetero e de autogestão. Em ambos os casos, observamos uma gestão centralizada pela coordenadora, mas sob o consenso dos cooperados, que delegam “poderes” porque percebem nela habilidades indispensáveis à gestão do trabalho e da produção e/ou porque não querem assumir as responsabilidades da gestão dos empreendimentos. Não identificamos, contudo, traços de autoritarismo, percebidos em outras pesquisas sobre o cooperativismo de catadores (MAGERA, 2005; RIZEK, 2012). Desta forma, não podemos afirmar que estas cooperativas reproduzem relações de trabalho típicas de uma empresa capitalista, embora ainda abriguem elementos da cultura do trabalho heterônomo (LIMA, 2010). Há mecanismos de gestão que alternam a

centralização das decisões com rotinas de participação democrática direta, dada a moldura jurídica dos empreendimentos.

Nas cooperativas da rede REICLAMP, a centralização operada pela coordenação é menos intensa, quando comparada com as cooperativas de Maceió, pois a “profissionalização” da gestão implica a participação efetiva dos responsáveis pelas outras funções previstas no estatuto do empreendimento. As rotinas que derivam da aplicação dos kits de coordenação e de tesouraria produzem esta distribuição de funções. Com isso, a gestão da produção e do trabalho na REICLAMP mostrou-se mais “apta” a aproveitar os recursos disponibilizados pelo CATAFORTE e mais dinâmica no alcance das possibilidades abertas pelo novo ambiente institucional.

É, portanto, na interação entre as políticas públicas e a gestão interna às cooperativas que se define o grau de avanço que as ações de fomento ao cooperativismo pode alcançar. O caso da REICLAMP aponta para a possibilidade de inserção positiva na cadeia de revalorização dos recicláveis. O caso de Maceió mostra que, apesar das políticas desenhadas, esta possibilidade esbarra na gestão dos empreendimentos, demandando maior atenção das ações de políticas públicas voltadas a este setor, no que diz respeito à consolidação de modelos de gestão mais eficientes. Os processos de capacitação previstos pelo CATAFORTE tiveram resultados positivos quanto à consolidação da eficiência produtiva nas cooperativas da REICLAMP, aprimorando a capacidade de prestação de serviço de coleta seletiva para a prefeitura de Campinas. Com relação às cooperativas de Maceió, o resultado foi quase nulo, neste sentido. E ambos os casos, contudo, houve avanço apenas relativo no amadurecimento da participação democrática direta dos cooperados na gestão dos empreendimentos. Com isso, corre-se o risco de estar criando sistemas apenas formalmente autogeridos. De todo modo, foi possível observar que distanciam-se de sistemas de gestão tipicamente empresariais, nos moldes capitalistas.

Nesta direção, a participação política na esfera municipal acrescenta um elemento que requer destaque, pois caracteriza as cooperativas observadas como espaços de formulação e expressão das demandas dos cooperados no campo do trabalho. Neste caso, estamos tratando especificamente dos processos de contratação das cooperativas pelas prefeituras de Campinas e de Maceió, que demandou articulação entre os cooperados e os agentes do terceiro setor (ONGs,



OSCIPs e Universidade), para reivindicação do estabelecimento dos contratos e dos seus termos. O que fica claro na observação de ambos os processos é que sem a luta política destes agentes, os contratos não teriam sido pactuados (é válido lembrar que o contrato entre a prefeitura de Campinas e a REICLAMP demorou nove anos para ocorrer). A instituição da PNRS, bem como as leis mais específicas que favorecem a inserção das cooperativas de catadores nos sistemas municipais de gestão dos resíduos sólidos (Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 11.445/2007) não teriam qualquer efeito sem esta mobilização. Deste modo, enfatizamos aqui a dimensão política como mais um elemento que diferencia estes empreendimentos em relação a uma empresa capitalista tradicional, pois induz os trabalhadores à percepção e interação com a esfera pública local, a partir da perspectiva da discussão/negociação política em formatos mais próximos da democracia direta (GAIGER, 2008, 2009).

O modelo cooperativista de gestão dos resíduos sólidos disputa espaço com modelos geridos por empresas privadas (WIRTH, 2016), orientadas pela geração de lucro e do acúmulo de riqueza. Por isso, a luta política vai além da conquista da adesão da esfera pública municipal em relação ao trabalho dos catadores, envolvendo o embate contra os interesses das empresas privadas de coleta seletiva ou de incineração de lixo.

No plano nacional, disputa semelhante levou o MNCR a defender, diante do Ministério Público Federal, sua permanência na constituição da rede de logística reversa que se formava a partir do acordo setorial das embalagens, para garantir a inserção das cooperativas de catadores nas cadeias de logística reversa então em formação. Este é um exemplo eloquente da importância que adquire a luta política na manutenção do protagonismo do movimento cooperativista de catadores.

Com isso, é preciso colocar em perspectiva a ideia de que a Economia Solidária, de um modo geral, e o cooperativismo de catadores, de modo mais específico, implicam a *passivização* da luta política, como afirmado em algumas pesquisas neste âmbito (WELLEN, 2012; BARBOSA, 2007; BURGOS, 2014). A ideia de passivização só faz sentido se considerarmos o conflito capital/trabalho como mote da luta política por excelência. Dito de outro modo, a noção de passivização implica tomar a aniquilação da lógica de reprodução do capital como único objetivo da transformação social a merecer a denominação de “luta política”. Somente assim, as mobilizações de trabalhadores laterais ao conflito capital/trabalho

podem ser consideradas passivização. Neste caso, é plausível identificar no cooperativismo de catadores, entendido como uma seção do movimento mais amplo da Economia Solidária, um processo de passivização, ou seja, de adesão dos trabalhadores ao sentido mais amplo de reprodução do capital. Afinal, o que caracteriza a luta política dos catadores é a necessidade de entrada e permanência das cooperativas no mercado dos recicláveis, que envolve, pelo menos, três campos: o de oferta de serviços de coleta seletiva para prefeituras; o de comercialização com a indústria de recicláveis e o da logística reversa das embalagens.

Nesta direção, a separação jurídica entre as cooperativas de catadores e a Indústria de Recicláveis promove a invisibilidade da relação entre estas etapas da cadeia produtiva (BURGOS, 2014, p.98), ou seja, da relação entre a Indústria de Recicláveis, como o polo de acúmulo de capital, e as cooperativas (a base desta indústria), como o polo de extração de valor. A luta do MNCR não é “contra” a Indústria de Recicláveis, mas pela inserção na cadeia ampla da qual ela faz parte como elemento central. Por outro lado, a organização política dos catadores, no plano local, trava, como vimos, suas lutas contra empresas privadas que disputam mercado com elas. São disputas entre lógicas distintas de produção e gestão (WIRTH, 2016), de cujo sucesso depende a inserção mais positiva das cooperativas e a consequente melhoria das condições de trabalho.

Em relação à catação executada nos “lixões” ou nas ruas das cidades, o trabalho nas cooperativas, nos dois casos estudados, apresenta condições melhores de execução, pois proporciona ambientes de trabalho abrigados do sol e da chuva; contato com material reciclável limpo (pelo menos mais limpo do que aquele misturado ao lixo comum), uma vez que é “pré-triado” nas residências; condições ergonômicas mais adequadas; maior amparo de políticas públicas e sociais, que decorre do reconhecimento da importância ambiental da atividade dos catadores e, por fim, maior possibilidade de expressividade política, aproximando-os da esfera pública municipal. De modo que, apesar dos limites que apresenta, o cooperativismo de catadores proporciona condições gerais de trabalho (objetivas e subjetivas) que apontam para a sua melhoria. O que permite afirmar, concordando

com Fé e Faria (2011, p. 19), que não estamos diante de um processo de precarização, mas o contrário dele<sup>163</sup>.

A inserção das cooperativas na cadeia de revalorização dos recicláveis, contudo, nem sempre resulta em sucesso econômico, como vimos com o caso das cooperativas de Maceió, havendo, desta forma, grande heterogeneidade neste cenário. Em comum, temos o contexto no qual se estabelece a composição desta cadeia produtiva, que segue o formato de redes de empresas menores, que gravitam em torno de empresas centrais ou líderes (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 251). Dentre as consequências da transição do modelo fordista, para o modelo de empresa em rede, destaca-se a intensificação do trabalho, associada a perdas em termos de renda e direitos (BOLTANSKI; CHAPELO, 2009; HARVEY, 2008; ANTUNES, 2003). Se, por um lado, resultou no aumento da desigualdade, em decorrência do maior acúmulo de capital, por outro, uma série de mudanças na organização do trabalho visaram dar respostas às críticas ao fordismo, incorporando parte das reivindicações dos trabalhadores, como forma de conquistar adesão ideológica (BOLTANSKI; CHAPELO, 2009). Este processo de incorporação da crítica levou a modelos que contemplam, ainda que superficialmente, a maior participação dos trabalhadores nos processos de organização do trabalho, incorporando elementos da autogestão. Em conjunto, o que Boltanski e Chiapello (2009) identificam como o Terceiro Espírito do Capitalismo implica a sobreposição de sentidos do trabalho, dos termos que definem sua organização e dos modelos de gestão, criando novas ambivalências e ambiguidades no mundo do trabalho. A Economia Solidária reproduz algumas delas, na medida em que surge como proposta de organização do trabalho neste mesmo contexto de reconfiguração do fordismo. É nesta direção que podemos compreender a afirmação de Singer, segundo a qual os modelos de gestão do trabalho na Terceira Itália e em Mondragón tem mais semelhanças do que diferenças (2004, p.20). A ideia central, neste caso, é a de que empresas capitalistas aproveitam traços da autogestão e da produção solidária (cooperação interna e externa às unidades produtivas), bem como empreendimentos solidários aproveitam traços da gestão empresarial. Para Singer, este cenário seria favorável ao avanço da Economia Solidária, em termos globais.

---

<sup>163</sup> O que não exclui a continuidade de um trabalho que pode ser considerado precário em si mesmo, em função das suas condições objetivas.

Não se trata, nestas considerações finais, de avaliar a conclusão de Singer, mas de demarcar aquilo que estamos apontando como ambivalência e ambiguidade na Economia Solidária. Elas levam os empreendimentos econômicos solidários a executar, de forma radical, alguns princípios participacionistas do toyotismo, por exemplo (LIMA, 2010, p.179).

Por isso não é incoerente o apoio prestado por representantes de bancos e conglomerados de grandes empresas às iniciativas de Economia Solidária, afinal, o sentido histórico que podem assumir condiz com os interesses destes agentes. Assim, no lugar de um movimento que atua contra a lógica do capital, temos um conjunto de ações que se coaduna com ela. A presença da Braskem e da ENACTUS, entre as cooperativas de catadores de Maceió e do PorAmérica, entre os de Campinas, reafirma este viés.

As ambiguidades, no entanto, também determinam o compromisso do MNCR no engajamento pela consolidação dos empreendimentos econômicos solidários de catadores, dadas as ambivalências que abrigam, atendendo, concomitantemente, aos interesses destes agentes antagônicos (LIMA, 2008, p. 214). Isto porque o processo de flexibilização pode ocorrer sem precarização ou com precarização relativa (LIMA, 2009a, p. 121), como a que observamos entre os catadores da REICLAMP, que recompõem os direitos vinculados ao trabalho, etc.

Qual o limite desta conciliação de interesses? Como apontamos acima, ele é dado pelo valor das matérias primas virgens equivalentes às recicláveis. Caso a organização do trabalho dos catadores leve os recicláveis a valerem mais do que a matéria prima virgem, perder-se-á o interesse “ambiental” na reciclagem. Com isso, somente pressões legais manteriam o funcionamento destas atividades.

Por enquanto, as cooperativas de catadores correspondem ao modelo de estruturação industrial nos moldes flexíveis. Notadamente pela cisão legal entre a sua base (cooperativas) e seu núcleo central, sem representar qualquer custo adicional com mão de obra. Por outro lado, nos casos em que se alcança sustentabilidade econômica, garante trabalho e renda para os cooperados. O sentido histórico que assume é o de conciliação com o mercado em termos capitalistas.

O cooperativismo sempre esteve em tensão, entre as estratégias de reprodução do capital e de resistência do trabalho (LIMA, 2004, 2009b; SINGER, 2002). Assim como a lógica do capital pode se apropriar do cooperativismo para se

alimentar, nada impede que os trabalhadores se apropriem do cooperativismo para se armar contra a exploração. A roda da história nunca cessa seu movimento.

## REFERÊNCIAS

ABRELPE-Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2014**. São Paulo: ABRELPE, 2015.

ALAGOAS 24 HORAS. Catadores protestam em frente ao lixão. **Alagoas 24 Horas**, Alagoas, 29 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.alagoas24horas.com.br/593479/catadores-protestam-em-frente-ao-lixao>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

ANDRADE, Marconi Tabosa de. O pagamento por serviço ambiental às cooperativas de catadores: ampliação da renda ou gestão da pobreza? **Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**, v. 13, n.1, jan- jun., 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/abet/article/view/24867>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

\_\_\_\_\_, Marconi Tabosa de. Organização do Processo de Trabalho de Catação de Resíduos Sólidos Recicláveis: uma Alternativa para a Superação da Pobreza. In: II Congresso Nordestino de Extensão Universitária, 2010, Recife. **Anais**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010. p. 36-48.

\_\_\_\_\_, Marconi Tabosa de. Trabalho Economicamente Viável, Ambientalmente Sustentável, mas Socialmente Injusto. In: XV Encontro de Ciências Sociais de Norte e Nordeste e Pré-ALAS Brasil, 2012, Teresina. **Anais**. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2012.

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária. **Atlas da economia solidária no Brasil**. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

\_\_\_\_\_, Ricardo. As Formas Contemporâneas de Trabalho e a Desconstrução dos Direitos Sociais. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org); IAZBECK, Maria Carmelita (Org). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez/CNPq, 2008.

\_\_\_\_\_, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

AQUINO; Israel Fernandes; CASTILHO JR, Armando Borges de; PIRES, Thyrza Schlichting de Lorenzi. A organização em rede dos catadores de materiais recicláveis na cadeia produtiva reversa de pós-consumo da região da grande Florianópolis: uma

alternativa de agregação de valor. **Gestão e Produção**, São Carlos, v. 16, n.1, p.15-24, jan/mar. 2009.

Associação Brasileira do Alumínio – ABAL. **Reciclagem no Brasil**. Disponível em: <<http://abal.org.br/sustentabilidade/reciclagem/reciclagem-no-brasil/>> Acesso em: 29 set. 2016.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_, Rosangela Nair de Carvalho. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs.). **Políticas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rosseti. Crise do Capital, Fundo Público e Valor. In: BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete; SANTOS, Silvana Mara M.; MIOTO, Regina T. (Org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_, Elaine Rosseti. Rotação do Capital e Crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara; SALVADOR, Evilasio. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_, Elaine Rosseti. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes (orgs.). **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara; SALVADOR, Evilasio. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BHOWMIK, Sharit. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades na Índia. In: SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BIRKBECK, C. Garbage, Industry and the Vultures of Cali, Colombia. In: BROMLEY, R.; GERRY, C. **Casual work and poverty in third world cities**. Nova York: John Wiley and Sons, 1979.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BORTOLI, Mari Aparecida. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.12, n.1, p.105-114, jan/jun. 2009.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. América Latina, política social e pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? In: BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara; SALVADOR, Evilasio. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho informal: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.23, n.67, p. 101 – 116, junho. 2008.

BRAGA, Ruy. **A nostalgia do fordismo**: modernização e crise na teoria da sociedade salarial. São Paulo: Xamã, 2003.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 ago. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em 07 jan. 2015.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. In: BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara; SALVADOR, Evilasio. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BURGOS, Rosalina. **Periferias urbanas da metrópole de São Paulo**: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico. 2008. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2014.

BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo**. 4. ed. Humanitas, FFLCH/USP, 2003.

\_\_\_\_\_, Sabetai. **Perspectivas econômicas da reciclagem do lixo no município de São Paulo**. 1996. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo - SP, Departamento de Geografia.

CAMPOS, H. K. Projeto lixo e cidadania. **Seminário de Resíduos Sólidos**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 10 a 12 de maio de 2000. Disponível em <<http://www.ambiente.sp.gov.br>>. Acesso em: 08 abr. 2010.

CASTANHEIRA, Maria Eugênia Monteiro; José Roberto PEREIRA. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. **Revista Katálysis**. Florianópolis, 116-122, v.11, n. 1, jan/jun. 2008.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1998.

CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem . **CEMPRE Review – 2013**.



Disponível em: <<http://cempre.org.br/artigo-publicacao/artigos>>. Acesso em: 07 set. 2015a.

\_\_\_\_\_. **CEMPRE Review – 2015**. Disponível em: <<http://cempre.org.br/artigo-publicacao/artigos>>. Acesso em: 07 set. 2016a.

\_\_\_\_\_. **Ficha técnica latas de alumínio**. Disponível em: <[http://www.cempre.org.br/ft\\_latas.php](http://www.cempre.org.br/ft_latas.php)>. Acesso em: abr. 2012a.

\_\_\_\_\_. Campinas contrata cooperativa para coleta e triagem. **CEMPRE Informa**. Disponível em: <<http://cempre.org.br/cempre-informa/id/29/campinas-contrata-cooperativa-para-coleta-e-triagem>>. Acesso em 23 dez. 2016c.

\_\_\_\_\_. **Ciclossoft 2016: radiografando a coleta seletiva**. Disponível em: <<http://cempre.org.br/ciclossoft/id/8>>. Acesso em: 24 set. 2016b.

\_\_\_\_\_. **Ficha técnica PET**. Disponível em: <[http://www.cempre.org.br/ft\\_pet.php](http://www.cempre.org.br/ft_pet.php)>. Acesso em: abr. 2012b.

\_\_\_\_\_. **Ficha técnica papel ondulado**. Disponível em: <[http://cempre.tecnologia.ws/ft\\_papel\\_ondulado.php](http://cempre.tecnologia.ws/ft_papel_ondulado.php)>. Acesso em: abr. 2012c.

\_\_\_\_\_. **O avanço da reciclagem no Brasil**. Disponível em: <<http://cempre.org.br>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. **Reciclagem de embalagens**: O compromisso do setor empresarial para aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://cempre.org.br/artigo-publicacao/artigos> >. Acesso em: 07 set. 2015a.

CMMAD – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro em comum**: o relatório Brundtland. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORAGGIO, José Luís. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gariel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz. **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

CZAPSKI, SILVIA. Pet reciclado ainda é alvo de rejeição: indústria teme reação do público a fibras reaproveitadas. **Valor Econômico: Valor online**, São Paulo, ano 4, n. 911, 17 dez. 2003 [Empresa & Comunidade].

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: Alejandro Grimson. (Org.). **La cultura em las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 195-216, 2004.

DAGNINO, Renato. Apresentação. In: Novaes, Henrique Tahan. **O fetiche da tecnologia**: a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DAMÁSIO, J. **Diagnóstico do entreposto de Itaboraí e efeitos sobre os demais**

**entrepósitos da Rede CataFlu.** Relatório Final, Pangea; Fundação BB; Petrobrás, 2010b.

\_\_\_\_\_, J. **Para uma política de pagamento pelos serviços ambientais urbanos de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis.** Salvador: Pangea, 2010d.

\_\_\_\_\_, J. **Estudo da cadeia de comercialização de materiais recicláveis: uma pesquisa exploratória das estruturas de mercado das regiões metropolitanas de Salvador, São Paulo e Brasília.** Relatório Final, Pangea; Fundação BB, 2010a.

\_\_\_\_\_, J. **Impactos socioeconômicos e ambientais do trabalho dos catadores na cadeia da reciclagem.** Relatório final, UFBA; Pangea; MDS; Unesco, 2010c.

DAVIS, Mike. **Planeta favela.** São Paulo: Boitempo, 2006.

DIAS, Sonia Maria. **Trajetórias e memórias dos fóruns lixo e cidadania no Brasil:** experimentos singulares de justiça social e governança participativa. 2009. 391 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais – MG.

DIAS, Sylmara Lopes Francelino Gonçalves. Há vida após a morte: um (re)pensar estratégico para o fim das embalagens. **Gestão e Produção.** São Paulo, v. 13, n.3, p. 463 – 472, 2006.

DUPAS, Gilberto. A lógica da economia global e a exclusão social. **Estudos Avançados.** São Paulo, v.12, n.34, p.121-159, 1998.

DUSTON, Thomas, E. **Recycling solid waste:** the first choice for private and public sector management. London: Quorum Books, 1993.

FÉ, Carlos Frederico C. de M.; FARIA, Maurício Sardá de. Catadores de Resíduos Recicláveis: autogestão, economia solidária e tecnologias sociais. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela F.(orgs.) **Cooperativas de catadores:** reflexões sobre práticas. São Carlos: Claraluz, 2011.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. Impasses, avanços e desafios da ação pública em Economia Solidária: uma perspectiva comparada Brasil-França.” In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia de Paula. **Novas configurações do trabalho e economia solidária.** São Paulo: Annablume, 2009.

Fundação Banco do Brasil. **Relatório de Atividades - 2014.** Disponível em: <https://www.fbb.org.br/quem-somos/governanca/governanca.htm#10>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katálysis.** Florianópolis, 11-19. v.11, n. 1, jan/jun. 2008.

\_\_\_\_\_, Luiz Inácio. A Racionalidade dos Formatos Produtivos Autogestionários. **Sociedade e Estado,** Brasília, v.21, n.2, p. 513-545, maio/ago. 2006.

\_\_\_\_\_, Luiz Inácio. O Mapeamento Nacional e o Conhecimento da Economia Solidária. **Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**, v.12, n. 1, março/junho., 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/abet/article/view/18512/10416>. Acesso em: 07 jan. 2015.

\_\_\_\_\_, Luiz Inácio. A presença política da Economia Solidária. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia de Paula. **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009.

GAZETAWEB. Até agora, não foram apresentadas medidas compensatórias favoráveis para as pessoas que ajudam a separar os resíduos sólidos em Maceió, **Gazeta Web.com**, Alagoas, 28 abr. 2010. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia-old.php?c=204048&e=6>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

GEORGES, Isabel. As novas configurações do trabalho: precarização e “economia solidária” (comparação Brasil-França). In: LEITE, Márcia de Paula; Araújo, Angela Maria Carneiro (Orgs.). **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2009.

GEORGES, Marcos Ricardo Rosa. Caracterização do Produto Logístico na Cadeia de Suprimentos das Cooperativas Populares de Coleta e Seleção de Recicláveis. **Inovação, Gestão e Produção**, Campinas, v.03, n.01, p.1-18, janeiro/2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Loyola: São Paulo, 1997.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v.11, n.1, p.132-142, jan./jun. 2008.

GONSALVES, Reinaldo. Redução da desigualdade da renda no governo Lula: análise comparativa. In: BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara; SALVADOR, Evilasio. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: \_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUTBERLET, Jutta et al. Pesquisa-ação em educação ambiental e saúde dos catadores. In: PEREIRA, Bruna; GOES, Fernanda (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Brasília: Ipea, 2016.

GUTIERREZ, Rafaela F.; ZANIN, Maria. Panorama de empreendimentos econômicos solidários de catadores no Brasil. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela F.(orgs.) **Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas**. São Carlos: Claraluz, 2011.

\_\_\_\_\_, Rafaela F; GITAHY, Leda. A comercialização dos resíduos sólidos urbanos de plástico no Estado de São Paulo. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES,

Fernanda Lira (orgs). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro**: estudo de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX-1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLZMANN, Lorena. Empreendimentos Solidários e agentes externos. Autonomia ou tutela? In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia de Paula. **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009.

IBGE-Cidades (Arapiraca). Disponível em:  
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> . Acesso em: abr. 2012.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Diagnóstico sobre catadores de resíduos sólidos**: relatório de pesquisa. Brasília: IPEA, 2012.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos**. Brasília: IPEA, 2010.

\_\_\_\_\_. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasília: IPEA, 2013a.

\_\_\_\_\_. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil**: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. 2268 Texto Para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

\_\_\_\_\_. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. Número 21. Brasília: IPEA, 2013b.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental e o desafio da sustentabilidade socioambiental. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v.30, n.4, p. 524-531, out/dez. 2006.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Maceió: EDUFAL, 2013.

LAVILLE, Jean Louis. Ação pública e economia: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO, Geneauto. **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_, Jean Louis. Economie plurielle. In: LAVILLE, J.L; CATTANI, A. (Org.) **Dictionnaire de l'autre économic**. Paris: Desclée de Brouwer, 2005.

LEITE, Marcia de Paula. A Economia Solidária e o Trabalho Associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n.69, p. 31 – 51, fev. 2009a.

\_\_\_\_\_, Márcia de Paula. Cooperativas e Trabalho: um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia de Paula. **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009b.

\_\_\_\_\_, Márcia de Paula. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In: \_\_\_\_\_; Araújo, Angela Maria Carneiro (Orgs.). **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2009c.

\_\_\_\_\_, Marcia de Paula; SALAS, Carlos. Trabalho e Sindicalismo em Tempos Modernos: desafios e perspectivas no Brasil e México. In: \_\_\_\_\_; Araújo, Angela Maria Carneiro (Orgs.). **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2009d.

LIMA, Francisco de P. A.; SOUZA, Marcelo Alves de. Bem Público e interesses privados no tratamento do lixo urbano: o caso da parceria público-privada dos resíduos sólidos em Minas Gerais. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (orgs). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

LIMA, Jacob Carlos. A Economia Solidária: de movimento social a política pública. In: LEITE, Márcia Paula; ARAÚJO, Angela Maria; LIMA, Jacob Carlos. **O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação**. São Paulo: Annablume, 2015a.

\_\_\_\_\_, Jacob Carlos. **As Artimanhas da Flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção**. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

\_\_\_\_\_, Jacob Carlos. Cooperativas de Reciclagem de Lixo no Brasil: a autogestão da pobreza In: MÁRCIA, Paula Leite; ARAÚJO, Angela Maria; LIMA, Jacob Carlos. **O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação**. São Paulo: Annablume, 2015b.

\_\_\_\_\_, Jacob Carlos. Cooperativas, trabalho associado, autogestão e Economia Solidária: a constituição de um campo de pesquisa no Brasil. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia de Paula. **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009b.

\_\_\_\_\_, Jacob Carlos. O Trabalho Autogestionário em Cooperativas de Produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 19, p.45-63, out. 2004.

\_\_\_\_\_, Jacob Carlos. O Trabalho em Cooperativas: dilemas e perspectivas. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. **A Perda da Razão Social do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_, Jacob Carlos. Paradoxos do Trabalho Associado. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 113-132, jun. 2009a.

\_\_\_\_\_, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, Porto Alegre, n.25, p. 158-198, set/dez. 2010.

\_\_\_\_\_, Jacob Carlos. Reestruturação industrial, desemprego e autogestão: as cooperativas do Vale dos Sinos. **Sociologias**, Porto Alegre, n.19, p. 212-249, jan/jun. 2008.

LOCATELLI, Pedro Marcos. Proposta de um instrumento econômico para viabilizar o pagamento por serviços ambientais urbanos aos catadores de materiais recicláveis. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (orgs). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

MAGERA, Márcio. **Os Empresários do Lixo: um paradoxo da modernidade**. 2. ed. Campinas: Átomo, 2005.

MENDES, Luiz Carlos Abreu. **Visitando o “terceiro setor” (ou parte dele)**. Texto para discussão nº 647. Brasília: IPEA, 1999.

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis. Brasília, MDS/MNCR/PANGEA/GERI-UFBA, 2006. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/biblioteca/publicacoes/relatorios-e-pesquisas/analise-do-custo-do-postos-de-trabalhos-na-economia-urbana-para-o-segmento-dos-catadores-de-materiais-reciclaveis>> Acesso em: 28 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Programa de Pagamentos de Serviços Ambientais: considerações sobre o relatório final da “Pesquisa sobre o pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos” do IPEA**. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/artigos/nota-publica-psau-programa-de-pagamentos-de-servicos-ambientais-urbanos>>. Acesso em: 13 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Catadores lotam audiência pública para debater logística reversa**. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/noticias/noticias-regionais/catadores-lotam-audiencia-publica-para-debater-logistica-reversa>>. Acesso em: 27 mar. 2017a.

\_\_\_\_\_. **MNCR: 15 anos de lutas, revolucionando histórias!**. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/notas-e-declaracoes/mnccr-15-anos-de-lutas-revolucionando-historias>> Acesso em: 29 mar. 2017c.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Luta**. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/noticias/blog-do-sul/setores/programa-de-luta>>. Acesso em: 29 mar.2017b.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Resíduos e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. In: PHILIPPI JR, Arlindo (coord). **Política Nacional, Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos**. Barueri: Editora Manole, 2012.

NASCIMENTO, Aline de Souza. et al. Logística solidária para inclusão social e produtiva de catadores e catadores: a experiência do CATAFORTE II. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (orgs). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

NASCIMENTO, C. **A autogestão e o “novo cooperativismo”**. Brasília: Textos para discussão/SENAES, 2004.

NEVES, Magda de Almeida. Dinâmicas do Trabalho na cidade: informalidade e autogestão. In: LEITE, Márcia de Paula; Araújo, Angela Maria Carneiro (Orgs.). **O trabalho reconfigurado**: ensaios sobre Brasil e México. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2009.

NÓBREGA, Juliana da Silva. **As possibilidades de uma ecologia de saberes**: a negociação de sentidos no processo de incubação. 2006. 91 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – PUC São Paulo, São Paulo – SP.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_, Francisco de. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_, Francisco de. Um prefácio dialogal. In: Nadya A. Guimarães. **Caminhos cruzados**: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: Editora 34, 2004.

PEPINELLI, Rafaela. **Empreendimentos econômicos solidários de catadores**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (orgs). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes (orgs.). **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

PINHEL, Julio Ruffin; ZANIN, Maria; MÔNACO, Graziela Del. Catador de Resíduos Recicláveis: um perfil profissional em construção. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela F.(orgs.) **Cooperativas de catadores**: reflexões sobre práticas. São Carlos: Claraluz, 2011.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PIORE, M; SABEL, C. **The second industrial divide**. Nova York: Basic Books, 1984.

PIRES, Aline Suelen. O que aconteceu com as fábricas recuperadas? Uma retomada da questão da autogestão no Brasil. In: Encontro Anual da ANPOCS, 37, 2013, Águas de Lindóia/SP. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=1206&Itemid=288](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=1206&Itemid=288)>. Acesso em: 20 set. 2016.

POCHMAN, Márcio. **A metrópole do trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

\_\_\_\_\_, Márcio. **Qual desenvolvimento?** Oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo. São Paulo: Publisher, 2009.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RIZEK, Cibele Saliba. **Limites e limiares/corpo e experiência**. Comunicação, 2010.

\_\_\_\_\_, Cibele Saliba. Moradia e trabalho: entre o trabalho associado e o assalariamento, entre o bairro dormitório e o território produtivo. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia de Paula. **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009.

\_\_\_\_\_, Cibele Saliba. Trabalho, Moradia e Cidade: zonas de indiferenciação? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 78, p.41-49, fev.2012.

RODRÍGUEZ, César. À Procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ROGERS, Dale S.; TIBBEM-LEMBKE, Ronald S. **Going Backwards: Reverse Logistics Trends and Practices**. Nevada, Reno: Reverse Logistics Executive Council, 1998.

RUTKOWSKI, Jacqueline E; RUTKOWSKI, Em Lia W. Expanding worldwide urban solid waste recycling: The Brazilian social technology in waste pickers inclusion. *Waste Management & Research*. United Kingdom, vol. 33, n.12, p. 1084 -1093, 2015.

SALAMON, Lester. A emergência do terceiro setor: uma revolução associativa global. **Revista de Administração**. São Paulo, v.33, n. 1, p. 5-11, jan./mar. 1998.

SALVADOR, Evilasio. Financiamento Tributário da Política social no pós-real. In: BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara; SALVADOR, Evilasio. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANT'ANA, Diogo de.; METELLO, Daniela. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanço e desafios. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (orgs). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.



SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

\_\_\_\_\_, Boaventura de Souza; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SEBRAE. **Cadeia produtiva de produtos reciclados: cenários econômicos e estudos setoriais**. Recife: SEBRAE, 2008.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários-PRONINC: relatório final**. Recife: Expressão, 2011.

SILVA, Giselle Souza. Transferência de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros. In: BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara; SALVADOR, Evilasio. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Gustavo Melo. et al. Empreendedorismo no Terceiro Setor: redes sociais e cadeias produtivas de material reciclável. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v.2, n.3, p. 80-94, 2009.

SILVA, L. M. P. (Coord.). **Diagnóstico situacional das organizações de catadores de material reciclável de 05 regiões de Minas Gerais**. [s.l.]: Insea; MTE; Senaes; Fundação BB, 2007.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, v.18, n.51, p. 07-22, 2004.

\_\_\_\_\_, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: \_\_\_\_\_; SOUZA, André Ricardo. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SLUM. Limpeza: dados e curiosidades sobre o lixo que você produz. Prefeitura de Maceió, Alagoas, 28 ago. 2014. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/slum/noticias/limpeza-dados-e-curiosidades-sobre-o-lixo-que-voce-produz/>. Acesso em: 25 dez. 2016.

SOUZA, Daniela Neves de. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v.11, n.1, p.53-60, jan/jun. 2008.

SOUZA, Marcelo Alvezde et al. Lixo zero: por uma rota tecnológica alinhada às diretrizes da política nacional de resíduos sólidos. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES,

Fernanda Lira (orgs). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

STROH, Paula Yone. Cooperativismo, tecnologia social e inclusão produtiva de catadores de materiais recicláveis. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (orgs). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

UFRGS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Estudo do perfil sócio educacional da população de catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas, associações e grupos de trabalho**. Porto Alegre: UFRGS; MEC; FNDE, 2010.

VELLOSO, Marta Pimenta. Os catadores de lixo e o processo de emancipação social. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.10, p. 49-61, 2005.

WELLEN, Henrique. Contribuição à crítica da 'economia solidária'. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v.11, n.1, p.105-115, jan./jun. 2008.

\_\_\_\_\_, Henrique. **Para a crítica da “economia solidária”**. São Paulo: Outras expressões, 2012.

WIRTH, Ioli Gewehr. A luta por uma lei que proíba a incineração no Estado do Rio Grande do Sul. In: I Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária, 2015, São Carlos/SP. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.conpes.ufscar.br/anais/>>. Acesso em: 24 set. 2016.

\_\_\_\_\_, Ioli Gewehr. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão?** 2010. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP.

\_\_\_\_\_, Ioli Gewehr; OLIVEIRA, Cristiano Benites. A política nacional de resíduos sólidos e os modelos de gestão. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (orgs). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

ZANETI, Izabel Cristina B. B. **As sombras da modernidade**. Porto Alegre, RS: Corag, 2006.

ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela F.(orgs.) **Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas**. São Carlos: Claraluz, 2011.